

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A “CIDADE DIGITAL” DE PORTO ALEGRE (RS): UM ESTUDO SOBRE  
ESPAÇO URBANO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO A  
PARTIR DA APROPRIAÇÃO DO ESTADO E DE GRUPOS (CIBER) ATIVISTAS**

**FERNANDO DREISSIG DE MORAES**

**ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES**

**PORTO ALEGRE, 2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A “CIDADE DIGITAL” DE PORTO ALEGRE (RS): UM ESTUDO SOBRE ESPAÇO  
URBANO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO A PARTIR  
DA APROPRIAÇÃO DO ESTADO E DE GRUPOS (CIBER) ATIVISTAS

FERNANDO DREISSIG DE MORAES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Banca examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tamara Tânia Cohen Egler (IPPUR/UFRJ)  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Luísa Zeferino Pires (PPG em Geografia/UFRGS)  
Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño (PPG em Geografia/UFRGS)

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia como requisito para  
obtenção do título de Mestre em  
Geografia.

PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2012

Moraes, Fernando Dreissig de

A “Cidade Digital” de Porto Alegre (RS): um estudo sobre espaço urbano e tecnologias de informação e comunicação a partir da apropriação do estado e de grupos (Ciber) ativistas. / Fernando Dreissig de Moraes. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2012.

[198 f.] il.

Dissertação (Mestrado). - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS - BR, 2012.

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

1. Cidade digital. 2. Tecnologias de informação e comunicação. 3. *Internet*. 4. Porto Alegre. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS  
Alexandre Ribas Semeler CRB 10/1900

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Paulo Roberto Rodrigues Soares, pela orientação no trabalho e por ter confiado em um tema ainda tão pouco estudado no campo da Geografia,

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela acolhida e por possibilitar um aprimoramento acadêmico e intelectual através do contato entre professores e pós-graduandos.

Aos professores Cláudia Pires, Dirce Suertegaray, Oscar Sobarzo e Tamara Egler, que participaram da avaliação deste trabalho na qualificação e/ou na defesa;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos ao longo de quase todo o primeiro ano de mestrado;

Aos colegas do curso de pós-graduação, pelo compartilhamento de conhecimento e pela parceria ao longo das disciplinas;

Aos colegas e amigos da Divisão de Geografia e Cartografia (Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – RS): Adimir Swiderek, Bruno Lemos, Cláudia Russo, Grazieli Testa, José Borba, Julio Brum, Marco Antônio Zanella, Rafaela Zillmer e Vanderléia Alves. Obrigado pelo apoio e compreensão desde o meu ingresso na divisão;

Aos amigos dos tempos de graduação, em especial a Daniel Vallerius, Fernando Scottá, Rafael Zílio, Rodrigo Aguiar e Rodrigo Borba, grandes companheiros ao longo da minha trajetória na Geografia;

Aos coordenadores e monitores dos telecentros visitados, pela gentileza na acolhida e pelo auxílio prestado na pesquisa de campo;

Aos representantes dos Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho e do Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul, pela participação nas entrevistas;

Aos meus familiares; em especial, aos meus avós e meu irmão;

E, por fim, o mais importante de todos os agradecimentos: aos meus pais, por todo apoio e confiança nas horas boas e ruins.

## RESUMO

A cidade é, tradicionalmente, o recorte espacial em que as tecnologias e as redes de informação apresentam-se de maneira mais efetiva e no qual produzem maior impacto. No presente trabalho, analisamos a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no município de Porto Alegre por parte da prefeitura municipal e de grupos (ciber) ativistas. A partir da análise enfocada nestes dois atores, procuramos compreender como se caracteriza a “cidade digital” de Porto Alegre, entendendo a noção de “cidade digital” (ou “cibercidade”) a partir da inserção crescente das novas tecnologias dentro do espaço urbano. Ao mesmo tempo, o trabalho busca entender como as redes informacionais, sobretudo a Internet, vêm transformando o espaço geográfico. Assim, busca-se partir de um quadro teórico no qual são discutidos temas de relevância para a compreensão da pesquisa, como a relação entre redes e técnica; as transformações no espaço urbano decorrentes das TICs; a Internet e sua apropriação por Estado e sociedade; e a exclusão digital. A seguir, desenvolvemos um capítulo que realiza uma ligação entre o quadro teórico e o estudo de caso, no qual são apresentados e analisados dados e experiências em diferentes escalas. Entre estes temas, apresenta-se um panorama sobre as TICs no Brasil, assim como são analisados portais na Internet e políticas públicas de inclusão digital de diversos municípios. Também exploramos o ciberativismo em escala nacional e internacional, assim como diferentes experiências de “cidades digitais”. Por fim, chegamos à análise do caso da “cidade digital” de Porto Alegre. Primeiramente, o foco é a atuação da Prefeitura, a partir do seu portal na Internet e das políticas públicas de inclusão digital. Logo após, são estudados dois grupos (ciber) ativistas que têm suas ações enfocadas em temas urbanos. Com base nisso, pôde-se compreender a “cidade digital” de Porto Alegre a partir da ação destes atores.

**Palavras-chave:** cidade digital; Internet; redes; Tecnologias de Informação e Comunicação; Porto Alegre.

## **ABSTRACT**

The city is traditionally the area which technology and information networks present more effectiveness and which produce the greatest impact. In this study we analyze the appropriation of Information and Communication Technologies (ICTs) in Porto Alegre by the municipal government and (cyber) activists groups. From the analysis focused on these actors, we understand how it characterizes the "digital city" of Porto Alegre, understanding the concept of "digital city" (or "cybercity") by the increasing integration of new technologies within the urban space. At the same time, the work seeks to understand how information networks, especially Internet, are transforming the geographic space. Thus, it is intended as a theoretical perspective in which they discussed significant issues to the understanding of the research, as the relationship between networks and technical; transformations in urban space by ICT; Internet and its appropriation by the state and society; and the digital divide. Next, we develop a chapter that makes a connection between the theoretical and case study, in which are presented and analyzed data and experiences on different scales. Among these themes, it presents an overview of ICT in Brazil, as well as Internet portals and public policies for digital inclusion of several municipalities are analyzed. We also explore the cyber-activism at the national and international scale, as well as different experiences of "digital cities". Finally, we consider the case of "digital city" of Porto Alegre. First, the focus is the performance of municipal government, from its website and public policies for digital inclusion. After, we study two groups (cyber) activists that their actions have focused on urban issues. On this basis, we could understand the "digital city" in Porto Alegre from the action of these actors.

**Keywords:** digital city; Internet; networks; Information and Communication Technologies; Porto Alegre.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE BELO HORIZONTE COM A VOTAÇÃO DAS OBRAS DO OP DIGITAL 2008 .....	80
FIGURA 2 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DO GABINETE DIGITAL - GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	82
FIGURA 3 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA INICIAL DO AVAAZ.....	91
FIGURA 4 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DO CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE .....	93
FIGURA 5 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA INICIAL DO CLIQUE ALIMENTOS.....	96
FIGURA 6 - REPRODUÇÃO DO BLOG DA "AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO" .....	99
FIGURA 7 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DO PROGRAMA DE TELECENTROS DE SÃO PAULO .....	102
FIGURA 8 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DA PREFEITURA DE SALVADOR .....	105
FIGURA 9 – REPRODUÇÃO DA PÁGINA INICIAL DA ÁGORA VIRTUAL DA PREFEITURA DE CANOAS .....	108
FIGURA 10 - REPRODUÇÃO DO PORTAL DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.....	115
FIGURA 11 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DO PROGRAMA "A RECEITA É SAÚDE", DENTRO DO PORTAL DE GESTÃO DA PMPA. ....	120
FIGURA 12 – REPRODUÇÃO DA PÁGINA INICIAL DO PORTAL TRANSPARÊNCIA PORTO ALEGRE .....	123
FIGURA 13 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DE CONCURSOS DA PMPA .....	127
FIGURA 14 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE.....	129
FIGURA 15 - REPRODUÇÃO DE PÁGINA DO SITE PORTOALEGRE.CC (EDITADO PELO AUTOR). ....	131
FIGURA 16 - ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (2004) SOBRE AS REGIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. ....	138
FIGURA 17 - LOCALIZAÇÃO DOS TELECENTROS DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE .....	140
FIGURA 18 - DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO TELECENTRO MERCADO PÚBLICO. ....	144
FIGURA 19 –DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO TELECENTRO VILA INGÁ.....	147
FIGURA 20 - DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO TELECENTRO VILA ESPERANÇA CORDEIRO.....	148
FIGURA 21 - RUA GONÇALO DE CARVALHO. ....	152
FIGURA 22 - REPRODUÇÃO DA PÁGINA INICIAL DO FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA DO RIO GRANDE DO SUL.....	167

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR – POR GRANDES REGIÕES (2010). ....	69
GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET – POR GRANDES REGIÕES (2010). ..	71
GRÁFICO 3 - PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE JÁ UTILIZARAM A INTERNET – POR GRANDES REGIÕES (2010).....	75
GRÁFICO 4 - LOCAL DE ACESSO À INTERNET - SÉRIE HISTÓRICA ENTRE 2005-2009.....	77

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR EM 2005 POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR... 68	68
TABELA 2 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR EM 2010 POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR E REGIÕES DO PAÍS. .... 68	68
TABELA 3 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR EM 2008 POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR E REGIÕES DO PAÍS. .... 69	69
TABELA 4 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET EM 2005 POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR..... 70	70
TABELA 5 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET EM 2010 POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR E REGIÕES DO PAÍS. .... 71	71
TABELA 6 - MOTIVOS PARA A FALTA DE INTERNET NO DOMICÍLIO - 2010 ..... 72	72
TABELA 7 - PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE JÁ ACESSARAM A INTERNET - 2010 ..... 73	73
TABELA 8 - LOCAL DE ACESSO INDIVIDUAL À INTERNET - 2010..... 76	76

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DIFERENTES ENTENDIMENTOS A RESPEITO DO TERMO “CIBERCIDADE”..... 49	49
QUADRO 2 - PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS DO GOVERNO ELETRÔNICO EM NÍVEL FEDERAL..... 83	83
QUADRO 3 – CATEGORIAS DISPONÍVEIS NOS “PERFIS DE INTERESSE” DO PORTAL DA PMPA. .... 118	118
QUADRO 4 – ESPECIFICAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE GASTOS DISPOSTA NO DECRETO MUNICIPAL Nº 15.688/2010. .... 122	122
QUADRO 5 - LISTA DE TELECENTROS REGISTRADOS NA SMDHSU. .... 139	139
QUADRO 6 - INSTITUIÇÕES ATUANTES NO FERU-RS. .... 165	165



## LISTA DE SIGLAS

- AGAPAN** - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- AMABI** - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Independência
- AMOVITA** - Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu
- CEA** - Centro de Educação Ambiental
- CEGE** - Comitê Executivo de Governo Eletrônico
- CETIC.br** - Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
- CEU** - Centro de Educação Unificado
- CGI.br** - Comitê Gestor da Internet no Brasil
- CIT** - Centro de Informações Turísticas
- CMI** - Centro de Mídia Independente
- CMP** - Central dos Movimentos Populares
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAM** - Confederação Nacional das Associações de Moradores
- COREDES** - Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
- DDS** - De Digitale Stad (Cidade Digital de Amsterdã)
- DI** - Departamento de Informática (da Secretaria de Planejamento e Informática de Catanduva)
- DMAE** – Departamento Municipal de Águas e Esgotos
- DMLU** – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
- EMBRATEL** - Empresa Brasileira de Telecomunicações
- EPTC** – Empresa Pública de Transportes e Circulação
- FASE** - Fundação de Assistência Sócio Educativa
- FERU-RS** - Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul
- FIFA** - Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol Associado)
- GD** - Gabinete Digital (do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)
- GTTI** - Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação
- IAB** – Instituto de Arquitetos do Brasil
- ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IP** - Internet Protocol (Protocolo de Internet)
- IPTU** – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- ISSQN** – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- ITBI** – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
- MinC** – Ministério da Cultura

**MNLM** - Movimento Nacional de Luta por Moradia  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra  
**ONDI** - Observatório Nacional de Inclusão Digital  
**ONG** - Organização Não-Governamental  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**OP** - Orçamento Participativo  
**OSPA** – Orquestra Sinfônica de Porto Alegre  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PMPA** - Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostragem de Dados  
**PNBL** - Plano Nacional de Banda Larga  
**PNE** – Portador de Necessidade Especial  
**PROCempa** - Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre  
**RBS** – Rede Brasil Sul  
**RNP** - Rede Nacional de Pesquisa  
**SBT** – Sistema Brasileiro de Televisão  
**SEACIS** - Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social  
**SHSW** - Sistema Híbrido com Suporte em *Wireless*  
**SIG** - Sistemas de Informação Geográfica  
**Sindilojas** – Sindicato dos Lojistas de Comércio de Porto Alegre  
**SECIPAZ** - Movimento Segurança, Cidadania e Paz  
**SECOPA** - Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (de Porto Alegre)  
**SMA** – Secretaria Municipal de Administração (de Porto Alegre)  
**SMAM** - Secretaria Municipal do Meio Ambiente (de Porto Alegre)  
**SMDHSU** - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (de Porto Alegre)  
**SMF** – Secretaria Municipal da Fazenda (de Porto Alegre)  
**TIC** - Tecnologia de Informação e Comunicação  
**TV** – Televisão  
**Unisinos** – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
**UNMP** - União Nacional por Moradia Popular

## SUMÁRIO

<b>1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS .....</b>	<b>13</b>
1.1. Tema de pesquisa .....	14
1.2. Delimitação do tema .....	14
1.3. Problema e justificativa .....	15
1.4. Problema aplicado à área de estudo .....	18
1.5. Objetivos .....	21
1.6. Considerações Metodológicas .....	22
1.6.1. Organização metodológica .....	22
1.6.2. Procedimentos de pesquisa .....	28
<b>2. TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DECORRENTES DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE TEÓRICA DA RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO, REDES, TECNOLOGIA E CIDADE .....</b>	<b>33</b>
2.1. A tecnologia pelo viés da integração entre redes e técnica .....	35
2.2. O espaço urbano e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação .....	43
2.3. A Internet, o Estado e a sociedade .....	51
2.4. Desigualdade e exclusão no ciberespaço: elementos para uma “segregação digital” .....	57
<b>3. O ESPAÇO URBANO E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UM ENTENDIMENTO SOBRE A ATUAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE EM DIFERENTES ESCALAS DE “CIDADES DIGITAIS” .....</b>	<b>64</b>
3.1. Panorama sobre as TICs no Brasil .....	64
3.1.2. A constituição das redes informacionais e a ascensão da Internet no Brasil .....	65
3.1.3. Dados sobre a internet no Brasil .....	67
3.2. Estado e TICs .....	78
3.2.1. Os portais de governos na Internet .....	79
3.2.2. Políticas públicas de inclusão digital .....	84
3.3. Ciberativismo em escala nacional e internacional .....	88
3.4. As cidades digitais no Brasil: iniciativas de governos municipais .....	99
3.4.1. São Paulo (SP): enfoque em Telecentros na maior metrópole brasileira .....	101
3.4.2. Salvador (BA): utilização das TICs na gestão pública da capital da Bahia .....	104
3.4.3. Canoas (RS): a “Ágora Virtual” .....	105
3.4.4. Catanduva (SP): planejamento em informática em cidade de médio porte .....	108
3.4.5. Sud Mennucci (SP): cidade digital em um pequeno município interiorano .....	110
3.4.6. Piraí (RJ): desenvolvimento local baseado no acesso às novas tecnologias .....	111
<b>4. UM OLHAR SOBRE A AÇÃO DO ESTADO A PARTIR DO CASO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE .....</b>	<b>114</b>
4.1. Portal da Prefeitura na Internet .....	114
4.1.1. Perfis de usuários .....	117
4.1.2. Portal de Gestão .....	119
4.1.3. Portal Transparência .....	121
4.1.4. O Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em análise .....	123
4.2. Programa de telecentros comunitários: política pública de inclusão digital .....	131
4.2.1. Telecentro Mercado Público .....	142
4.2.2. Telecentro Vila Ingá .....	144
4.2.3. Telecentro Vila Esperança Cordeiro .....	147
4.2.4. Outras iniciativas de inclusão digital .....	149

<b>5. CIBERATIVISMO EM PORTO ALEGRE: A EXPERIÊNCIA DOS “AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO” E DO “FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA DO RIO GRANDE DO SUL”</b> .....	<b>151</b>
5.1. Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho .....	151
5.2. Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU-RS).....	161
<b>6. PARA FINS DE CONCLUSÃO: UMA COMPREENSÃO SOBRE A CIDADE DIGITAL DE PORTO ALEGRE</b> .....	<b>173</b>
6.1. Gestão democrática da cidade e Internet.....	174
6.2. Educação e inclusão digital .....	177
6.3. Ativismo.....	179
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>185</b>

## 1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Essa dissertação é apresentada como fruto de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo a obtenção do grau de Mestre em Geografia. Em um primeiro momento, ainda dentro dessa introdução apresentamos o desenvolvimento da proposta, no qual discorremos sobre o tema de pesquisa, sua justificativa e os objetivos do trabalho. Logo após, escrevemos acerca do referencial teórico, embasado nas principais categorias e conceitos-chave necessários para o entendimento do projeto.

As considerações metodológicas estão divididas em duas partes: na primeira, apresentamos a organização metodológica a partir de ideias que norteiam a condução procedimental da pesquisa, destacando-se o texto de Tamara Egler (2007). Na segunda parte, apresentamos as etapas operacionais previstas para o seu desenvolvimento.

A seguir, desenvolvemos o primeiro capítulo teórico do trabalho, denominado “Transformações espaciais decorrentes das Tecnologias de Informação e Comunicação: uma análise teórica da relação entre espaço, redes, tecnologia e cidade”, no qual aprofundamos teoricamente questões relativas a técnica e redes; espaço urbano e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); dimensões da exclusão digital; Internet, Estado e sociedade, sendo todos estes eixos centrais de análise no nosso trabalho.

No segundo capítulo, desenvolvemos a transição entre o capítulo teórico e os capítulos posteriores, partindo de uma análise em escala mais ampla até um foco mais localizado. Analisamos de maneira mais prática as seguintes temáticas: panorama sobre as TICs; Estado e TICs; Ciberativismo em escala nacional e internacional; cidades digitais no contexto global e no Brasil.

O terceiro capítulo, denominado “Um olhar sobre a ação do Estado a partir da análise do caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre”, trata da atuação da Prefeitura de Porto Alegre sob o ponto de vista das Tecnologias de Informação e Comunicação. Nesse sentido, o estudo é realizado através de dois aspectos: primeiramente, a partir da análise do portal da Prefeitura; em segundo lugar, pelo viés das políticas públicas de inclusão digital, com enfoque nos telecentros.

Logo após, no capítulo “Ciberativismo em Porto Alegre”, analisa-se a ação de grupos (ciber) ativistas a partir de dois casos: o “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” e o “Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU-RS)”. Procura-se destacar, nesta seção, a história desses grupos, a importância da utilização da Internet e eventuais impactos e resultados.

Por fim, o último capítulo apresenta um fechamento da dissertação a partir dos resultados obtidos, propondo uma abordagem que destaque alguns pontos vistos no trabalho (gestão democrática da cidade e Internet; educação e inclusão digital; e ativismo) através da experiência de pesquisa em Porto Alegre.

### **1.1. Tema de pesquisa**

As transformações decorrentes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no espaço urbano em Porto Alegre / RS a partir da sua apropriação por Estado e grupos ativistas

### **1.2. Delimitação do tema**

O espaço geográfico apresenta-se em constante transformação em função das diferentes formas de uso e apropriação dos diversos atores e agentes envolvidos em sua construção. Ao longo do tempo, o espaço vai sendo cada vez mais tomado por objetos artificiais, que vão tornando-o mais complexo. Partindo da ideia de Milton Santos a respeito do espaço, temos a seguinte definição:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2004, p. 63).

Sabemos que essas ações transformam os objetos a partir de uma intencionalidade, sendo essa construída principalmente através de técnicas que gradativamente vão artificializando o meio. Considerando que as Tecnologias de Informação e Comunicação têm apresentado grande importância para a

sociedade contemporânea, e que são nítidas as transformações delas decorrentes no campo político, econômico, social e cultural, percebemos como de extrema relevância o seu estudo por parte das ciências humanas, inclusive a Geografia. Sendo a cidade o recorte que tradicionalmente tem sido primeiramente impactado pelas inovações tecnológicas, buscamos compreender, no presente trabalho, de que maneira o espaço urbano vem sendo afetado pelas TICs. A análise aqui empreendida é voltada para a atuação de dois atores: Estado e sociedade. O primeiro sendo analisado por conta das políticas públicas (ênfase na inclusão digital) e pelo portal<sup>1</sup> na Internet, enquanto o segundo é estudado sob o ponto de vista do ativismo na Internet (ou ciberativismo). Todas essas transformações caracterizam a formação de uma “cidade digital”, ou seja, a cidade permeada pelos elementos relativos a essas novas tecnologias.

### **1.3. Problema e justificativa**

A difusão da Internet encontra-se intimamente ligada a sistemas criados a partir da evolução da tecnologia empregada às telecomunicações. De uso estritamente militar ou acadêmico em seus primórdios históricos, a Internet transformou-se, contemporaneamente, em um fenômeno extremamente importante para a compreensão de novas territorialidades, a partir de modificações na cultura, na economia e na sociedade. A emergência do chamado “ciberespaço” (o espaço representado pela interconexão dos computadores em rede) é importante para a compreensão das Tecnologias de Informação e Comunicação enquanto formadoras do que consideramos uma dimensão técnica do espaço geográfico. É por meio dessa dimensão que as ações empreendidas pelas TICs são efetivadas (em um plano do espaço virtual), embora suas consequências também sejam visíveis no “espaço real”<sup>2</sup>, principalmente por meio das infraestruturas associadas a esse tipo de rede.

---

<sup>1</sup> Um “portal” na Internet consiste em um *site* que aglomera diversas páginas e conteúdos dentro de uma mesma “raiz”. Dentro de um portal, normalmente há uma identidade visual comum, uma hierarquia de conteúdos e mecanismo de busca interna. Também se caracteriza pela grande quantidade de informação.

<sup>2</sup> Deve-se tomar bastante cuidado ao realizar esse tipo de dualização entre “real” e “virtual”, por isso utilizamos as aspas. Desse modo, a distinção aqui realizada tem um intuito de cunho didático, ao diferenciar um “espaço de lugares” de um “espaço de fluxos” (CASTELLS, 2008), não representando nossa visão sobre o tema. Na realidade, as Tecnologias de Informação e Comunicação, ao serem apropriadas pelos indivíduos em seu cotidiano, acabam ganhando uma dimensão real, pois representam um significado e uma intenção para quem delas se apropria.

Contemporaneamente, portanto, já é possível afirmar que as redes de informação eletrônica (principalmente a Internet) afetam o urbano e a organização dos territórios (TANCMÁN, 2002). Dentro deste contexto, o poder público utiliza o ferramental disponível potencialmente na rede para oferecer, por exemplo, novos serviços e canais que possibilitem uma maior participação dos cidadãos (o chamado *e-government*), sobretudo a partir dos portais governamentais na Internet; ao mesmo tempo, promove, na grande maioria dos casos, políticas que fomentem a inclusão digital.

O advento da internet propicia uma enorme gama de situações e transformações (inclusive com repercussões espaciais e territoriais) decorrentes de seu uso, desde a escala local até a global. Atualmente, o acesso ao uso de microcomputadores e Internet torna-se fundamental para a entrada na chamada “Era da Informação” (CASTELLS, 2003). Ao mesmo tempo em que essa revolução proporciona um contato mais facilitado entre diferentes pontos localizados no espaço mundial, a Internet ainda se caracteriza, paradoxalmente, como um meio extremamente excludente e segregador, pois o acesso à rede ainda é pouco tangível para uma parcela significativa da população. A exclusão e a segregação digital estão, portanto, no cerne das questões relativas à inacessibilidade ao ciberespaço. Faz-se necessário, portanto, a promoção de meios que facilitem a acessibilidade aos equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação para esses grupos populacionais marginalizados desse processo, visando a uma futura universalização do acesso. Essas iniciativas são promovidas por diferentes atores, como o próprio Estado (caso destacado em parte deste estudo), a iniciativa privada e algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações comunitárias e populares, entre outros.

A sociedade civil, por sua vez, utiliza os mecanismos disponíveis na Internet como uma extensão do seu cotidiano sob os mais variados aspectos, pois o ciberespaço não deixa de ser uma dimensão do espaço geográfico. Dentro deste contexto, destacamos aqui as formas existentes de ativismo na Internet, sobretudo aquelas que tenham como escopo questões relativas à cidade. Entre as diversas formas de ativismo digital, enfatizamos aquelas que versam sobre a organização/mobilização coletiva, muitas delas com efetivo impacto no espaço



urbano, por exemplo. Em Porto Alegre, nos últimos anos, alguns grupos organizados na cidade (sobretudo de ligação ambientalista) têm promovido constantes ações de conscientização e mobilização para questionar ações do Estado e da iniciativa privada (principalmente grandes empreendimentos imobiliários) que pudessem promover alterações substancialmente impactantes na paisagem e no ambiente natural e social da cidade. A Internet tem sido um importante meio de divulgação, mobilização e organização destes grupos para o alcance de seus objetivos.

Dentro deste contexto de utilização das TICs por parte do Estado e da sociedade civil, ambas destacadas no presente trabalho a partir de um recorte espacial em nível municipal, emerge a noção de “cidade digital”. Essa noção traz para si “[...] o intuito de lutar contra a exclusão social, regenerar o espaço público e promover a apropriação social das novas tecnologias” (LEMOS, 2001, p. 16). O conceito de cidade digital surge, portanto, como uma alternativa de potencializar algumas possibilidades do território de modo complementar à organização da cidade “real” ou “física”, ou, como afirma Silva (2005, p. 106), como o “fenômeno da introjeção das novas tecnologias da comunicação no nível das relações sociais, políticas, espaciais e econômicas de uma determinada territorialidade urbana”. Essa afirmação reflete nosso posicionamento acerca da importância das TICs para a compreensão do espaço e do território contemporaneamente, ou seja, de considerá-las como uma dimensão técnica extremamente importante para o entendimento do objeto de estudo da Geografia e de suas principais categorias-chave.

O aumento da participação da sociedade em questões relativas ao urbano consiste em uma característica marcante dentro da noção por nós empregada a respeito da cidade digital. Contudo, esse potencial mecanismo de participação popular somente pode ser efetivo a partir de um cenário no qual haja uma significativa disponibilidade e conhecimento para o acesso aos meios de entrada na Internet. Daí vem o interesse de analisar a importância das políticas de inclusão digital, com enfoque na ação do Estado. A inclusão digital não se encerra no simples acesso material a um computador. O “saber-usar” é tão importante quanto a posse material em si. O desenvolvimento de cursos no sentido de promover a construção de habilidades, competências e conhecimentos entre os

usuários é fundamental para uma efetiva utilização das inúmeras ferramentas proporcionadas pelo computador e pela Internet, fato que pode também resultar em um maior aproveitamento das potencialidades da cidade digital e da participação da população na gestão da cidade. Em função disso, um dos eixos de pesquisa consiste em analisar a iniciativa do Estado na promoção de políticas públicas de inclusão digital.

Pesquisas referentes à apropriação das TICs e seus impactos socioespaciais (a inclusão digital, os serviços governamentais e o ativismo na Internet são alguns dos elementos destacados no presente trabalho, mas obviamente existe uma série de outros temas potencialmente exploráveis) significam uma recente, porém importante, possibilidade de estudos para a Geografia. Embora sejam ainda escassos, os trabalhos sobre os impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço urbano demonstram uma contribuição efetiva na tentativa de analisar como o advento da Internet e das TICs vem impondo novas dinâmicas espaciais, influenciando o oferecimento de serviços e as infraestruturas técnicas, assim como a própria articulação da sociedade na reivindicação e participação nos processos decisórios na gestão do município.

#### **1.4. Problema aplicado à área de estudo**

Tal como afirmamos anteriormente, o espaço urbano vem sendo o local que historicamente tem apresentado mais claramente os impactos da introdução de novas tecnologias. Em relação às TICs, isso não é diferente. Assim, optamos por analisar esse fenômeno com o enfoque no município de Porto Alegre. Essa escolha é derivada a partir de algumas constatações relativas aos nossos eixos de pesquisa. Vejamos algumas delas.

Em primeiro lugar, sob a óptica das iniciativas estatais, verificamos a existência de um programa de inclusão digital relativamente consolidado gerido pela Prefeitura Municipal: os chamados Telecentros Digitais de Cidadania. O programa de inclusão digital de Porto Alegre foi criado em 2001, durante a gestão do ex-prefeito Tarso Genro, e a implementação dos telecentros passou a ser um dos focos da política de incentivo às novas tecnologias. O resultado disso foi a instalação da primeira unidade (no Parque Chico Mendes, no bairro Mário

Quintana) ainda em 2001. Ao longo dos últimos 10 anos, variando entre períodos de maior e menor investimento, a quantidade de unidades foi variável. Em 2012, existiam 34 telecentros<sup>3</sup> conveniados à prefeitura, sendo a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) o órgão de administração direta responsável pela manutenção do projeto. A busca por uma maior inserção dos cidadãos no contexto da sociedade da informação visa romper com os índices de desigualdade quanto ao acesso às TICs. Assim, a desigualdade e a exclusão proporcionam uma nova matriz de segregação na sociedade. Apesar do crescimento recente em relação à possibilidade de compra de equipamentos de acesso (sobretudo computadores) - inclusive nas chamadas classes C e D, a quantidade de pessoas que jamais acessou a Internet continua sendo extremamente alta, deixando esses grupos segregados sob o ponto de vista do acesso a essas tecnologias. Esse fenômeno apresenta grande ligação com outros níveis de segregação (principalmente em torno de indicadores sociais mais baixos) na cidade, pois os maiores índices de exclusão digital são correlacionados espacialmente com as áreas periféricas urbanas, nas quais a renda média das famílias é mais baixa. Deriva daí outra relação entre as TICs e o espaço urbano, ou seja, a sua própria difusão dentro da cidade.

Por fim, essas transformações também se refletem no oferecimento de serviços públicos através da Internet. Em Porto Alegre, o portal da Prefeitura Municipal oferece uma gama de informações e serviços. Em termos informativos, apresenta uma diversidade de opções e “perfis” de usuários, atendendo a interesses de turistas, cidadãos, estudantes, empreendedores e servidores, conforme discriminação da própria página. Quanto aos serviços, o usuário pode requisitar ações da prefeitura em termos de manutenção de espaços públicos, reclamações, denúncias, solicitação de serviços para vias, recolhimento de impostos, entre outros<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Dados obtidos através da página do Programa de Inclusão Digital. Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p\\_secao=131](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p_secao=131)> . Acesso em 5 de março de 2012.

<sup>4</sup> Grande parte dos serviços disponibilizados pode ser acessada através do “portal do cidadão” dentro do site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_cidadao/default.php](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidadao/default.php)> . Acesso em 17 de fevereiro de 2011.

Em segundo lugar, pela articulação dos grupos que denominamos (ciber) ativistas<sup>5</sup> com engajamento em questões urbanas (principalmente em relação a preservação do ambiente natural, acesso à moradia, reforma urbana, entre outros). Exemplos bastante claros da articulação de grupos organizados através da Internet ocorrem em Porto Alegre, como o caso dos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”. Este grupo surgiu em 2005, a partir da iniciativa de alguns moradores ao tomar conhecimento da construção de um edifício-garagem no terreno de um *shopping center* (que seria utilizado para o complexo do Teatro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre). O principal argumento contra o empreendimento foi a possível fragilização do ambiente natural do local, caracterizado pela forte arborização, contando como peculiaridade uma espécie de “túnel verde” formado pela copa das árvores. Surgiu daí a organização no sentido de preservar o local dos possíveis impactos do empreendimento, mantendo a identidade própria dessa área do bairro. A mobilização se deu através de meios tradicionais de conscientização, como entrega de panfletos, mobilizações e abaixo-assinados, mas também pela Internet, através da construção de um *blog*<sup>6</sup> para divulgar informações e agendamento de reuniões e manifestações. Assim, o movimento contou com o apoio de diversas entidades e grupos (inclusive de outros países) que auxiliaram na divulgação do caso. O resultado de toda essa mobilização (positivo para os anseios do grupo) ocorreu ainda no primeiro semestre de 2006, quando a rua foi considerada, a partir de decreto sancionado pela Prefeitura Municipal, patrimônio ambiental de Porto Alegre, no qual ficou garantida a manutenção das características locais, incluindo a preservação das árvores e do calçamento das vias em paralelepípedos. Em função disso, os empreendedores optaram por não realizar a construção no local.

Assim como essa associação de bairro, várias outras entidades em Porto Alegre têm se utilizado das ferramentas disponíveis na *web* como uma plataforma

---

<sup>5</sup> Ao longo do trabalho, utilizaremos frequentemente o termo ativista precedido pelo prefixo “ciber” entre parênteses. A opção por essa forma deriva de certa indefinição quanto à real conceituação de ciberativismo e também pela própria autoidentificação dos grupos. A título de exemplo, em alguns casos, os atores não se reconhecem como ciberativistas por imaginarem que esse termo denota apenas as questões ligadas ao ativismo sobre a Internet e as TICs (como o caso de grupos apoiadores de software livre) e não ao sentido por nós empregado na pesquisa, concebendo a Internet como uma importante ferramenta de atuação e plataforma de difusão destes grupos. Assim, quando utilizarmos a expressão “(ciber) ativistas”, estaremos nos referindo a qualquer grupo que utiliza a Internet para divulgação, discussão e mobilização de seus objetivos e causas.

<sup>6</sup> Disponível em <<http://goncalodecarvalho.blogspot.com/>> Acesso em 25 de janeiro de 2011.

de divulgação e informação de suas causas, enfocando-se neste trabalho as questões relativas à cidade. Entre elas, destacamos o blog do Fórum Estadual da Reforma Urbana (FERU-RS) e pela própria “Amigos da Gonçalo de Carvalho”. Ultimamente, um dos principais enfoques das questões abordadas por esses grupos tem sido os impactos, no espaço urbano de Porto Alegre, decorrentes de grandes obras em virtude da realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil em 2014.

Em nosso levantamento bibliográfico, não constatamos estudos, inclusive em outras áreas do conhecimento, que analisem de maneira mais ampla como as Tecnologias de Informação e Comunicação estão inseridas no contexto do Estado e de grupos ativistas no município de Porto Alegre. Este fato salienta a relevância da realização de análises deste caráter.

## **1.5. Objetivos**

### **1.5.1. Objetivo geral**

Analisar em que medida o espaço urbano de Porto Alegre/RS vem sendo afetado pela introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação.

### **1.5.2. Objetivos específicos**

- Discutir a importância da inserção da sociedade no ciberespaço e suas repercussões no espaço geográfico;
- Referenciar os conceitos e noções relativas a ciberespaço, técnica, meio técnico-científico-informacional, cidade digital e ativismo na Internet e ciberdemocracia;
- Identificar os principais atores envolvidos na realidade de estudo;
- Contextualizar as “cidades digitais” de acordo com a análise de propostas e experiências municipais oriundas do Brasil e de outros países, realizando um resgate histórico do contexto de profusão de projetos de inclusão digital e de formação de “cidades digitais”;
- Analisar os impactos das iniciativas governamentais nos seguintes aspectos: políticas públicas de inclusão digital e disponibilidade de serviços e informações em plataforma digital;
- Analisar a atuação de grupos (ciber)ativistas articulado através da Internet;

- Analisar a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação por parte do Estado e da sociedade civil com enfoque na questão urbana do município de Porto Alegre / RS.

## **1.6. Considerações Metodológicas**

Para organizar os aspectos metodológicos deste trabalho, realizamos a exposição dividida em dois tópicos: em primeiro lugar, expomos brevemente alguns paradigmas metodológicos que norteiam este trabalho, baseando-se principalmente nas ideias de Egler (2007) no tratamento da pesquisa com redes tecno-sociais e seus diferentes atores. Logo após, são apresentados os procedimentos de pesquisa, utilizados para a operacionalização da investigação.

### **1.6.1. Organização metodológica**

Antes de adentrarmos na proposta de execução dos procedimentos necessários para a realização da pesquisa, cabe aqui uma breve exposição dos paradigmas metodológicos que norteiam este trabalho. É importante destacar que não adotaremos integralmente qualquer proposta de metodologia já realizada, mesmo em estudos de caráter semelhante ao nosso. Na verdade, apresentaremos aqui algumas considerações a respeito da pesquisa sobre sociedade, tecnologia e gestão das cidades, baseadas principalmente a partir do texto de Tamara Egler (2007), denominado “Diversidade metodológica para a pesquisa de redes tecno-sociais”. Busca-se assim identificar o “saber-fazer” metodológico já produzido por pesquisadores dentro dessa temática.

A importância da organização metodológica consiste na proposição de um conjunto de processos e procedimentos que sejam capazes de oferecer respostas para a análise de um determinado problema de pesquisa. O questionamento da relação, a partir da mediação da tecnologia, entre Estado e sociedade na gestão da cidade consiste no principal motivo para essa exposição.

As redes podem ser vistas como uma nova forma capaz de criar plataformas de interação que reconfiguram as relações entre Estado e sociedade (EGLER, 2007. p. 588). Dentro dos objetivos do nosso trabalho, trata-se de uma posição metodológica que atende ao anseio de compreender como as

Tecnologias de Informação e Comunicação têm promovido alterações na gestão urbana em Porto Alegre. Embora o texto de Egler volte-se mais para a matriz da ação social em detrimento da iniciativa do Estado, consideramos que o mesmo oferece uma postura metodológica extremamente relevante para a compreensão aqui empreendida da relação TICs - Estado - sociedade. Dessa maneira, emerge um novo espaço institucional no qual é possível a formação de redes que têm por objetivo a formulação de políticas urbanas.

Essa possibilidade de criar coletivos auto-organizados permite uma maior participação social e redefine as normas e as práticas políticas, o que possibilita novas estratégias de resistência, mobilização e ação social no exercício da política. Compreende-se que as redes reproduzem as formas de organização que formam e conformam as demandas originárias do tecido social (EGLER, 2007, p. 588).

Essa afirmação vem ao encontro da nossa hipótese de considerar o espaço de comunicação formado pela conexão entre computadores – o ciberespaço – como uma dimensão técnica do espaço geográfico. No caso do nosso estudo, analisando as TICs no espaço urbano.

A autora aponta três objetivos que nortearam sua metodologia. São os seguintes:

Analisar as relações estabelecidas entre atores governamentais e sociais no exercício de políticas urbanas setoriais mediadas por tecnologias de comunicação e informação.  
Compreender a dupla determinação das redes, lida em sua arquitetura e nas práticas sociopolíticas dos atores associados.  
Investigar o papel do contexto histórico cultural na transformação das políticas urbanas observadas no contexto da sociedade da informação (EGLER, 2007, p. 591).

Consideramos que existe grande similaridade entre esses objetivos demonstrados por Tamara Egler e as metas dessa pesquisa. A consideração destes pressupostos permite uma maior coerência na análise das implicações das TICs no tocante às políticas urbanas e às transformações na cidade.

No campo da ação da sociedade, e levando em conta a dimensão social das redes (destacadas neste trabalho pela análise do ciberativismo), a contribuição desse princípio metodológico norteador é ainda mais relevante:

As redes estão fundadas numa concepção de colaboração quando as possibilidades são estabelecidas pela compreensão na qual cada um detém uma parcela do conhecimento. É

importante a valorização que compreende a importância de se somarem os diferentes conhecimentos para o enfrentamento dos sempre crescentes problemas urbanos (EGLER, 2007, p. 594).

A dinâmica dos grupos (ciber) ativistas identificados nesta pesquisa demonstra essa interligação. Mesmo com diferentes objetivos, há temáticas que são transversais na abordagem da maioria (explicitado através dos *blogs* ou de *sites* das organizações), principalmente no tocante às questões urbanas. Frequentemente os debates em voga sobre a cidade acabam sendo pauta desses grupos. Entre os temas constantemente abordados, atualmente destacamos os impactos da Copa 2014 e de grandes equipamentos esportivos (como a futura Arena do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense), a reforma urbana, soluções para a mobilidade nas cidades<sup>7</sup> e preservação do ambiente natural (principalmente a orla do Lago Guaíba). Dessa maneira, afirma Egler:

As redes se organizam em torno de objetos comuns de ação – políticas sociais, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento econômico, saneamento – nos quais o conhecimento é partilhado entre os membros. A integração dos diferentes conhecimentos permite a realização de uma ação que permite o alcance de resultados mais significativos (EGLER, 2007, p.594)

Existem dois conceitos importantes para a delimitação das redes: conectividade e interação. O primeiro refere-se aos fluxos de comunicação que podem ser mensurados, ou seja, trata-se de uma variável quantitativa. O segundo, por sua vez, vem ao encontro das práticas sociais que determinam as ações dos atores na rede. Os referidos conceitos permitem uma melhor ponderação do campo de estudo, já que ambos se referem à construção e

---

<sup>7</sup> Quanto à questão da mobilidade nas cidades, o caso do atropelamento de diversos ciclistas durante uma passeata no Bairro Cidade Baixa em 25 de fevereiro de 2011 ganhou amplo destaque não apenas na mídia tradicional, mas também foi ponto de discussão em diversos *blogs* de grupos e entidades, como nos seguintes *links*:

Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho: <<http://goncalodecarvalho.blogspot.com/2011/03/protestavam-e-gritavam-nao-foi-acidente.html>> . Acesso em 2 de março de 2011.

Porto Alegre RESISTE: <<http://poavive.wordpress.com/2011/03/02/grande-protesto-em-porto-alegre/>> Acesso em 2 de março de 2011.

Comitê Popular da Copa: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com/2011/02/bicicletas-em-um-porto-nao-muito-alegre.html>> Acesso em 2 de março de 2011.

Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul: <<http://reformaurbanars.blogspot.com/2011/02/massa-critica.html>> Acesso em 2 de março de 2011.



funcionamento dessas redes dentro do ciberespaço, promovendo melhores resultados das suas articulações feitas em rede visando a um determinado objetivo.

Ainda dentro do referido estudo, são realizadas duas propostas de procedimentos para delimitação do objeto empírico: uma que investiga a **arquitetura das redes tecno-sociais** e outra que trata das **práticas sociopolíticas dos atores das redes tecno-sociais**. Em cada uma, são detalhados os caminhos metodológicos para o alcance de cada objetivo. Apresentaremos brevemente aqueles que consideramos mais relevantes para o nosso trabalho e que podem ser utilizados como apoio para os procedimentos de pesquisa. É importante destacar novamente, todavia, que não é nossa intenção seguir rigorosamente a proposta de Egler (2007), até porque nosso trabalho possui uma escala bem mais restrita em comparação com a proposta da autora. Na verdade, nosso objetivo consiste em apresentar algumas considerações e avaliar sua relevância perante o contexto da nossa pesquisa.

Quanto à **arquitetura das redes tecno-sociais**, Egler (2007) aponta cinco procedimentos para a sua investigação:

- 1- Definição do objeto de investigação: redes institucionais e temáticas
- 2- Navegação na internet, para identificar as redes e atores;
- 3- Levantamento e caracterização dos atores e de suas articulações;
- 4- Alimentação do banco de dados em plataforma interativa;
- 5- Mapeamento das redes, sua representação gráfica e análise.

Não aprofundaremos os dois últimos em função da diferença de escala entre os trabalhos. Enquanto a pesquisa de Tamara Egler opera com dezenas de entidades, nosso caso se reduz a apenas alguns grupos (ciber) ativistas com atuação em Porto Alegre (sem esquecer obviamente da figura do Estado, que, embora não constitua um “ator social”, apresenta papel importante no contexto das políticas de inclusão digital em nível municipal).

A primeira das etapas, “Definição do objeto de investigação: redes institucionais e temáticas”, exige o posicionamento do autor para o recorte e o enfoque do trabalho, dada a enorme gama de possibilidades de estudo entre redes constituídas na Internet. O tema de pesquisa do nosso trabalho é, de fato,

bastante amplo: “transformações decorrentes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no espaço urbano em Porto Alegre / RS”. Entretanto, a esfera de análise centra-se na esfera do Estado e da atuação de grupos da sociedade civil organizada que utilizam os mecanismos disponíveis na Internet com enfoque em questões urbanas.

Na sequência, a etapa de “navegação na internet, para identificar as redes e atores” representa o estabelecimento dos critérios a serem utilizados para que as organizações sejam incluídas na pesquisa. No caso, além da figura estatal, optamos por alguns grupos organizados na rede com atuação em Porto Alegre e sua mediação através das Tecnologias de Informação e Comunicação. A divulgação dos objetivos desses grupos, bem como seus programas de ação, permitiu elucidar mais efetivamente o objeto de estudo e escolher quais seriam as mais relevantes para a análise. Sobre a experiência da navegação em rede, utilizamos uma citação a Egler (2007) que sintetiza com bastante fidelidade nossa impressão acerca da experiência adquirida nesta etapa.

Foi uma importante experiência navegar na Internet e perceber o enorme mundo de grupos, organizações e associações que existem no ciberespaço. Foram identificadas organizações públicas, sociais, empresariais, religiosas e acadêmicas que participam do espaço associativo virtual. Mergulhando neste complexo mundo, foi possível identificar um grande número de redes atuando em defesa da igualdade e da justiça social. Elas se organizam em torno de múltiplos objetos de ação, desde a luta pela reforma agrária, a defesa do meio ambiente, a criação de empregos, o trabalho voluntário, a defesa dos direitos humanos e tantas outras problemáticas que fazem a razão de ser do mundo associativo (EGLER, 2007, p. 597)

A terceira (e última) etapa destacada consiste no “levantamento e caracterização dos atores e de suas articulações” e objetiva elucidar e melhor compreender as redes, bem como seus objetos de ação, formas de articulação, atores e dispositivos tecnológicos.

Trata-se de um esforço cujo objetivo foi identificar as redes; tornar claros os dispositivos técnicos, os procedimentos tecnológicos existentes e seus efeitos sobre as formas de comunicação e interação; reconhecer os objetos de ação em comum como programas e projetos, os atores e suas articulações; e analisar as formas específicas da ação nas diferentes cidades em estudo (EGLER, 2007, p. 599).

O segundo eixo na busca de identificação do objeto empírico (**práticas sociopolíticas dos atores das redes tecno-sociais**) versa sobre o desvendamento e compreensão das práticas políticas dos atores em rede visando o entendimento da ação social. O desenvolvimento do procedimento investigativo deve estar focado nas práticas dos atores sociais e também nas formas de, através das tecnologias de informação, promover o espaço público. Esse eixo possui um enfoque voltado para a pesquisa *in loco*, sendo de importante valia para a etapa da pesquisa de campo e de entrevistas com os atores-chave.

Era importante reconhecer como os dispositivos técnicos podem contribuir para a construção de novos vínculos sociais, com o objetivo de observar como os agrupamentos sociais se estruturam e agem no seio do tecido social virtual. Como as novas tecnologias ampliaram a capacidade de comunicação e de organização do mundo associativo? Como elas estruturam a ação dos atores políticos? Com se estruturam as relações de poder? Trata-se de analisar se os dispositivos tecnológicos transformam a capacidade de ação, quer seja dos membros de organizações governamentais, quer seja dos militantes das organizações sociais (MUSSO, 2003). **Nessa parte da pesquisa, o objetivo foi escutar os atores na vida real, para reconhecer, nas relações da existência cotidiana, suas formas participação, mobilização e cooperação.** Trata-se de compreender as relações de associativismo que se estabelecem, visando identificar atores, fatos e processos de ação (EGLER, 2007, p. 605, grifo nosso).

Essa proposta pode ser complementada por dois procedimentos principais: a análise do *sites* dos atores e as entrevistas com dirigentes, funcionários e militantes de organizações governamentais e instituições sociais. As entrevistas “procuraram identificar as práticas políticas dos atores na articulação de redes e organizações governamentais mediadas por tecnologias de comunicação e de informação” (EGLER, 2007, p. 607). Dentro do nosso trabalho, esse eixo da pesquisa vem ao encontro da definição de critérios que permitam identificar e, principalmente, escolher os atores que podem ser alvo das entrevistas. Nesse ponto, destaca-se a influência das organizações e sua relevância dentro do contexto dos grupos organizados através da Internet (sempre considerando como um “norte” a questão urbana).

### **1.6.2. Procedimentos de pesquisa**

- **Construção do referencial teórico que legitime o aporte conceitual a ser utilizado no trabalho**

Essa etapa objetiva a construção do referencial teórico que proporcionará o embasamento dos conceitos utilizados na presente dissertação, tendo como foco a discussão sobre ciberespaço, técnica, meio técnico-científico-informacional, cidade digital e ativismo na Internet, bem como sobre uma visão dos impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço geográfico.

Além disso, essa etapa tem importância no sentido de resgatar as ideias de diversos pesquisadores (não apenas na Geografia, mas também de outros campos do conhecimento, como filosofia, sociologia, ciência política, administração e comunicação) que tratem das transformações decorrentes das novas tecnologias na sociedade contemporânea, em especial, a Internet. Esse procedimento vem sendo feito a partir da busca de leituras que melhor possam referenciar o trabalho. Esta pesquisa em bibliografia, ao mesmo tempo, vem ao encontro de melhor compreender a problemática na área de estudo, fato que pode contribuir para a continuidade de trabalhos geográficos e de áreas afins acerca do tema.

- **Busca de dados secundários acerca dos elementos estudados,**

A presente etapa consiste na obtenção de dados que possibilitassem uma melhor compreensão do tema de pesquisa, tanto sob o ponto de vista de contextualização quanto a dados referentes ao acesso às TICs e de estudos de caso sobre outros municípios. Essa busca também se insere dentro de um recorte mais amplo de análise, procurando assim a articulação entre diferentes escalas, assim como atende ao objetivo de realização de uma tipologia de cidades digitais.

Esses dados foram buscados através dos seguintes órgãos, instituições e portais:

- *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*: Censo (2000 e 2010) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (2005 e 2009), já que essa última possuiu um módulo sobre o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal;

- *Comitê Gestor da Internet no Brasil*: órgão oficial criado com o intuito de coordenar e integrar iniciativas de serviços ligados à Internet. Possui em sua estrutura o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), que vem publicando sistematicamente estudos e estatísticas a respeito das TICs no Brasil. O enfoque do nosso levantamento é dado na série histórica “TIC Domicílios” (entre 2005 e 2010) e da TIC Governo Eletrônico 2010;
- *Portal de Inclusão Digital do Governo Federal*: reúne informações, dados, documentos oficiais, trabalhos acadêmicos e serviços eletrônicos em nível federal. Compreende também o Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONDI), que traz o enfoque para os projetos de telecentros. Existem dados espacializados em escala nacional;
- *Guia das Cidades Digitais*: portal privado que reúne informações sobre eventos e iniciativas relativos a projetos de cidades digitais no Brasil. O *site* destaca a construção de cidade digitais para administradores e gestores municipais, estaduais e federais, como prefeitos, governadores e secretários; empresas estaduais e municipais de processamento de dados; prestadores de serviço; executivos e técnicos da área de telecomunicações; consultores especializados e outros. Apesar do enfoque comercial, o Guia das Cidades Digitais representa um instrumento para a análise das iniciativas em diferentes municípios brasileiros.

- **Pesquisa eletrônica e contextualização histórica:**

A pesquisa eletrônica consiste em coletar informações extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizados em páginas, *blogs* e portais, a partir de livros, folhetos, manuais, guias, artigos de revistas, artigos de jornais, etc. (GERHARDT et al., 2010, p. 69). Trata-se de uma etapa muito importante para o trabalho, pois grande parte das análises empreendidas ocorre por meio destes dados coletados.

Ainda nesse contexto, a contextualização ganha importância com o objetivo de realizar a análise dos diferentes atores envolvidos no caso.. Realizada a etapa de contextualização, a análise partiu para a atuação destes agentes na conformação da “cidade digital” de Porto Alegre, permitindo compreender assim suas características, fato que é intencionalmente colocado para atender a um dos nossos objetivos de pesquisa. Assim, consiste na análise dos seguintes temas:

- *Plataforma de serviços on line:* visa identificar as mudanças que ocorreram no oferecimento de serviços públicos pela administração municipal. A análise é realizada no Portal PMPA (o site da Prefeitura de Porto Alegre).

- *Políticas públicas de inclusão digital:* objetiva identificar e compreender quais são os projetos existentes no município que promovam a inclusão digital. Nesse quesito, destacam-se os diversos telecentros instalados na cidade.

- *Grupos (ciber) ativistas:* nessa etapa, busca-se a identificação dos principais grupos articulados pela Internet existentes na capital cujo enfoque das ações se concentre no espaço urbano;

- **Análise do portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre:**

Nessa etapa realiza-se uma análise qualitativa do portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre através da proposta de Lemos (2007). No caso, o autor propõe uma metodologia de avaliação com base em quatro critérios centrais para um bom funcionamento dos portais governamentais. Os critérios apontados pelo autor são estes: **acessibilidade, otimização, navegabilidade e tratamento de erros**. Desse modo, cada um deles é destacado a partir da análise sobre o portal da PMPA.

- **Realização de pesquisas de campo:**

Busca-se reconhecer empiricamente a realidade do recorte espacial em estudo sob a óptica das transformações decorrentes das TICs. Nessa etapa, o enfoque foi dado aos projetos de inclusão digital do município de Porto Alegre. Nossa intenção, portanto, vem ao encontro de entrar em contato com os telecentros do município de Porto Alegre, e assim foram escolhidas três unidades para visitação. Procuramos escolher locais que apresentassem diferentes

características quanto à movimentação e perfil de usuário. Essa constatação prévia se deve a pesquisas já realizadas pelo autor, principalmente em 2009, quando da defesa do trabalho de conclusão de curso denominado “Inclusão digital em telecentros e *lan houses*: estudo sobre as novas dinâmicas espaciais decorrentes dos centros públicos de acesso à internet na Região Norte de Porto Alegre” (MORAES, 2009) e através da vivência em um estágio realizado na própria Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (órgão da administração direta do município ao qual estão vinculados os projetos de inclusão digital). As visitas foram realizadas nas seguintes unidades:

1º) *Mercado Público*: escolhido em função de ser o telecentro com maior número de frequentadores diariamente. Localizado em um ponto de grande fluxo de pessoas, esta unidade se caracteriza por apresentar um perfil bastante diverso quanto aos usuários;

2º) *Vila Ingá*: unidade localizada em um bairro da periferia de Porto Alegre, estando instalada desde 2004;

3º) *Vila Esperança Cordeiro*: também localizado em um bairro periférico, este telecentro é uma das unidades mais recentes, tendo sido inaugurado em 2009.

Para a realização da pesquisa de campo, foram aplicados questionários junto a monitores dos telecentros, visando a identificar não apenas os usos, mas, sobretudo, a importância desses centros públicos para seus usuários e, principalmente, as transformações no programa ao longo dos últimos anos.

É importante destacar que, inicialmente, as unidades Vila Ingá e Vila Esperança Cordeiro não estavam previstas dentro cronograma de realização das pesquisas de campo. No lugar delas, projetava-se a visita aos telecentros Chico Mendes (primeira unidade instalada em Porto Alegre) e Formação de Monitores (instalado na sede da SMDHSU para formação e treinamento de monitores). No entanto, devido a problemas de agendamento, optou-se pelas duas unidades primeiramente mencionadas.

- **Elaboração e realização de entrevistas:**

As entrevistas foram feitas com representantes dos diferentes âmbitos de organização envolvidos. Neste caso, os entrevistados eram representantes de

grupos (ciber)ativistas. Através delas, foi possível um aprofundamento do conhecimento de parte da realidade de estudo. Para essas entrevistas, optou-se pelo instrumento de coleta de dados denominado “entrevista semi-estruturada”. Este modelo implica em questões mais abertas (roteiro) e nem sempre são preestabelecidas, podendo ser possível inclusive a inserção de outras questões ao longo da coleta de dados, caso seja necessário (GERHARDT et al., 2010, p. 72).



## **2. TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DECORRENTES DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE TEÓRICA DA RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO, REDES, TECNOLOGIA E CIDADE**

Diante do avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em vários âmbitos da sociedade, da economia, da política e da cultura, a cidade, sendo o *locus* privilegiado para a criação de novos eventos (elementos que agregam novas dimensões e situações ao espaço geográfico), vem sendo o principal palco para a inserção dessas tecnologias, que provocam transformações territoriais na forma e no conteúdo do espaço urbano. Pensar o espaço geográfico contemporaneamente (e especificamente em nosso caso o espaço urbano) consiste em levar em conta não apenas os elementos visíveis ou concretos, mas também as relações que nele se estabelecem.

Ao refletirmos sobre a noção de transformações espaciais, faz-se necessário estabelecer nosso entendimento de “espaço”. Santos (2004) considera que o espaço geográfico é um conjunto de sistemas de ações e objetos integrados. O espaço, progressivamente, está repleto de objetos artificiais em sua constituição. No entanto, essa configuração nem sempre se apresentou dessa forma. Na verdade, a partir das ações humanas, que oferecem sentido a eles, o espaço determina os objetos segundo uma lógica de utilização e organização, redefinindo os objetos técnicos ao incluí-los em um conjunto coerente de modo a agir única e solidariamente.

Essa concepção da integração entre ações e objetos refuta as abordagens compartimentadas, sob o ponto de vista científico, na tentativa de compreender a sociedade e a natureza. Isso requer uma explicação conjunta da inserção dos objetos em uma série de eventos, sendo que a “sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos” (SANTOS, 2004, p. 102). Essa constatação da existência de conectividade entre objetos nos leva a refletir sobre algumas importantes noções que vêm alterando as dinâmicas espaciais, sobretudo as redes e as técnicas.

As transformações sucedidas através da ascensão de alguns aparatos tecnológicos, principalmente as TICs, são fundamentais para a compreensão

atual da contemporaneidade, apresentando repercussões em âmbito econômico, social, político, cultural e espacial. Esse processo de metamorfose acabou suscitando um inevitável debate acadêmico sobre os impactos dessas mudanças, em alguns casos sob a (questionável) concepção de que a maior velocidade da informação promoveria a redução da importância do espaço e do território. Resumidamente, seria a “aniquilação” do espaço pelo tempo. Um dos defensores dessa tese foi o francês Paul Virilio:

[...] a aceleração, não mais da história [...] mas a aceleração da própria realidade, com a nova importância deste tempo mundial em que a instantaneidade apaga efetivamente a realidade das distâncias, destes intervalos geográficos que organizavam, ainda ontem, a política das nações e suas coalizões [...]. Se não há um fim da história, é então ao fim da geografia que nós assistimos. (VIRILIO, 1997, p. 17)

David Harvey (1993), em uma visão menos catastrófica, considera que, ainda no século XIX, ocorre um incremento na criação de redes informacionais em escala global, através do advento do telégrafo e do telefone, protótipos de um futuro sistema mundial caracterizado pela possibilidade de conexão entre distantes locais e pela chamada compressão tempo-espaço. Esse fenômeno mostra como os sistemas de transporte e comunicação afetaram as experiências espaço-temporais através de tecnologias que “encolheriam” o mundo. (HAESBAERT, 2007, p. 161). As novas tecnologias e a forma como as informações são difundidas formaram aquilo que se convencionou chamar de “ciberespaço no novo espaço técnico-informacional planetário” (HAESBAERT, 2007, p. 204).

As TICs, dentro dessa conjuntura relacional entre espaço das formas e espaço dos conteúdos, são uma das grandes responsáveis por agregar a dimensão do “espaço de fluxos” à cidade, expressão cunhada por Manuel Castells (2008). Este seria o principal elemento fundador de uma nova forma espacial característica dos processos moldadores que configuram a sociedade em rede.

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas

estruturas econômica, política e simbólica da sociedade  
(CASTELLS, 2008, p. 436)

A cidade, portanto, se apresenta como um local em que a inserção destes elementos do espaço de fluxos demonstra grande destaque. No presente texto, daremos destaque a dois importantes atores deste processo: o Estado e a sociedade. Assim, o objetivo do trabalho consiste em analisar em que medida o espaço urbano vem sendo afetado pela introdução dessas novas tecnologias, procurando desenvolver algumas reflexões teóricas (mas também baseadas em alguns elementos práticos) a respeito das potencialidades da Internet (principal elemento das TICs que possibilita essas transformações) para o desenvolvimento socioespacial urbano, passando por temáticas como ciberdemocracia, ativismo na Internet (também tratado como ciberativismo) e cidades digitais. Em um primeiro momento, realizamos uma reflexão acerca dos novos elementos agregados pelas TICs ao espaço urbano, enfocando as transformações na cidade. A seguir, com o objetivo de destacar de que maneira essas tecnologias podem promover um desenvolvimento socioespacial, discorreremos sobre ações e possibilidades de atuação do Estado e da sociedade.

## **2.1. A tecnologia pelo viés da integração entre redes e técnica**

Nesta primeira seção, procuramos discorrer sobre duas noções que consideramos básicas para a análise do nosso objeto de estudo (e fundamentais para a compreensão de alguns elementos teóricos que serão aqui trazidos): a noção de rede e a noção de técnica. Essa escolha é derivada a partir do entendimento de que, contemporaneamente, a Internet significa a principal concretização resultante dessa integração entre redes e técnica. Essa relação implica em transformações no espaço e no território, sendo elemento fundamental para a constituição do ciberespaço. A noção de ciberespaço, por sinal, é aqui defendida como uma dimensão técnica do espaço geográfico.

Portanto, antes de nos adentrarmos na relação entre essas noções, cabe uma definição inicial sobre o que vem a ser a técnica. Milton Santos a considera como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2004, p. 29), sendo o espaço geográfico “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos

e de sistemas de ações” (SANTOS, 2004, p, 21). O espaço transforma-se constantemente e artificializa-se através das técnicas, tornando-as progressivamente estranhas ao espaço não modificado. Esse processo transforma as “coisas”, que são naturais, para “objetos”, que são artificiais e dotados de intencionalidade.

Milton Santos (2004) afirma que a história da relação entre sociedade e natureza se confunde com a constante substituição de um meio natural por um meio cada vez mais artificializado, ou seja, cada vez mais instrumentalizado pela própria sociedade. O autor propõe, *grosso modo*, que a história do meio geográfico pode ser dividida em três partes: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. O primeiro deles, o meio natural, era utilizado pelo homem sem alterações muito substanciais. “As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação” (SANTOS, 2004, p. 235). As técnicas já existiam (como a domesticação dos animais e plantas), mas havia ainda grande harmonia socioespacial. O segundo período, o meio técnico, tem a emergência do espaço mecanizado, com maior número e qualidade de artefatos. “As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais por objetos técnicos” (SANTOS, 2004, p. 236).

Já o meio técnico-científico-informacional:

É o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas de produção (SANTOS, 2004, p. 235).

Esse período se inicia a partir do período pós - Segunda Guerra Mundial, consolidando-se na década de 1970, inclusive em alguns países do terceiro mundo. Sua base funda-se na profunda relação entre ciência, técnica e informação como base da produção, utilização e funcionamento do espaço, constituindo o seu substrato. Outra característica marcante desse período é a possibilidade de universalização do meio; mesmo situações pontuais podem repercutir em vários pontos do planeta, em um encadeamento típico do período da globalização.

Quando nos deparamos com o ideia de rede, mesmo no senso comum, inevitavelmente remete-se a uma cadeia, a uma interconexão. Dentro do nosso entendimento, procuramos refletir sobre o tema de acordo com a perspectiva da Geografia. Partindo-se dessa premissa, devemos analisar como as redes modificam o espaço e como elas alteram suas diferentes grafias.

O termo rede deriva-se do latim “*retis*”, que significa o conjunto de fios, entrelaçados, linhas e nós (DIAS, 2005, p. 18). Ueda (2005) realiza um levantamento em diferentes dicionários de geografia e considera que existe uma grande relação entre a forma das redes com outras variáveis geográficas de acordo com os diferentes contextos históricos e com as relações existentes entre os diferentes agentes, bem como ressalta a importância da análise de estratégias utilizadas ao implantar, difundir e expandir as novas tecnologias. Entre estas, pode-se destacar as redes ferroviárias e hidrográficas; as redes infraestruturais, como enlaces, terminais (nós), rodovias e serviços regulares de transporte (nexos); e as redes urbanas e de comunicações.

Sociedades mais arcaicas já apresentavam sistemas semelhantes a redes: algumas civilizações pré-Colombianas possuíam modelos de comunicação entre distintos locais muito bem estruturados. Porém, é a partir do século XIX que ocorre um incremento na criação de redes informacionais em escala inclusive global, através do advento do telégrafo e do telefone, protótipos de um futuro sistema mundial caracterizado pela possibilidade de conexão entre distantes locais e pela chamada compressão tempo-espaço (HARVEY, 1993).

A noção de rede já é uma preocupação bastante antiga dentro das ciências humanas. No Século XIX, alguns autores trabalhavam com a ideia de rede industrial. Ainda nessa época, surgiram os primeiros estudos sobre redes sob o ponto de vista da integração territorial através de estradas, visando à facilitação da circulação de mercadorias. No Brasil, destacaram-se os estudos dos franceses Pierre Monbeig e Jean Labasse durante a década de 1950. Após um período de relativa inércia em termos de produção científica que perdurou por quase 30 anos, a “rede” voltou a ser empregada tanto como um conceito teórico, quanto como noção empregada pelos atores sociais: redes estratégicas, redes de ONGs, redes de universidades, redes de energia, redes de informação, entre outros (DIAS, 1995, p. 146).

Para Nicolas Currien, rede é

Toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia de seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (CURRIEN apud SANTOS, 2004, p. 262)

A noção de um espaço reticulado vem a partir da ideia de que a rede também é social e política. Essa constatação provoca a necessidade da compreensão de novos paradigmas para os ramos do conhecimento ligados à compreensão do espaço, no qual, além do tradicional cuidado com a ocupação de áreas, haveria a nova preocupação em ativar pontos e linhas, consistindo assim em novo elemento de análise. O espaço constituído pelas redes incrementadas pela ciência e pela tecnologia, portanto, é um espaço de transação, porção da totalidade que, devido a seu conteúdo técnico, permite uma comunicação permanente, precisa e rápida (SANTOS, 2004, p. 265). Sobre a necessidade de fluidez das redes, o mesmo autor considera que:

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos autores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado (SANTOS, 2004, p. 274).

Assim como o espaço não é homogêneo, as redes também não se apresentam de maneira uniforme. A diferenciação do espaço proporciona que as redes nele inseridas sejam heterogêneas. Em um mesmo subespaço, existem diferentes tipos de redes superpostas, sendo que o acesso a essas redes é diferenciado entre os atores envolvidos em determinado contexto (SANTOS, 2004, p. 268). Sendo a Internet um tipo de rede, concordamos com o autor quanto à diferenciação do acesso, fato que é representado pelo processo conhecido como “exclusão digital”.

Milton Santos também constata:

As redes são virtuais e ao mesmo tempo são reais. Como todo e qualquer objeto técnico, a realidade independente das redes é ser uma promessa. É assim que “a rede preexiste a toda demanda de comunicação e apenas realiza a comunicação

solicitada”<sup>8</sup>. Nesse sentido a primeira característica da rede é ser virtual. Ela somente é realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo de ação (SANTOS, 2004, p. 277).

Para Leila Christina Dias, “contemporaneamente, elas [as redes] atravessam fronteiras e introduzem uma nova ordem de problemas advindos de sistemas reticulares cada vez mais libertos de controle territorial” (DIAS, 2005, p.11, complemento nosso). A enorme gama de tipos de fluxos tornou mais complexa a articulação no espaço, exigindo técnicas cada vez mais eficazes. Essa consideração leva em conta a inserção cada vez maior das redes na sociedade, chamando a atenção para as relações e a complexidade das interações entre os nós (DIAS, 2005, p.11).

O debate acerca das redes é retomado principalmente em função da emergência de técnicas reticulares, principalmente as redes de comunicação (como a Internet). Essa nova dinâmica representa uma estrutura invisível da sociedade, que é denominada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells como “sociedade em rede” (DIAS, 2005, p. 18).

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma de tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (CASTELLS *apud* DIAS, 2005, p. 18).

A noção de rede também vem sendo explorada pela Geografia, que a concebe como uma forma da organização espacial. Características apontadas como instabilidade e mobilidade suscitam uma análise sobre um aspecto importante que transforma algumas espacialidades: a complexidade das interações espaciais resultantes das ações desencadeadas em lugares que podem ser longínquos ou não. Dessa maneira, a rede constitui-se como um dos recortes para a compreensão do espaço contemporâneo. Dentro do nosso entendimento, a rede mundial de computadores, mais conhecida como Internet, representa uma preocupação recente das ciências humana em busca de

---

<sup>8</sup> O autor retirou a citação de Christian Pinaud (1988, p.70).

compreender as alterações que esse sistema provoca na sociedade e no comportamento humano. Acreditamos que essa metamorfose também ocorre em recortes territoriais, principalmente a cidade, e, por isso, destacamos a relevância de estudos deste caráter.

O termo ciberespaço foi criado a partir de uma obra de ficção científica chamada “Neuromancer”, em 1984, pelo escritor William Gibson. Sobre isso, conforme Gontijo et al.:

[...] o autor [Gibson] trata de um real que se constitui por meio do engendramento de um conjunto de tecnologias, enraizadas de tal forma na vida em sociedade que lhe modifica as estruturas e princípios, transformando o próprio homem, que de sujeito histórico torna-se objeto de uma realidade virtual que os conduz e determina (GONTIJO et al., 2007, p.3, complemento nosso)

Além da obra de Gibson, outra contribuição importante dentro do campo artístico vem da cinematografia: a série Matrix, de autoria dos irmãos Andy e Larry Wachowski, que trata da problematização e implicação dos avanços tecnológicos (sob uma perspectiva futurista) para a sociedade, propondo uma simbiose entre o que seria real e o que seria virtual. O ciberespaço, tal como já foi definido no referencial teórico deste trabalho, é originado a partir da interconexão entre computadores conectados em rede (embora hoje já se possa questionar se o ciberespaço não se estende, por exemplo, às interfaces de telefones celulares e outros equipamentos similares de TICs que permitem o acesso à Internet), conforme a definição de Pierre Lévy (2000). Essa junção existe a partir da evolução tecnológica que permitiu a formação de redes complexas de computadores que proporcionaram um incremento na comunicação e interação mediadas pelas TICs. Existe, portanto, uma profunda relação entre as noções de tecnologia e rede, sendo possível considerar inclusive que ambas dependem, em grande parte, uma da outra no tocante ao atual contexto da “sociedade da informação”.

Dada a importância dessa inter-relação, Pierre Musso afirma que “o ciberespaço pode ser definido como um conjunto de estruturas reticulares colocadas elas mesmas em rede”<sup>9</sup> (MUSSO, 2003, p. 37, tradução nossa). O mesmo autor também defende “a instauração do ciberespaço como

---

<sup>9</sup> “Le cyberspace peut être défini comme un ensemble de structures reticulaires elles-mêmes mises en réseau” (no original).



entrecruzamento de redes em que a implantação praticamente viral permite ultrapassar as restrições do espaço puro, etéreo”<sup>10</sup> (MUSSO, 2003, p. 37, tradução nossa). O entendimento de Musso acerca da ação das redes e da técnica permite a compreensão de como o ciberespaço se insere nessa relação, superando a ideia de um simples “espaço virtual”, ao mesmo tempo em que reforça seu papel como um importante elemento presente na sociedade contemporânea. Ainda sobre o tema, ressalta o caráter de descentralização fomentado pela Internet.

[...] le réseau, « digitalise » toutes les activités qui passent sa médiation : l'État n'échappe pas à cette électronique dissolvante. Cette vision anti-étatique croise l'idéologie des internautes, car le réseau Internet est le modèle idéal du réseau libertaire-libéral, par différence au modèle étatique de réseau destiné au contrôle centralisé (MUSSO, 2003, p.38)<sup>11</sup>

Ao mesmo tempo em que afirmamos a importância da consideração do ciberespaço como elemento constituinte do espaço geográfico, consideramos que, muitas vezes, tem havido certo exagero sobre as consequências e as possibilidades do mesmo enquanto elemento de modificação da sociedade. Com bastante frequência, observamos algumas compreensões bastante extremas tanto sob um viés “progressista”, como pelo lado “pessimista” e “catastrófico”. Embora concordemos com Pierre Musso quanto aos argumentos anteriores, consideramos que o autor apresenta, em determinados momentos, uma visão extremamente entusiasta das possibilidades do ciberespaço.

Le territoire disparaîtrait et, du même coup, la base matérielle de l'État : ne subsiste qu'un espace lisse, fluide, virtuel, un espace de réseaux informationnels dans lequel il n'y a ni histoire, ni lieu. Grace au réseau, la démocratie sera électronique et « le politique disparaîtra » peut annoncer Jacques Attali. (...) Manuel Castells affirme que « les réseaux détruisent le contrôle étatique sur la société et sur l'économie (MUSSO, 2003. pp. 37-38)<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> “[...]L’instauration du cybespace comme entrecruzamento de redes dont le déploiement quasiment viral permet de circuler hors contraintes dans un espace pur, éthéré” (no original).

<sup>11</sup> “A rede digitaliza todas as atividades que passam por sua mediação: o Estado não escapa a esta eletrônica solvente. Esta visão anti-estatal cruza a ideologia dos internautas, já que a Internet é o modelo ideal de rede libertário-liberal, por diferença ao modelo estatal de rede destinado ao controle centralizado” (tradução nossa).

<sup>12</sup> “O território desaparece e, ao mesmo tempo, a base material do Estado: um espaço que continua a ser liso, fluido, virtual, um espaço de redes informacionais no qual não há nem a história nem lugar. Graças às redes, a democracia será eletrônica e “a política desaparece” assim anunciou Jacques Attali. (...) Manuel Castells afirma que “as redes estão destruindo o controle do Estado sobre a sociedade e sobre a economia” (tradução nossa).

Leila Dias também contribui com esse debate:

O desenvolvimento extraordinário das redes de transporte e telecomunicações na segunda metade do século XX favoreceu ainda mais a difusão de teses que superestimam o poder das mudanças técnicas. Esse debate é fortemente marcado por um viés determinista, e nas representações e discursos que se multiplicam a rede técnica aparece muitas vezes como o sujeito capaz de criar condições sociais inéditas e de estruturar os territórios (DIAS, 2005, p. 13)

Por mais que o ciberespaço efetivamente esteja promovendo uma série de implicações em termos sociais, culturais, políticos e econômicos, consideramos que é bastante precipitado afirmar o desaparecimento do território e a base material do Estado. Primeiramente porque a noção de território não compreende exclusivamente a esfera estatal, embora comumente seja confundida. Em segundo lugar, porque o território continua sendo de fundamental importância para o entendimento da difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação, que, sabemos, está longe de ser universal. São as diferenças marcadas territorialmente (como a segregação urbana, por exemplo), frutos de desigualdades, sobretudo econômicas, que demonstram áreas com maior ou menor grau de inclusão digital.

Deve-se tomar bastante cuidado com as teses excessivamente otimistas a respeito do “poder” das redes. Existem, segundo Dias (2005), duas teses bastante difundidas que distorcem a inserção das redes. A primeira delas é a que associa a contração das distâncias à negação do espaço, confundindo o espaço geográfico com a simples medição. A segunda, por sua vez, trata que o desenvolvimento dos progressos técnicos seria instantâneo, e as técnicas se desenvolveriam em um espaço ausente de história, o que reduz o tempo à noção de tempo real. Essa afirmativa significa ignorar os próprios condicionantes existentes no espaço e no território para a propagação das redes e das técnicas, como se o espaço fosse liso e homogêneo.

Quanto à democracia eletrônica, de fato este tem sido um termo recorrente e que demonstra as transformações principalmente no campo político. Contudo, também ponderamos que a existência de uma efetiva “democracia eletrônica” pressupõe a existência de uma efetiva democracia na sociedade. O uso deste

termo por parte de alguns governos e políticos tem banalizado a noção, por confundi-la muitas vezes com a criação de portais governamentais. Consideramos que isso é importante, mas não resume a dimensão da democracia eletrônica, fato que será aprofundado posteriormente ainda neste capítulo.

Ainda sobre a última citação de Pierre Musso, ao defender a destruição pelas redes do controle do Estado sobre a sociedade e a economia, baseando-se na leitura de Manuel Castells, consideramos que o termo “destruir” soe de maneira exagerada, mas é fato que redes como a Internet têm provocado alterações nessa relação, promovendo pelo menos uma fragilização. A Internet tem apresentado um forte poder de mobilização social, o que é incrementado pela grande velocidade de informação e pela facilidade para a repercussão da publicação. Alguns governos, em momentos de tensão pública, têm investido contra a Internet no intuito de enfraquecer movimentos organizados e controlar a veiculação de eventos, informações e notícias<sup>13</sup>.

## **2.2. O espaço urbano e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação**

Contemporaneamente, as cidades vêm sendo o principal local em que se observam as principais transformações decorrentes das tecnologias de informação. Essas alterações ocorrem tanto sob um ponto de vista da infraestrutura técnica (como cabos de fibra óptica e receptores de sinal *wireless*) que são agregados às ruas e prédios, quanto sob o ponto de vista do uso dessas tecnologias (comunidades virtuais e redes sociais, serviços governamentais na *web*, ciberativismo, entre muitos outros).

Faz-se importante destacar que não acreditamos que haja uma representação dualista entre cidade “real” (a cidade física) e cidade “digital” ou “virtual” (uma suposta representação da cidade somente na Internet). Ainda hoje, alguns autores demonstram uma visão bastante catastrofista a respeito do impacto das tecnologias na sociedade, associando a introdução dos

---

<sup>13</sup> Exemplos desse tipo de postura podem ser observados na China, em que o controle, a censura e o bloqueio na Internet ocorrem de maneira bastante intensa. Outro fato marcante ocorreu no início de 2011, quando o governo egípcio bloqueou redes sociais como Facebook e Twitter durante o período de eleições legislativas e em meio aos protestos contra o regime do então presidente Hosni Mubarak. A estratégia foi enfraquecer movimentos reivindicatórios e de oposição contra Mubarak que se apoiavam na Internet para a divulgação de informações e agendamento de ações.

computadores e das redes telemáticas<sup>14</sup> a uma substituição ou eliminação do espaço (geográfico) pelo ciberespaço, dada a grande velocidade de transmissão de dados. Essa seria a aniquilação do espaço pelo tempo, proposta defendida por Paul Virilio (1999). Esse tipo de concepção revela um viés extremamente apocalíptico no atual contexto, pois confunde o espaço com uma noção meramente topométrica, ou seja, como uma medida de distância entre objetos, sem levar em consideração o aspecto relacional e efetivamente geográfico. Mesmo com o significativo avanço da tecnologia (não apenas as de informação e comunicação), de maneira alguma se pode afirmar que esteja ocorrendo um esvaziamento ou fim da cidade (ou do espaço como um todo). Na verdade, defendemos a ideia de que haja uma agregação dos elementos das TICs à cidade preexistente, promovendo novos usos e novas formas ao espaço urbano, hipótese que tentamos esboçar neste texto.

A cidade contemporânea vem passando por significativas mudanças em termos das relações entre tempo e espaço. A tendência atual vem ao encontro do crescimento da velocidade de circulação e do ritmo mais acelerado de fluxos de mercadorias, capitais e pessoas (ROLNIK, 1995). Sendo assim, ela se projeta também no ciberespaço e daí deriva o termo “cibercidade” (também tratada como cidade digital ou cidade virtual).

André Lemos (2005, p. 12) também considera que a cidade vem passando por significativas transformações com o aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação, podendo ser vista como uma “cidade-ciborgue”<sup>15</sup>. O

---

<sup>14</sup> Telemática é o conjunto de tecnologias de transmissão de dados resultante da junção entre os recursos das telecomunicações (telefonia, satélite, cabo, fibras ópticas etc.) e da informática (computadores, periféricos, softwares e sistemas de redes), que possibilitou o processamento, a compressão, o armazenamento e a comunicação de grandes quantidades de dados (nos formatos texto, imagem e som), em curto prazo de tempo, entre usuários localizados em qualquer ponto do planeta. A telemática pode ser definida como a área do conhecimento humano que reúne um conjunto e o produto da adequada combinação das tecnologias associadas a eletrônica, informática e telecomunicações, aplicados aos sistemas de comunicação e sistemas embarcados e que se caracteriza pelo estudo das técnicas para geração, tratamento e transmissão da informação, na qual estão preservadas as características de ambas, porém apresentando novos produtos derivados destas. Fonte: Wikipedia. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Telematica>> . Acesso em 8 de julho de 2011.

<sup>15</sup> Lemos (2005) destaca o termo cidade-ciborgue sob o prisma, principalmente, das modificações no tocante às formas e à arquitetura da cidade. Nesse sentido, o termo diferencia-se da noção de cidade digital, que consideramos de uma abordagem mais ampla a respeito das consequências das transformações tecnológicas nas relações sociais e políticas na cidade. De todo modo, a contribuição do autor é importante para a compreensão sobretudo das transformações na infraestrutura urbana.

entendimento do autor sobre a inserção das TICs no espaço urbano a partir dessa definição resume o nosso entendimento a respeito desse tema:

A cidade-ciborgue é a cidade da cibercultura, preenchida e complementada por novas redes telemáticas – e as tecnologias daí derivadas (internet fixa, wireless, celular, satélites, etc) – que se somam às redes de transporte, de energia, de saneamento, de iluminação e de comunicação. Devemos compreender a cidade-ciborgue como um híbrido, composto de redes sociais, infra-estruturas físicas, redes imaginárias<sup>16</sup>, construindo um organismo complexo, cuja dinâmica está atrelada às novas tecnologias da cibercultura, próxima da metáfora do ciborgue<sup>17</sup>. A cidade sempre foi um artifício e hoje essa artificialidade está presa nas garras do digital (LEMOS, 2005, p. 12).

A partir destes atributos, diversas redes são inseridas no espaço urbano, continuando o interminável processo de transformação da natureza. Cria-se assim uma segunda ordem artificial formada pelo homem dentro do contexto da sociedade das redes telemáticas, da era pós-industrial e da cibercultura (LEMOS, 2005). Cibercultura, segundo Pierre Lévy (2000), denota “[...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”, sendo este, *grosso modo*, “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2000, p. 92). Quando tratamos da cidade na cibercultura, estaremos nos referindo às modificações decorrentes das Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço urbano.

Essa condição que destacamos dentro do processo de “digitalização” da cidade faz parte de um longo período de transformação urbana. A cidade se caracteriza como um artifício em que processos de comunicação e transporte atuam sinergicamente. E não se trata de um fenômeno recente, pois isso ocorre desde as cidades mais primitivas até a contemporaneidade. Contudo, a intensificação ocorre a partir da década de 1970, através da convergência entre as novas tecnologias e a informática, com a fusão, complexificação e transformação das estruturas urbanas clássicas apoiadas de sobremaneira pelas TICs. O que vemos atualmente consiste em um período da inserção cada vez mais presente das tecnologias dentro do cotidiano, não sendo diferente no

---

<sup>16</sup> Cf. WESTWOOD & WILLIAMS, 1997.

<sup>17</sup> Cf. LEMOS, 1999.

urbano. A cidade-ciborgue é, portanto, a forma atual do espaço urbano, inserida dentro da sociedade das redes telemáticas, da cibercultura e da era pós-industrial (LEMOS, 2005).

Ao contrário do senso comum de que as tecnologias de informação promovem o isolamento e a substituição do espaço “físico” pela “virtual”, a chamada cidade-ciborgue, como afirma Lemos (2005, p. 20), “[...] não é uma não-cidade, muito pelo contrário. Ela é a cidade da cibercultura”. É justamente nas grandes metrópoles que se observa mais efetivamente o florescimento das cidades cada vez mais permeadas pelas tecnologias digitais. Isso se deve, sobretudo, à maior capacidade de investimento na infraestrutura necessária para o desenvolvimento relativo às TICs (também conhecido como e-desenvolvimento ou *e-development*). O próprio Lemos também destaca que:

Os atributos geográficos, urbanos, a mão-de-obra qualificada e, o mais importante, a proximidade de grandes centros econômicos tradicionais são fatores determinantes para participar ativamente do espaço de fluxo. Confirma-se, assim, a manutenção dos grandes centros financeiros e de poder como cidades fisicamente bem localizadas (LEMOS, 2005, pp. 20-21).

A cidade digital não constitui a negação ou a oposição à cidade. Na realidade, trata-se de um elemento que se agrega a outros tradicionalmente existentes no espaço urbano, ou seja, uma cidade recombinate ou simbiótica, na qual os elementos de inovação tecnológica que afetam o espaço geográfico promovem uma série de transformações sociais e econômicas, caracterizando uma era específica da história (FIRMINO, 2005). O mesmo autor também destaca:

Levando em consideração que os espaços, infra-estrutura e interações eletrônicas são parte inerente da organização do território, entender estes aspectos representaria compreender uma importante parte da constituição contemporânea de nossas cidades. Ademais, se considerarmos que as cidades imateriais sobrepõem-se e, na verdade, fazem parte das cidades tradicionais, seria importante saber o que, por sua vez, as constitui (FIRMINO, 2005, p. 317).

Faz-se importante destacar, portanto, que estas novas tecnologias já estão integradas dentro do processo de construção social do espaço. Nesse sentido, o espaço urbano torna-se resultante da coexistência de pessoas, objetos, territórios, instituições e fluxos oriundos dos diferentes tempos da história urbana,

configurando a forma da cidade. A influência dessas formas herdadas é chamada por Santos (1978) de “rugosidades”. Elas seriam as reminiscências do passado enquanto forma, espaço construído, paisagem; trata-se do resto do processo de supressão, acumulação e superposição com as “coisas” que substituem e acumulam em todos os lugares e que se apresentam de formas isoladas ou em arranjos. As rugosidades compõem o espaço, este também definido por Santos (1997) como “acumulação desigual de tempos”.

Nesse sentido, as tecnologias telemáticas não se constituem em novíssimos elementos sob o ponto de vista de seus impactos, pois elas já estão imersas dentro do cotidiano urbano há décadas. Na realidade, compreende-se que a sua diferenciação se dá, sobretudo, através da natureza destes impactos, da extensão de seus efeitos e pela maneira como são interpretadas (FIRMINO, 2005). Essa diferenciação é ainda mais evidenciada pela crescente apropriação social das TICs e por sua natureza mais interativa, difusiva e “democrática”, já que a publicação de conteúdos e informações é mais facilitada, barata e de rápida difusão em comparação a outras plataformas.

Ao longo desse breve (porém intenso) período histórico, podemos perceber algumas transformações dentro da compreensão sobre as cidades digitais, o que é importante para o entendimento das diferentes formas de teorizar acerca do tema. Em um primeiro momento, a chamada virtualização do espaço urbano foi enfocada para questões de planejamento urbanístico no tocante à automatização de tarefas. Essa seria a primeira acepção do termo. Em um segundo momento, passa-se a também utilizar o termo no sentido de realizar uma transposição da cidade “real” para um ambiente virtual, como se fosse uma espécie de simulador, onde uma série de serviços disponíveis *offline* passaria a ser oferecida também *online*<sup>18</sup>. Por último, inicia-se o entendimento de que a cidade digital nada mais é

---

<sup>18</sup> Tomamos a liberdade de inserir os termos *online* e *offline* para destacar o quanto as redes de informação estão cada vez mais inseridas dentro do nosso cotidiano, atingindo inclusive a questão da linguagem e da utilização de termos ligados à informática. *Online* significa estar conectado, enquanto *offline* significa desligado ou fora de conexão. No caso da frase em destaque, queremos dizer que serviços que anteriormente eram oferecidos apenas de maneira presencial passam a ser disponibilizados também na Internet. Exemplos clássicos disso são os das primeiras cidades digitais europeias, como o caso de Amsterdã, no qual os cidadãos poderiam ter acesso a documentos de interesse, notificações de decisões do conselho municipal, além de uma plataforma de comunicação para que os interessados pudessem expor sua opinião sobre diferentes assuntos também na *web*, semelhante às comunidades virtuais conhecidas atualmente.

do que o entrelaçamento entre redes físicas e digitais reconfigurando suas relações dentro da cidade contemporânea.

Sobre isso, Firmino (2005) destaca a existência de uma crescente simbiose entre cidade e tecnologia, ou seja, uma interação maior entre esses dois elementos, o que leva este autor a afirmar a existência da chamada “urbanização simbiótica”. Para ele as cidades digitais são consideradas como um “conjunto de representações virtuais ou eletrônicas, manifestações físicas e **interações sociais** diretamente relacionadas ao desenvolvimento das TICs nas cidades” (FIRMINO, 2005, p. 318, grifo nosso). Essa afirmação reforça a ideia da existência da “cidade digital” como um elemento (este sim recente, embora tenhamos destacado no parágrafo anterior que os impactos da telemática sejam mais antigos dentro das cidades) integrante do espaço urbano contemporâneo, pois o debate a respeito de infraestrutura telemática, inclusão digital, governo eletrônico, entre outros, está cada vez mais em evidência dentro das agendas de discussões das administrações públicas.

Lemos (2006) apresenta uma tipologia de entendimentos a respeito da noção de “cidade digital”, sendo a mesma adaptada e reproduzida no quadro a seguir (Quadro 1):

1º entendimento	Projetos governamentais, privados e/ou da sociedade civil que visam criar uma representação na <i>web</i> de uma determinada cidade. Cibercidade como um portal com instituições, informações e serviços, comunidades virtuais e representação política sobre uma determinada área urbana. Exemplo: Digital Stad (Amsterdã)
2º entendimento	Experiências que visam criar infra-estrutura, serviços e acesso público para o uso das novas tecnologias de comunicação e informação. O objetivo principal é criar interfaces do espaço eletrônico com o espaço físico através de oferecimento de teleportos, telecentros, quiosques multimídia, e áreas de acesso e novos serviços com as tecnologias sem fio como <i>smartphones</i> e redes <i>wi-fi</i> .  CONTINUA...



3º entendimento	Modelagens em três dimensões (3D) a partir de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para criação de modelos e simulação de espaços urbanos. Trata-se de sistemas informatizados utilizados para visualizar e processar dados espaciais de cidades a fim de ajudar no planejamento, servindo como instrumento estratégico do urbanismo contemporâneo.
4º entendimento	“Cibercidades metafóricas”, formadas por projetos que não representam um espaço urbano real. Basicamente são sites que visam criar comunidades virtuais (fóruns, <i>chats</i> , <i>news</i> , etc.) e que utilizam a metáfora de uma cidade para a organização do acesso e da navegação pelas informações. Nesse caso, não há uma cidade real, mas apenas a utilização da imagem e funções de uma cidade.

**Quadro 1 – Diferentes entendimentos a respeito do termo “cibercidade”.  
Adaptado de Lemos (2006)**

Contudo, o mesmo autor destaca um entendimento integrador da noção de “cibercidade”, fato que também defendemos. No caso do nosso trabalho, destacam-se basicamente as duas primeiras, as quais acreditamos que sejam de grande relevância para a análise aqui empreendida da atuação de Estado e sociedade, mais especificamente Prefeitura Municipal e grupos (ciber) ativistas em Porto Alegre.

Em todas as acepções do termo, fica evidente que por cibercidade devemos compreender uma forte relação entre a cidade e as novas tecnologias de informação e comunicação. De forma mais genérica, e transcendendo a tipologia apresentada, cibercidades seriam cidades para as quais as infra-estruturas digitais já são uma realidade. Nesse sentido, todas as grandes metrópoles contemporâneas são cibercidades. Trata-se de um conceito que visa colocar o acento nas novas tecnologias de comunicação e informação em **interface com o espaço urbano**, seja para **promover vínculo social, inclusão digital, informações aos cidadãos, produção de dados para a gestão do espaço, aquecimento das atividades políticas, culturais e econômicas**. A cibercidade é a cidade da cibercultura (LEMOS, 2006, grifo nosso).

Além das tradicionais redes que nela permeiam, a cidade da cibercultura se diferencia pelo novo grupo de redes de infraestrutura (semelhante ao exposto

no segundo entendimento, presente no quadro 1), que modificam o espaço urbano tanto fisicamente quanto pelas relações que se estabelecem na rede, mas que acabam tendo consequências reais. A rede não se constitui uma oposição à realidade, e sim um complemento que caracteriza atualmente o espaço e o território, tal como a definição trazida por Haesbaert (2007) sobre território-rede, que demonstra a importância territorial dos fluxos imateriais. Ou seja, trata-se da cidade contemporânea envolta dentro do conjunto de redes de infraestrutura de comunicação. Essas redes telemáticas estão transformando o espaço urbano, assim como as relações sociais nesse espaço. Nesse contexto, não se concretiza o “fim das cidades” ou a dissolução dos grandes centros, já que estes continuam sendo os principais polos de inovação, nos quais há maior concentração de capital e trabalho (LEMOS, 2005). E é justamente aí que reside dois dos nossos objetivos a serem respondidos dentro dessa pesquisa, a saber: referenciar os conceitos e noções relativas a ciberespaço, técnica, meio técnico-científico-informacional, cidade digital, ativismo na Internet e ciberdemocracia; e contextualizar as novas territorialidades urbanas derivadas do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A análise sobre a importância dessas novas tecnologias dentro do espaço urbano demonstra que as cidades, em geral, estão em um período de intensa transformação no aspecto “físico” (redes de fibra óptica, *wireless*, inovação constante das tecnologias) e, principalmente, no tocante às relações sociais e políticas, algo destacado no trabalho pela questão da gestão governamental e pela organização de grupos (ciber) ativistas.

A comunicação mais horizontal promovida pela Internet, ao contrário de sistemas tradicionais como a televisão, rádio e jornais (sistema um - muitos), permite uma maior pluralidade para a produção e o acesso à informação, havendo assim uma questão política relevante sob o ponto de vista do espaço urbano, por exemplo. Exemplificando essa afirmativa, podemos partir da articulação de grupos e movimentos que pode ser potencializada com o advento da Internet, estabelecendo novas relações entre os mesmos. Lemos (2005) acredita que os grupos estão estabelecendo relações de proximidade através da *web*, que, ao invés de promover o isolamento, fomenta a “ocupação” do espaço real por meio de organizações pelo espaço virtual, bem como proporciona a

criação de elementos de conectividade em ambientes físicos da cidade, entre outros. Ou seja, a cidade é ressaltada como o local que recebe esses novos elementos. As TICs estão cada vez mais presentes no cotidiano das cidades, constituindo assim um ponto de partida para a discussão aqui proposta. Elementos que emergem a partir dessa questão são as cidades digitais (ou virtuais), governo eletrônico, cibercidadania, exclusão e inclusão digital e ciberdemocracia.

### **2.3. A Internet, o Estado e a sociedade**

Uma das principais questões quando se trata da participação política e as Tecnologias de Informação e Comunicação (mais especificamente a Internet) consiste na relação entre cidadãos e governos, principalmente a possibilidade de uma intensificação de canais de comunicação, informação e participação. Sendo a Internet um dos mais importantes meios de difusão do conhecimento, interação entre usuários e busca de informações, a figura do Estado também se insere como um dos atores no ciberespaço em diversas escalas, seja a nacional, a estadual ou a municipal. Entretanto, há diversas maneiras e magnitudes dessa inserção, desde um caráter apenas informativo até uma participação mais efetiva na gestão (em nosso caso, na gestão urbana). O espaço “virtual” de maneira alguma substitui os meios tradicionais de atividade política, mas atua como um complemento.

A aplicação das TICs envolve uma enorme gama de atores (Estado, municípios, empresas, associações comunitárias, organizações civis, indivíduos, entre muitos outros) para a utilização dessas tecnologias e a previsão de seus impactos sociais e espaciais, decidindo e monitorando permanentemente suas aplicações (FALABELLA & AGUIRRE, s/d). Os novos sistemas técnicos promovem transformações no espaço urbano, tanto é que, para Susana Finquelievich, a “nova lógica espacial, definida por Castells como espaço de fluxos, modifica e reconstrói as funções da cidade” (FINQUELIEVICH, p. 8, 2001, tradução nossa).

Em virtude das transformações impostas no território pelas redes técnicas, em especial a Internet, surgem novos campos de promoção de serviços e de participação da sociedade no âmbito da gestão pública. Conforme Rezende, Frey

e Betini (2003), a gestão “está relacionada com o conjunto de recursos e a aplicação de atividades destinadas ao ato de gerir. [...] O processo de gestão é uma função orgânica básica da administração”. Os mesmos autores consideram que a “democracia eletrônica tem foco no uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicadas às atividades e ações de governo, em especial, de governo para com a sociedade e seus cidadãos”. Laporte considera que

[...] a Internet pode contribuir para a emergência de novos padrões de governança, **incrementando as relações entre cidadãos, governos e participação política**. Segundo os autores, a utilização da Internet pelos governos, se orientada para o fornecimento de informações, permite à interatividade desempenhar um papel significativo nas relações entre cidadãos, organizações da sociedade civil e governo. (LAPORTE apud VAZ, 2003b, grifo nosso).

Dentro deste processo de metamorfose, consideramos que o espaço urbano consiste em um recorte de análise privilegiado para a manifestação dos impactos das TICs (sobretudo a Internet). Assim, emerge a chamada “cidade digital”, que tem o objetivo de “[...] atender a comunidade em rede, virtualmente criada de acordo com as necessidades de uma comunidade real e são difundidas a partir de algumas iniciativas que visam caracterizar estes espaços virtuais” (TANCMAN, 2002, p. 101). No nosso caso, enfocamos duas frentes atuantes nessa conjuntura: primeiramente, a ação do governo, que objetiva a utilização de tecnologia de informação na administração pública para prestação de serviços pela transparência das funções governamentais, assim como para a promoção de políticas públicas. Consideramos que as cidades digitais constituem uma nova territorialidade urbana, que, em função das potencialidades oferecidas no ciberespaço, podem ampliar o espaço público, a partir do oferecimento de serviços da administração pública, bem como atuação da população. Steven Clift afirma que:

A democracia eletrônica ou *e-democracy* representa o uso das estratégias democráticas de gestão e de tecnologia da informação e comunicação pelos mais diversos atores democráticos (governo, representantes oficiais eleitos, mídia, organizações políticas, cidadãos, etc.) dentro de processos políticos e de governança de comunidades locais e internacionais. (CLIFT apud REZENDE et al., 2003).

Ao tratar das ações de governo no sentido de promover a participação política através da Internet, o pressuposto inicial consiste no acesso à informação, sendo essa um subsídio fundamental para a participação, de modo que a publicidade seja feita de maneira a atingir o maior público possível. Entre as possibilidades existentes para a utilização da *web*, destacam-se a disponibilização de informações gerais sobre a cidade e o governo, banco de dados (desde que não sejam considerados de caráter confidencial<sup>19</sup> pelo Estado), contas públicas (dentro da lógica da “transparência” das administrações), concursos públicos, entre uma série de outros serviços.

Embora o incremento no acesso a serviços e informações governamentais se constitua um avanço em comparação a períodos anteriores de nossa história recente, não podemos confundir essas funções como uma efetiva ciberdemocracia. O termo ciberdemocracia muitas vezes é reduzido apenas à questão do governo eletrônico, que, em suma, consiste na utilização das tecnologias para a promoção de serviços governamentais. Na verdade, a ciberdemocracia vai além disso, concebendo o ciberespaço como uma plataforma para o desenvolvimento de atividades “cidadãs”, não necessariamente ligadas ao governo, mas também ao ativismo político, ambiental e social, a questões humanitárias ou que envolvam o espaço público (esses elementos serão aprofundados posteriormente).

Para Marcelo Lopes de Souza (2006), as expressões “governo eletrônico” e “ciberdemocracia” têm entrado em voga nas discussões acerca da vida política, basicamente se centrando na otimização e prestação de serviços. Dentro desse contexto, as tecnologias podem ser diferenciadas quanto ao seu alcance:

- Auxílio na prestação de informações ao cidadão (facilidade na gestão dos serviços prestados pelo Estado);
- Permissão da participação deliberativa não-presencial.

---

<sup>19</sup> Destacamos a questão da confidencialidade da informação documental devido à emergência do “caso” WikiLeaks no final do ano de 2010. A WikiLeaks, dirigida pelo australiano Julian Assange, consiste em uma organização transnacional na Internet que divulga documentos e informações de caráter confidencial de governos e empresas. Embora tenha sido criado em 2006, o portal acabou ganhando maior notoriedade a partir de 2010, quando foram divulgadas diversas informações sobre as ações dos Estados Unidos nas guerras do Afeganistão e do Iraque, além de uma série de correspondências de embaixadas norte-americanas ao redor do mundo.

O mesmo autor possui uma visão bastante pessimista quanto à real relevância dessas práticas. Essa desconfiança fica muito clara a partir do seguinte trecho do mesmo texto:

Muito provavelmente, a esmagadora maioria das experiências atuais de 'governo eletrônico' almeja mais nada que *aperfeiçoar* a democracia representativa, especialmente do ângulo da eficiência gerencial, no máximo abrindo espaço para uma participação do tipo consultivo. Rotinas participativas como o orçamento participativo de Porto Alegre, em que se introduziram convincentemente elementos de democracia direta no contexto geral da democracia representativa, são incomuns, e aí o uso da Internet deve ter natureza apenas suplementar, não substituindo as decisões em situação de co-presença (SOUZA, 2006, p. 450, grifo do autor).

Embora concordemos com o autor quanto ao *status quo* dessas práticas, em função da timidez da maioria dos projetos relativos à efetiva participação da população na gestão urbana, é importante ressaltar que a utilização das TICs pela administração pública ainda é um fenômeno relativamente recente, possuindo pouco mais de uma década de existência em casos mais consolidados. Temos de levar em consideração que essas iniciativas tendem a ser aperfeiçoadas no futuro, não apenas devido a um amadurecimento por parte dos governos, como também pela própria evolução tecnológica, a partir de maiores níveis de interatividade e segurança dos dados.

No atual contexto da democracia contemporânea, no qual o sistema representativo pouco oferece em termos de efetiva participação da população, as TICs podem permitir um fortalecimento da atividade cidadã. As vantagens da Internet estariam relacionadas a três pontos: 1º) permitir acesso a informações, instituições e usuários interessados em discutir; 2º) estabelecer uma lógica complementar de interação entre usuários; 3º) estar apto a receber contribuições de cunho opinativo (MARQUES, 2005). Contudo, em grande parte dos casos da utilização da Internet pelos governos, fica-se restrito ao primeiro ponto, ou seja, ao caráter informativo.

A ciberdemocracia não impede a deliberação pública tradicional; na realidade, pode complementá-la, constituindo-se em um canal alternativo, já que as ferramentas da Internet (salas de conferências, fóruns, listas de *e-mail*, etc.) permitem o debate entre aqueles que pretendem e podem decidir. A possibilidade de o governo chegar à esfera civil de maneira massiva a partir de canais diretos,

evitando assim a mediação da esfera da informação, permite uma “comunicação” mais direta. (MARQUES, 2005).

Apesar de todas essas considerações a respeito do uso das TICs para a participação da sociedade no processo da gestão urbana, é importante destacar que estamos tratando de potencialidades. Para o funcionamento de todos esses pressupostos tratados, há uma condição fundamental: o acesso às TICs. Em países periféricos emergentes, como é o caso do Brasil, a posse de computadores e o acesso à Internet têm crescido significativamente nos últimos anos, sobretudo a partir da segunda metade da década de 2000. No caso brasileiro, esse crescimento se deve de sobremaneira ao barateamento do custo dos equipamentos e também do aumento do poder de compra inclusive das camadas mais pobres da população. Apesar desse aumento relativo no número de usuários de Internet, o acesso, de modo geral, ainda mostra-se bastante restritivo quanto ao uso de Internet e computadores. Conforme dados da TIC Domicílios<sup>20</sup>, realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil) em 2010, 46% da população brasileira jamais utilizou um computador em toda a vida e 52% nunca acessou a Internet. O cenário ainda se mostra, portanto, bastante desigual quanto ao acesso a essas tecnologias. Desse modo, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão digital, tanto sob o ponto de vista do acesso material, quanto no desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a utilização principalmente da Internet.

É comum a associação entre participação popular e as noções de “descentralização” e “governança”, discurso adotado de sobremaneira por gestões nos diversos níveis de administração. Nesse contexto, a própria utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação consiste em elemento apregoado pelos gestores públicos como uma maneira de “democratização e aproximação do governo com o cidadão”. Essa noção merece uma consideração bastante cuidadosa, pois vem ao encontro de nossa ideia quanto ao enfoque das iniciativas (principalmente municipais) de ciberdemocracia, enfocadas apenas no caráter

---

<sup>20</sup> A TIC Domicílios 2010 mediu o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, uso do computador, uso da Internet, segurança na rede, uso do *e-mail*, *spam*, governo eletrônico, comércio eletrônico, habilidades na Internet e acesso sem fio (uso do celular). As pesquisas do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação estão disponíveis em <<http://www.cetic.br/>>. Acesso em 8 de março de 2012.

informativo. A descentralização e a flexibilização, conforme Souza (2006) não têm sido utilizadas efetivamente para o aumento da autonomia e a ampliação de direitos e liberdade, servindo mais como elementos de promoção dos governos (sobretudo no contexto do enxugamento do Estado pela óptica neoliberal) do que como uma real possibilidade de desenvolver a capacidade de autonomia no processo decisório. Dessa maneira, para o mesmo autor, não é possível ser muito otimista atualmente quanto ao aproveitamento das potencialidades do ciberespaço. Mesmo assim, vislumbram-se práticas em curso com o uso “subversivo” da Internet por movimentos sociais e organizações construtivamente insurgentes.

A Internet também se constitui em uma privilegiada ferramenta para a articulação de grupos em torno de um determinado fim. A possibilidade de utilização da Internet pode potencializar as ações de organizações ativistas, emergindo assim o chamado ciberativismo. Rigitano afirma que “(...) é viável pensar a Internet como um espaço social na medida em que esta pode vir a se configurar como um ambiente, um espaço onde ocorrem ações ativistas da mesma forma que no espaço físico” (RIGITANO, 2005, p. 249).

Os grupos (ciber)ativistas são outros atores importantes dentro da conjuntura analisada nessa pesquisa. Quando se trata da questão do ativismo e da Internet, faz-se importante considerar que há duas formas para a análise das iniciativas: o ciberativismo através da Internet e o ciberativismo na Internet. Enquanto o primeiro congrega as ações realizadas ou apoiadas na Internet, mas com um fim externo (como forma de comunicação, exposição de informações, articulação, mobilização), o segundo se refere às iniciativas dentro da própria Internet. (RIGITANO, 2005) No presente estudo, destacamos essa primeira forma de articulação, ou seja, as formas de ativismo organizadas a partir da Internet cujo escopo central sejam as questões relativas à cidade, sobretudo a partir de *blogs*.

Reside aí a importância da consolidação de programas de inclusão digital que permitam que, principalmente, as populações mais marginalizadas desse processo possam efetivamente fazer parte de uma “cidade digital”. A desigualdade quanto ao acesso a essas tecnologias é um fator determinante para a participação da população. A efetivação de um projeto de inclusão digital que forneça os subsídios necessários para a utilização das potencialidades da Internet



pode promover um avanço da participação popular no acesso a serviços públicos e na gestão urbana a partir das TICs. Apropriando-se da noção de “inclusão social precária” (HAESBAERT, 2007), percebemos que, em grande parte dos projetos, contudo, ainda há um enfoque apenas na acessibilidade, sem uma clara preocupação qualitativa sobre as diferentes funcionalidades possíveis na Internet (na dissertação, nosso enfoque é dado a partir dos centros públicos de acesso gratuito). Consideramos, nesse caso, que há uma “inclusão digital precária”. No próximo tópico, discutimos a formação da chamada “segregação digital”, uma forma decorrente da exclusão de grupos populacionais no contexto das TICs.

#### **2.4. Desigualdade e exclusão no ciberespaço: elementos para uma “segregação digital”**

Neste tópico, aprofundaremos uma análise a respeito da relação entre a desigualdade quanto ao acesso às Tecnologias de Informação (e, conseqüentemente, o acesso ao chamado “ciberespaço”) e a emergência de um novo fenômeno: a segregação digital, consequência direta da exclusão digital.

Pierre Lévy (2000, p. 92) define o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Embora o ciberespaço não se resuma à Internet, essa rede aparece como o elo mais difundido deste espaço “virtual”. Silva e Tancmán (1999, p. 56) definem-no como “uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais”. Para Fábio Duarte:

A parte tecnológica do ciberespaço está na criação de uma rede de circulação de informações em escala global, envolvendo linhas telefônicas físicas (cobre ou fibra óptica), transmissões por satélites ou ondas de rádio, tendo como tecnologia catalisadora a informática. Ela permite não apenas a integração tecnológica entre esses meios, mas principalmente a transformação de todos os sinais que eram particulares a cada meio numa linguagem comum, que pode então ser traduzida para todas as tecnologias envolvidas. A constituição do ciberespaço vai além da estrutura material, envolvendo as pessoas que se conectam nessa rede e a dinamizam, enviando, recebendo, transformando e reenviando informações – também incrementando as tecnologias e as linguagens que constituem o sistema informacional (DUARTE, 2002, p. 231).

Havendo essa relação entre a sociedade e o ciberespaço, a Geografia deve assumir sua representatividade nos novos estudos decorrentes do aumento

de importância da Internet na conformação da sociedade contemporânea, cada vez mais baseada na facilidade e na agilidade dos fluxos de informação. Sobre isto, Hindenburgo Pires afirma que:

O estudo do ciberespaço, segundo o olhar da geografia, constitui um esforço recente que vem se expandindo e se consolidando rapidamente, impulsionado principalmente pela necessidade de se estabelecer as bases ontológicas e conceituais que expliquem e elucidem como essa estrutura de redes afeta a dinâmica territorial e influencia, através da Internet, o crescimento de serviços e atividades eletrônicas (PIRES, 2005, p. 2).

Historicamente, a criação de novos mecanismos de comunicação em massa forma grupos excluídos do acesso em um primeiro momento, e esse foi o caso do surgimento da televisão, do rádio e da Internet, como lembra Lévy (1999). Essa segregação denota uma tendência antevista por Santos (1994), que afirma que o meio técnico-científico-informacional tende a se superpor a todos os lugares no espaço geográfico de maneira diferenciada. Ou seja, não há uma homogeneidade quanto à acessibilidade, seja isso devido à impossibilidade de compra ou da inexistência de centros públicos de acesso, ou à falta da infraestrutura necessária, como cabos, redes de fibra óptica e energia elétrica. Considera-se, portanto, que existem discrepâncias conforme o poder de penetração dessas novas tecnologias, constituindo assim a chamada “exclusão” ou “segregação” digital, cuja origem funda-se em uma diferenciação relativa ao espaço de fluxos. Rogério Haesbaert (2007, p. 189), mencionando Gerard Ó Thuathail, afirma que “a cidade global do nosso tempo compõe um imenso *apartheid* social entre conectados e desconectados”.

Para Jeffer Chaparro (2007), a exclusão digital também é conhecida pelos termos como “desigualdade digital”, “segregação digital” e “brecha digital”. A segregação digital está intrinsecamente relacionada com a manifestação de diferenças socioespaciais, vinculadas a aspectos como capital econômico, formação educacional, investimento público, acesso às infra-estruturas e adaptação a novas tecnologias. A partir disso, percebe-se a enorme gama de fatores relacionados a essa problemática, que tornam ainda mais complexa a tentativa de reduzir a carência de acesso à Internet. Entretanto, de acordo com o nosso entendimento, procuramos realizar uma distinção entre as noções de “exclusão” e “segregação”. A diferença entre as duas se dá no caráter de cada

uma: enquanto esta última refere-se à falta ou à precariedade de acesso, a primeira consiste em uma situação processual e mais contínua, resultando em um novo elemento de divisão na sociedade.

Conforme o mesmo autor (2007), a segregação digital também está relacionada com a manifestação de diferenças sócio-territoriais, vinculadas a aspectos como capital econômico, formação educacional, investimento público; ao acesso às infra-estruturas e à adaptação a novas tecnologias. A partir disso, percebe-se a complexidade de fatores relacionados a essa problemática, o que torna mais difícil a tentativa de reduzir a carência de acesso à internet. De acordo com Vanda Ueda:

Las desigualdades y las diferencias son complejas, una vez que la distribución de la riqueza es desigual. Si pensamos en términos de nuevas tecnologías de la información, pocos son las personas que tienen acceso, una vez que los precios de los equipamientos son demasiados altos y el acceso a la Internet es casi imposible, pues exige un ordenador conectado a una línea telefónica. (UEDA, 2004)<sup>21</sup>

Dessa maneira, como observa Manuel Castells, “a diferenciação entre os que têm e os que não têm Internet acrescenta uma divisão essencial às fontes já existentes de desigualdade e exclusão social” (CASTELLS, 2003, p. 203). Visto que ainda há uma série de fatores impeditivos para obter o pleno acesso ao ciberespaço, conjeturam-se alternativas que possam minimizar o problema da exclusão digital. Neste sentido, os telecentros comunitários apresentam-se como uma alternativa viável para parcelas da população que jamais tiveram contato com o ciberespaço, como também para aquelas que não têm um acesso frequente devido a limitações financeiras. Chaparro (2007) pondera que os telecentros são considerados uma alternativa para diminuir as distâncias relacionadas à segregação social e digital, ao promover alternativas de inclusão para aqueles cujo acesso é escasso. Ueda (2004) sistematiza os objetivos da implantação dos telecentros, que propiciam a superação dos limites entre o computador e a apropriação do mesmo, oportunizando melhores condições de

---

<sup>21</sup> “As desigualdades e as diferenças são complexas, uma vez que a distribuição da riqueza é desigual. Se pensarmos em termos de novas tecnologias de informação, poucas são as pessoas que têm acesso, uma vez que os preços dos equipamentos são muito altos e o acesso à Internet é quase impossível, pois exige um computador conectado a uma linha telefônica (tradução nossa)”.

vida e a democratização da informação aos cidadãos. São esses espaços coletivos que promovem a inclusão social através da inclusão digital.

Conforme Ana Fani Alessandri Carlos (2006):

A sociedade assentada no sistema produtor de mercadorias fundado na existência da propriedade – do solo, dos meios de produção e do dinheiro – ao se desenvolver não só inundou o mundo de produtos – sempre novos, assentados na obsolescência forjada e na moda do efêmero – mas produziu um conjunto de relações sociais subsumidas a essa lógica. É assim que a crise se revela e é vivida em vários níveis (CARLOS, 2006, p. 48).

As considerações da autora a respeito da crise urbana são bastante reveladoras para o nosso caso. A constante inovação observada nos produtos do ramo de informática e telecomunicação tem agravado ainda mais a situação da segregação digital. De maneira cada vez mais intensa e rápida, esses equipamentos têm apresentado obsolescência, o que torna o processo ainda mais cruel. Para Bernardo Sorj (2003, p. 60), “as tecnologias estão em constante movimento, e aquilo que parece o ponto de chegada rapidamente fica obsoleto”. Enquanto o telefone ainda é um instrumento pouco conhecido para uma parcela significativa da população mundial, na outra ponta, torna-se um equipamento cada vez mais secundário em função do crescimento da Internet e, mais recentemente, de aparelhos como *smartphones* e *tablets* que agregam uma série de funções dos computadores – e ainda possuem o qualificativo da mobilidade.

A falta de acesso às TICs denota, como estamos apreciando, uma série de elementos de segregação. Um deles se refere às oportunidades de trabalho. Face ao atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, no qual a velocidade da informação e dos dados é condição fundamental para o funcionamento de empresas, corporações e órgãos públicos, o conhecimento em informática (mesmo que de maneira básica) consiste em um pré-requisito para a maioria das profissões, inclusive algumas de menor complexidade. Desse modo, indivíduos que não possuem esses conhecimentos tendem a enfrentar maior dificuldade para conseguir alguns tipos de emprego.

Ainda neste mote do mundo do trabalho, dentro de uma escala mais ampla, a telemática pode ser usada para gerar crescimento econômico, também conhecido como “e-desenvolvimento”. Dentro deste tema, sobressaem-se

questões como orientação de investimentos, políticas de recursos humanos, de ciência e tecnologia, de política industrial e de comércio exterior (SORJ, 2003). Exemplos de áreas com forte investimento em Tecnologia de Informação são os polos tecnológicos (ou tecnopolos), no qual empresas são atraídas, sob a lógica das economias de aglomeração, através de isenção de impostos e da parceria com universidades e centros de pesquisa, normalmente sob o comando de empresários e pesquisadores, mas também com participação do Estado em alguns casos. De acordo com a visão de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2008, p. 264), essas são caracterizadas como “espaços luminosos”, por serem áreas de atração e de grande desenvolvimento econômico, aquelas que mais acumulam densidades técnicas e informacionais.

A segregação digital é retrato da exclusão digital, e agrega um elemento de desigualdade entre a sociedade. A penetração das tecnologias de informação mede a distância relativa de acesso a produtos, serviços e benefícios decorrentes de seu uso entre os diferentes segmentos da população, principalmente em termos de grupos de renda e de faixa etária. O primeiro é função básica dos custos para a compra e manutenção de rede e equipamentos, enquanto o segundo é condicionado principalmente pela maior dificuldade para treinamento e conhecimento (como no caso de pessoas mais idosas, por exemplo). Ou seja, jovens com maior nível de renda teriam maior possibilidade de incluir-se digitalmente em comparação a pessoas mais velhas e pobres.

Tal como qualquer inovação social, o impacto das TICs aumenta potencialmente a desigualdade social, já que os primeiros a se apropriarem destes mecanismos são as camadas mais ricas da população. Desse modo, o combate à exclusão digital não significa apenas a busca por uma maior acessibilidade, mas principalmente evitar um aumento da desigualdade – e, em consequência, a segregação – entre aqueles que têm e os que não têm.

Desse modo, existe uma série de elementos que podem servir de subsídio (um “termômetro”) para medir o grau de segregação digital de determinados grupos sociais. Entre eles, destacamos a disponibilidade das plataformas de acesso, nível de escolaridade e tipos de uso dos conteúdos digitais (o “saber-usar” as tecnologias). Sorj destaca cinco fatores que determinam a maior ou menor universalização dos sistemas telemáticos:

[...] 1) a existência de infra-estruturas físicas de transmissão; 2) a disponibilidade de equipamentos/conexão de acesso (computador/modem/linha de acesso); 3) treinamento no uso dos instrumentos do computador e da Internet; 4) capacitação intelectual e inserção social do usuário, produto da profissão, do nível educacional e intelectual e de sua rede social, que determina o aproveitamento efetivo da informação e das necessidades de comunicação pela Internet; 5) a produção e uso dos conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população (SORJ, 2003, p. 63).

É importante ressaltar que cada fator é determinante e condição necessária para o fator posterior. Ou seja, de nada adianta pensar em uma política de treinamento e capacitação nas tecnologias sem a disponibilidade de infraestrutura de conexão e equipamentos físicos. O investimento na promoção de melhorias específicas a esses fatores proporciona um aumento da inclusão de grupos digitalmente excluídos e, por conseguinte, diminui sua posição segregada dentro do contexto da “sociedade da informação”. Vejamos de maneira um pouco mais aprofundada cada um deles e de que maneira os mesmos se inserem dentro dessa trama.

- Infraestruturas de acesso: constituídas pelos sistemas técnicos de transmissão e comunicação de dados, tal como linha telefônica (banda estreita e larga), celular, *wireless*, rede elétrica ou TV a cabo. A existência destes serviços depende da existência de provedores. Eis mais um elemento importante para caracterizar a segregação digital *offline*. Por ser uma concessão pública para empresas privadas, a instalação dessas infraestruturas normalmente depende do interesse comercial das companhias. A área mais prejudicada neste processo é a periferia da cidade, devido à maior distância para a instalação de cabos (e outras estruturas associadas) e, principalmente, ao menor poder aquisitivo da população residente. O resultado disso pode ser a inviabilização da instalação de Internet em banda larga nessas regiões ou então a dependência de uma única empresa, impedindo a concorrência. Nesse caso, quando existe o sinal, normalmente os serviços oferecidos são de qualidade inferior a outras áreas (velocidade de banda larga inferior).

- Equipamentos de acesso: representados principalmente pelo computador pessoal com modem e provedor de serviços, mas também devendo ser considerados celulares, *videogames* e televisões digitais. Os locais de acesso

mais frequente são, na ordem, a própria residência (41%), centros pagos de acesso (30%), trabalho (14%), casa de outras pessoas (10%), escola (4%) e centro público de acesso (1%), conforme dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2010). Apesar do crescimento recente do número de residências com computador e da expansão do acesso à Internet, os grupos mais pobres da população têm dificuldades para a compra de um computador e a manutenção de uma conta de telefone com Internet (seja pelos custos de ligações pela linha discada ou pela mensalidade de um provedor de banda larga). Em decorrência disso, visando uma diminuição dessa desigualdade, os mecanismos mais comuns por parte dos governos têm sido as políticas de preços subsidiados, reciclagem de computadores e apoio à construção de telecentros.

- Treinamento no uso dos instrumentos do computador e da Internet: também conhecido como alfabetização digital, refere-se à constituição de cursos em escolas, trabalho, telecentros ou em instituições privadas, e até mesmo pelo próprio manuseio com as Tecnologias de Informação e Comunicação, de maneira autodidata.

- Capacitação intelectual e inserção social do usuário: além do treinamento, um efetivo uso da telemática também pressupõe uma formação escolar e intelectual prévia. Desse modo, Sorj (2003, p. 68), afirma que a “desigualdade social expressa nos desníveis educacionais se reproduz e é aprofundada pelo uso da Internet”. Havendo índices de analfabetismo e semi-analfabetismo ainda relevantes em países subdesenvolvidos, a universalização da Internet, mesmo com o crescimento do número de computadores e investimento em infraestrutura, continua sendo uma utopia.

### **3. O ESPAÇO URBANO E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UM ENTENDIMENTO SOBRE A ATUAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE EM DIFERENTES ESCALAS DE “CIDADES DIGITAIS”**

Este capítulo realiza a transição entre os aspectos teóricos da pesquisa e as análises realizadas através do estudo mais aprofundado sobre o recorte de estudo (nos capítulos 4 e 5). Primeiramente, realiza-se um panorama sobre as TICs no Brasil através de um resgate histórico e da análise de dados demográficos. Logo após, discute-se sobre a relação entre Estado e TICs, tratando sobre políticas públicas de inclusão digital e portais governamentais na Internet. O terceiro tópico apresenta um panorama sobre o ciberativismo em escala nacional e internacional, no qual são expostos alguns casos relevantes nessas duas escalas. Ao final do capítulo, nos últimos dois tópicos, são analisadas algumas experiências de “cidades digitais” no contexto nacional. Todas essas categorias são analisadas com o intuito de subsidiar e contextualizar a discussão realizada nos capítulos posteriores, quando o enfoque é voltado para o município de Porto Alegre, a partir da concepção de uma “cidade digital” formada pela ação de diversos atores, no qual são destacados a prefeitura municipal e alguns grupos (ciber) ativistas.

#### **3.1. Panorama sobre as TICs no Brasil**

Neste tópico, analisaremos de maneira mais aprofundada o panorama atual das TICs no Brasil. Esta análise é parcialmente embasada em trabalho anteriormente realizado pelo autor (MORAES, 2009), no qual se discute, com dados da época, a conjuntura a respeito de estatísticas concernentes ao uso da Internet e das tecnologias de comunicação. Agora, procuramos atualizar, rediscutir e, ao mesmo tempo, realizar uma análise das evidentes transformações que ocorreram em tão pouco tempo. Trabalharemos principalmente com os dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) na pesquisa TIC Domicílios de 2005<sup>22</sup> e 2008 (analisados no trabalho supracitado) e também com a última pesquisa de 2010, publicação mais recente até a redação deste capítulo.

---

<sup>22</sup> A primeira pesquisa TIC Domicílios foi organizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) em 2005, por isso utiliza-se esse ano como elemento de referência.



### **3.1.2. A constituição das redes informacionais e a ascensão da Internet no Brasil**

A origem da introdução de sistemas de telecomunicações no Brasil deve ser remontada ao século XIX, mais precisamente ao ano de 1852, quando foi inaugurada a primeira linha de telégrafo elétrico. A partir desse momento, o Governo Imperial iniciou um programa de criação de infraestrutura de telecomunicações, principalmente a conexão telegráfica com Portugal, através de cabo submarino. Ainda durante o período do Império, em 1877, Dom Pedro II ordena a instalação de linhas telefônicas interligando o Palácio Imperial às residências dos seus Ministros, através dos serviços de montagem da “Western and Brazilian Telegraph”, marco da efetiva inauguração da telefonia no Brasil. Em 1878, ocorre a primeira ligação interurbana entre as cidades de São Paulo e Campinas. Em 1965, já no período republicano, cria-se o Ministério das Comunicações. Este ministério, por sua vez, cria a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), como um instrumento estatal para intervenção direta no setor das telecomunicações, obtendo, na época, o monopólio das telecomunicações e da transmissão de dados.

A implementação das primeiras redes de infra-estrutura técnicas e informacionais iniciou durante meados da década de 1970, fato que proporcionou um aumento relativo da velocidade de transmissão de dados. Em 1980, conforme Tamara Benakouche, “o país passou a contar com a rede Transdata, constituída por circuitos privados do tipo ponto-a-ponto e explorada pela Embratel” (BENAKOUCHE, 1995, p. 229). Na prática, essa rede atendia aos interesses de grandes usuários, como empresas de telecomunicação, dispendo de satélites, *fax* e equipamentos de videoconferência. Observa-se, já nessa época, a concentração de pontos de rede nos estados do Sudeste e Sul, principalmente o estado de São Paulo, que se tornaria o principal ponto nodal das infovias<sup>23</sup> brasileiras.

---

<sup>23</sup> O termo infovia se refere aos eixos de fluxo informacional. São Paulo caracteriza-se como um ponto nodal por possuir significativa parte das filiais de conglomerados multinacionais e empresas de telecomunicação em seu território. São Paulo, dentro do Brasil, é um espaço de tomada de decisões, sendo, portanto, um ponto de entreposto informacional dentro do próprio território brasileiro e na América do Sul.

A criação do ciberespaço brasileiro ocorre em meados da década de 80, por instituições de pesquisa não-privadas, inclusive universitárias. Em 1988, ocorrem as primeiras conexões brasileiras em rede com o Fermi National Laboratory, de Chicago. No início dos anos 90, foram criados terminais de acesso discado a pesquisadores, formando um protótipo de rede baseada em nós localizados em universidades. Antes disso, em 1989, surgia a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que objetivava a interligação de laboratórios acadêmicos, tendo sido a Universidade Federal do Rio Grande do Sul a escolhida para sediar o primeiro Centro Nacional de Supercomputação. (CARVALHO, 2006, p. 103). Essa rede também realizou as primeiras conexões entre centros de pesquisa brasileiros e norte-americanos. Em 1991, cria-se uma rede brasileira de Internet com fins científicos, que, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliou-se para 10 unidades da federação no ano seguinte (SORJ, 2003, p. 80). Ainda em 1992, ocorre a oficialização da estrutura ciberespacial brasileira, cujo eixo central da rede se concentrava no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1994, pode-se perceber um aumento significativo no número de *Internet Protocols* (IP)<sup>24</sup> registrados, páginas (*websites*) e *e-mails*, consolidando, além do uso acadêmico, a internet para fins de uso pessoal e comercial. O incremento no uso de microcomputadores, não apenas nas instituições de pesquisa ou grandes empresas, mas também em residências, aumentou significativamente o interesse das pessoas em estabelecer comunicação e desfrutar dos benefícios que a rede mundial de computadores já passava a oferecer em meados da década de 90, ainda com a predominância de *modem* e linha telefônica convencional. Neste momento, começava o oferecimento da Internet comercial, inicialmente a partir da Embratel e, posteriormente, a partir de outras empresas. Nesta época, cria-se o Comitê Gestor da Internet (CGI), que é a instituição responsável pela coordenação e integração dos serviços de Internet no Brasil, tal como a gestão dos domínios “.br” (as páginas brasileiras) e a distribuição dos IPs. O CGI é composto por representantes do Estado (como o

---

<sup>24</sup> *Internet Protocol* é uma série numérica, uma espécie de “carteira de identidade” atribuída a cada ponto de rede conectado à internet.

Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia), de empresas, do setor terciário e da comunidade acadêmica.

Em 2001, ocorre outro marco na história da Internet no Brasil: a comercialização da banda larga por várias empresas, principalmente aquelas que já contavam com estruturas de telefonia e TV a cabo em aglomerações urbanas que possuíam centrais e o aparato técnico necessário (SORJ, 2003, p. 81).

### **3.1.3. Dados sobre a internet no Brasil**

Conforme dados obtidos junto ao CGI, em pesquisa realizada em 2010, a proporção de domicílios com computador em áreas urbanas no Brasil é de 39%. Em comparação com 2005, essa proporção aumentou mais de duas vezes, já que o valor era de aproximadamente 17% naquela época. Uma análise mais aprofundada, entretanto, demonstra significativamente quão excludente ainda se apresenta o cenário de acesso. E essa constatação demonstra-se intimamente relacionada com o nível de renda familiar e, em uma escala espacial mais ampla, às desigualdades regionais brasileiras, sendo as regiões mais concentradoras de capital aquelas que apresentam índices mais elevados de domicílios com computador.

É importante frisar que a comparação entre as tabelas a seguir é apenas ilustrativa, já que não há a demonstração da distribuição por regiões brasileiras, e os intervalos dos grupos de renda são diferentes (a pesquisa de 2005 apresenta menos intervalos e as faixas salariais são distintas devido à comparação com o salário mínimo). Mesmo assim, consideramos válida a exposição destes dados.

Junto a algumas tabelas, apresentamos gráficos que ilustram os referidos dados. Para a criação das categorias, foram utilizadas técnicas estatísticas de agrupamento. Será perceptível a diferenciação existente entre as regiões sul, sudeste e centro-oeste em comparação com as regiões norte e nordeste.

**Tabela 1 - Proporção de domicílios com computador em 2005 por faixas de renda familiar.**

**PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR - 2005**  
*Percentual sobre o total de domicílios (amostra de 8.540 domicílios em áreas urbanas durante os meses de agosto e setembro de 2005)*

Variáveis de cruzamento		(%)
<b>Total</b>		<b>16,91</b>
<b>RENDA FAMILIAR</b>	ATÉ R\$300	2,00
	R\$301-R\$500	2,96
	R\$501-R\$1000	7,30
	R\$1001-R\$1800	23,06
	R\$1801 OU MAIS	53,40

Fonte: CGI (2006). Adaptado pelo autor

**Tabela 2 - Proporção de domicílios com computador em 2010 por faixas de renda familiar e regiões do país.**

**PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR - 2010**  
*Percentual sobre o total de domicílios (amostra de 19.397 domicílios em áreas urbanas entre os meses de setembro e novembro de 2010)*

Variáveis de cruzamento		(%)
<b>Total</b>		<b>39</b>
<b>REGIÕES DO PAÍS</b>	SUDESTE	47
	NORDESTE	19
	SUL	44
	NORTE	27
	CENTRO-OESTE	43
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 SM	8
	1 SM – 2 SM	22
	2 SM – 3 SM	43
	3 SM – 5 SM	62
	5 SM – 10 SM	78
	10 SM ou +	90

Fonte: CGI (2011). Adaptado pelo autor

Analisando os dados de 2010, enquanto a região Sudeste apresenta uma proporção de 47% de domicílios com computador, na região Nordeste esse índice chega a apenas 19%, ou seja, menos da metade da proporção da própria região Sudeste e também do Sul e do Centro-Oeste. Quanto à renda familiar, a discrepância existente entre os diferentes grupos de renda é ainda mais evidente. No grupo de até 1 salário mínimo, o número de domicílios com computador era de apenas 8% (embora o órgão de pesquisa afirme que esse dado possa ser variável devido ao fato de a quantidade da amostra ser pequena<sup>25</sup>), enquanto que esse índice chega a quase 78% no grupo de renda entre 5 e 10 salários mínimos, e a 90% no grupo com renda superior a 10 salários mínimos. Mesmo assim, quando comparamos esses dados com a pesquisa de 2008 (Tabela 3), percebe-se que

<sup>25</sup> A pesquisa pode ser encontrada em < <http://cetic.br/usuarios/tic/2010/index.htm> >. Acesso em 17 de agosto de 2011.

vem havendo um aumento significativo ano a ano. Os dados referentes ao ano de 2010 estão expostos no gráfico a seguir.

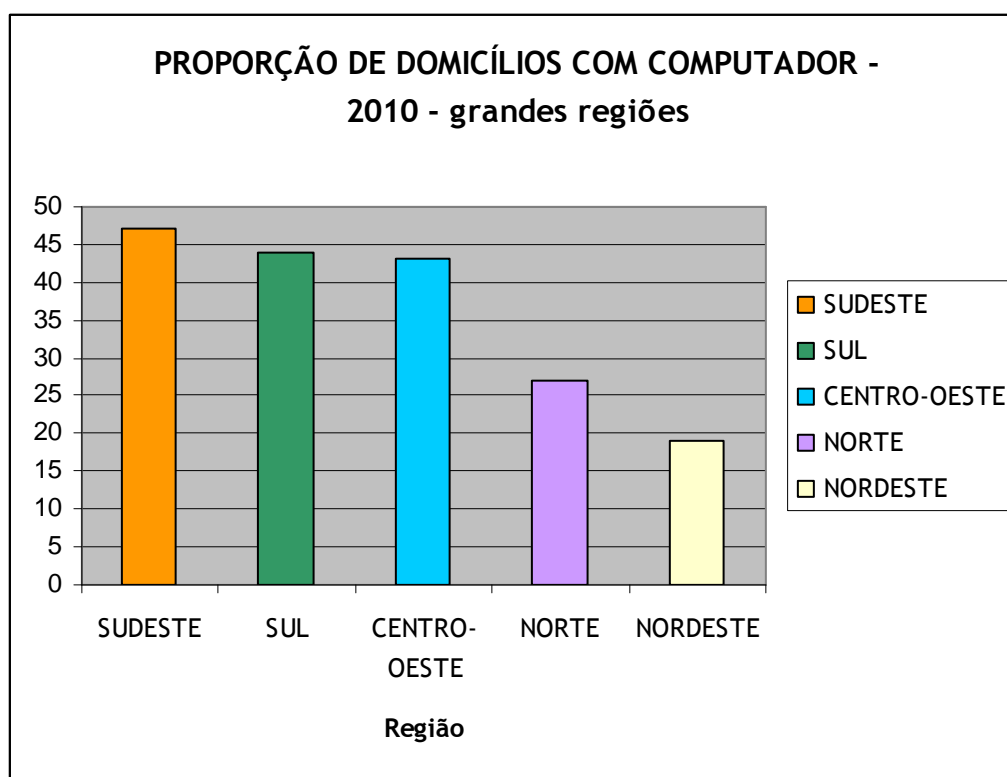


Gráfico 1 - proporção de domicílios com computador – por grandes regiões (2010).  
Elaboração: o autor. Fonte dos dados: CGI (2011)

Tabela 3 - Proporção de domicílios com computador em 2008 por faixas de renda familiar e regiões do país.

**PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR - 2008**

*Percentual sobre o total de domicílios (amostra de 16.808 domicílios em áreas urbanas durante os meses de setembro e novembro de 2008)*

Variáveis de cruzamento		(%)
<b>TOTAL ÁREA URBANA</b>		<b>28</b>
<b>REGIÕES DO PAÍS</b>	SUDESTE	34
	NORDESTE	14
	SUL	33
	NORTE	18
	CENTRO-OESTE	32
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 SM	2
	1 SM – 2 SM	11
	2 SM – 3 SM	27
	3 SM – 5 SM	46
	5 SM – 10 SM	69
	10 SM ou +	86

Fonte: CGI (2009). Adaptado pelo autor.

Quanto à proporção de domicílios com acesso à Internet, o comportamento da distribuição dos dados apresenta-se semelhante à conjuntura demonstrada na tabela anterior em termos regionais e grupos de renda. Contudo, analisando as duas tabelas, pode-se compreender que a posse de computador não conduz necessariamente ao acesso à Internet em casa, visto que, em todas as categorias regionais e de renda familiar, há um decréscimo na quantidade de domicílios que possuem Internet na comparação com os que possuem computador. Essa redução é devida a alguns fatores (tabela 6), tal como o custo para a manutenção de uma linha telefônica (para o acesso discado) ou a mensalidade de provedor de acesso e conteúdo (no caso do acesso através de banda larga ou cabo). Outro fator que contribui para essa diminuição é a inexistência da infra-estrutura necessária para o acesso à Internet, como cabos de fibra óptica, linhas telefônicas, antenas de recepção de sinal, entre outros. Essa situação é bastante recorrente principalmente em áreas periféricas da cidade, no qual a disponibilidade desses tipos de infraestrutura é menor devido ao baixo interesse das prestadoras de serviço de telefonia e Internet em investimento nessas áreas.

**Tabela 4 - Proporção de domicílios com acesso à Internet em 2005 por faixas de renda familiar.**

**PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM INTERNET - 2005**

*Percentual sobre o total de domicílios (amostra de 8.540 domicílios em áreas urbanas durante os meses de agosto e setembro de 2005)*

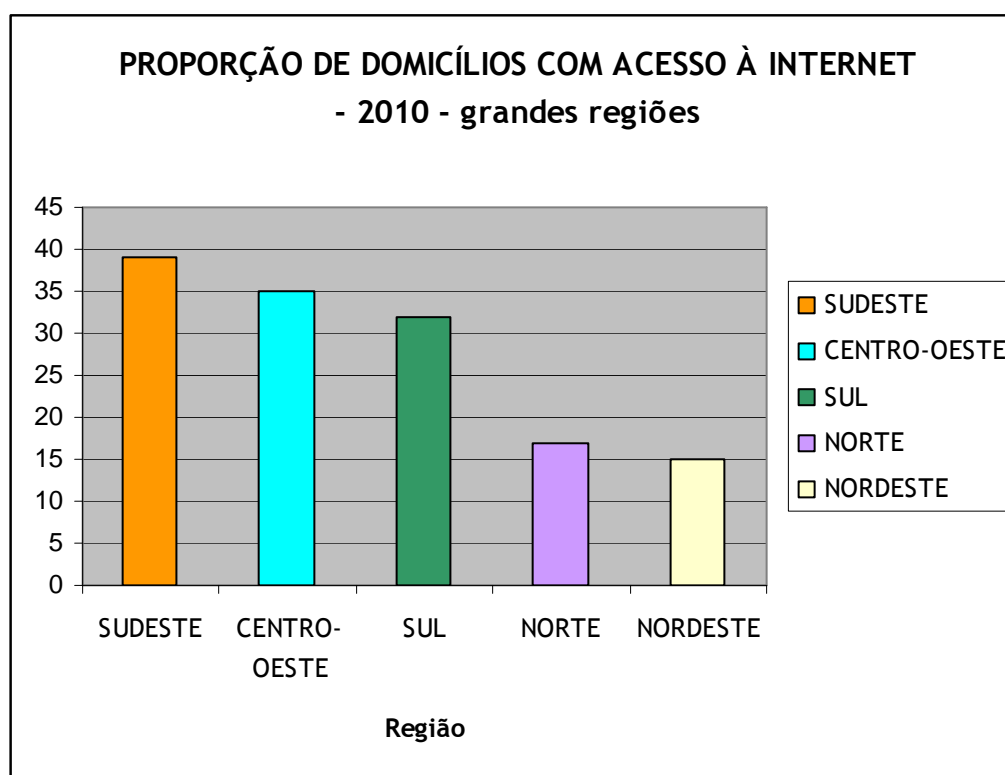
Variáveis de cruzamento		(%)
<b>Total</b>		<b>12,93</b>
<b>RENDA FAMILIAR</b>	ATÉ R\$300	1,12
	R\$301-R\$500	1,57
	R\$501-R\$1000	3,35
	R\$1001-R\$1800	17,45
	R\$1801 OU MAIS	46,49

Fonte: CGI (2006). Adaptado pelo autor.

**Tabela 5 - Proporção de domicílios com acesso à Internet em 2010 por faixas de renda familiar e regiões do país.**

Variáveis de cruzamento		%
<b>Total</b>		<b>31</b>
<b>REGIÕES DO PAÍS</b>	SUDESTE	39
	NORDESTE	15
	SUL	32
	NORTE	17
	CENTRO-OESTE	35
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 SM	5
	1 SM - 2 SM	15
	2 SM - 3 SM	32
	3 SM - 5 SM	51
	5 SM - 10 SM	70
	10 SM ou +	87

Fonte: CGI (2011). Adaptado pelo autor



**Gráfico 2 - Proporção de domicílios com acesso à Internet – por grandes regiões (2010).**  
Elaboração: o autor. Fonte dos dados: CGI (2011)

Nota-se que existe uma sensível redução quando comparados os dados sobre proporção de domicílios com computador (tabelas 1, 2 e 3) e a proporção de domicílios com acesso à Internet (tabelas 4 e 5). Tal como veremos na tabela

a seguir (tabela 6), a proporção de indivíduos que acessam a rede é maior em comparação à posse dos equipamentos, devido principalmente ao uso em centros públicos de acesso, sobretudo os pagos (como *lan houses* e *cybercafés*). Existem muitos fatores que ainda dificultam o acesso residencial da Internet, principalmente o custo de manutenção, a mensalidade de provedores e a própria disponibilidade do serviço no local de moradia.

**Tabela 6 - Motivos para a falta de Internet no domicílio - 2010**  
**MOTIVOS PARA A FALTA DE INTERNET NO DOMICÍLIO - 2010**

Percentual sobre o total de domicílios que tem computador mas não tem acesso à Internet (1494 municípios)

Percentual (%)	Custo elevado / Não tem como pagar	Tem acesso à Internet em outro lugar	Não há necessidade / interesse	Falta de disponibilidade na área	Falta de habilidade / Não sabe usar internet	Custo benefício não vale a pena	Preocupações com segurança e/ou privacidade	Outros motivos	Não sabe / Não respondeu	
<b>TOTAL ÁREA URBANA</b>	52	18	17	17	13	10	6	7	1	
<b>REGIÕES DO PAÍS</b>	SUDESTE	56	15	18	15	14	11	6	7	1
	NORDESTE	52	15	11	16	6	8	3	13	3
	SUL	42	20	21	21	18	11	6	4	2
	NORTE	59	22	14	20	6	11	5	5	3
	CENTRO-OESTE	53	28	14	15	9	6	9	12	-
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 SM	52	12	13	24	14	9	6	9	-
	1 SM - 2 SM	65	20	11	13	15	8	6	4	-
	2 SM - 3 SM	51	18	16	18	11	11	5	7	2
	3 SM - 5 SM	49	17	28	17	14	11	5	6	1
	5 SM - 10 SM	33	14	15	18	19	10	6	18	-

Fonte: CGI (2011). Adaptado pelo autor

Além disso, a análise dos dados divulgados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil apontam para a diferenciação em termos de renda, região do país, escolaridade e sexo em relação à proporção de indivíduos que já acessaram à Internet (tabela 7).



**Tabela 7 - Proporção de indivíduos que já acessaram a Internet - 2010****PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE JÁ ACESSARAM A INTERNET - 2010**

Percentual sobre o total da população (*amostra de 19.397 entrevistados em áreas urbanas durante os meses de setembro e novembro de 2010*)

Variáveis de cruzamento		(%)
<b>Total</b>		<b>53</b>
<b>REGIÕES DO PAÍS</b>	SUDESTE	55
	NORDESTE	47
	SUL	54
	NORTE	48
	CENTRO-OESTE	58
<b>SEXO</b>	Masculino	53
	Feminino	53
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	Analfabeto / Educação infantil	19
	Fundamental	56
	Médio	71
	Superior	88
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	De 10 a 15 anos	79
	De 16 a 24 anos	83
	De 25 a 34 anos	70
	De 35 a 44 anos	47
	De 45 a 59 anos	27
	De 60 anos ou mais	7
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 SM	30
	1 SM - 2 SM	43
	2 SM - 3 SM	56
	3 SM - 5 SM	65
	5 SM - 10 SM	82
	10 SM ou +	79

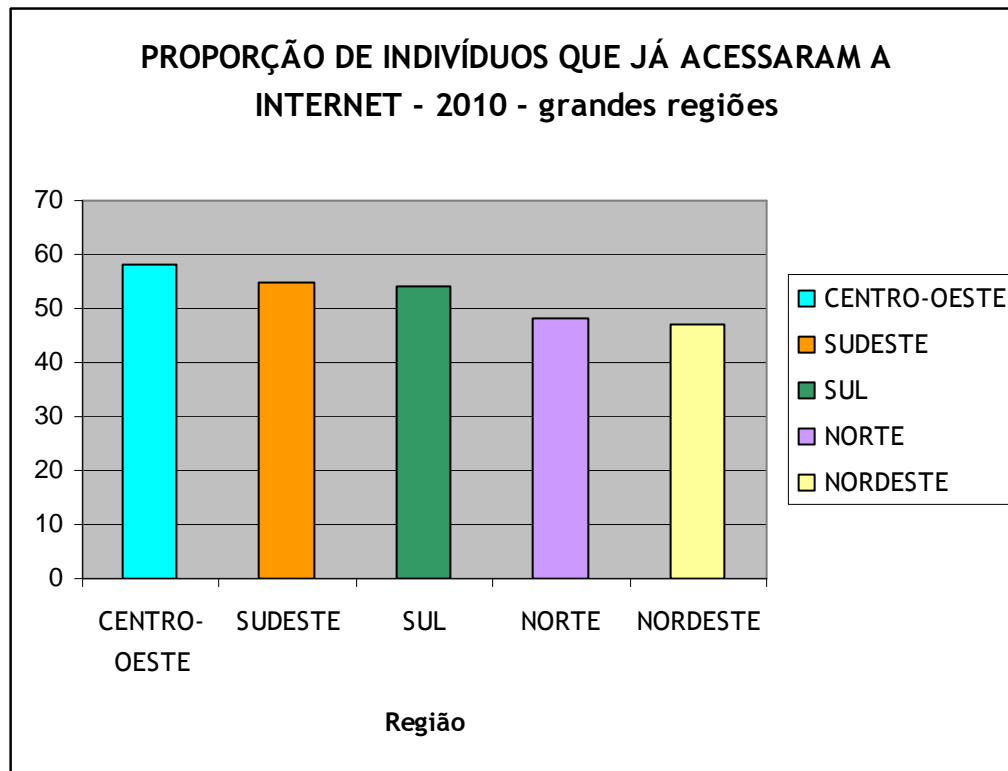
Fonte: CGI (2011). Adaptado pelo autor

A tabela 7 revela a proporção de indivíduos que acessaram a Internet pelo menos uma vez na vida, ou seja, não significa que haja um uso frequente. Em 2010, o número de indivíduos chega a 53% em áreas urbanas, enquanto em 2005, a proporção era de aproximadamente 32% e, em 2008, de 43%. Analisando detalhadamente, porém, podemos perceber algumas situações bastante reveladoras, semelhantes a considerações que já realizamos em trabalho anterior (MORAES, 2009). Entre elas, destacamos:

1. A relação existente entre o grau de escolaridade e o acesso; enquanto 88% dos indivíduos com ensino superior já acessaram à Internet, apenas 19% dos analfabetos da amostra o fizeram. Essa relação acaba incidindo necessariamente com a variável “renda familiar”, tal como fora observado nos domicílios com computador e Internet; Contudo, é importante destacar que, em 2008, esse índice era de 11% e, em 2005, era de apenas 5%, enquanto praticamente

não houve alteração entre indivíduos com nível superior. Ou seja, a inclusão digital de pessoas com menor grau de instrução tem crescido significativamente nos últimos anos, fruto da redução do preço médio dos computadores e da maior disponibilidade de acesso em locais públicos.

2. No que tange à relação entre faixa etária e acesso à Internet, as maiores proporções são encontradas nas camadas mais jovens da população (de 16 a 24 anos e de 10 a 15 anos). Entre as pessoas com mais de 60 anos, há uma redução drástica no índice, chegando a 7%. Essa constatação ressalta a importância do oferecimento de cursos de capacitação tecnológica para as faixas etárias mais idosas, tal como os “cursos de informática para a Terceira Idade” oferecidos em alguns telecentros. O resultado disso é que houve aumento em comparação com o ano de 2008, quando apenas 3% das pessoas com mais de 60 anos já tinham acessado a Internet, que pode ser parcialmente devido a essas políticas;
3. Entre as grandes regiões brasileiras, o maior índice permanece no centro-oeste na última pesquisa (58%), superando inclusive as proporções encontradas nas regiões sul (54%) e sudeste (55%). No entanto, é importante destacar os índices mais elevados de renda e educação encontrados em Brasília acabam superestimando a média regional.



**Gráfico 3 - Proporção de indivíduos que já utilizaram a Internet – por grandes regiões (2010).**

Elaboração: o autor. Fonte dos dados: CGI (2011)

A partir da análise deste panorama, mencionamos Ribeiro et al. (2011), que sintetizam essa conjuntura em seu estudo de caráter semelhante ao nosso, mas com a base de dados vinculada à Pesquisa Nacional por Amostragem de Dados (PNAD) de 2009.

Em resumo, apesar do aumento do número de domicílios nas metrópoles com computadores e acesso à internet, os indicadores revelam que parte da população ainda está excluída deste processo. Mais que isso, vimos que são principalmente os domicílios localizados nas periferias, chefiados por indivíduos de baixa escolaridade e situados nos grupos de renda inferiores, aqueles que mais tendem a sofrer com as dificuldades de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) (RIBEIRO et al., 2011, p. 12).

A análise deste panorama demonstra a necessidade de ações que objetivem a redução desse quadro de desigualdades no âmbito da gestão pública em nível federal, estadual e municipal, fomentando programas de inclusão digital aos grupos sociais parcial ou totalmente excluídos do uso da TICs.

Outro aspecto que representa de maneira significativa a dinâmica socioespacial da Internet no Brasil é o local onde se dá o acesso (tabela 8). No decorrer do presente tópico, já foi possível observar que, embora exista um crescimento expressivo nos últimos anos, a posse dos equipamentos necessários à utilização da Internet ainda encontra-se restrita a certos grupos de renda com condições financeiras de comprar um computador. Essa constatação, todavia, não representa que estes indivíduos estejam totalmente excluídos deste processo, e, nesse contexto, outros locais de acesso podem aparecer. Na tabela abaixo, é possível constatar as mudanças na representatividade dessa categoria.

**Tabela 8 - Local de acesso individual à Internet - 2010**

**LOCAL DE ACESSO INDIVIDUAL À INTERNET**

Percentual sobre o total de usuários que utilizaram Internet nos últimos três meses (*amostra de 9.426 entrevistados em áreas urbanas durante os meses de setembro e novembro de 2010*)

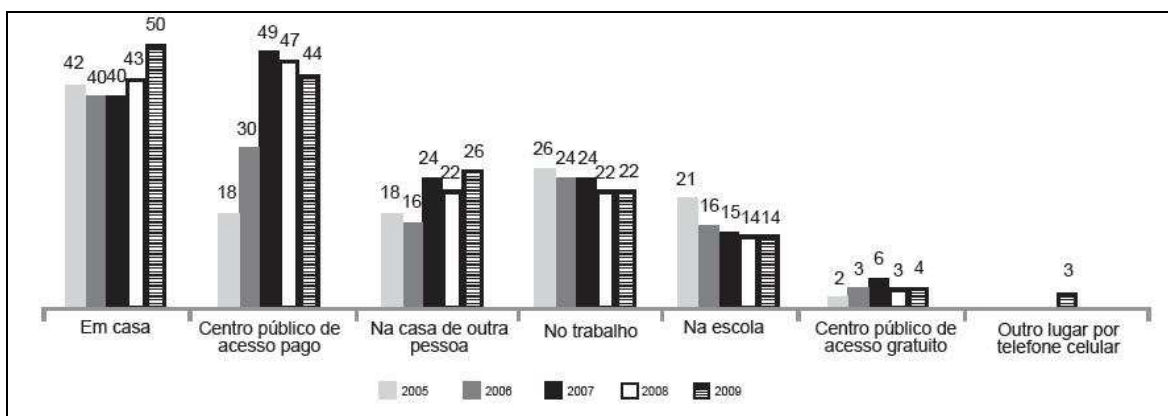
Percentual (%)		Em casa	No trabalho	Na escola	Na casa de outra pessoa	Centro público de acesso gratuito	Centro público de acesso pago	Outro lugar por telefone celular	Outro
<b>TOTAL ÁREA URBANA</b>		<b>57</b>	<b>22</b>	<b>14</b>	<b>27</b>	<b>4</b>	<b>34</b>	<b>3</b>	<b>-</b>
<b>REGIÕES DO PAÍS</b>	SUDESTE	65	21	12	27	4	30	3	-
	NORDESTE	38	18	12	28	4	45	1	-
	SUL	62	27	14	23	3	26	2	1
	NORTE	36	19	18	24	5	55	3	1
	CENTRO-OESTE	58	25	21	28	4	35	4	1
<b>SEXO</b>	Masculino	59	24	14	25	4	36	4	-
	Feminino	54	19	14	28	3	33	2	1
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	Analfabeto / Educação infantil	50	7	17	28	4	37	1	1
	Fundamental	45	6	18	31	4	45	2	1
	Médio	54	18	9	27	3	37	3	-
	Superior	74	46	16	21	4	20	4	-
<b>FAIXA ETÁRIA</b>	De 10 a 15 anos	42	1	30	37	4	47	2	1
	De 16 a 24 anos	48	17	17	33	5	47	5	-
	De 25 a 34 anos	59	32	8	24	3	31	2	-
	De 35 a 44 anos	67	35	5	17	4	21	2	-
	De 45 a 59 anos	78	29	4	14	3	13	1	-
	De 60 anos ou mais	81	16	1	11	3	11	-	-
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 SM	18	3	19	28	7	65	1	1
	1 SM - 2 SM	37	13	13	29	4	46	2	1
	2 SM - 3 SM	54	20	13	29	3	34	2	1
	3 SM - 5 SM	70	27	12	24	3	28	3	-
	5 SM - 10 SM	82	39	13	23	3	18	6	-
	10 SM ou +	94	43	15	21	6	12	6	-

Fonte: CGI (2011). Adaptado pelo autor

Percebe-se que, em 2010, o uso de Internet na residência foi mencionado por mais da metade da amostra (57%), enquanto os centros públicos de acesso pago (*lan houses* e *cybercafés*) representam 34%. Deve-se destacar, no entanto, que há uma correlação de renda que inverte essa representação. Nas regiões norte e nordeste (regiões com menor nível de renda) e entre os pesquisados de renda familiar mais baixa, os centros públicos de acesso pago representam o

local mais mencionado. Constatase, portanto, que esses são os grupos que apresentam maiores dificuldades para possuir os equipamentos necessários para a conexão em sua própria residência.

A preponderância da residência como o local mais mencionado entre os usuários de Internet é um fenômeno recente, visto que, até 2008, os centros públicos de acesso pago ainda eram os mais mencionados. O Gráfico 1 demonstra a evolução da variável “local de acesso” entre 2005 e 2009, quando se observa a inversão.



**Gráfico 4 - Local de acesso à Internet - série histórica entre 2005-2009.**

Fonte: CGI (2010). Adaptado pelo autor.

A residência foi o local mais mencionado entre 2005 e 2006. Em 2007, há um enorme salto dos centros pagos, passando de 30 para 49%. Nesse período, quando ocorre uma espécie de “boom” das *lan houses*, também se inicia a consolidação dos portais de redes sociais no Brasil, fenômeno representado principalmente pelo Orkut<sup>26</sup>, fato que pode ter motivado mais pessoas a aderirem a essas redes, mesmo que não possuíssem Internet na própria residência. As *lan houses*, em definição, são estabelecimentos comerciais equipados com computadores conectados em rede que proporcionam acesso à Internet e jogos de computador. Além disso, esses estabelecimentos também oferecem outros tipos de serviços, como impressão, *scanner*, consultas na *web*, etc. Algumas vão

<sup>26</sup> O Orkut foi criado em 2003 pelo turco Orkut Büyükkökten, tendo sido lançado pela Google Inc. em janeiro de 2004, com o objetivo de competir com outras redes, como o MySpace e o Friendster. Inicialmente, o alvo de mercado eram os Estados Unidos, mas rapidamente o Brasil acabou se tornando a nação com o maior número de usuários. Conforme dados do próprio site em 22 de agosto de 2011, os brasileiros representam 50,6%, seguido por indianos (20,44%) e por norte-americanos (17,78%). O funcionamento básico da rede se constitui através dos “perfis” (nos quais os usuários podem compartilhar informações, pessoas, fotos, envio de recados, estabelecimento de redes de amizades, etc) e das “comunidades” (criadas com o objetivo de agregar usuários através de um tema comum que caracteriza determinado grupo).

mais além, oferecendo também manutenção e conserto de máquinas, instalação de programas e redes, entre outros. No atual contexto, possuem grande importância para o acesso às TICs principalmente nas áreas mais pobres das cidades. Os estabelecimentos pagos, que outrora representavam para 49% da população um local de acesso à Internet, hoje têm seu índice reduzido para 34%.

### **3.2. Estado e TICs**

A utilização da Internet pelos governos visa, de maneira geral, o aumento da participação dos cidadãos através da Internet, possuindo como ponto de partida o entendimento de que a informação é um direito e serve de subsídio para o acesso a outros direitos (VAZ, 2003b). Contudo, a simples disponibilização não encerra o tema, visto que tão importantes quanto o oferecimento são a sua apresentação e a interface para os usuários, tornando estes conteúdos da maneira mais inteligível possível.

Um termo bastante emergente dentro da relação entre Estado e TICs vem a ser o de “governo eletrônico” (*E-Gov*), expressão cada vez mais utilizada por municípios, unidades federativas e nações para tratar da utilização dos recursos da informática com foco nas ações de governo. Muito comumente se associa o termo ao fenômeno relativamente recente das TICs; no entanto, como destaca Prado:

A partir das definições mais freqüentes encontradas na literatura, em um primeiro momento, o que poderia distinguir o governo eletrônico de outras formas possíveis de uso das TICs seria o uso intensivo da Internet e das tecnologias computacionais ocorridos nas últimas duas décadas. O conceito, no entanto, ultrapassa claramente essa dimensão, porque em sentido amplo os governos sempre fizeram uso, em maior ou menor escala, das tecnologias disponíveis em seus processos internos ou na interação com a sociedade. Não parece, portanto, muito indicado associar governo eletrônico apenas ao uso das modernas TICs, nem tampouco expandi-lo ao provável surgimento de uma nova forma de governo (PRADO, 2009 , p. 32).

No presente trabalho, nosso enfoque é dado ao uso das novas TICs, embora reconheçamos que os governos vêm utilizando diversos meios de comunicação nas últimas décadas para usos governamentais (um exemplo disso é o programa “Voz do Brasil”, presente há décadas nas redes de rádio brasileiras). Contudo, tal como já expomos anteriormente, as TICs apresentam a

particularidade da maior interatividade entre emissor e receptor, fato que potencializa sua repercussão.

### **3.2.1. Os portais de governos na Internet**

Dentro desse contexto, a grande base para a construção do governo eletrônico na Internet são os chamados “portais”. Os portais agregam informações e funcionalidades, servindo como ferramenta que congrega uma série de serviços para o usuário. A partir disso, as organizações e instituições (inclusive as não ligadas ao governo) podem passar a oferecer remotamente, de maneira ininterrupta, seus serviços a partir da Internet.

Segundo Vaz (2003a), os portais se caracterizam por três pilares: o primeiro é a **centralização do acesso**, ou seja, todos os serviços de determinada instituição devem estar disponíveis dentro da interface do portal, seja na página principal ou nas instituições vinculadas; a segunda característica é a **flexibilidade de acesso**, sendo disponível para diferentes tipos de dispositivos (computadores, *smartphones*, *notebooks*, entre outros), assim como deve ser personalizado de acordo com as funcionalidades disponíveis; por fim, a **estruturação em canais** podendo inclusive classificar os tipos de usuários a fim de facilitar o acesso às demandas específicas (normalmente se divide em cidadão, empreendedor e servidor) a partir de agrupamentos de informações e aplicações destinadas às necessidades de usuários.

Entre os principais usos da Internet pelos governos, destacam-se aqueles relativos a chamada “transparência”, ou seja, à divulgação dos trâmites das ações de governo a partir de bancos de dados e da publicação de informações acerca de diferentes etapas de processos governamentais, como concursos públicos, licitações, pagamento de tributos, licenciamentos, entre outros. Em alguns casos, os recursos oferecidos pela Internet também são explorados em processos de tomada de decisão de governo, como no caso dos orçamentos participativos digitais.

A grande maioria das experiências atuais tem se centrado no caráter consultivo, simulando muito mais uma espécie de enquete do que algum tipo de deliberação pública ou de participação propositiva, como observado no caso dos

orçamentos participativos (OPs) de Belo Horizonte/MG (Figura 1), Governador Valladares/MG e Joinville/SC, embora esta última permita o cadastro de sugestões para o OP Digital do município através de sua página na *web*. Segundo Souza (2006, p. 450), em Porto Alegre também “(...) é possível sugerir demandas pela Internet relativamente a uma região ou a uma temática, ou ambas as coisas”. Entretanto, conforme nosso levantamento, essa modalidade inexistente atualmente, apesar de o *site* do Orçamento Participativo da capital gaúcha apresentar razoável quantidade de informações, como prestação de contas, pautas regionais, cronogramas, entre outros.



Figura 1 - Reprodução da página do Orçamento Participativo de Belo Horizonte com a votação das obras do OP Digital 2008 Disponível em <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=portaldoop>>. Acesso em 27 de outubro de 2011.

Outro exemplo de iniciativa de votação através da Internet é a Consulta Popular<sup>27</sup>, que vem sendo empreendida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta modalidade, o cidadão (através de seu número de Título de Eleitor) vota em obras e projetos para a sua região, de acordo com o critério dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul). Em 2011, a votação visou projetos para o orçamento de 2012 e foi realizada em

<sup>27</sup> Disponível em <<http://www.ppp.rs.gov.br/portalppp/index.jsp>>. Acesso em 8 de setembro de 2011.



10 de agosto de 2011, e contou com a participação de 1.134.111 votantes. Existe também uma ferramenta para acompanhamento dos gastos realizados com a Consulta Popular, que permite a visualização do andamento dos processos e a execução orçamentária.

Ainda no Rio Grande do Sul, existe uma outra ação bastante interessante sob o ponto de vista da utilização das TICs pelo Estado: trata-se do Gabinete Digital<sup>28</sup> (GD). Iniciado em maio de 2011, esta iniciativa consiste em um canal de comunicação entre o gabinete do Governador e a população em geral. De acordo com a página do GD:

É um novo espaço de participação que tem como objetivo estimular uma nova cultura na gestão pública, por meio do estabelecimento de canais de diálogo e colaboração com a sociedade a partir do uso das ferramentas digitais. É um órgão articulador da política de Cultura e Governança Digital, vinculado diretamente ao Gabinete do Governador e coordenado pelo Chefe de Gabinete.

O objetivo é promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania promovendo a eficiência e o controle social sobre o Estado, estruturando a relação do Governador com as diversas formas de escuta e participação através das redes digitais.

A concepção do projeto foi acompanhada por uma ampla pesquisa, que analisou iniciativas do Brasil e do mundo. Fundamentamos o conceito do Gabinete dentro dos termos de Cultura e a Governança Digital (GABINETE DIGITAL, 2011).

No portal, existiam três formas de interação:

1ª) Governador Responde: os usuários podem elaborar perguntas que poderão ser respondidas pelo governador. A cada mês, uma nova pergunta é respondida, sendo escolhida aquela que tiver o maior número de votos. Para votar ou realizar perguntas é necessário criar um cadastro.

2º) Governo Escuta: canal em que são transmitidas audiências ou reuniões, no qual também pode acontecer interação com os usuários;

3º) Agenda Colaborativa: contribuições podem ser enviadas previamente para a pauta do governador do estado durante visitas a municípios.

---

<sup>28</sup> Disponível em <<http://www.gabinetedigital.rs.gov.br/>>. Acesso em 8 de setembro de 2011.



**Figura 2 - Reprodução da página do Gabinete Digital - Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
Disponível em < <http://gabinetedigital.rs.gov.br/> > . Acesso em 8 de setembro de 2011

Em novembro de 2011, o Gabinete Digital passou por uma profunda reestruturação. Além de mudanças no visual gráfico da página, foi criada uma nova modalidade de interação, chamada “Governador Pergunta”. Dentro desse formato, qualquer cidadão pode enviar sugestões e propostas para temas de interesse. Na primeira edição, o eixo central para as propostas foi “saúde”, tendo como temas relacionados, “cuidado integral”, “saúde da família”, “urgência e emergência”, “acesso a medicamentos” e “saúde na sua região”. A partir de então, o antigo formato visual (que pode ser visualizado na figura anterior) foi deixado em segundo plano, ficando disponível para visualização apenas em um *link* na parte inferior da página inicial. Outras modalidades de interação, como o “Governador Responde”, foram temporariamente suspensas<sup>29</sup>.

O projeto vem sendo reconhecido como uma importante iniciativa no campo da utilização das TICs pelos governos. Em agosto de 2011, poucos meses após a sua implementação, o Gabinete Digital recebeu o prêmio “E-Gov” de

<sup>29</sup> A partir de janeiro de 2012, a estrutura do Gabinete Digital voltou a ser a original. Entretanto, houve alteração no *layout* da página, provocando mudanças no padrão de cores e na identidade visual.

excelência em governo eletrônico, durante o 39º Seminário de Tecnologia de Informação e Comunicação para Gestão Pública, em Porto de Galinhas, Pernambuco. A observação do funcionamento, no entanto, revela uma curiosidade. Entre as perguntas mais votadas até dezembro de 2011 e que foram respondidas pelo governador do estado, grande parte tinha ligação (direta ou indiretamente) com a situação do funcionalismo público (aumento de salários, convocação de aprovados em concurso e separação entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros). Ou seja, houve uma apropriação da ferramenta por parte dessas categorias no sentido de estabelecer um canal de contato alternativo com o governo.

Em escala nacional, o Governo Federal apresenta uma política de governo eletrônico dentro do portal “gov.br”, vinculado ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. Oficialmente, o Governo Eletrônico em nível federal surge em 2000, a partir de um decreto presidencial (de 03 de abril de 2000) que criou um grupo interministerial (Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação - GTTI) com o objetivo de examinar e discutir propostas, diretrizes e normas acerca da utilização das novas tecnologias. Naquela época, o enfoque das ações seria dado em três temáticas: universalização de serviços; governo ao alcance de todos; e infraestrutura avançada. No quadro a seguir, sistematizamos alguns dos principais fatos ao longo dos últimos 10 anos.

Ano	Fato
2000	Proposição de uma nova política de interação entre Governo e sociedade a partir de meios eletrônicos; Criação do Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE), objetivando a gestão das ações de implantação.
2002	Publicação do documento “2 anos de Governo Eletrônico”, no qual são relatados os principais avanços e os desafios futuros.
2003	Criação de oito comitês técnicos dentro do CEGE, versando sobre temas como inclusão digital, <i>software livre</i> , infraestrutura de rede, gestão de sítios <i>on line</i> , entre outros.
2004	Criação do Departamento de Governo Eletrônico.
2005	Lançamento do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico, recomendando mecanismos de acesso para o uso de pessoas com necessidades especiais; Publicação do Decreto nº 5.450 (31/05/2005), que determina a utilização do pregão em forma eletrônica para compras de bens e serviços por parte da Administração Pública Federal
2006	Surgimento do Portal de Inclusão Digital; Realização da primeira pesquisa avaliativa sobre os serviços de e-gov.
2008	Publicação do “Padrões Brasil e-GOV”, contendo recomendações com o objetivo de aprimorar os serviços eletrônicos do Governo Federal.

**Quadro 2 - Principais fatos históricos do Governo Eletrônico em nível federal.**

**Fonte: Portal do Governo Eletrônico. Organizado pelo autor**

Existem atualmente sete diretrizes gerais para o desenvolvimento do governo eletrônico em nível federal. Esses elementos servem de fomento para a construção de estratégias de intervenção como base para ações de governo, gestão do conhecimento e gestão de Tecnologia de Informação no âmbito da Administração Pública Federal. Entre essas diretrizes, o destaque é dado à utilização das TICs para a promoção da cidadania; indissociabilidade entre governo eletrônico e inclusão digital; utilização de *software livre*; governo eletrônico como forma de racionalização de recursos; integração das ações com outros níveis de governo e outros poderes. A partir disso, percebe-se que a noção de governo eletrônico vai além da disponibilização de serviços na Internet, sendo também uma forma de conceber um paradigma norteador sob o ponto de vista da utilização das tecnologias por governo e sociedade.

### **3.2.2. Políticas públicas de inclusão digital**

Antes de tratar das políticas públicas, cabe uma breve revisão sobre o conceito de inclusão digital. Essa discussão dá continuidade às reflexões desenvolvidas no tópico “Desigualdade e exclusão no ciberespaço”, no capítulo anterior, e serve como subsídio para o restante do trabalho, quando também daremos enfoque a essa questão em diferentes níveis de escala (neste e nos próximos capítulos). O termo “inclusão digital”, ao contrário do que aparenta, não tem um sentido muito simples. Nos últimos tempos, desde que o referido termo passou a estar em evidência inclusive no âmbito das ações governamentais, tem havido certa confusão ao tratá-lo simplesmente como sinônimo de acesso ou posse de computador.

“Incluir-se digitalmente” é um processo que vai além do simples acesso a um computador. Mesmo que a separação existente entre o indivíduo e o computador seja uma dimensão importante para a compreensão da inclusão digital – assim como a falta de condições financeiras e educacionais – apenas o acesso material não encerra o problema da exclusão digital. (CARVALHO apud BORNIA JUNIOR, 2006, p. 29). O desenvolvimento de cursos no sentido de promover a construção de habilidades, competências e conhecimentos entre os usuários é fundamental para uma efetiva utilização das inúmeras ferramentas proporcionadas pelas novas tecnologias. Aliado a isso, a redução dos custos de

equipamentos e o desenvolvimento de sistemas operacionais e *softwares* de fácil compreensão e manuseio facilitam a inserção dos novos usuários.

A inclusão digital, termo bastante disseminado a partir da ascensão da Internet comercial na primeira metade da década de 90, caracteriza-se como uma importante pauta não apenas para as esferas governamentais, mas também para ativistas, indústria cultural, meios de comunicação, pesquisadores acadêmicos, escolas, empresas e ONGs. Essa crescente importância reflete a magnitude do impacto proporcionado pelas TICs.

A inclusão digital tem sido tratada – na mídia, nos discursos políticos, nas propagandas das empresas de informática e telecomunicações e em análises acadêmicas - como essencial para a inclusão social, para a diminuição de desigualdades entre países e entre os indivíduos e regiões de um mesmo país (CARVALHO, 2009. p. 21).

Para uma efetiva redução das desigualdades a partir da inserção digital, a universalização dos equipamentos de acesso às TICs é uma ação fundamental. Nos últimos anos, apesar do crescimento significativo na compra ou no acesso a esses equipamentos (vide o tópico “Dados sobre a Internet no Brasil”, no tópico anterior), a universalização ainda está distante dentro da realidade atual. A desigualdade está, portanto, inerente ao simples acesso às TICs.

Conforme Rondelli (apud LAIPELT et al., 2006), “inclusão digital está relacionada à aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais, como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos”. Assim, o oferecimento dos equipamentos de acesso à Internet constitui-se na primeira etapa do processo de inclusão, mas de maneira alguma por aí se encerra. A partir do momento em que esses equipamentos são utilizados de acordo com as necessidades do usuário, desenvolvem os conhecimentos para a utilização das TICs em sua plenitude e de maneira crítica, desde os fins mais elementares (entretenimento e comunicação) até aqueles mais complexos (educação e produção de conhecimento/conteúdo), entre tantos outros.

Assim, pode-se afirmar que no primeiro nível de inclusão digital encontra-se o acesso à informação em meio digital e às TICs, no sentido do uso passivo das informações. No segundo nível, por outro lado, encontra-se o uso que as pessoas fazem dessa informação, ou seja, a capacidade de transformá-la e aplicá-la em seu benefício e da comunidade a qual pertencem. Dentre as atividades características do segundo nível de inclusão digital, a

mais almejada, sobretudo pelos projetos de inclusão digital, é a produção de conteúdos. (LAIPELT et al. 2006)

Manuel Castells (2003) destaca que a efetiva inclusão digital desenvolve-se, sobretudo, a partir da capacidade de selecionar, procurar, processar e transformar a informação recebida. Dentro do processo de inclusão digital, a enorme quantidade de informação disponível na Internet acaba se configurando em um problema, ao mesmo tempo em que se impõem novos desafios. Entre eles, destacamos o “saber-procurar” e o “saber-filtrar” em meio a esse grande volume de informação a ser processada.

No caso do Brasil, o desafio de uma política de inclusão digital não é dificultado apenas pela extensão do território e pelas especificidades regionais brasileiras, mas pela necessidade de investimento em áreas essenciais, como na educação. Essa é um pré-requisito fundamental para um bom uso das inovações das TICs, principalmente quanto a seu potencial como mecanismo para a democracia eletrônica, visando uma maior participação da população através da Rede nos processos decisórios do governo.

A universalização do acesso requer ações que congreguem o poder público, organizações locais, associações de cidadãos e empresas no intuito de possibilitar que o ciberespaço auxilie o desenvolvimento individual e coletivo em regiões socioespacialmente marginalizadas (LÉVY, 1999). Dentro dessas políticas públicas de inclusão digital, certamente aquela que tem mais se popularizado em diversos países, principalmente nos subdesenvolvidos e emergentes, são os chamados “telecentros”.

Sorj (2003, p. 66) define telecentro como “[...] pontos de acesso coletivo, onde o usuário pode usufruir serviços de Internet através de equipamentos que não lhe pertencem”. O objetivo principal desta iniciativa consiste em disponibilizar um acesso mais frequente às TICs.

Exmplos pioneiros desta ideia – e que podem ser considerados como um protótipo dos atuais telecentros – são os Centros de Informação e de Serviços da Comunidade (CISC), que funcionam desde 1984 nos países escandinavos Os CISC podem ser definidos como um centro em que se instalam aparelhos de TICs à disposição dos cidadãos de comunidades periféricas, com o objetivo de dar um uso comum às instalações disponíveis. Estes centros objetivam a redução das

desigualdades de natureza econômica, educativa e de acesso à cultura, que acabam se refletindo no emprego, nos serviços e na instalação de infraestruturas. Embora esse projeto seja bastante antigo e formatado de acordo com a realidade dos países escandinavos (muito diferente da brasileira), sua criação acaba influenciando os modelos contemporâneos de telecentros, que visam à redução da exclusão digital principalmente em regiões periféricas das cidades.

Como lembra Chaparro (2007), os telecentros são considerados uma alternativa para diminuir as distâncias relacionadas à segregação sócio-digital, ao promover alternativas de inclusão para aqueles cujo acesso é escasso. Vanda Ueda sistematiza os objetivos da implantação dos telecentros:

A través de la Internet, las iniciativas locales se integran a una red global, posibilitando un nuevo tipo de actividad económica e política, centrada en múltiples localidades conectadas digitalmente. Es en ese contexto que los telecentros son importantes, pues son espacios que la población tiene disponible las tecnologías de la información y pueden ascender a la sociedad de la información. Ellos tendrán derechos y oportunidades de aprender y utilizar las tecnologías. Superando los límites entre el equipamiento (el ordenador) y la apropiación del mismo, dando oportunidades a que los ciudadanos mejoren sus condiciones de vida y estimulen a la democratización de la información en un sentido más solidario. Haciendo que la ciudad tenga espacios colectivos y que los ciudadanos luchen por una sociedad más justa y un otro mundo posible para todos, promoviendo la inclusión social a través de la inclusión digital. (UEDA, 2004)<sup>30</sup>.

Os telecentros devem possuir, como característica básica, a capacidade de possibilitar o acesso a camadas menos favorecidas economicamente (SANTOS FILHO, 2008), sendo normalmente instaladas em regiões periféricas distantes das áreas mais ricas da cidade. Isso não exclui, entretanto, a possibilidade de inserção de unidades em regiões centrais, tal como é o caso do Telecentro

---

<sup>30</sup> A través da Internet, as iniciativas locais integram-se a uma rede global, permitindo que um novo tipo de atividade econômica e política, centrado em vários locais conectados digitalmente. É neste contexto que os telecentros são importantes porque são espaços em que a população tem disponível a tecnologia da informação e pode ascender à Sociedade da Informação. Eles têm direitos e oportunidades para aprender e usar a tecnologia. Superar os limites entre o equipamento (o computador) e a apropriação do mesmo, oferecendo oportunidades para os cidadãos melhorarem suas condições de vida e incentivar a democratização da informação de uma forma mais solidária. Fazer com que a cidade tenha espaços coletivos e que os cidadãos lutem por uma sociedade mais justa e um mundo diferente para todos, promover a inclusão social através da inclusão digital (tradução nossa).

Mercado Público, localizado no Centro de Porto Alegre e que atende a uma maior gama de usuários oriundos de bairros distantes do Centro ou de outros municípios (principalmente os trabalhadores que exercem atividade na referida região).

Dentro dos projetos de “cidades digitais” (que serão vistos de maneira mais aprofundada nos últimos tópicos deste capítulo), os telecentros são importantes ferramentas que potencializam a possibilidade da ampliação da participação popular na gestão pública, principalmente no caso de municípios e unidades federativas que utilizam a internet para disponibilização de serviços ou como plataforma de consulta à população. Utilizamos o termo “potencial” por reconhecermos que essa situação idealizada ainda está distante da realidade atual que analisamos ao longo deste trabalho. De qualquer maneira, essa simples conjectura já suscita um cenário futuro de maior estímulo à participação da sociedade nesse tipo de processo.

### **3.3. Ciberativismo em escala nacional e internacional**

Com o objetivo de discorrer sobre o ciberativismo, visando posteriormente à análise enfocada no município de Porto Alegre, apresentamos este subcapítulo como uma forma de elucidar experiências de ciberativismo tanto em escala internacional como nacional. Nosso objetivo, com isso, é demonstrar como as tecnologias de informação têm proporcionado uma plataforma de difusão de formas de ativismo.

As novas tecnologias de informação e comunicação (destacamos, no nosso caso, a Internet) apresentam um grande potencial de interatividade inerente a seu funcionamento. Ao contrário de outros meios de difusão de informação, a Internet possibilita a divulgação e compartilhamento de informações de maneira muito mais rápida, barata e de fácil acesso.

A Internet, dessa maneira, tornou-se o meio mais viável para a interligação entre ativistas de diferentes localidades do mundo em função dos já citados benefícios em termos de custo e fluidez. Contudo, é na escala local que as ações efetivamente se concretizam, sendo a Internet também de fundamental importância para a mobilização e a divulgação das ações de grupos espacialmente focalizados. Ao longo deste tópico, discorreremos sobre diferentes



manifestações de ciberativismo na escala internacional e nacional, tentando demonstrar principalmente a articulação entre os grupos e as principais ações concretizadas com o auxílio da rede.

No que tange ao ativismo (o qual, com o auxílio dessas tecnologias de informação, chamamos de “ciberativismo”), a Internet acaba ganhando os contornos de um importante meio de difusão de diversos grupos, sendo uma importante ferramenta para a conexão entre o local e o global, pois ela é usada como um elemento estratégico para a divulgação e discussão de propostas oriundas dos mais distintos tipos de organizações, assim como funciona como um meio de preparo para as ações. Desse modo, os grupos ciberativistas atuam no ciberespaço visando à concretização de seus objetivos, sejam eles de qualquer natureza. Essa interação nos remete inclusive ao conceito de glocalidade, que representa a maior facilidade de inter-relação entre diferentes escalas (global e local), fenômeno este possibilitado principalmente por meio dos meios de comunicação. A glocalidade é algo hoje bastante presente no cotidiano social, sendo de extrema importância para a compreensão da atuação dos grupos ativistas, que, por sua vez, podem ter uma atuação mais local, mas normalmente de maneira coerente e interligada com questões mais amplas que ocorrem no contexto mundial, sejam elas dos mais distintos espectros. Sobre isso, Manuel Castells afirma que:

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas. O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques (CASTELLS, 2003)

Sander Vegh (apud RIGITANO, 2003) realiza uma classificação em três formas de ativismo na rede, faz-se necessário destacar que não se trata de uma divisão estanque, já que muitos grupos ou ações podem ser enquadrados em mais de uma categoria.

A **primeira** se refere à busca por **conscientização e apoio**, sendo a Internet uma forma de divulgar informações de modo alternativo à chamada “mídia de massa”.

A partir da obtenção de informações, através de visitas a sites, inscrição em listas de discussão ou participação de fóruns, pessoas de diferentes localidades podem entrar em contato com realidades até então desconhecidas, se sensibilizar, apoiar causas e até se mobilizar em prol de alguma organização, participando de ações e protestos on-line e off-line (VEGH apud RIGITANO, 2003, p. 3).

É possível afirmar que grande parte dos grupos ativistas de atuação em escala nacional e internacional pode ser inserida nessa categoria, dada a magnitude e a amplitude das suas ações. Em nível internacional, pode-se destacar a Avaaz<sup>31</sup> (Figura 3), considerada, mesmo com controvérsias, a maior organização internacional de mobilização via internet do mundo.

O portal Avaaz.org foi criado em 2007, sendo, em suma, um *site* no qual petições ou abaixo-assinados acerca de questões de interesse coletivo podem ser assinados por qualquer internauta. A organização estabelece metas de assinaturas para uma determinada causa, definindo também qual ato será realizado assim que o número de assinaturas for alcançado. Por exemplo, em agosto de 2011, havia uma petição contra práticas genocidas no Sudão. Assim que o número fosse alcançado, segundo o grupo, o documento seria entregue ao Conselho de Segurança da ONU.

---

<sup>31</sup> Disponível em <[www.avaaz.org](http://www.avaaz.org)> . Acesso em 5 de agosto de 2011.



**Figura 3 - Reprodução da página inicial do Avaaz**  
Disponível em <http://www.avaaz.org> . Acesso em 6 de agosto de 2011

O grupo se define como “uma comunidade de mobilização *online* que leva a voz da sociedade civil para a política global”, voltada para causas internacionais consideradas urgentes, em diversas categorias, como desastres naturais, mudanças climáticas, corrupção, direitos humanos, meio ambiente, segurança alimentar, entre outras. De acordo com dados coletados no portal em agosto de 2011, havia mais de 9,8 milhões de usuários cadastrados em 193 países do mundo. O Brasil é o país com maior número de cadastros, com mais 1,1 milhão de pessoas, seguido pela França com aproximadamente 1 milhão.

Periodicamente, o portal encaminha mensagens às caixas de *e-mail* dos usuários cadastrados sobre as principais ações realizadas nos meses anteriores. Em abril de 2011, um texto chamado “A democracia caminha por toda a parte” foi enviado por Ricken Patel, diretor da Avaaz, no qual evocou as principais “conquistas” naquele período. Entre os quinze tópicos contidos na mensagem, algumas campanhas foram destacadas, como contra a corrupção na Índia; distribuição de celulares com acesso à Internet para membros ligados a movimentos pró-democracia na Síria, Iêmen, Líbia e outros países com o intuito de romper o bloqueio aos meios de comunicação; petições contra Rupert

Murdoch, empresário do setor de telecomunicações acusado de autorizar escutas ilegais em telefones; envio de mensagens em massa ao Conselho de Segurança da ONU solicitando estratégias de prevenção de civis na cidade de Benghazi (durante conflito na Líbia).

Um problema que coloca em cheque a legitimidade dessas petições é quanto ao controle das assinaturas, já que basta realizar a inscrição com um *e-mail* diferente para que uma pessoa possa manifestar apoio outra vez. Ou seja, um mesmo indivíduo pode assinar uma petição repetidas vezes ao cadastrar outras contas. Para concluir, consideramos bastante questionável a definição de um usuário comum do Avaaz como um ativista (ou ciberativista), já que ele pode assinar uma determinada petição sem ter um mínimo conhecimento do contexto envolvido em uma determinada causa, respondendo à determinada petição mais como uma forma de “descargo de consciência” do que efetivamente com um ideal de transformação de uma determinada realidade ou situação. Devemos destacar, porém, que uma averiguação científica mais aprofundada dessa afirmação se faz necessária para a confirmação da hipótese. Embora existam essas críticas, a iniciativa da Avaaz não deixa de ser relevante, pois consegue oferecer bastante divulgação aos objetos e causas de interesse através de sua estratégia de divulgação em massa para os e-mails cadastrados, além da ampla exposição em sistemas de redes sociais, como Facebook e Twitter.

Ainda dentro dessa primeira categoria proposta por Vegh, destacamos o exemplo brasileiro do Centro de Mídia Independente (CMI). O CMI pode ser considerado como uma organização ativista que auxilia outros movimentos ou grupos a divulgarem suas ações. Como está descrito no próprio *site* da organização, trata-se de “uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente” (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, 2011). Apenas para exemplificar, ao analisarmos a página inicial do CMI em 2 de agosto de 2011 (Figura 4), vemos a divulgação de uma série de atos de diversos grupos populares, como sobre a luta por moradia, impactos da organização da Copa do Mundo FIFA de 2014, movimentos grevistas, entre muitos outros.



Figura 4 - Reprodução da página do Centro de Mídia Independente Disponível em <www.midiaindependente.org> . Acesso em 2 de agosto de 2011.

A publicidade oferecida pela web frequentemente expõe um claro embate entre diferentes pontos de vista. Dentro do (ciber) ativismo, isso não é diferente.

Questões como liberdade de expressão *versus* censura, grandes interesses capitalistas e corporativos *versus* necessidades comunitárias, privacidade, etc., são alguns dos tópicos mais fortemente debatidos e em torno dos quais muitos ciberativistas organizam-se (RIBEIRO, 2000, p. 476).

Este conflito é bastante claro em Porto Alegre. Embora isso seja aprofundado ao final do trabalho, cabe ser realizada uma menção ainda neste tópico. Nossa análise realizada em *blogs*, listas de e-mails e *sites* que tenham como mote principal a discussão sobre questões urbanas apontou essa diversidade de opiniões e, muitas vezes, um embate direto. Na capital sul-rio-grandense, isso fica explícito ao procedermos a uma análise bastante pontual de diferentes organizações que utilizam a Internet; de um lado, grupos ligados ao movimento ambientalista e a entidades populares (os *blogs* “Movimento em Defesa da Orla”, “Porto Alegre Resiste” e “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”), ao mesmo tempo em que existem grupos mais simpáticos à consecução de grandes empreendimentos e a projetos de revitalização da cidade (neste caso,

destacamos algumas publicações do *blog* Porto Imagem<sup>32</sup>). São diferentes posições a respeito desses empreendimentos que ficam evidenciadas através da Internet.

Não é nossa intenção realizar uma classificação dos grupos e, muito menos, posicioná-los de uma maneira que os represente de forma antagônica; no entanto, a título de exemplo, expomos dois casos bastante significativos dessa divergência: em primeiro lugar, referente aos projetos de revitalização da orla do Guaíba, enquanto o primeiro grupo apresenta uma visão bastante crítica quanto ao risco de privatização dos espaços públicos, o segundo demonstra um posicionamento mais aberto a esses projetos, como na discussão concernente ao projeto de revitalização do Cais Mauá, na região portuária da cidade<sup>33</sup>. O outro exemplo é o da construção da Arena do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; nos primeiros, há uma série de mensagens destacando supostas irregularidades quanto à aquisição do terreno e à condição de trabalho dos operários da construção civil envolvidos na obra. No segundo grupo, por sua vez, há o destaque sobre os possíveis benefícios com a construção deste complexo multiuso.

Já a **segunda categoria** trata da **organização de ações a partir da Internet** (VEGH *apud* RIGITANO, 2003, p. 4). Ou seja, a rede é utilizada como uma forma de agendamento e como meio para mobilizações

Como exemplo é possível citar as mobilizações on-line para os protestos off-line “antiglobalização”, que ocorreram em cidades como Seattle, Washington, Praga, Gênova, dentre outras. A partir de listas de e-mails e discussão e da construção de sites específicos para cada protesto, foi possível obter informações que possibilitavam a participação em manifestações e eventos, tais como calendário dos acontecimentos, palestras, fóruns, mostra de artes e debates, como chegar aos países e cidades

---

<sup>32</sup> Disponível em <<http://portoimagem.wordpress.com/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2012.

<sup>33</sup> No blog do “Movimento em Defesa da Orla”, no dia 30 de maio de 2011, foi publicada uma carta endereçada ao Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, sobre a “revitalização do Cais Mauá”. Em suma, o documento trata dos possíveis riscos ambientais e sociais decorrentes do projeto, como aumento do fluxo de automóveis no entorno, enfraquecimento do comércio tradicional do Centro Histórico, obstrução da paisagem, entre outros. (disponível em <<http://movimentoemdefesadaorladoguaiba.blogspot.com/2011/05/carta-do-movimento-em-defesa-da-orla-ao.html>>. Acesso em 1º de agosto de 2011). Já o *blog* “Porto Imagem” publicou a postagem “Mauá será nova referência”, de 18 de julho de 2011, no qual o autor do *blog* reproduz uma matéria do jornalista Affonso Ritter, em que são enumeradas algumas benfeitorias consequentes da realização do projeto (disponível em <<http://portoimagem.wordpress.com/2011/07/18/maua-sera-nova-referencia/>> . Acesso em 1º de agosto de 2011).

dos protestos, acomodações, serviço de advogados (caso o ativista tivesse algum problema com a polícia durante a manifestação), além de dicas para se proteger de gás lacrimogêneo e *sprays* de pimenta (RIGITANO, 2003, p. 4).

A autora refere-se à série de manifestações que ocorreram em várias partes do mundo no dia 30 de junho de 1999, em Colônia (Alemanha) e no dia 30 de novembro de 1999, em Seattle (Estados Unidos da América), tendo sido consideradas, principalmente na cidade estadunidense, como um marco do movimento antiglobalização. A utilização da Internet foi de extrema importância para a articulação e organização integrada dos protestos. Para Castells

(...) o movimento foi baseado na troca de informação, em meses de acalorado debate político na Internet, que precederam as decisões individuais e coletivas de ir a Seattle e tentar bloquear o encontro do que era percebido como uma organização que impunha a “globalização sem representação” (CASTELLS, 2003)

A comunicação com a mídia tradicional e a opinião pública se deu através do Independent Media Center, que gerou uma série de centros de mídia independente ao redor do mundo, alguns temporários e outros permanentes, que permanecem realizando um trabalho de divulgação do ponto de vista do movimento antiglobalização. Essa rede até hoje atua no sentido de integrar a organização rizomática desses grupos.

Ainda segundo Rigitano (2003, p. 5), outro exemplo desse tipo de ação são os sites para arrecadação de fundos, no qual o acesso a uma determinada página pode significar a realização de doações. Um exemplo disso (embora não consideremos essa uma forma de ativismo) é o Clique Alimentos, ligado ao Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul. No *site*<sup>34</sup> (Figura 5), o usuário pode escolher o município e a empresa que vai fazer a doação. Cada “clique” representa a doação de um quilo de alimento a instituições assistenciais.

---

<sup>34</sup>Disponível em <<http://www.cliquealimentos.com.br/site/>> . Acesso em 5 de agosto de 2011



Figura 5 - Reprodução da página inicial do Clique Alimentos Disponível em <<http://www.cliquealimentos.com.br>> . Acesso em 8 de setembro de 2011.

A terceira e última categoria é chamada por Vegh (apud RIGITANO, 2003) de **ativismo hacker** ou **hacktivismo**. A presente categoria normalmente é representada por alguns tipos de ações, tais como: invasão<sup>35</sup> ou congestionamento de *sites* (frequentemente relacionados ao governo), chegando até a ações criminosas ou “ciberterroristas”<sup>36</sup>. Sobre isso, afirma Manuel Castells:

(...) a vulnerabilidade tecnológica da Internet permite, em expressões de protesto individuais ou coletivas, a interferência em websites das redes eletrônicas de agências do governo ou de empresas, visados como representativos de opressão ou exploração. Esse é o caso dos “protestos hacker-ativistas”, que

<sup>35</sup> Um caso ocorrido em 2011 deixou em bastante evidência este tipo de ação. No início de agosto, o músico Tonho Crocco recebeu uma intimação do Ministério Público devido a uma representação feita pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2010, Giovanni Cherini. Essa representação foi devida a uma canção composta por Crocco chamada “Gangue da Matriz”, na qual o compositor menciona na letra os deputados que votaram a favor de um aumento salarial superior a 73% para seus próprios vencimentos. Imediatamente, criaram-se várias ações na Internet em apoio ao músico, principalmente nos sistemas de rede social como Facebook e Twitter. Além disso, a página da Assembléia Legislativa do RS foi invadida, na mesma semana, por um grupo hacker que se dizia “contrário a qualquer tipo de restrição da liberdade de expressão”. Disponível em <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI5278894-EI12884,00-Hackers+derrubam+site+da+Assembleia+Legislativa+do+RS.html>> . Acesso em 27 de setembro de 2011.

<sup>36</sup> A principal ação ciberterrorista no Brasil ocorreu em junho de 2011, quando diversos *sites* de instituições governamentais em nível nacional, estadual e municipal tiveram suas páginas invadidas ou sobrecarregadas por grupos *hackers*.



variam da sabotagem individual a invasão dos websites restritos de agencias militares ou de companhias financeiras para patentear sua insegurança e protestar contra seus objetivos (Langman *et al.*, 2000)<sup>37</sup>. No outono de 2000, durante o confronto entre israelenses e palestinos, hackers pró-palestinos (supostamente do Paquistão) invadiram os websites de organizações americanas pró-Israel, expuseram propaganda política neles, e obtiveram e divulgaram na Net os números de cartão de crédito dos membros do site, num protesto simbólico que provocou forte reação da opinião pública (CASTELLS, 2003).

Em escala internacional, de maneira geral, o movimento zapatista, em Chiapas (México) é considerado um dos pioneiros no que tange ao ativismo organizado com o auxílio da Internet. Em meados da década de 1990, o movimento utilizava redes eletrônicas de *fax* e da Internet, em uma estrutura descentralizada de grupos de solidariedade (a chamada rede “La Neta”).

Ao longo daquela década, outros grupos também se destacaram quanto à utilização das redes eletrônicas, como o caso do Falun Gong, um movimento político chinês de cunho espiritualista que questionava o poder do Partido Comunista. A China notabilizou-se nos últimos anos por ser um dos países mais restritivos em relação ao uso da Internet, justamente em função do potencial poder de mobilização coletiva com o advento dessas redes. Na China, o governo desenvolveu um forte aparato tecnológico que bloqueia conteúdos considerados subversivos. Uma constatação que demonstra a magnitude das restrições impostas ao uso da Internet na China pode ser percebida no já mencionado portal Avaaz, entre os mais de 9,8 milhões de usuários cadastrados em todo o mundo, o país mais populoso do mundo possui apenas 629 pessoas participando do portal (o que equivale a apenas 0,006% dos usuários). A título de comparação, o Uruguai, com uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, tem 11.301 cadastros (equivalente a 0,11%).

Conforme já afirmamos anteriormente ao longo deste trabalho, vislumbramos a potencialidade de organizar intenções, informações e manifestações inclusive em escala global a partir da Internet. Contudo, o acesso aos equipamentos de conexão não é suficiente para a potencialização das ações

---

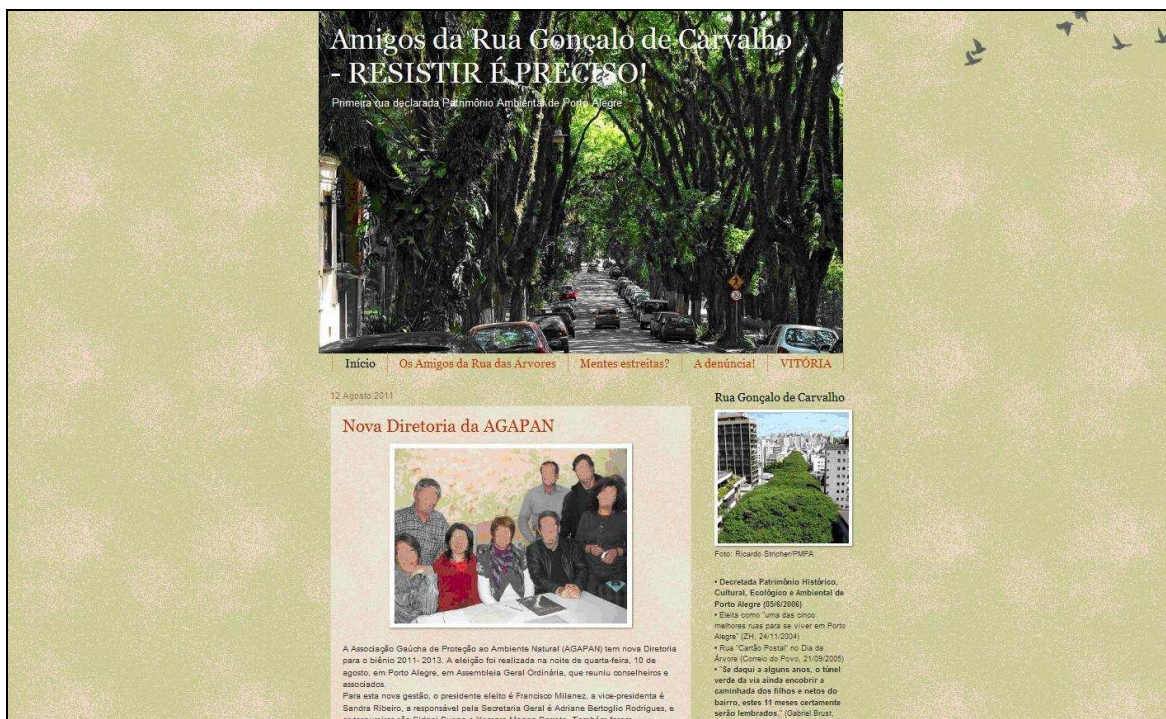
<sup>37</sup> Citado no original. Referência: LANGMAN, Lauren; MORRIS, Douglas; ZALEWSKI, Jackie; IGNACIO, Emily; DAVIDSON, Carl. **Globalization, domination, and cyberactivism**. First Conference of the Association of Internet Researchers, Lawrence, University of Kansas, 14-17 de setembro de 2000.

de grupos ativistas organizados, pois, além da necessidade de aparato tecnológico e de treinamento para o uso, conforme Rios (2010, p. 1) “as pessoas precisam estar preparadas para interpretar este novo mundo digital e mais do que isto, se apropriar dele a favor de suas lutas, em batalhas travadas agora também no ciberespaço”.

Consideramos que os atores sociais se apropriam das redes técnicas como uma forma de expandir seu campo de atuação dentro das mais diferentes ações e perspectivas, não sendo diferente disso no que tange aos grupos ativistas e a movimentos e organizações sociais. A atuação destes grupos, em geral, requer o reconhecimento de seus objetivos por parte da sociedade e, assim, o ciberespaço representa mais uma frente de enfrentamento desses grupos, paralela à sua atuação no espaço dito “real”. Segundo Bernal (apud RIOS, 2010), assiste-se a uma profusão de novas formas de ativismo baseadas na criação de novas identidades e de novos panoramas para a deliberação pública. Este novo cenário é marcado pela possibilidade de justaposição do ciberespaço ao próprio espaço público, fato que facilita a integração de diferentes grupos e pessoas interessados a uma mesma causa ou projeto.

É importante destacar também que as Tecnologias de Informação e Comunicação não propiciam somente a manutenção em rede de movimentos sociais e grupos ativistas, mas também fortalecem a constituição de redes de cidadãos e governos, sendo o germe inclusive da formação de projetos de cidades digitais, como os casos de Amsterdã (Holanda) e Aveiro (Portugal). No mundo, principalmente em países mais pobres, observa-se uma série de experiências (menos conhecidas em comparação a esses projetos europeus) que proporcionaram maior contato e deram maior capacidade de propagação dos anseios de comunidades e grupos locais. Essas redes, segundo Castells (2003) possuíam três características: em primeiro lugar, o fornecimento de informações de autoridades locais e organizações cívicas; em segundo lugar, a organização da troca horizontal de informação; e, em terceiro, pelo aumento do contato entre organizações. No caso de Porto Alegre, tal como colocamos na problemática da pesquisa, pode-se perceber que algumas organizações de bairro e grupos ambientalistas têm utilizado a Internet como uma ferramenta para sua atuação ativista, assim como se estabelece um contato entre esses diferentes atores, fato

que pode ser constatado pelos *links* e por republicações de um determinado *blog* ou *site* de outro grupo. Por exemplo, no *blog* do grupo Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho, entre as páginas recomendadas, há uma série de grupos relacionados a questões urbanas e ambientais, algumas principalmente focadas em Porto Alegre, mesmo que não exista qualquer espécie de vinculação formal. Entre eles, há associações de moradores (AMABI – Associação de Moradores e Amigos do Bairro Independência; AMOVITA – Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu), associações ambientalistas (AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), associações populares (Comitê Popular da Copa 2014), organizações não governamentais, além de outras ligações que podem ser percebidas com outros grupos e organizações em escala nacional e internacional.



**Figura 6 - Reprodução do *blog* da "Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho"**  
Disponível em <[goncalodecarvalho.blogspot.com](http://goncalodecarvalho.blogspot.com)> . Acesso em 12 de agosto de 2011.

### 3.4. As cidades digitais no Brasil: iniciativas de governos municipais

Com o objetivo de apresentar a problemática de estudo em diferentes escalas e recortes espaciais, vamos abarcar casos nacionais de grandes metrópoles (como São Paulo/SP e Salvador/BA), cidades de médio porte (Canoas/RS e Catanduva/SP) até iniciativas de pequenos municípios (Sud Menucci/SP e Piraí/RJ).

Tal como já expomos anteriormente neste trabalho, o conceito de “cidade digital” ainda é bastante vago e encontra múltiplas semânticas dentro do debate acadêmico. A partir do nosso entendimento de que as cidades digitais constituem, na verdade, uma compreensão de que o espaço urbano vem se transformando com o uso das tecnologias, compreendemos que as ações realizadas na cidade, e que possuem as TICs dentro de seu cerne, podem ser consideradas como uma constituição de “cidade digital”, independentemente de quais sejam os atores envolvidos. Dentro das iniciativas brasileiras, poderemos perceber as diferenças nos enfoques dos projetos. Neste tópico, o enfoque será dado na ação do poder público, a partir da análise destes municípios anteriormente mencionados. Em alguns casos, há uma maior ênfase em projetos de inclusão digital; em outros, o destaque é dado para o oferecimento de serviços eletrônicos ou para a construção de infraestruturas. Antes de tratar de exemplos brasileiros, deve-se lembrar de alguns importantes casos destacados em diversos trabalhos internacionais: no caso, Amsterdã (Holanda) e Aveiro (Portugal).

O empreendimento holandês é considerado um dos primeiros exemplos de maior sucesso de modelos de cidade digital, tendo sido criado em janeiro de 1994. A Cidade Digital de Amsterdã (*em holandês De Digitale Stad – DDS*) aproxima-se bastante da ideia de uma transposição da “cidade real” para o âmbito virtual; entretanto, assim como foi destacado anteriormente, a cidade digital não se resume apenas a uma simulação ou emulação do urbano na Internet e, sim, consiste no entendimento de que a cidade cada vez mais vem sendo afetada e transformada pelas TICs em vários âmbitos, proporcionando novas territorialidades observadas na cidade.

Já o projeto “Aveiro Digital” surgiu em 1998 e partiu de uma iniciativa primordialmente estatal. Tratava-se de um projeto piloto em termos de experiência de formação de cidades digitais em Portugal, e, em nossa avaliação, encontra-se muito mais aproximado da experiência analisada em Porto Alegre, dado o seu enfoque na diminuição da desigualdade quanto ao acesso e na construção de novas estruturas digitais, de modo a reestruturar uma série de serviços públicos.

### **3.4.1. São Paulo (SP): enfoque em Telecentros na maior metrópole brasileira**

São Paulo é a maior metrópole brasileira sob o ponto de vista econômico e populacional. Possui mais de 10,6 milhões de habitantes (dados de 2010) e um PIB superior a 357 bilhões de reais (quase 10 vezes superior ao PIB do município de Porto Alegre), aproximadamente 12% do PIB nacional (2008). Assim como Porto Alegre, São Paulo é considerado um caso de bastante sucesso na construção de telecentros e em termos de governo eletrônico.

O Programa de Telecentros foi implementado em 2001, através da Secretaria de Participação e Parceria, juntamente com o auxílio de entidades privadas, ONGs e sociedade civil. O programa possui objetivos semelhantes a qualquer projeto que verse sobre inclusão digital: prover a capacitação profissional, a revitalização dos espaços públicos, a democratização do uso de computadores, a popularização do *software* livre e o acesso à Internet. Nestes telecentros, são realizados diversos tipos de oficinas, nem sempre diretamente vinculadas ao aprendizado de informática, mas também abrangendo outras temáticas transversais, como Inserção no Mundo do Trabalho, Arte Digital, Telemarketing, Práticas de Escritório, Educação Ambiental, Colagem, Criação de Sites e Processamento de imagens. O funcionamento do programa também se dá com parcerias com diversos tipos de entidades, como secretarias do município e empresas.



**Figura 7 - Reprodução da página do programa de telecentros de São Paulo Disponível em <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao\\_parceria/telecentros/index.php](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/telecentros/index.php)> . Acesso em 8 de setembro de 2011.**

Um diferencial observado neste programa é o oferecimento de cursos mais aprofundados de informática, ao contrário das práticas mais comuns, que enfocam o desenvolvimento de habilidades básicas e a chamada “alfabetização digital” para usuários sem qualquer tipo de conhecimento. Entre os cursos, PHP/MySQL (linguagem de programação e banco de dados), HTML (desenvolvimento na *web*), lógica de programação, além de outros mais elementares, como introdução à informática, digitação, editor de textos e editor de planilhas.

As unidades estão instaladas em áreas periféricas da cidade, no qual os índices de desenvolvimento social são mais baixos em comparação com outras regiões do município. Segundo dados obtidos na página do projeto<sup>38</sup>, existem atualmente mais de 100 centros em funcionamento, em um universo de aproximadamente 500 mil pessoas beneficiadas. Em cada telecentro, existem 20 computadores sob supervisão e orientação de monitores preparados para auxiliar os usuários e ministrar cursos de formação. Entre os computadores disponíveis,

<sup>38</sup> Disponível em <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao\\_parceria/coordenadorias/inclusao\\_digital/inclusao\\_digital/index.php?p=1108](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/inclusao_digital/inclusao_digital/index.php?p=1108)> . Acesso em 3 de setembro de 2011.

75% são dedicados à formação da população (cursos e oficinas) e 25% para uso livre. Rodrigo Assumpção (2005), ao estudar o projeto Sampa.Org<sup>39</sup> (iniciativa de inclusão digital não ligada diretamente à prefeitura paulistana) considera que há uma estreita relação entre a necessidade do aprendizado em informática e a inserção do indivíduo (mesmo que nem sempre correspondida) no mercado de trabalho.

Nas áreas de exclusão social de São Paulo há enorme demanda reprimida por aprender informática e isto tem sido responsável por filas de pessoas à espera destes cursos. Esta demanda vem sendo alimentada, sobretudo, pela ilusão de que, ao aprender informática, ato contínuo, conseguirão um emprego. Até a comunidade compreender que não é este o funcionamento do mercado de trabalho leva tempo. Para o sampa.org torna-se necessário, primeiro, enfrentar a demanda de capacitação da comunidade para poder efetivar o diálogo sobre informação, conhecimento, trabalho e desenvolvimento em outro nível. Afinal, a qualificação profissional em informática não é alfabetização em informática (ASSUMPÇÃO, 2005, p.p. 55-56).

O projeto de telecentros do município está incluído dentro das atribuições da Coordenadoria de Inclusão Digital, também criada em 2001, com o nome de Coordenadoria do Portal e Inclusão Digital, quando era responsável pelos programas de inclusão digital e governo eletrônico (no portal da prefeitura). Em 2005, houve uma reestruturação, e a gestão do portal foi repassada para a Secretaria de Gestão.

Essa coordenadoria também é responsável por outros projetos relativos à democratização do acesso à Internet, como o TeleCeus e o Cibernarium. O primeiro versa sobre a utilização dos laboratórios de informática (chamados de Centro de Educação Unificado - CEU) de escolas para oferecimento de cursos introdutórios e avançados a alunos e educadores dos CEUs durante a semana, e

---

<sup>39</sup> O Sampa.org é uma iniciativa de inclusão digital e formação de uma rede pública de comunicação. O projeto nasceu em 2000, dentro das ações do Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, e contou com a parceria da iniciativa privada (Microsoft, e Brisa), sindicatos (CUT-Projeto Integrar), organizações não governamentais (FES-ILDES, Alexandria e CDI) e instituições educacionais (USP-Escola do Futuro e Instituto Adventista de Ensino). A partir disso, foram inaugurados os dez primeiros telecentros de São Paulo. Esse projeto-piloto foi a base da política pública de inclusão digital do Governo Eletrônico do Município, que hoje conta com mais de uma centena de telecentros. O Sampa.org também atuou como consultor e formador na área de inclusão digital em Porto Alegre (RS), Santo André (SP) e Cuiabá (MT). Trabalha ainda com a Secretaria de Educação do Município de São Paulo nos CEUs (escolas modelo), com várias atividades culturais relacionadas a inclusão digital como agências de notícias, rádios Web, vídeo e animação digital. Disponível em <<http://inclusao.ibict.br/index.php/iniciativas-no-brasil/972-telecentro-sampaorg>> Acesso em 27 de setembro de 2011.

nos feriados e fins de semana, funciona como telecentro para a comunidade. O Cibernarium, por sua vez, é um projeto integrado em diversas cidades no mundo (no Brasil, participaram São Paulo e Porto Alegre) que tem como missão a construção de estratégias que façam frente à exclusão digital. O Cibernarium tem criado uma série de conteúdos e materiais de divulgação para capacitação tecnológica que permitem uma contribuição para a difusão do conhecimento e o acesso para grupos de usuários potencialmente excluídos do acesso às TICs.

### **3.4.2. Salvador (BA): utilização das TICs na gestão pública da capital da Bahia**

A capital do estado da Bahia possui uma população de 2.480.790 habitantes (2010). Salvador apresenta uma série de programas voltados para a inclusão digital, sob coordenação de diversos setores (Estado, iniciativa privada e ONGs), demonstrando um esforço em termos de aumento de acesso e formação cognitiva principalmente para a população de baixa renda.

Lemos e Costa (2005) realizaram um levantamento dos principais programas de inclusão digital existentes no município. Ao todo, foram contabilizadas 14 iniciativas, entre as quais destacamos: **Programa Identidade Digital**: da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, que desenvolve programas de formação e treinamento para população de baixa renda a partir dos telecentros; **Sala do Cidadão**: disponibilização de equipamentos de informática destinados ao acesso gratuito a Internet; **Rede Livre Salvador Interativa**: organizado pela Companhia de Processamento de Dados da Prefeitura Municipal do Salvador, que desenvolve ações na área educacional pública, através da criação de um ambiente colaborativo na *web*; além destes exemplos de ações do estado, os autores ainda analisaram outras iniciativas, principalmente gerenciadas por ONGs e iniciativa privada. Concluíram que, na grande maioria dos casos, há uma ênfase na disponibilização dos equipamentos de informática, nem sempre acompanhadas por uma preocupação com a formação de habilidades e competências para o uso das TICs.

Os projetos têm definições específicas de “inclusão digital”, ficando a sua maioria, na prática, colocando ênfase apenas na dimensão técnica. Eles proporcionam o aprendizado no uso de *hardwares* e *softwares* e buscam dar condições de acesso à Internet, com o manuseio dos programas básicos de navegação.



Muitos projetos, quase a metade, implementam *softwares* livres como plataforma de operação. Fica evidente, nos projetos em Salvador, que o conceito de inclusão é pensado apenas na dimensão tecnológica, não colocando em valor os capitais intelectual, social e cultural (LEMOS & COSTA, 2005, pp. 12-13).

No que tange ao portal do município na Internet, existe um enfoque no oferecimento de serviços. Logo na página inicial (figura 8), existe um “menu” com as principais solicitações e informações disponíveis no portal. Assim como no portal da Prefeitura de Porto Alegre, o *site* também é dividido em “perfis” de usuários (cidadão, empreendedor e servidor), onde os serviços estão divididos de acordo com suas principais necessidades.

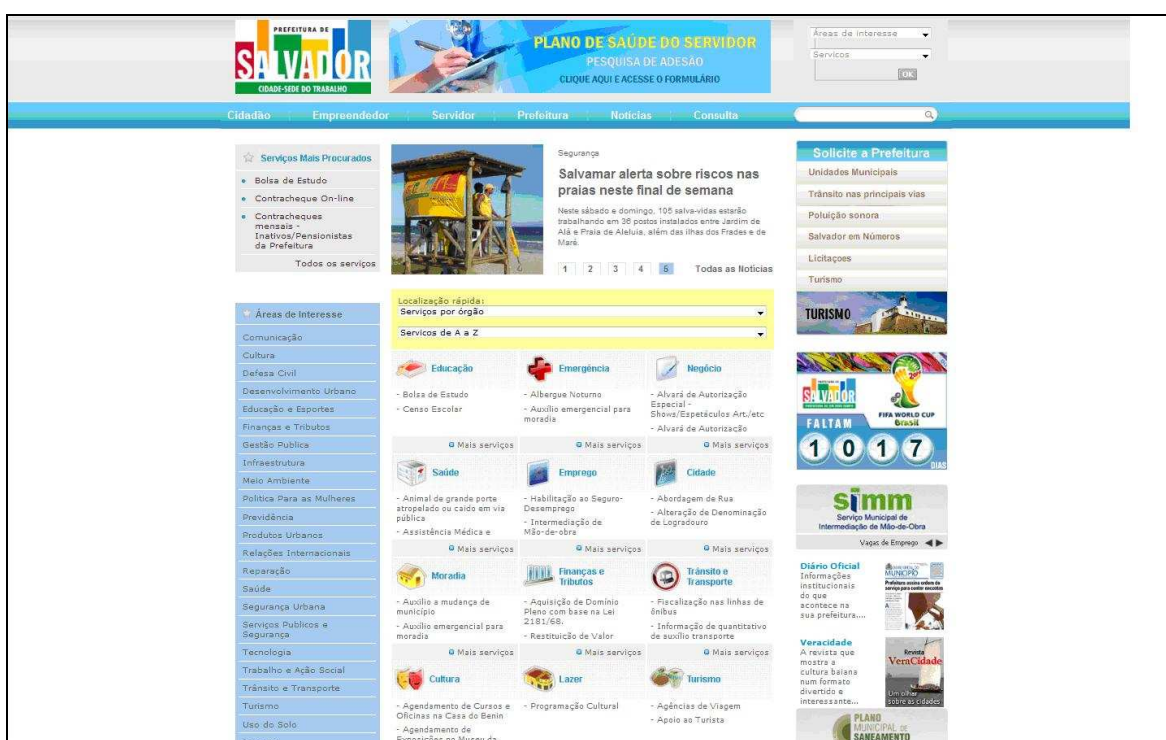


Figura 8 - Reprodução da página da Prefeitura de Salvador Disponível em < <http://www.pms.ba.gov.br/> . Acesso em 29 de agosto de 2011.

### 3.4.3. Canoas (RS): a “Ágora Virtual”

Canoas está localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo o 2º maior município em número de habitantes (perdendo apenas para a Capital) com 323.827 habitantes (IBGE, 2010). Trata-se de um dos municípios gaúchos com maior crescimento populacional e econômico nas últimas décadas, principalmente em função do incremento do parque industrial local. A prefeitura

municipal lançou o portal “Ágora Virtual”<sup>40</sup> em maio de 2011 com o intuito de fomentar os mecanismos de participação popular e de comunicação entre poder público e cidadãos. O termo “ágora virtual” tem sido bastante utilizado por Pierre Lévy como uma possibilidade de reprodução da ágora da democracia grega com o auxílio das TICs. Na Grécia Antiga, “ágora” era a praça pública onde os cidadãos reuniam-se para deliberar e debater sobre suas questões políticas, definindo os rumos da pólis. Na época contemporânea, a nova ágora *online* permite que surjam novos modos de interação e de deliberação políticas (LÉVY, 2005).

O mecanismo pode ser acessado por qualquer pessoa. No entanto, existem duas modalidades de usuário: uma delas é o visitante, que está disponível para qualquer pessoa interessada em observar o funcionamento, sem, entretanto, poder participar de qualquer estrutura de comunicação (exceto o “Fale Conosco”). A outra forma é a de “integrante”. Nesse caso, faz-se necessária a realização de um cadastro (inclusive com título de eleitor) para a participação em todos os mecanismos disponíveis.

Dentro do portal, existem três formas de interação. A primeira delas é denominada “Ágora Central”, que funciona como uma espécie de sala de reunião *online* onde ocorrem encontros com a participação de prefeito e secretários municipais, na qual os cidadãos podem interagir de maneira instantânea, mas a participação fica restrita somente ao momento em que a “Ágora Central” está disponível para o debate, que ocorre com agendamento divulgado na própria página, normalmente em dias úteis, à tarde. Não há uma periodicidade fixa para a realização das reuniões nem uma quantidade mensal. No entanto, conforme consulta ao arquivo de eventos, foi possível constatar que ocorreram 132 reuniões nessa modalidade entre maio e dezembro de 2011, incluindo 24 audiências com o prefeito. Os demais debates foram realizados por secretarias municipais, subprefeituras e coordenadores de programas de governo. Em média, cada evento teve aproximadamente 70 mensagens (entre as contribuições de cidadãos e as respostas de gestores municipais), sendo que uma audiência com o prefeito realizada em 15 de julho foi a que teve maior número de mensagens: 157. De maneira geral, são essas audiências com o prefeito que possuem maior

---

<sup>40</sup> Disponível em <[www.agoravirtualcanoas.com.br](http://www.agoravirtualcanoas.com.br)> . Acesso em 26 de dezembro de 2011.

participação, com quantidade média de mensagens superior a 100. É importante destacar que todas as mensagens ficam disponíveis para consulta mesmo quando uma reunião é encerrada.

A segunda forma de interação são as “ágoras temáticas”. Trata-se de fóruns permanentes em doze áreas da administração municipal (cultura; desenvolvimento econômico; desenvolvimento social; desenvolvimento urbano e habitação; educação; esporte e lazer; meio ambiente; obras; saúde; segurança; serviços urbanos; transportes). Cada uma delas possui fóruns internos, com assuntos inerentes ao setor propostos pela prefeitura. Todavia, não existe um tipo de mecanismo que permita que os próprios cidadãos criem seus fóruns sobre assuntos que consideram relevantes, fato que prejudica a efetivação da idealizada “ágora”.

Ainda existe uma terceira modalidade, chamada “Fale com o Prefeito”. Nesse caso, os cidadãos cadastrados escrevem, em uma espécie de “mural público”, mensagens, reclamações, pedidos, dúvidas, sugestões, entre outros ao prefeito municipal. As respostas, caso sejam realizadas, não estão publicadas neste mesmo mural.

Além dessas três modalidades, eventualmente estão disponíveis no portal enquetes e votações. Na prática, há pouca diferença entre as duas categorias, pois ambas apresentam caráter de cunho opinativo e avaliativo, versando sobre concordância acerca de determinado tema ou a satisfação com determinado serviço. Não existe até o momento, portanto, alguma modalidade semelhante a um orçamento participativo digital, quando a própria população influencia ou decide sobre o orçamento público, escolhendo obras e projetos de interesse.



Figura 9 – Reprodução da página inicial da Ágora Virtual da Prefeitura de Canoas Disponível em <[www.agoravirtualcanoas.com.br](http://www.agoravirtualcanoas.com.br)> . Acesso em 30 de dezembro de 2011.

#### **3.4.4. Catanduva (SP): planejamento em informática em cidade de médio porte**

Catanduva é um município localizado no centro-norte do estado de São Paulo, a aproximadamente 400 Km da Capital. Possui uma população de 112.143 habitantes (IBGE, 2010), caracterizando-se, portanto, como um município de porte médio<sup>41</sup>. Catanduva apresenta uma peculiaridade que nos levou a destacá-la dentro do nosso trabalho: o fato de possuir uma secretaria de município ligada diretamente a questões de informática: a Secretaria Municipal de Planejamento e Informática. Outra particularidade é que, segundo o levantamento realizado por Firmino (2007), não existe registro em casos estudados e na literatura disponível de relação aparentemente tão próxima entre o planejamento urbano e as TICs no próprio nome de um órgão de administração direta. Porém, essa potencial relação, na prática, pouco se concretiza.

<sup>41</sup> A definição de cidade média varia de acordo com o entendimento de alguns autores. Contudo, de maneira geral, costuma-se classificar como “cidade média” no Brasil aqueles municípios que possuem população variando entre 50.000 e 500.000 habitantes.

Além do atendimento a questões pertinentes ao planejamento municipal, essa secretaria tem como atribuição o estabelecimento de políticas e procedimentos para utilização de sistemas e programas de processamento de dados para a Prefeitura e para as demais secretarias do município. Isso denota que a menção à informática no próprio nome da secretaria não garante necessariamente que os recursos tecnológicos têm sido utilizados como instrumento para o planejamento municipal, caracterizando-se, na verdade, como um órgão prestador de serviços de informática para o serviço público. Sobre isso, Firmino destaca que:

O DI [*departamento de informática da secretaria em destaque*] não mantém qualquer rotina ou projeto especial com o setor de planejamento da secretaria com a finalidade de planejar em conjunto o desenvolvimento urbano e tecnológico da cidade, exceção feita aos projetos de modernização das próprias atividades da secretaria, como por exemplo, a implantação (em andamento) de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) (FIRMINO, 2007, pp. 43-44, grifo nosso).

Apesar dessa falta de interligação dentro da própria secretaria de planejamento municipal, um projeto de cidade digital foi implementado no município, a partir da constituição de um núcleo de gestão estratégica formado por assessores ligados a diferentes secretarias. A ideia surgiu a partir do conhecimento do projeto do município de Piraí, no Rio de Janeiro (que será aprofundado em um tópico posterior ainda neste capítulo), e suas aplicações no campo do uso das TICs na gestão pública e dos projetos de inclusão digital. Firmino, sobre o projeto, afirma que:

A grande marca de sucesso e visibilidade do projeto foi marcada, entretanto, por sua operacionalidade técnica, principalmente com a instalação pioneira no Brasil, de uma rede pública sem fio com cobertura próxima de 100% do perímetro urbano. O ponto de partida do projeto foi a construção e consolidação desta rede para que, a partir dela, outros serviços pudessem ser agregados, como, por exemplo, o programa de georreferenciamento, ou o sistema de monitoramento urbano por câmeras de circuito fechado de TV, dentro outros (FIRMINO, 2007, p. 46).

Dentro do seu escopo, a “digitalização” do município objetivava a transparência das ações da administração; atração de investimentos; redução de custos de telefonia; instalação de terminais de acesso e disponibilização de Internet em banda larga para população carente, indústria e comércio;

desenvolvimento de ações de inclusão digital; conexão de um SIG ao sistema de monitoramento policial.

O primeiro produto de maior relevância do projeto foi a instalação de uma rede pública sem fio para a interligação da administração municipal, cobrindo quase todo o território municipal. Atualmente, o município conta com três telecentros, instalados em parceria com instituições locais (como paróquias e ONGs).

#### ***3.4.5. Sud Mennucci (SP): cidade digital em um pequeno município interiorano***

O município de Sud Mennucci está localizado na região noroeste de São Paulo, a 600 Km da Capital, próximo à divisa com o Mato Grosso do Sul, e possui uma população de aproximadamente 7.400 habitantes (IBGE, 2010). Este pequeno município se notabilizou por ser um dos primeiros no Brasil a disponibilizar acesso livre e gratuito à Internet para os moradores do município.

Em 2002, com o objetivo de reduzir custos relativos à telefonia pelo acesso discado das repartições públicas, já que não havia provedor dentro da própria cidade, necessitando, portanto, da realização de ligações interurbanas para o estabelecimento da conexão. Assim, a administração municipal realizou a compra de uma plataforma de 128 Kbps<sup>42</sup> de velocidade para uso no prédio da prefeitura. No ano posterior, essa capacidade foi dobrada com o intuito de atender a servidores de outros estabelecimentos municipais espalhados pelo seu território. Para isso, foi instalada uma antena de transmissão de Internet via rádio no prédio da prefeitura. Também foram realizados cursos de capacitação para funcionários com pouco conhecimento na área de informática.

O início da expansão do projeto ocorreu em 2003, quando a prefeitura municipal realizou um investimento inicial de R\$ 18 mil para o oferecimento de acesso gratuito à Internet para toda a população, oferecendo o sinal sem fio (*wireless*). Desde então, a velocidade oferecida e os pontos de acesso têm aumentado gradativamente.

---

<sup>42</sup> A sigla “Kbps” significa “Kilobit por segundo” e é uma unidade de medida de transmissão de dados na informática.

O oferecimento do sinal da Internet se dá de maneira gratuita a qualquer habitante do município, desde que o mesmo possua os insumos necessários para isso (antena, placa *wi-fi*, etc.), sendo necessária a realização de uma requisição formal à Prefeitura. Embora não existam telecentros, as escolas municipais possuem laboratórios de informática com 20 computadores disponíveis aos alunos matriculados. Para o restante da população, a biblioteca do município também oferece acesso gratuito.

Quanto às transformações no próprio corpo da municipalidade, observou-se uma redução dos custos de funcionamento da administração pública. Estimase que houve decréscimo de 80% do gasto com telefonia, justificado pela redução das ligações interurbanas para a conexão da Internet e pela maior utilização de softwares de comunicação instantânea, como Skype e Windows Messenger. Além disso, com a maior possibilidade de acesso aos habitantes do município, houve um aumento na busca por informações de governo e pela disponibilização de serviços *online*, criando-se um “portal de transparência”<sup>43</sup>. Hindenburgo Pires afirma que:

Devido a esse fácil acesso, a popularização do uso da Internet alterou os hábitos e os costumes da população de Sud Menucci. Hoje a grande maioria dos moradores prefere fazer compras e transações bancárias utilizando a Internet, e praticamente abandonou a tradicional telefonia discada optando pela telefonia que utiliza a tecnologia de voz sobre IP que não tem custos. (PIRES, 2007, p. 11)

#### **3.4.6. Piráí (RJ): desenvolvimento local baseado no acesso às novas tecnologias**

Piráí é um município localizado no Vale do Paraíba, ao sul do estado do Rio de Janeiro, e possui população aproximada de 26.300 habitantes (conforme dados do Censo de 2010). O projeto de Piráí foi considerado um modelo para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação para a promoção de políticas públicas em escala municipal.

O projeto se caracteriza pelo funcionamento a partir do tripé “arquitetura de rede – desenho de gestão – controle social”. A arquitetura de rede se destina à

---

<sup>43</sup> O Portal da Transparência de Sud Menucci pode ser acessado no *link* <<http://www.sudmennucci.sp.gov.br/transparencia/>> . Acesso em 24 de agosto de 2011.

constituição da infraestrutura digital; o desenho de gestão se refere às ações de governo, educação, inclusão digital e comunicação através das TICs. Por fim, o controle social é realizado através da constituição de um conselho da cidade que acompanhe os impactos e as transformações decorrentes das iniciativas constantes no projeto.

O objetivo do programa consiste na “democratização do acesso aos meios de informação e comunicação, gerando oportunidades de desenvolvimento econômico e social e ampliando os horizontes da cidade”. Entre os objetivos específicos, encontramos a democratização e a otimização dos recursos tecnológicos para produção e socialização do conhecimento; modernização da administração pública; impulsão de atividades que possibilitem à comunidade uma incorporação mais ágil do conceito de “sociedade da informação”, de modo que o acesso às novas tecnologias seja facilitado (PIRAÍ DIGITAL, 2011).

O programa foi lançado oficialmente em 2002; no entanto, as origens do projeto podem ser remontadas a 1996, quando a administração municipal percebeu a necessidade de investimento na área de tecnologia de informação. Na época, a prefeitura possuía apenas duas linhas telefônicas. Provocada pelo baixo nível de informatização e pela quase ausência de recursos de comunicação, o município encontrava-se em um estado de defasagem tecnológica.

Na década de 1990, com a privatização da Light (antiga companhia estatal de energia elétrica do Rio de Janeiro), mais de 1200 pessoas foram demitidas, ocasionando um choque na economia do município. Diante disso, a estratégia da prefeitura para a reestruturação do desenvolvimento local foi o investimento em um condomínio industrial, da formação de um polo de piscicultura, e da constituição de cooperativas (PIRAÍ DIGITAL, 2011). Ainda em um contexto de pouca difusão da Internet no Brasil, em 1997 foi instituído o Plano Diretor de Informática com o propósito de fomentar a inclusão digital através do acesso às TICs. (PIRES, 2007). Em 2003, a partir da realização de uma parceria com o Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (consórcio de diversas universidades públicas fluminenses), fomentou-se a participação de cidadãos em cursos superiores sem a necessidade de deslocamento, através de plataformas de educação a distância. No ano posterior, foi criado um Conselho (com participantes do setor público, associações de moradores, entidades de



classe e ONGs) para a consolidação do Plano Diretor da Cidade Digital (SADAO, 2004).

O caso de Pirai também deve ser analisado sob a óptica da constituição da infraestrutura tecnológica na cidade. Sobre essas condições, Hindenburgo Pires afirma:

As características geográficas do município de Pirai influenciaram no processo de implantação da infra-estrutura de suas redes técnicas. O município de Pirai possui uma área de 506,71 km<sup>2</sup>, subdividida em quatro distritos: Pirai-Sede, Vila Monumento, Arrozal e Santanésia. A dificuldade principal, na fase inicial de implantação de tecnologia baseada em rede sem fio, se deveu ao elevado custo que esta tecnologia exigia para sua instalação em uma área separada por vales e montanhas. Estas peculiaridades morfológicas induziram a construção, numa fase posterior, de uma solução mista de baixo custo concebida para ser operacionalizada por meio de um sistema híbrido, baseada em rede com conexão a cabo com suporte wireless. A inauguração desse Sistema Híbrido com Suporte em Wireless (SHSW) e da Rede de Transmissão de Dados e Multimídia em Banda Larga da Internet ocorreu em 2004 (PIRES, 2007, pp. 10-11).

Apesar de ser um programa reconhecido em termos de promoção da inclusão digital, Pirai Digital ainda apresenta alguns limitantes, como a concentração dos pontos de acesso no centro da cidade e uma ainda pequena expansão dos serviços aos residentes no município.

## **4. UM OLHAR SOBRE A AÇÃO DO ESTADO A PARTIR DO CASO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

No presente capítulo, o primeiro que oferece um enfoque direto no município de Porto Alegre, analisamos a ação da Prefeitura Municipal sob o ponto de vista da apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação e da promoção de políticas públicas de inclusão digital, atendendo assim ao objetivo de analisar os impactos das iniciativas governamentais.

Dessa maneira, o capítulo fica dividido em dois tópicos: primeiramente, a análise é concentrada no Portal da Prefeitura na Internet. Ao final dessa primeira parte, realizamos uma análise do portal a partir de critérios apontados por Lemos (2007) a fim de reconhecer potencialidades, problemas e virtudes do portal da PMPA. Na segunda parte, as políticas públicas de inclusão digital, com destaque para os telecentros, constituem o foco do estudo.

### **4.1. Portal da Prefeitura na Internet**

O portal de Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) está disponível no endereço [www.portoalegre.rs.gov.br/](http://www.portoalegre.rs.gov.br/)<sup>44</sup> A análise realizada nesse tópico remete-se ao panorama encontrado no referido portal em outubro de 2011. Nessa época, a página inicial do portal apresentava a seguinte apresentação (Figura 10):

---

<sup>44</sup> Acesso em 24 de outubro de 2011.



Figura 10 - Reprodução do portal da Prefeitura de Porto Alegre Disponível em <www.portoalegre.rs.gov.br> . Acesso em 24 de outubro de 2011.

A proposta do portal, atualmente, é de oferecer uma grande gama de serviços e informações de maneira funcional e voltada para diferentes “perfis de interesse”. A página inicial é bastante “limpa”, contendo apenas algumas notícias principais, o acesso às páginas de secretarias, departamentos e empresas vinculadas à prefeitura, bem como o acesso a alguns serviços. Essa configuração vem ao encontro a alguns dos pilares principais definidos por Vaz (2003a) acerca dos portais de governos na Internet, principalmente em relação à estruturação em canais, a partir de agrupamentos de informações e aplicações destinadas às necessidades específicas dos diferentes tipos de usuários do portal municipal.

Na parte superior da página inicial, além do logotipo da Prefeitura e de algum eventual *banner*<sup>45</sup>, há um mecanismo de busca dentro do site e a possibilidade de escolha de um dos perfis de interesse. Nesse caso, são listados seis grupos: cidadão; cidade; empreendedor; estudante; servidor; turista (cada um deles será melhor aprofundado ainda neste tópico). Ainda na parte superior,

<sup>45</sup> *Banner* é uma forma publicitária muito comum na Internet para atrair acessos a um determinado *site*. Caracteriza-se como uma faixa normalmente alongada na vertical ou horizontal, sendo mostrado toda vez que uma página que o contém é aberta pelo programa de navegação na Internet. Geralmente, ao clicar sobre o *banner*, o usuário é redirecionado à página do “anunciante”. No caso do portal da PMPA, o *banner* normalmente se remete a alguma campanha ou ação em voga pela referida prefeitura.

existem “abas” que remetem às páginas das secretarias de administração direta, departamentos, (como o Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU ou o Departamento Municipal de Águas e Esgotos – DMAE, que são autarquias e, portanto, possuem autonomia financeira) e empresas públicas (como a Empresa Pública de Transportes e Circulação – EPTC, a PROCEMPA e a Companhia Carris, sendo essa última uma sociedade de economia mista com controle acionário da prefeitura).

No canto superior direito, há algumas plataformas de comunicação, como a Rádio Web (transmissão de notícias e programação vinculadas à PMPA), TV Prefeitura (com vídeos de ações e eventos), Diário Oficial (veículo com a publicação oficial), além de um banco de imagens e as *webcams* (onde está disponível a visualização ao vivo de imagens de quatro câmeras digitais localizadas em Porto Alegre). Logo abaixo, há mais alguns *banners*, de menor tamanho, também destacando algumas ações e serviços. Em outubro de 2011, havia o destaque para solicitação de serviços *on line* e por telefone (Fala Porto Alegre – atendimento ao cidadão); o Portal de Gestão (sistema de acompanhamento de ações da prefeitura); o Portal de Transparência (exposição de gastos e contas); o *site* sobre o metrô de Porto Alegre (com informações e vídeos do projeto) e mais um outro *banner* com projetos (como o Observatório de Porto Alegre – ObservaPOA e a coleta seletiva do lixo). Também aparece nessa parte uma listagem de todas as páginas vinculadas à prefeitura em índice alfabético, a fim de facilitar buscas.

Na parte inferior, há outras ferramentas de comunicação e integração com redes sociais, como Twitter<sup>46</sup> e Flickr<sup>47</sup>, e um *feed*<sup>48</sup> de notícias. A parte central é destinada às notícias da administração municipal. Em primeiro plano, há alguma

---

<sup>46</sup> Twitter é uma rede social na Internet baseada no sistema de *microblogs*, ou seja, com breves atualizações por mensagens de texto pelo usuário. A PMPA utiliza a rede principalmente para divulgação de notícias.

<sup>47</sup> Flickr é um site para hospedagem de imagens e documentos gráficos, também caracterizado como rede social. O Flickr permite a seus usuários criarem álbuns para armazenamento de suas fotografias e entrarem em contato com fotógrafos variados e de diferentes locais do mundo. Fonte: Wikipedia. (disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Flickr>> .Acesso em 25 de outubro de 2011). A ferramenta é utilizada pela Prefeitura principalmente para apresentar pontos turísticos e fotografias artísticas tendo a cidade como enfoque.

<sup>48</sup> *Feed* é um formato de dados usado em formas de comunicação com conteúdo atualizado frequentemente, como *sites* de notícias ou *blogs*. Utilizando um *feed*, o usuário pode receber as atualizações de um determinado site no próprio navegador, sem ser necessário acessá-lo. Fonte: Wikipedia. (disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Feed>>. Acesso em 25 de outubro de 2011).

notícia de maior destaque, normalmente acompanhada por foto. Logo abaixo, são listadas, em uma caixa, as notícias mais recentes em ordem cronológica (do mais recente para o mais antigo). Junto a essa caixa, há duas abas: uma com a listagem de serviços e outra com as formas de contato (com endereços, telefones e contato por e-mail).

Entre janeiro e dezembro de 2011, o portal da Prefeitura de Porto Alegre recebeu mais de 5 milhões e 250 mil visitas. Em cada visita podem ser visualizadas várias páginas dentro do portal, fato que resultou em 8 milhões e 266 mil visualizações realizadas por 1 milhão e 50 mil visitantes únicos,. Apenas a título de comparação, o número de visitantes é equivalente a aproximadamente 75% da população de Porto Alegre. Em relação a 2010, houve um aumento de 56.363 visitantes únicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2012b).

#### **4.1.1. Perfis de usuários**

Dentro da estrutura do portal da Prefeitura de Porto Alegre, tal como foi colocado anteriormente, existe uma divisão por “perfil de interesse”, que objetiva oferecer uma maior facilidade para o encontro de serviços e informações de acordo com o tipo de usuário e seus respectivos interesses. Os cinco “perfis” destacados são os seguintes: Cidadão, Estudante, Turista, Empreendedor e Servidor, Além destes, há uma sexta categoria que não visa atender a um perfil de usuário específico, pois apresenta informações gerais sobre a cidade. Vejamos de maneira mais aprofundada cada um deles:

- **Cidadão:** reúne informações e serviços que interessam à população residente em Porto Alegre;
- **Estudante:** compila informações e serviços voltados para escolares e jovens, como transporte escolar, informações para pesquisas escolares, estágios, entre outros;
- **Turista:** informações destinadas a turistas que visitam o município, principalmente o Centro de Informações Turísticas, no qual podem ser obtidas informações sobre atrações turísticas, gastronomia, hospedagem, cultura e programação local;

- **Empreendedor:** contém informações e serviços destinados a empresas, comércio, empreendedores imobiliários. Também contém informações sobre os diversos tipos de impostos (ISSQN, IPTU, ITBI, ICMS, entre outros) e diversos tipos de consulta;
- **Servidor:** contém serviços destinados a funcionários públicos do município, como ouvidoria, previdência, recursos humanos, entre outros.

<b>Perfil</b>	<b>Categorias disponíveis</b>
Cidadão	Acessibilidade / Água e Esgoto / Habitação/ Iluminação e Vias Pública / Impostos Municipais / Indústria e Comércio / Limpeza Urbana e Meio Ambiente / Recreação, Lazer e Cultura / Saúde e Assistência Social / Segurança e Direitos Humanos / Transporte Público / Oportunidades / Ouvidorias / Participação Popular / Conselhos, Comissões e Comitês / Fundos / Diário Oficial / Projetos e Ações
Estudante	Cidadania, Segurança e Direitos Humanos / Educação / Esporte, Lazer e Cultura / Informação / Limpeza Urbana e Meio Ambiente / Tecnologia / Passagem Escolar / Saúde / Oportunidades / Mapas / Projetos e Ações
Turista	A Cidade / Conheça Porto Alegre / Calendários da Cidade / Transporte Público / Saúde / Segurança / Mapas e Guias / Centro de Informações Turísticas / Outros Serviços
Empreendedor	A Cidade / Conheça Porto Alegre / Calendários da Cidade / Transporte Público / Saúde / Segurança / Mapas e Guias / Centro de Informações Turísticas / Outros Serviços
Servidor	Portal do Servidor / RH 24 Horas / Oportunidades / Diário Oficial / Legislação / Previdência / Ouvidoria / Escola de Gestão Pública / Outros Serviços

**Quadro 3 – Categorias disponíveis nos “perfis de interesse” do Portal da PMPA.**  
**Organização: o autor.**

#### **4.1.2. Portal de Gestão**

O Portal de Gestão<sup>49</sup> foi criado em 2005 com o intuito de promover o controle das atividades da Prefeitura Municipal a partir de uma lógica de gerenciamento estratégico baseada na centralização, gerenciamento e registro. Dentro da óptica da transparência das ações governamentais com as quais já trabalhamos ao longo deste trabalho, trata-se de mais uma forma para ampliar o acesso às informações por parte dos cidadãos.

De maneira geral, o referido portal registra as atividades em andamento na administração municipal de acordo com os principais programas estratégicos. O acompanhamento dos programas pode ser realizado basicamente a partir de dois indicadores: o cronograma físico (prazos de execução) e também pelos indicadores (objetivos e metas), sendo categorizados por simbologias cromáticas, como verde (prazo em dia), amarelo (25% do prazo previsto) e vermelho (atraso).

Existem duas formas de acesso: a primeira é voltada para os gestores e funcionários nos projetos.

Para acesso e atualização das informações no Portal, desde o momento da implantação, cada gerente de programa e cada líder de ação têm um perfil de acesso definido, um *logon*, que lhes permite leitura ou alteração dos dados da base. Compete ao responsável, o registro de informações referentes aos trâmites e fluxos dos programas, ações e etapas no Portal de Gestão, bem como, as atualizações dos registros, conforme o desenvolvimento prático das atividades (DRESSLER, 2011, pp. 48-49).

A outra modalidade de acesso é voltada ao acompanhamento para os cidadãos. Nesse caso, a plataforma é mais restrita quanto ao nível de acesso aos dados, podendo ser acessados os quatro eixos de atuação (ambiental, social, econômico/financeiro e gestão) e seus respectivos programas estratégicos. Cada programa apresenta os dados do órgão responsável, gerente (juntamente com informações de contato), indicadores de andamento e as ações empreendidas por cada um deles (um exemplo da estrutura pode ser observado na figura 11).

---

<sup>49</sup> Disponível em <<https://www1.prefpoa.com.br/portalgestao/login.seam>>. Acesso em 15 de novembro de 2011.

**Detalhamento do Programa Estratégico**

Programa Estratégico	A RECEITA É SAÚDE	
Eixo Atuação	Eixo Social	
Órgão responsável	GPE	
Gerente	Nome	[REDACTED]
	Email	[REDACTED]
	Telefone	[REDACTED]

**Indicadores do Programa Estratégico**

Nome	Certificado	Desemp.
Cobertura do Atendimento Básico à População pelas Equipes da Estratégia da Saúde da Família	SIM	🔴
Cobertura do Pré-natal	SIM	🟢
Cobertura Vacinal	SIM	🟡
Coefficiente de Mortalidade Infantil	SIM	🟢
Controle do Câncer de Mama	SIM	🟢
Taxa de Leitos do Sistema Único de Saúde Regulados	SIM	🔴

**Ações do Programa Estratégico**

Tipo Ação:

Nome	Órgão Resp.	Lider	Cód. PPA	Físico	Indic.
ASSISTÊNCIA EM SAÚDE BÁSICA	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢
ASSISTÊNCIA EM SAÚDE ESPECIALIZADA	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟡
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🔴
CADEIRA CERTA	SEACIS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢
COORDENADORIA GERAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE URGÊNCIAS	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢
DST/AIDS	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢
HOSPITAL DE PRONTO-SOCORRO - HPS	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢
HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS - HMIPV	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢
LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS	SMS	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢
LAZER E SAÚDE	SME	[REDACTED]	[REDACTED]	🟢	🟢

**Figura 11 - Reprodução da página do programa "A receita é saúde", dentro do Portal de Gestão da PMPA.**

Disponível em <[www1.prefpoa.com.br/portalgestao/homeConvidado.seam?cid=1261](http://www1.prefpoa.com.br/portalgestao/homeConvidado.seam?cid=1261)> . Acesso em 15 de novembro de 2011. Editado pelo autor.

O Portal de Gestão foi criado conjuntamente com o Modelo de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Esse modelo de gestão, segundo Dressler (2011, p. 60), objetiva qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos por parte da prefeitura. Dentro dessa lógica, foram criados objetivos estratégicos para os gestores dos diversos programas, estabelecendo metas e indicadores para o sucesso dos programas de governo. Nesse sentido, o Portal de Gestão executa uma função de vitrine, mas ao mesmo tempo de fiscalização das ações empreendidas dentro desse modelo.

Os objetivos dessa iniciativa só apresentam êxito quando utilizadas tanto pela própria prefeitura quanto pelos cidadãos. A primeira parte promovendo a



atualização e publicação dos dados e informações; a segunda parte acompanhando as ações empreendidas pelo poder público municipal.

#### **4.1.3. Portal Transparência**

O Portal Transparência da Prefeitura de Porto Alegre foi criado em 2009, a partir de proposta oriunda do poder legislativo municipal na forma da Lei nº 10.728/2009, em consonância com a legislação federal, ou seja, a Lei Complementar Nº 131/2009, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. O referido mecanismo legal institui, como normativa para todos os entes da federação, diversos mecanismos que garantam a transparência das contas públicas, incluindo o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, bem como a liberação para conhecimento e acompanhamento, por parte dos cidadãos, de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Basicamente, o Portal Transparência Porto Alegre, que teve seu lançamento realizado em fevereiro de 2010, visa oferecer o acesso à gestão das finanças do município para a população. Além do próprio endereço <[www.portoalegre.rs.gov.br/transparencia](http://www.portoalegre.rs.gov.br/transparencia)><sup>50</sup>, também pode ser acessado pela página inicial do portal da prefeitura, o que garante maior visibilidade a essa ferramenta, tendo sido prevista essa divulgação na sua própria lei de criação. As informações disponibilizadas devem estar dentro das seguintes categorias: receita; execução orçamentária e financeira; despesas de custeio; licitações; convênios ou instrumentos congêneres; diárias e passagens; quadro funcional; folha de pagamento; e contratação de pessoal e de serviços.

O Decreto nº 15.688/2010 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre regulamenta o funcionamento, de maneira mais detalhada, do Portal de Transparência. No referido decreto, são indicadas as secretarias e órgãos responsáveis pela manutenção da ferramenta (SMF, SMA e PROCEMPA), a periodicidade de atualização (mensal) e o detalhamento dos seguintes itens,

---

<sup>50</sup> Acesso em 15 de novembro de 2011.

conforme o quadro abaixo (organizado a partir do texto do Decreto nº 15.688/2010)

<b>Categoria</b>	<b>Detalhamento do que deve ser publicado</b>
Receitas, classificadas de acordo com as rubricas de execução orçamentária;	-
Execução orçamentária e financeira	despesa por códigos dos Programas Orçamentários; descrição da natureza das despesas; orçamento atualizado, levando em consideração os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais; valor liquidado no ano considerado, para os exercícios encerrados, e valor pago até o mês considerado, para o exercício corrente; percentual de recursos liquidados comparados aos autorizados; e percentual de recursos pagos comparados aos autorizados;
Despesas de custeio:	órgão; objeto da despesa; quantidade; valor correspondente;
Diárias e passagens aéreas:	órgão; nome do servidor; cargo ou função; origem e destino de todos os trechos; período; justificativa; valores pagos;
Quadro funcional, identificando cargos providos e vagos, incluindo as contratações de pessoal e em caráter emergencial:	número total de servidores: lotados; estatutários; celetistas; cedidos, discriminando o órgão de destino; com cargos em comissão; com funções gratificadas; número de estagiários lotados; relação nominal de detentores de cargos em comissão, de funções gratificadas e dos estagiários, discriminando: cargo; lotação; padrão de remuneração; contratações de pessoal e em caráter emergencial: órgão responsável pela gestão; quantidade; prazo de vigência do contrato; remuneração individual; valor total de pagamento;
Folha de pagamento:	valor total da folha de pagamento; percentual de comprometimento da receita com servidores ativos, inativos e cedidos por outros Poderes, especificando os valores por órgão do Executivo Municipal;
Convênios e instrumentos congêneres que envolvam a transferência de recursos do Executivo Municipal:	natureza; justificativa; órgão responsável pela sua gestão; nome do conveniado; número do convênio e do processo; valor do repasse; valor da contrapartida, se houver; valor total do convênio ou instrumento congênere; período de vigência;
Licitações:	órgão; número da licitação e do processo; modalidade; objeto; número de itens licitados; data, hora e local da abertura das propostas; situação do processo; data, hora e local do julgamento das propostas; após o julgamento, discriminação do nome do(s) proponente(s) e do(s) valor(es) da(s) proposta(s) vencedora(s), bem como dos demais participantes do certame licitatório;
Contratações de serviços terceirizados:	natureza; justificativa; órgão responsável pela gestão; número do processo; quantidade; prazo de vigência do contrato; remuneração individual; valor total de pagamento;
Contratação de pessoal e em caráter emergencial:	natureza; número do processo; justificativa.

**Quadro 4 – Especificação da divulgação de gastos disposta no Decreto Municipal Nº 15.688/2010.**

**Organização: o autor**

As atualizações referentes à divulgação de licitações feitas pelo Poder Executivo devem ser realizadas semanalmente no portal, enquanto as

informações sobre quadro funcional devem ser realizadas semestralmente, apontando, através de um relatório, a quantidade de cargos vagos e providos. Os demais itens constantes na tabela acima devem ser divulgados de maneira mensal. Todas as informações constantes devem ficar disponíveis por um prazo mínimo de quatro anos.

A página inicial do Portal Transparência contém todos os itens exigidos pela sua lei de criação, sendo possível acessar diretamente as informações desejadas. Nas opções “receita” e “despesa”, é possível inclusive consultar as informações em tempo real, de acordo com o lançamento de pagamentos, gastos e arrecadações.



**Figura 12 – Reprodução da página inicial do Portal Transparência Porto Alegre** Disponível em <[www.portoalegre.rs.gov.br/transparencia](http://www.portoalegre.rs.gov.br/transparencia)> . Acesso em 17 de novembro de 2011.

#### **4.1.4. O Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em análise**

Sobre os portais de governos na Internet, André Lemos considera que:

Nos últimos anos, alguns estudos têm sido conduzidos na análise de *websites* de Estados e prefeituras, nomeadamente na verificação dos seus conteúdos e serviços. Em conferência recente, os pesquisadores José Pinho e Luiz Akutsu apresentaram os resultados de um ano de pesquisa sobre a presença dos governos estaduais e municipais brasileiros na internet. Dentre as conclusões a que chegaram, aos portais oficiais faltam interatividade com os cidadãos e prestação de contas, tanto de gastos quanto de projetos e investimentos. Prevalece a oferta de informações gerais sobre cada órgão e algumas facilidades no pagamento de tributos. Diante deste cenário, José Pinho conclui que estamos longe de ter uma efetiva

busca da democracia e da transparência dos governos usando a internet como ferramenta (LEMOS, 2007, p. 144).

Consideramos que, quase cinco anos após a publicação do referido texto, o panorama já se mostra um pouco mais favorável quando vislumbramos o caso de Porto Alegre. No que tange à disponibilização de dados, prestação de contas públicas e acompanhamento de projetos, o portal do município de Porto Alegre apresenta uma carga de informações e plataformas de consulta bastante satisfatória. No entanto, quando ocorre o enfoque na questão da interatividade e dos canais de participação, ainda há uma nítida defasagem em relação a um cenário ideal de mecanismos que fortaleçam a comunicação entre Estado e sociedade.

Ainda dentro do trabalho organizado por Lemos (2007), o autor propõe uma metodologia de avaliação com base em quatro critérios centrais para um bom funcionamento dos portais governamentais. Os critérios apontados pelo autor são estes: **acessibilidade, otimização, navegabilidade e tratamento de erros.**

A **acessibilidade** trata do “primeiro contato do usuário com o portal” e tem um intuito mais técnico, tratando de temas como facilidade de busca na *web* compatibilidade com navegadores (*browsers*) e plataformas de acesso, adaptação para usuários com necessidades especiais e para usuários estrangeiros (conteúdos em outro idioma). Quanto à facilidade de busca, realizamos uma pesquisa com palavras-chave “prefeitura municipal de porto alegre” entre os três principais mecanismos de busca na *web* brasileira<sup>51</sup>. Em todos os casos, o portal da prefeitura era o primeiro resultado disponível, o que demonstra uma boa indexação das páginas aos sistemas de busca. Utilizando apenas como palavra-chave “porto alegre”, somente o mecanismo de busca do Yahoo! não listou o portal da prefeitura como primeiro resultado (foi o quarto resultado disponível)<sup>52</sup>. Em relação à compatibilidade com os programas de navegação, o portal foi acessado nos três programas de navegação mais utilizados no Brasil e no

---

<sup>51</sup> De acordo com o trabalho de Lemos (2007, p. 157), os principais mecanismos são o Portal UOL (busca.uol.com.br) e as versões brasileiras do Yahoo! (br.search.yahoo.com) e Google (www.google.com.br) .

<sup>52</sup> A consulta foi realizada em 31 de outubro de 2011.

mundo<sup>53</sup>, e, em ambos, o acesso foi efetuado, não apresentado problemas de compatibilidade.

Quanto à adaptação para portadores de limitações ou necessidades especiais, segundo André Lemos:

Estas limitações referem, respectivamente, a incapacidades motoras/cognitivas e a dadas circunstâncias, ambientes ou dispositivos de acesso. Usualmente, a verificação deste critério estabelece-se com base nas diretrizes e recomendações do .Web Content Accessibility Guidelines., publicado pela WAI (Web Accessibility Initiative) (LEMOS, 2007, p. 149)

No portal da PMPA, não há opções com conteúdo adaptado para estes grupos sociais, mesmo na página da Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social (SEACIS), órgão do município que tem como principais atribuições “planejar, coordenar e controlar políticas públicas voltadas à inclusão social de pessoas com deficiência”<sup>54</sup>. No caso de estrangeiros, a página não oferece tradução ou conteúdo em outros idiomas, inclusive no perfil de usuário para turistas.

Em relação à **otimização**, leva-se em conta o tempo de carregamento da página principal do portal. No trabalho de Lemos (2007), o padrão foi utilizado pelo autor foi o *modem* de 56 Kbps, por esse corresponder à velocidade máxima de grande parte dos *modems* brasileiros na época (acesso discado à Internet). No entanto, o cenário atual mostra-se bastante alterado, sendo que a banda larga (fixa e móvel) representa atualmente 78% do tipo de conexão para acesso à Internet no Brasil (CGI, 2011). Assim optamos por realizar o teste com um modem de 1Mbps, considerado de velocidade média<sup>55</sup>. O carregamento completo da página levou aproximadamente 4 segundos, inferior ao intervalo entre 5 e 10

---

<sup>53</sup> Segundo dados do StatCounter, *site* especializado em estatísticas sobre informática, os navegadores mais utilizados no mundo, em outubro de 2011, eram: Internet Explorer (40,18%), Mozilla Firefox (26,39%) e Google Chrome (25%). No Brasil, o Internet Explorer também figura na 1ª posição (39,41%), o Google Chrome está em 2º (35,97%) e o Mozilla Firefox em 3º (22,91%). Esses dados foram coletados em 1º de novembro de 2011.

<sup>54</sup> Deve-se destacar, porém, que a SEACIS promove a realização de algumas oficinas e cursos voltados à utilização das TICs para pessoas com necessidades especiais em uma sala com computadores adaptados para deficientes visuais em duas sedes: na Usina do Gasômetro (Centro Histórico) e no bairro Restinga.

<sup>55</sup> A The Nielsen Company, empresa que realiza pesquisas sobre informações e estatísticas na Internet, realizou uma classificação da velocidade da conexão em quatro grupos: lenta: até 512 Kbps; média: entre 512 Kbps e 2Mbps; rápida: de 2 a 8 Mbps; e super-rápida: acima de 8 Mbps. 48% dos brasileiros têm velocidade de Internet dentro da faixa de conexão “média”. Fonte: Portal Tecmundo. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/infografico/9683-a-velocidade-media-da-internet-no-brasil-infografico-.htm>> . Acesso em 2 de novembro de 2011.

segundos mencionado por Lemos (2007) como tolerável, com base em pesquisa da Hewlett-Packard Laboratories. Em termos de comparação, o portal da Prefeitura de São Paulo levou aproximadamente 6 segundos devido à maior quantidade de informações e imagens em relação a Porto Alegre, que apresenta uma interface da página inicial mais leve.

A **navegabilidade** é o critério mais subjetivo entre os escolhidos para a avaliação de portais de governos. Essa categoria leva em conta critérios e indicadores relativos à navegação no *site* como o ato de transitar, realizar ações, acessar e consultar diferentes páginas, ou seja, a interação com os sistemas computacionais, mais especificamente a Internet, neste caso.

O modelo apresentado por Lemos é baseado em indicadores que "referem respectivamente à página de entrada no site, aos indicadores de contexto e localização e, por último, às ferramentas adicionais de auxílio à navegação" (LEMOS, 2007, p. 150). Entre esse grupo de indicadores, leva-se em conta a condução à página inicial (se direta ou com alguma introdução). Nesse caso, no portal da PMPA, antes de a página ser totalmente carregada, rapidamente aparece uma mensagem de redirecionamento, em caso de o carregamento não ser efetuado. Após isso, a interface inicial aparece completa.

Existem três ferramentas de navegação indispensáveis para um portal: o menu de navegação global, "que possibilita acesso direto às principais áreas de conteúdos e serviços, devendo, por sua relevância para a percepção global da arquitetura do site, manter-se inalterado em todas as páginas internas" (GARRETT apud LEMOS, 2007, p. 151); o menu de navegação local permite a visualização das subseções de cada página, permitindo a localização e o contexto em que determinada página está inserida. Por fim, o menu de navegação remota representa os recursos adicionais para a navegação, como o "mapa do *site*" (que permite uma visão hierárquica da estrutura do portal) e o sistema de busca. O portal de Porto Alegre apresenta o menu de navegação global fixo em grande parte das páginas (corresponde à parte superior da página, onde podem ser acessadas as páginas de secretarias, departamentos, empresas e serviços), onde também está disponível o sistema de busca do *site*, bem como a escolha do perfil de interesse. Porém, ainda há boa parte das páginas que não possui esse menu (páginas com um padrão de apresentação mais antigo do portal da prefeitura,

como na figura 16), o que deixa menos fluida a navegação. O portal também apresenta o menu de navegação local em todas as páginas, mas o mapa do site aparece disponível apenas em algumas páginas (justamente aquelas com o padrão antigo do portal da prefeitura), enquanto a página principal apresenta o *link* “Sites de A a Z, que lista todas as páginas vinculadas ao portal da PMPA”.



**Figura 13 - Reprodução da página de concursos da PMPA**  
Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br/concursos/>. Acesso em 2 de novembro de 2011.

A última categoria para a análise é o **tratamento de erros**. Esse quesito trata da “preocupação do governo em sanar problemas funcionais no portal e garantir total operacionalização” (LEMOS, 2007, p. 152). Elementos que são remetidos a essa avaliação podem ser a disponibilização de um canal de comunicação com o gerenciador técnico do portal (*webmaster*) ou a apresentação de algum tipo de ajuda quando alguma página não é devidamente carregada.

O portal apresentando links inativos demonstra problemas de funcionalidade, ou seja, se o site é funcional e se há um cuidado de manter essa funcionalidade, já que links inativos significam a ausência de um trabalho mais cuidadoso de manutenção. O mesmo se aplica se há informação relevante indicando

inexistência de arquivos. Este ponto demonstra uma preocupação do site em manter o usuário dentro do sistema do site, mesmo quando este cair em um link quebrado, ou seja, preocupa-se em guiar o usuário e mantê-lo informado sobre problemas de funcionalidade de determinado link. A disponibilização de contato para problemas funcionais expressa o cuidado em manter um canal com o usuário visando manter, pelo menos em tese, uma funcionalidade de acordo com o interesse de quem navega. (LEMOS, 2007, p. 152)

Dentro de nossa “navegação” para a pesquisa, foram encontradas páginas inválidas, algo que é absolutamente normal dentro de um portal do porte de Porto Alegre. Mesmo assim, não há qualquer instrução oriunda do próprio portal para o auxílio do usuário nessas situações. Também não foi encontrado um canal de comunicação para o relato específico de problemas com a página, mesmo na página específica de atendimento ao cidadão, que, por sua vez, centraliza remotamente diversos tipos de serviços oferecidos pela Prefeitura Municipal à população.

De maneira geral, percebe-se uma nítida segmentação dentro do portal, tanto em termos do público-alvo (os perfis de usuário) quanto da disposição das informações, o que facilita as buscas. No que tange à discussão apresentada por Souza (2006) quanto às funções das páginas de governos (auxílio na prestação de informações ao cidadão e permissão da participação deliberativa não-presencial), consideramos que o portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre consegue atender de maneira bastante satisfatória a questão informativa. Contudo, em termos de canais de participação deliberativa, não há uma ferramenta específica para este tema, apesar da existência pioneira do Orçamento Participativo (OP) no município. Na página do OP<sup>56</sup> (figura 17), há uma grande gama de informações disponíveis, como mapas, projetos, informativos das regionais do OP, publicações e diversos documentos. Há também um sistema bastante funcional de prestação de contas que engloba acompanhamento de atividades, despesas orçamentárias e um plano plurianual (embora o mais recente publicado seja do triênio 2006-2009). Contudo, a utilização das TICs para eventos deliberativos não tem sido explorada pela Prefeitura Municipal, ao contrário de iniciativas como a Consulta Popular (com

---

<sup>56</sup> Disponível em < [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgf/default.php?p\\_secao=86](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgf/default.php?p_secao=86) > .Acesso em 27 de outubro de 2011.



caráter semelhante ao OP) organizada no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou dos chamados “OPs Digitais” de Belo Horizonte (MG), Governador Valladares (MG) e Joinville (SC), já mencionados no item 3.2 (Estado e TICs).



**Figura 14 - Reprodução da página do Orçamento Participativo de Porto Alegre Disponível em < <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/> > . Acesso em 27 de outubro de 2011.**

Em que pese o uso das TICs, nem todas as ações da prefeitura municipal se resumem ao portal. As redes sociais (como Twitter e Facebook) também são utilizadas. No caso do Twitter, além da existência de um perfil oficial ([twitter.com/Prefeitura\\_Poa](https://twitter.com/Prefeitura_Poa)), que possui mais de 9 mil seguidores, várias secretarias, empresas públicas e inclusive o prefeito possuem conta nessa rede. A página no Twitter foi criada em 16 de dezembro de 2009, e o perfil divulga as principais informações e notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre. Ao longo deste período, foram publicadas mais de 18.000 mensagens (conhecidas nessa rede como “tweets”). O Facebook é outra ferramenta de interação entre prefeitura e cidadãos, e algumas secretarias e campanhas também participam dessa rede, que tem apresentado um crescimento significativo no número de usuários nos últimos anos.

Também existem algumas ferramentas que não estão vinculadas diretamente ao portal, mas também merecem destaque pela sua relação com a

prefeitura, seja pela disponibilização de dados oficiais ou pelo próprio reconhecimento dado pelo poder público, como é o caso do *site* PortoAlegre.cc (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2012b). Entre elas, destacam-se:

- **Observatório da Cidade (ObservaPOA)** – objetiva divulgar dados, estatísticas e informações sobre a cidade, regiões do OP e bairros. A criação do Observatório ocorreu através de iniciativa da prefeitura, em parceria com um conselho gestor que reúne instituições produtoras de informações, universidades e representantes da rede de participação social da cidade. O *site* disponibiliza mapas, notícias, estudos e indicadores espacializados no território do município e está disponível em <[www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)><sup>57</sup>.
- **Porto Alegre em Análise** – Assim como o ObservaPOA, trata-se um aplicativo em formato de banco estatístico que apresenta os indicadores da cidade, das regiões do OP e dos bairros. As informações podem ser pesquisadas de diversas formas e períodos, e a visualização se dá através de gráficos, tabelas e mapas. Entre as ferramentas disponíveis para consultas, estão a classificação por regiões, análises comparativas e a consulta por indicadores (desenvolvimento humano; educação; gênero; infraestrutura; meio ambiente; mobilidade; população; raça/cor; saúde; trabalho e renda; violência). Disponível em <[bancoestatistico.procempa.com.br/](http://bancoestatistico.procempa.com.br/)><sup>58</sup>.
- **PortoAlegre.cc** - O projeto PortoAlegre.cc é uma aplicação do conceito de Wikicidade em Porto Alegre. O projeto foi criado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A noção de Wikicidade se refere a uma plataforma digital que permite a discussão de forma colaborativa sobre assuntos da cidade (reivindicações, denúncias, reclamações, informações, história, entre outros). A visualização das “causas” (como os temas são conhecidos no *site*) ocorre através do mapa da cidade, havendo uma simbologia distinta para cada temática (entre elas: mobilidade urbana, meio ambiente, empreendedorismo, violência urbana, etc.). Todos os bairros

---

<sup>57</sup> Acesso em 16 de janeiro de 2012.

<sup>58</sup> Acesso em 16 de janeiro de 2012.

estão representados dentro do PortoAlegre.cc, sendo essa uma possibilidade de filtragem para visualização dos dados. O site é integrado com as principais redes sociais, como Twitter, Facebook e YouTube, Embora o projeto seja organizado pela Unisinos, a Prefeitura de Porto Alegre figura como “co-realizadora” na página da ferramenta. Disponível em <<http://www.portoalegre.cc>><sup>59</sup>.



Figura 15 - Reprodução de página do site PortoAlegre.cc (Editado pelo autor). Disponível em <[www.portoalegre.cc](http://www.portoalegre.cc)>. Acesso em 16 de janeiro de 2012.

#### 4.2. Programa de telecentros comunitários: política pública de inclusão digital

A origem de centros públicos para acesso a tecnologias de informação e comunicação pode ser remontada ao final da década de 1970. O conceito de “experiências sociais com Novas Tecnologias de Informação” foi criado na França, em 1978, dentro de um contexto de aumento do uso da informática na sociedade. O marco de referência foi delimitado por três pontos: em primeiro lugar, a promoção de formas benéficas de utilização das TICs; em segundo, a

<sup>59</sup> Acesso em 16 de janeiro de 2012.

criação de sistemas de comunicação e informação de alta qualidade; e, por fim, o intercâmbio de conhecimento apoiado em visão de futuro.

Desta forma, a apropriação social das TICs é, de maneira conceitual, uma forma de desenvolver as próprias tecnologias da informação, tendo como pressuposto básico o estabelecimento de novas formas de organização social usando essas tecnologias. Pardo conclui que:

O estabelecimento das experiências sociais pode ser um instrumento eficaz nas mãos dos administradores no desenvolvimento de projetos sociais sobre um determinado território, para valorizar as consequências positivas e negativas de um sistema específico. Pode ser também um instrumento de trabalho para movimentos sociais, fazendo com que se evite a concentração da informação e de seus meios em poucas mãos (PARDO, 1989, p. 43, tradução nossa).

Como já foi indicado no item “3.2.2 – Políticas Públicas de Inclusão Digital”, os Centros de Informação e de Serviços da Comunidade (CISC) (projeto desenvolvido pioneiramente nos países escandinavos) podem ser considerados os precursores do atual formato de telecentros, por deixar equipamentos de informática à disposição dos cidadãos de comunidades periféricas, com o objetivo de dar um uso comum às instalações disponíveis.

Na América Latina, há um movimento bastante estruturado chamado Somos@Telecentros, que objetiva a unificação dos esforços contra a exclusão digital. Em 2001, houve um encontro realizado em Quito que reuniu representantes de diversos países. Neste encontro, foram discutidos os desafios dos telecentros na região, tal como a sustentabilidade financeira, tecnológica, política e social. As comunidades locais também foram definidas como importantes no sentido do estabelecimento de parcerias com as unidades de telecentros. (ASSUMPÇÃO, 2001, pp. 155-156). Naquela época, acreditava-se que os centros pagos de acesso à Internet (*lan houses* e *cybercafés*) não conseguiriam atingir as populações de baixa renda, nem conseguiriam realizar uma utilização transformadora das TICs. Essa previsão, entretanto, acabou não sendo confirmada, pois, pelo menos no Brasil, os centros pagos acabaram se tornando uma das principais maneiras de acesso à Internet para pessoas que não possuíam computador em casa. Observando o Gráfico 1 (página 78), pudemos perceber o crescimento significativo dos centros pagos no contexto do local de

acesso, chegando a representar para 49% dos usuários como local de acesso à Internet. Mesmo que tenha havido uma pequena redução nesse índice (para 34% em 2010) (CGI, 2011), ainda apresentam bastante relevância, sendo superados apenas pelo acesso em residência.

A carência de centros gratuitos de acesso possivelmente provocou o crescimento das *lan houses*, sobretudo em regiões periféricas; ou seja, elas acabam substituindo o papel que poderia ser desempenhado pelos telecentros. Contudo, deve-se destacar uma diferença primordial entre telecentros e *lan houses*, tema que já foi aprofundado em nosso trabalho anterior (MORAES, 2009): o caráter de formação educativa presente nos telecentros, diferentemente dos centros pagos, que possuem uma relação comercial com seus usuários. Como afirma Bornia Junior:

Os telecentros, com efeito, constituem espaços públicos destinados à livre utilização popular de certas TICs, e propiciam a interação dos usuários com a sociedade da informação, uma vez que disponibilizam acesso à rede mundial de computadores - uma das principais marcas da cibercultura e da constituição de uma cultura dita global, vale lembrar. Em vários casos, não obstante, sua funcionalidade vai bem além do mero acaso. Há unidades em que são frequentemente realizadas, com baixo ou nenhum custo, oficinas de inclusão digital - com lições de informática básica e internet - e, inclusive, cursos de informática avançada - como manutenção de hardware e configuração de redes. (BORNIA JUNIOR, 2009, p. 54)

Para a Fundación ChasquiNet<sup>60</sup> (apud PEREIRA, 2004), os telecentros comunitários são “um espaço físico, com recursos técnicos e tecnológicos, que proporciona a indivíduos, comunidades e instituições o acesso público às TICs para o desenvolvimento pessoal, comunitário e social, que incidam na transformação social”

O programa de inclusão digital de Porto Alegre foi criado em 2001, durante a gestão do ex-prefeito Tarso Genro. No entanto, ainda em 2000, já surgiam os

---

<sup>60</sup> A Fundación ChasquiNet é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1998, com sede em Quito (Equador), que desenvolve alianças com o governo, setor privada, setor social e agências de cooperação para o desenvolvimento com o propósito de influenciar políticas e criar projetos para conseguir um desenvolvimento humano integral e qualitativo com os setores vulneráveis. Suas linhas de ação estão na área de educação, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento pessoal. Entre suas linhas de trabalho, implementa programas e projetos com incidência em educação, criação e utilização de centros de gestão comunitária (telecentros), desenvolvimento econômico, sustentabilidade e promoção de redes de gestão de conhecimento através do uso estratégico das TICs.

dois primeiros projetos de telecentros no município, quando as entidades SECIPAZ (Movimento Segurança, Cidadania e Paz) e CEA (Centro de Educação Ambiental) conjecturavam a criação de unidades no Parque Chico Mendes e na Vila Pinto, respectivamente. Essas entidades participaram da EXPO 2000, realizada em Hannover (Alemanha). No evento, através do contato com experiências de outros países, o projeto começou a ser formalizado. No início da gestão de Tarso Genro, a implementação dos telecentros passou a ser um dos focos da política de incentivo às novas tecnologias; nesse momento, cria-se um grupo de trabalho formado por representantes de diversas secretarias de Governo, sendo que os coordenadores foram representantes com experiência no “Projeto Capilaridade”, que também tinha o objetivo de promover o acesso às TICs para jovens. Entre as duas unidades iniciais, todavia, apenas o primeiro projeto acabou se concretizando ainda em 2001, sendo o mais antigo telecentro em funcionamento no município. A unidade da Vila Pinto só seria fundada posteriormente. A formação do telecentro Chico Mendes, localizado em uma área socioespacialmente periférica, serviu de modelo para as demais unidades. Isso pode ser evidenciado pelo trabalho de Pereira (2004), no qual a autora relata o contexto de criação da referida unidade, bem como os seus propósitos iniciais, que são coerentes com os ideais anteriormente citados dos telecentros e que seriam um padrão dentro do programa de inclusão digital de Porto Alegre.

A proposta para o Telecentro Chico Mendes foi desenvolvida pela Organização não Governamental Segurança, Cidadania e Paz (SECIPAZ, 2000), atual NACIPAZ, e deixa clara a intenção de um espaço que promova, acima do acesso a computadores e à internet, a oportunidade para ações que possibilitem a inclusão social das pessoas da comunidade, através da tomada de consciência de sua condição de cidadãos e dos direitos e deveres daí advindos. Atualmente a administração do Telecentro está a cargo de um Conselho Gestor (CG), formado por representantes da comunidade e parceiros envolvidos (PEREIRA, 2004).

O conceito geral do projeto inicialmente adotado procurava abranger as potencialidades das novas tecnologias para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas:

Um telecentro é um espaço físico com equipamentos de informática que potencializa a democratização do espaço público, cultiva a solidariedade em todos os níveis, combate à exclusão

social e o individualismo, prepara cidadãos e comunidades para melhorarem condições de vida e de trabalho (MACADAR & REINHARD, 2002, p. 4)

Analisando esse conceito, pode-se perceber o quanto ele se aproxima dos ideais básicos dos projetos de telecentros, tal como o combate à exclusão social através da inclusão digital e o aperfeiçoamento para a vida e o trabalho. Ao mesmo tempo, cabe destacar um termo bastante caro à Geografia utilizado no conceito: democratização do espaço. A noção de espaço público nos remete a praças, ruas, parques e demais aparatos de acesso público dentro do urbano, sendo de uso e posse comum. Sobre a noção de espaço público, Mendonça considera que:

Manter esta dupla visada [*o espaço de fluxos e a dinâmica sócio-econômica*] constitui um desafio à compreensão sobre as diversas dinâmicas relacionadas ao espaço urbano, e ao espaço público em particular, sendo fundamental não perder de vista que o espaço urbano e/ou público é parte da vida cotidiana na metrópole, além de articular-se a dinâmicas mais amplas – metropolitana, regional, nacional e internacional. É importante, portanto, que a compreensão dessa complexa articulação, entre as diversas escalas do espaço e as dinâmicas a elas inerentes, ofereça ressonância a uma abordagem cidadã de forma ampla (MENDONÇA, 2007, p. 127, complemento nosso grifado).

Essa noção de projeto considera que os telecentros não apenas constituem um equipamento de uso coletivo, mas também concebe a Internet como um (ciber)espaço público, que deve ter acesso amplo à comunidade, sendo cada unidade um portal que permite que os indivíduos desfrutem dos benefícios proporcionados pelas TICs. Os telecentros de Porto Alegre, portanto, foram concebidos como um projeto de inclusão social que conseguisse beneficiar a comunidades nas quais estão inseridos, melhorando a qualidade de vida da população local.

Com a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) de Porto Alegre, em dezembro de 2002, cria-se a Coordenação de Inclusão Digital, responsável até hoje pelo Programa de Telecentros. Sobre isso:

O Plano de Inclusão Digital, que consiste em implantar telecentros em diferentes pontos da cidade, promove a iniciação à informática, à cidadania e ao bom uso das ferramentas da rede mundial de computadores (Internet), diminuindo os índices de

exclusão social em Porto Alegre. Os Telecentros já implantados estão integrados às políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que objetiva tirar os jovens das ruas, priorizando, no Programa Segurança Cidadã, o combate à violência e à criminalidade através da inclusão social. Os Telecentros permitem que pessoas excluídas possam vislumbrar um futuro com mais perspectivas e oportunidades, a partir do acesso às modernas tecnologias. (SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA apud MORAES, 2009)

Em sinergia com os planos de segurança urbana, a SMDHSU considera que a chamada “inclusão social” promovida nos telecentros auxilia o combate à criminalidade e à violência. O projeto tem como objetivo a formação, a informação da população e a educação para a cidadania. A iniciativa colaboraria para a formação dos indivíduos ao “convívio social”, combatendo as diversas formas de violência e promovendo a cultura, a cidadania, a educação e a formação.

A instalação de novas unidades de telecentros não é definida pela prefeitura municipal. A criação de um telecentro em Porto Alegre surge da própria comunidade local interessada, quando se percebe a necessidade de um centro público gratuito que possa proporcionar melhorias ao acesso da população à Internet, fomentando a inclusão digital. A iniciativa ocorre normalmente através de associações comunitárias, que encaminham a solicitação até a prefeitura de Porto Alegre. Caso o projeto seja aprovado, estabelece-se uma relação de responsabilidade entre os diversos atores envolvidos. O poder público (através da prefeitura de Porto Alegre e da PROCEMPA) fica responsável pela manutenção de computadores e softwares, estabelecimento da rede elétrica e de Internet, além da formação/treinamento de monitores. A organização local, por sua vez, tem a responsabilidade da obtenção (normalmente na própria sede da associação ou alguma escola infantil) e manutenção do espaço físico do telecentro, cuidado pelo patrimônio e a eventual estrutura auxiliar (banheiros, mobiliário, etc.). A partir disso, estabelece-se um contrato entre prefeitura e associação de bairro (devidamente legalizada com estatuto e CNPJ) para que o telecentro possa ser instalado. De maneira geral, assim se constituem os telecentros. Contudo, existem exceções, como é o caso do Telecentro Mercado Público, que está instalado em local cedido pela prefeitura municipal, em uma sala no segundo piso do Mercado Público de Porto Alegre.



Sobre isso, Coelho pondera que:

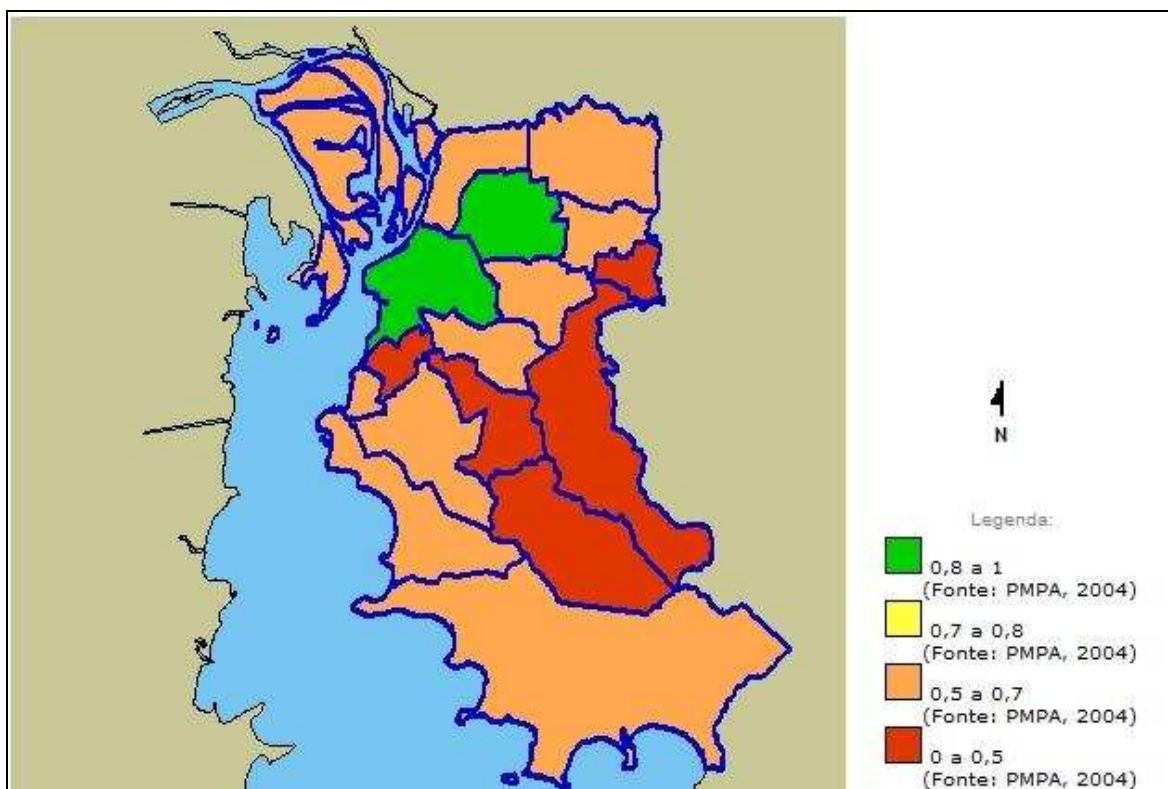
(...) cabe dizer que o projeto apresenta as seguintes características: vincula-se a regiões da cidade onde a população reconhecidamente sofre com as consequências da exclusão social; identifica em comunidades com esse perfil lideranças que agirão como multiplicadores e uma organização comunitária que esteja disposta a investir no projeto; disponibiliza às comunidades autonomia para decidir acerca das aplicações tecnológicas; e, por último, estabelece que a sustentação do telecentro deverá ser responsabilidade da comunidade envolvida em conjunto com a prefeitura (COELHO apud. GIMENES, 2008)

Os telecentros estão distribuídos em vários bairros de Porto Alegre, regionalizados de acordo com o Orçamento Participativo (OP). Muitas unidades estão instaladas em áreas socioeconomicamente periféricas do município, algumas delas com baixos índices de renda e educação, como os bairros Santa Tereza, Sarandi, Lomba do Pinheiro, Arquipélago e Partenon. A localização dessas unidades, de certa maneira, é coerente com o objetivo da SMDHSU de possibilitar ao cidadão, sobretudo o de baixa renda, o livre acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação. Como já foi relatado anteriormente, grande parte dos telecentros está instalada em centros comunitários e associações de moradores, fato que ressalta a estratégia da prefeitura na realização de uma gestão compartilhada com as comunidades locais. A figura a seguir demonstra a divisão do município de Porto Alegre com as regiões do Orçamento Participativo. Na mesma figura, estão espacializados dados do Índice de Vulnerabilidade Social (2004), que leva em conta quesitos como educação; vulnerabilidade infanto-juvenil, desenvolvimento infantil; habitação; longevidade e renda (Observatório da Cidade Porto Alegre, 2008).

A função dos telecentros nas comunidades em que estão inseridos ultrapassa o simples acesso à Internet e ao manuseio com equipamentos de informática. Embora a operacionalização seja importante, a concepção de um telecentro não deve ser reduzida a isso. Desse modo, o aspecto qualitativo em termos do desenvolvimento de habilidades e competências é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, proporcionando novas práticas cotidianas que causem impactos positivos para esses grupos excluídos.

Além do fator educativo, esses centros públicos gratuitos de acesso à Internet podem se tornar um lugar de convivência para as pessoas que usufruem

desse serviço, transformando-se em uma alternativa para o lazer, sobretudo para os jovens. Esse elemento gerador de convivência é importante sob esse ponto de vista analítico, principalmente levando em conta que essas regiões periféricas normalmente são carentes de equipamentos públicos. Assim, os telecentros acabam assumindo um papel de centralidade, sendo um ponto de encontro e de referência (GIMENES, 2008).



**Figura 16 - Índice de Vulnerabilidade Social (2004) sobre as regiões do Orçamento Participativo.**

Fonte: Observatório da Cidade de Porto Alegre (2012). Edição: o autor.

Em dezembro de 2011, durante a realização deste trabalho de pesquisa, existiam 34 unidades de telecentros integradas ao programa de inclusão digital da Prefeitura de Porto Alegre. Deve-se destacar, contudo, que existem outros telecentros mantidos por empresas, escolas ou ONGs, também abertos ao público sem qualquer custo, mas que não fazem parte do nosso recorte do estudo por não figurarem dentro do Programa. No quadro 6, estão listados todos os telecentros integrantes. Os mesmos também estão espacializados na figura 20.

Telecentro	Região do OP	Endereço
Vila Farrapos	HUMAITÁ/NAVEGANTES	Rua Irmã Maria José Trevisan, 10. Bairro Farrapos
Jardim Floresta	NOROESTE	Rua Comendador Duval, 228. Bairro Jd. Floresta
Vila Pinto	LESTE	Av. Joaquim Porto Vila Nova, 143. Bairro Bom Jesus
COOHALPI - Alpes do Pinheiro	LOMBA DO PINHEIRO	Rua João de Oliveira Remião , 930 . Bairro Lomba do Pinheiro
Lomba do Pinheiro	LOMBA DO PINHEIRO	Rua João de Oliveira Remião, 4444. Bairro Lomba do Pinheiro
Loteamento Santa Paula	LOMBA DO PINHEIRO	Rua Alfredo Torres de Vasconcelos, 385. Bairro Agronomia
Asa Branca	NORTE	Rua 25 de outubro, 540. Bairro Sarandi
Vila Esperança Cordeiro	NORTE	Rua Júlio Stregue, 55. Bairro Sarandi
Vila Minuano	NORTE	Rua 24 de Agosto, 375. Bairro Sarandi
Chico Mendes	NORDESTE	Estrada Martins Felix Berta, 2355. Bairro Mario Quintana
Timbaúva/Cesmar	NORDESTE	Estrada Antônio Severino, 1493. Bairro Mario Quintana
Campo da Tuca	PARTENON	Rua D, 200. Bairro Partenon
Leonardo Murialdo	PARTENON	Rua Vidal de Negreiros, 583. Bairro Partenon
Maria da Conceição	PARTENON	Rua Mário de Artagão, 13. Bairro Partenon
Restinga Nova	RESTINGA	Rua Nilo Wulff, 5000. Bairro Restinga
Belém Velho	GLÓRIA	Praça Nossa Senhora de Belém, 41. Bairro Belém Velho
Maria Mulher	CRUZEIRO	Av. Moab Caldas, 2035. Bairro Santa Tereza
Vila Cruzeiro	CRUZEIRO	Rua Dona Otília, 160. Bairro Santa Tereza
CUFA (Central Única das Favelas)	CRUZEIRO	Rua Nsa. Do Brasil, 17, beco 1. Bairro Santa Tereza
Núcleo Prisma	CRUZEIRO	Rua Prisma , 203. Bairro Santa Tereza
Vila do Campinho	CRUZEIRO	Rua Banco Inglês, 46. Bairro Santa Tereza
Vila Pedreira	CRISTAL	Rua Ursa Maior, 538. Bairro Cristal
Chácara Sperb	CENTRO-SUL	Rua João Salomoni, 1095. Bairro Vila Nova
Belém Novo	EXTREMO-SUL	Rua Florêncio Faria, 215. Bairro Belém Novo
NCC Belém / Chapeu do Sol	EXTREMO-SUL	Estrada Juca Batista, 7550. Bairro Belém Novo
Grande Santa Rosa	EIXO BALTAZAR	Rua Donário Braga, 159. Bairro Rubem Berta
Vila Ingá	EIXO BALTAZAR	Rua Sezefredo I. de Oliveira, 895. Bairro Passo das Pedras
Nova Gleba	EIXO BALTAZAR	Rua Paulo Henrique Tencaten, 171. Bairro Rubem Berta
Lupicínio Rodrigues	CENTRO	Rua Otto Ernst Meyer, 95. Bairro Azenha
Mercado Público	CENTRO	Mercado Público Central, 2º piso, sala 106. Centro
Formação de Monitores	CENTRO	Avenida Padre Cacique, 708. Bairro Praia de Belas
Pão dos Pobres	CENTRO	Rua da Republica, 801. Bairro Cidade Baixa
Ilha da Pintada	ILHAS	Av. Presidente Vargas, 660. Bairro Arquipélago
Ilha Grande dos Marinheiros	ILHAS	Rua da Cruz, 01. Bairro Arquipélago

**Quadro 5 - Lista de telecentros registrados na SMDHSU.**

**Fonte: SMDHSU/PMPA (dezembro/2011).**

# TELECENROS em PORTO ALEGRE

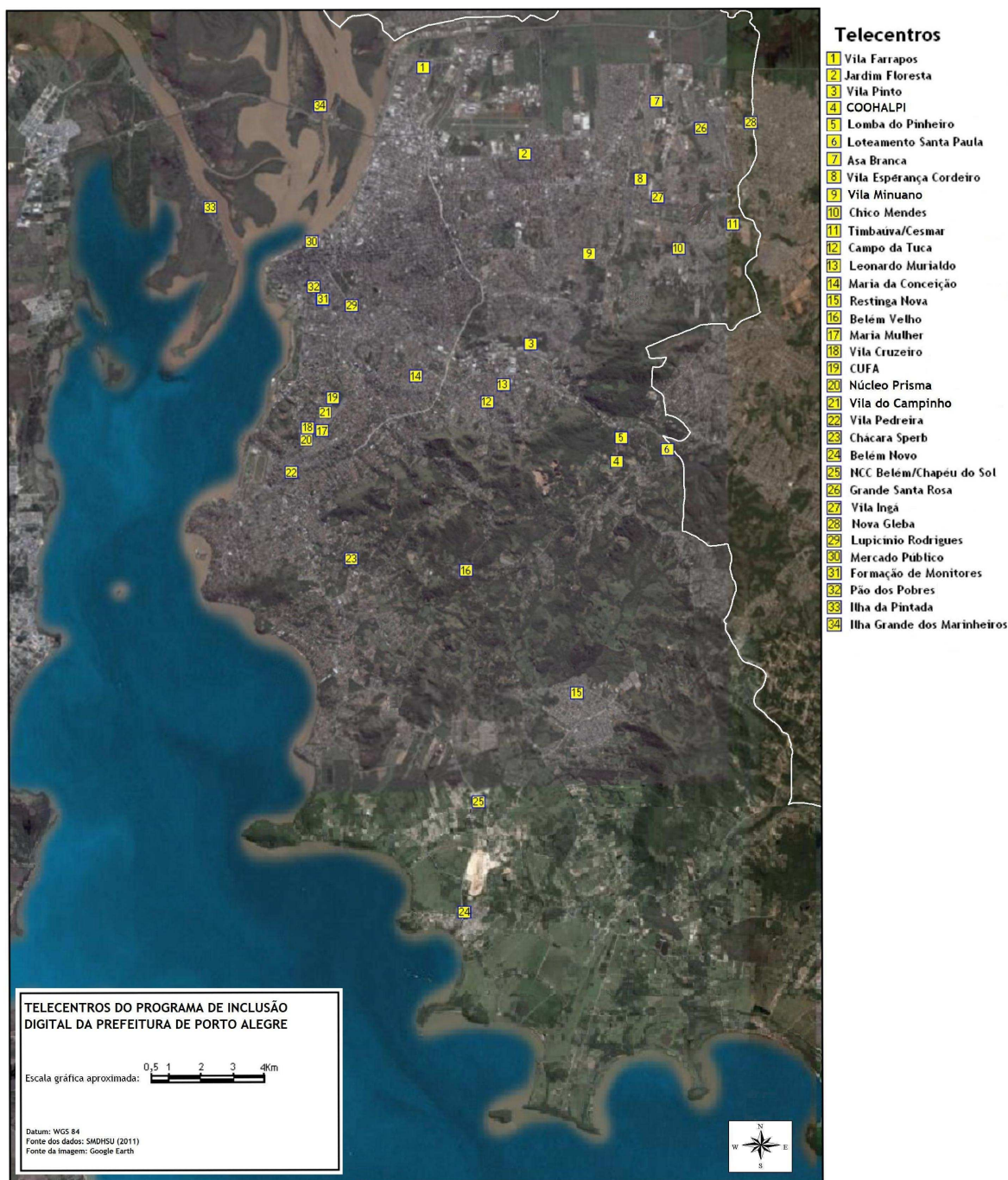


Figura 17 - Localização dos telecentros do programa de inclusão digital da Prefeitura de Porto Alegre  
Organização: o autor

Em relação à pesquisa realizada anteriormente (MORAES, 2009), houve comparativamente redução na quantidade de telecentros, passando de 38 (em 2009) para 34 (em 2010). Neste período, oito unidades saíram do programa da prefeitura (Beco do Adelar, Campo Novo, CEASA, Parque dos Maias, Rubem Berta, Vila Panorama, Vila Tijuca e Ursa Maior), enquanto quatro novas foram integradas (COOHALPI – Alpes do Pinheiro, Núcleo Prisma, Vila do Campinho e Vila Minuano).

Existem diferenças quanto à administração de cada unidade; a maioria é gerida por associações comunitárias de bairro, como nos casos da Ilha da Pintada, Vila Tijuca, Vila Panorama, Vila Esperança Cordeiro, Belém Velho. Por outro lado, alguns funcionam em parceria com ONGs, sindicatos (como no caso do Mercado Público, junto ao Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre - Sindilojas), fundações (tal como a Fundação Pão dos Pobres, responsável pelo telecentro homônimo), além de outros tipos de organizações populares.

Cada telecentro possui um coordenador, sendo este o responsável pela administração dos repasses oriundos da SMDHSU. São também os coordenadores que solicitam equipamentos, móveis, manutenção nos computadores, entre outros serviços. A SMDHSU, por sua vez, realiza visitas periódicas às unidades e acompanha as atividades de cada telecentro. Os monitores, embora sejam treinados e recebam seus salários pela prefeitura, tem todas as suas atividades baseadas no local em que prestam serviço. Além de supervisionar a unidade, é o monitor que, de acordo com sua formação técnica, está habilitado a ministrar os cursos.

Em termos de estrutura, cada telecentro possui entre 10 e 12 computadores, em média. Esses computadores possuem conexão de Internet em banda larga fornecida pela PROCEMPA. Eventualmente, alguns telecentros possuem equipamentos periféricos para utilização coletiva, como impressoras e *scanners*. Outras infraestruturas de apoio, como condicionadores de ar, mobiliário e lousa, variam de acordo com cada telecentro.

Ao longo de nossa pesquisa, realizamos algumas visitas a telecentros a fim de obter informações *in loco* com monitores e gestores de três unidades: Mercado Público, Vila Ingá e Vila Esperança Cordeiro. A primeira foi escolhida em função da já conhecida grande movimentação de usuários, ocorrida em decorrência de

sua localização na região central de Porto Alegre. Inicialmente, previu-se a visitação das unidades Parque Chico Mendes (a mais antiga do município) e Formação de Monitores (localizada junto à sede da SMDHSU para capacitação de monitores dos telecentros). Entretanto, o agendamento das visitas nessas unidades não foi possível; diante dessa situação, foram escolhidas as duas últimas unidades mencionadas: Vila Ingá, em função de sua relativa antiguidade e de sua localização em uma área periférica; e o telecentro Vila Esperança Cordeiro, que, por sua vez, é uma unidade mais recente, embora também esteja inserida em região periférica.

#### **4.2.1. Telecentro Mercado Público**

A unidade localizada no Mercado Público, embora seja integrante do conjunto de telecentros integrantes do programa de inclusão digital da Prefeitura de Porto Alegre, difere-se da grande maioria das outras 33 unidades do município. Trata-se do mais movimentado telecentro de Porto Alegre, com uma média de 200 pessoas por dia (SINDILOJAS, 2009), o que exige que a sua estrutura e o seu funcionamento sejam adaptados a essa realidade de intensa movimentação.

O Mercado Público é um dos pontos mais tradicionais de Porto Alegre. Localizado no Centro da capital gaúcha, em uma das áreas de maior fluxo de pessoas na cidade, foi inaugurado em 1869 para abrigar o comércio e o abastecimento de Porto Alegre. Atualmente abriga diversos tipos de estabelecimentos comerciais, como bancas de verduras, açougues, lojas de artesanato e restaurantes, além de sediar eventualmente exposições culturais e feiras temporárias (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2012a).

O telecentro foi inaugurado em 26 de março de 2004, através de parceria entre o Sindicato dos Lojistas de Porto Alegre (Sindilojas) e a prefeitura municipal. Esta unidade, portanto, diferencia-se da maioria das outras, pois é uma das poucas em que a gestão não é compartilhada com alguma associação de moradores ou organização comunitária. O Sindilojas é uma entidade sindical ligada a comerciantes e varejistas com base territorial em Porto Alegre e Alvorada (SINDILOJAS, 2011) e atua no telecentro Mercado Público como o gestor

administrativo do local. Suas responsabilidades - no sentido da gestão do telecentro - são, portanto, iguais a qualquer outra organização.

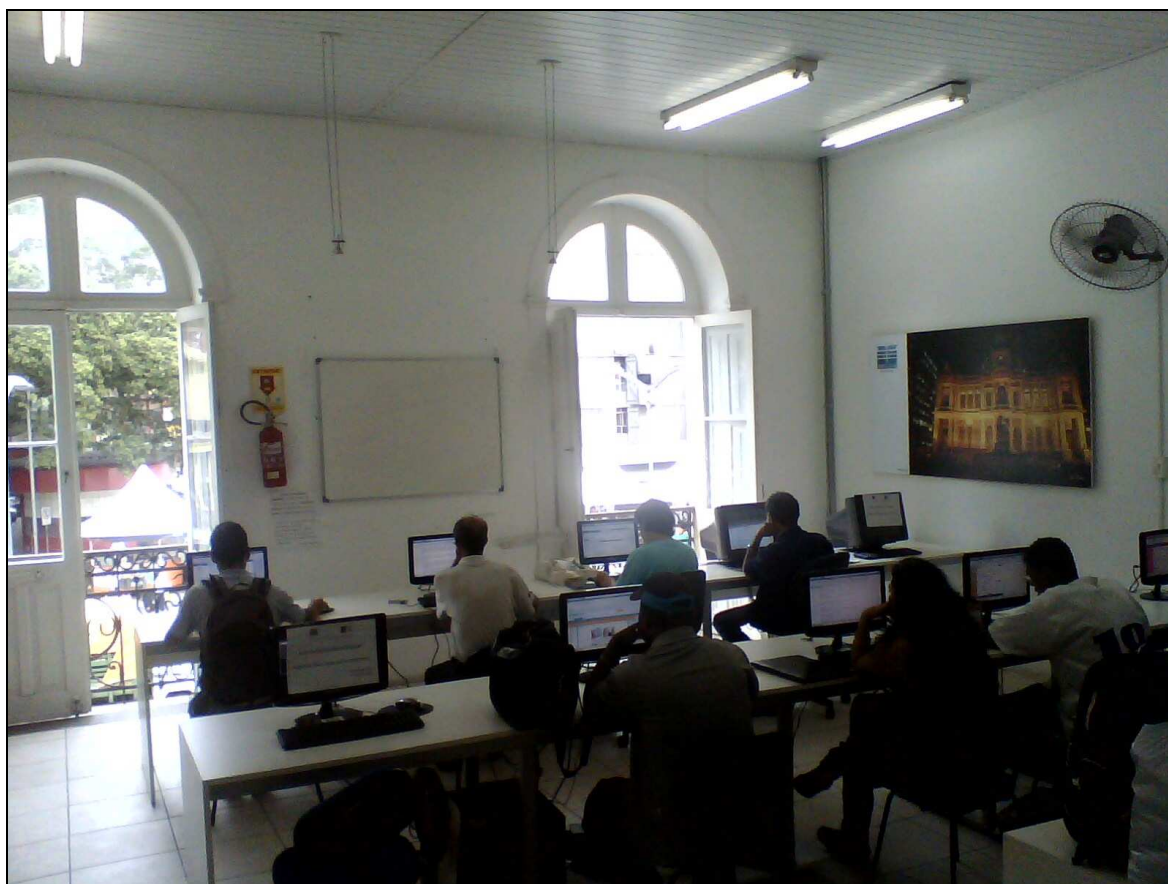
Atualmente, o local possui 17 computadores e 1 impressora, fato que chama a atenção quando se compara essa unidade à grande maioria das outras, que, em média, tem entre 10 e 12 computadores. Além disso, a disponibilidade de qualquer equipamento periférico (como uma impressora) é fato raro em grande parte dos telecentros. Essa maior estrutura, porém, justifica-se pela grande movimentação de usuários, fato que exige outras adequações no sistema de funcionamento. A primeira delas é a restrição do tempo: cada usuário pode ficar, no máximo, 30 minutos utilizando um equipamento. O controle do tempo é feito através de um programa de gerenciamento (semelhante aos utilizados em centros públicos pagos de acesso à Internet, como as *lan houses*), no qual o usuário deve apresentar-se com documento de identidade para o cadastramento, devendo aguardar até que algum equipamento esteja livre para o uso, respeitando a ordem de chegada.

Entre os 17 computadores, um deles é adaptado e tem uso exclusivo para pessoas portadoras de deficiência visual, o que é extremamente louvável sob o ponto de vista da inclusão digital de PNEs (portadores de necessidades especiais). Além disso, a sala utilizada é relativamente ampla e possui dois ventiladores. Entre os telecentros visitados, certamente o Mercado Público é aquele que oferece a melhor infraestrutura física.

A unidade oferece apenas uma modalidade de curso: informática básica. As aulas são ministradas três vezes por semana nas próprias dependências do telecentro. Nessas ocasiões, só podem utilizar os equipamentos as pessoas que estão inscritas nestes cursos.

Conforme informações colhidas junto a um monitor, a procedência dos usuários é bastante diversa, sendo comum presença de pessoas oriundas de bairros distantes ou de outros municípios e até de cidadãos estrangeiros, situação ímpar proporcionada pela sua localização em área central. Uma grande parte dos usuários, inclusive, é composta por pessoas que trabalham na região central de Porto Alegre. Tanto é que ocorre um aumento na quantidade de pessoas em períodos de intervalo ou de fim de expediente. Em função disso, o uso da Internet também é bastante diversificado. Enquanto, em outros telecentros, apenas os

usos mais tradicionais (*e-mail*, redes sociais, salas de bate-papo) são mencionados pelos monitores como de maior frequência. No caso do telecentro Mercado Público, várias outras categorias também têm destaque, como uso para serviços públicos, busca sobre informações de emprego, manutenção de *blogs*, que são observadas com maior frequência pelos monitores.



**Figura 18 - Dependências internas do telecentro Mercado Público.**  
Fonte: o autor (13/12/2011).

#### **4.2.2. Telecentro Vila Ingá**

O Telecentro Vila Ingá está localizado na Rua Sezefredo Ignácio de Oliveira, na esquina com a Avenida Manuel Elias, dentro da Creche Comunitária Tia Gessi, na localidade denominada Passo das Pedras, pertencendo, portanto, à região do OP “Eixo Baltazar”. Embora não seja reconhecido formalmente como bairro, o Passo das Pedras foi formado entre as décadas de 50 e 60, absorvendo principalmente operários de regiões centrais e pessoas oriundas do campo (FUNCK, 2002). É essencialmente residencial, possuindo alguns tipos de



comércio e serviços principalmente na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, que representa o seu limite com a Região Norte.

A unidade foi inaugurada em 1º de julho de 2004, tendo como objetivo principal o oferecimento de cursos para a terceira idade. O maior interesse pela formação e capacitação de pessoas nessa faixa etária faz parte da maioria das políticas públicas de inclusão digital. Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil confirmam que os idosos, constituem o grupo de faixa etária com menor acesso à Internet (apenas 7% das pessoas com mais de 60 anos já acessaram a Internet pelo uma vez). Atualmente, esses cursos continuam sendo oferecidos, havendo duas turmas voltadas para esse público. Além destes, o telecentro ainda oferece o curso básico de informática, Linux<sup>61</sup>, e pacote de programas Open Office<sup>62</sup>, fato que evidencia uma nítida preferência pela utilização de *softwares* livres, premissa defendida por autores como Chaparro (2007) e Pires (2007) como fundamentais para a diminuição da exclusão digital por serem de código aberto (pode ser alterado e melhorado por qualquer usuário interessado, contribuindo para uma construção colaborativa desse tipo de *software*) e, principalmente, pela gratuidade da licença de uso. Nesse sentido, o telecentro Vila Ingá é aquele que oferece a maior quantidade de cursos entre as unidades visitadas.

De acordo com informações prestadas pelo monitor do telecentro, existem diferenças entre o perfil daqueles que frequentam cursos e aqueles que somente utilizam a Internet no telecentro. De maneira geral, os frequentadores de curso pertencem a faixas etárias mais avançadas, sobretudo a partir dos 45 anos. Entre os usuários de Internet, crianças de até 10 anos representam a maioria dos frequentadores, embora a faixa etária entre 45 e 60 anos também tenha destaque. No caso dos usuários de Internet, deve-se destacar que alguns usos são mais comuns, como utilização de redes sociais; gerenciamento de e-mail; utilização de salas de bate-papo (*chats*); e uso de programas de comunicação instantânea (como Windows Live Messenger).

---

<sup>61</sup> Linux é o termo comumente utilizado para fazer referência a sistemas operacionais de código aberto feitos com o núcleo Linux. Entre os sistemas utilizados com essa plataforma, um dos mais populares é o Ubuntu, que é o foco do curso oferecido pelo telecentro Vila Ingá.

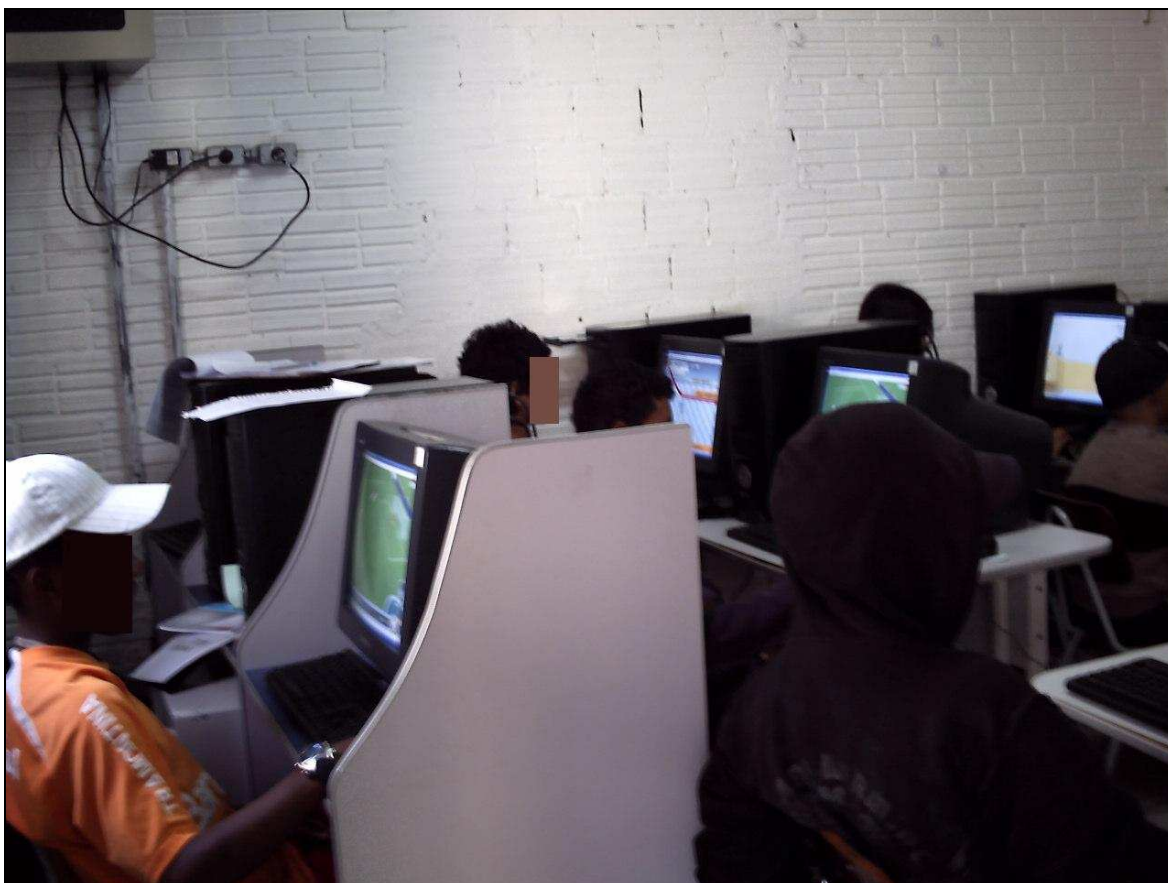
<sup>62</sup> O pacote Open Office é um grupo de aplicativos de *software* livre que possui recursos semelhantes ao famoso pacote Microsoft Office, tais como processadores de textos, planilhas, apresentações, desenhos e banco de dados.

Em termos de frequência de usuários, a média diária é superior a 30 pessoas, oriundas do próprio bairro e de bairros do entorno. Essa situação é facilitada pela localização do telecentro, que é próxima a duas grandes avenidas (Avenida Manuel Elias e Avenida Baltazar de Oliveira Garcia).

O telecentro Vila Ingá possuía 10 computadores em funcionamento na época da realização da pesquisa de campo. A estrutura do telecentro é a mais modesta entre as unidades visitadas, possuindo apenas um quadro branco como material de apoio pedagógico. Não há ventiladores ou equipamentos de refrigeração de ar, fato que deixa as condições de uso menos salubres. Isso inclusive afeta eventualmente os próprios equipamentos de informática, que devem operar preferencialmente em temperaturas mais amenas, a fim de preservar alguns componentes. A falta de equipamentos ou de melhores condições de uso já foi destacada em nosso trabalho anterior (MORAES, 2009) como um problema comum a grande parte dos telecentros de Porto Alegre. Neste mesmo trabalho, realizamos a seguinte constatação:

Sem sombra de dúvida, o acesso aos computadores e à Internet já se constitui em um primeiro passo da inclusão digital; todavia, a inexistência de outros recursos e equipamentos constatada acaba incorrendo no que denominamos aqui de “inclusão digital precária” ou “acessibilidade precária”, ou seja, há apenas o oferecimento do básico que um telecentro pode fornecer (computadores com Internet), sem um incremento em outros equipamentos que também compõem as TICs (MORAES, 2009, p. 73).

Um esforço do poder público em dotar essas unidades com alguns equipamentos auxiliares (os chamados “periféricos”), sobretudo as impressoras (que são a demanda mais evidente em grande parte dos casos), representa uma tarefa importante em curto prazo para uma maior eficiência dos programas de inclusão digital de Porto Alegre.



**Figura 19 –Dependências internas do telecentro Vila Ingá.  
Fonte: Telecentro Vila Ingá. s/d . Editada pelo autor**

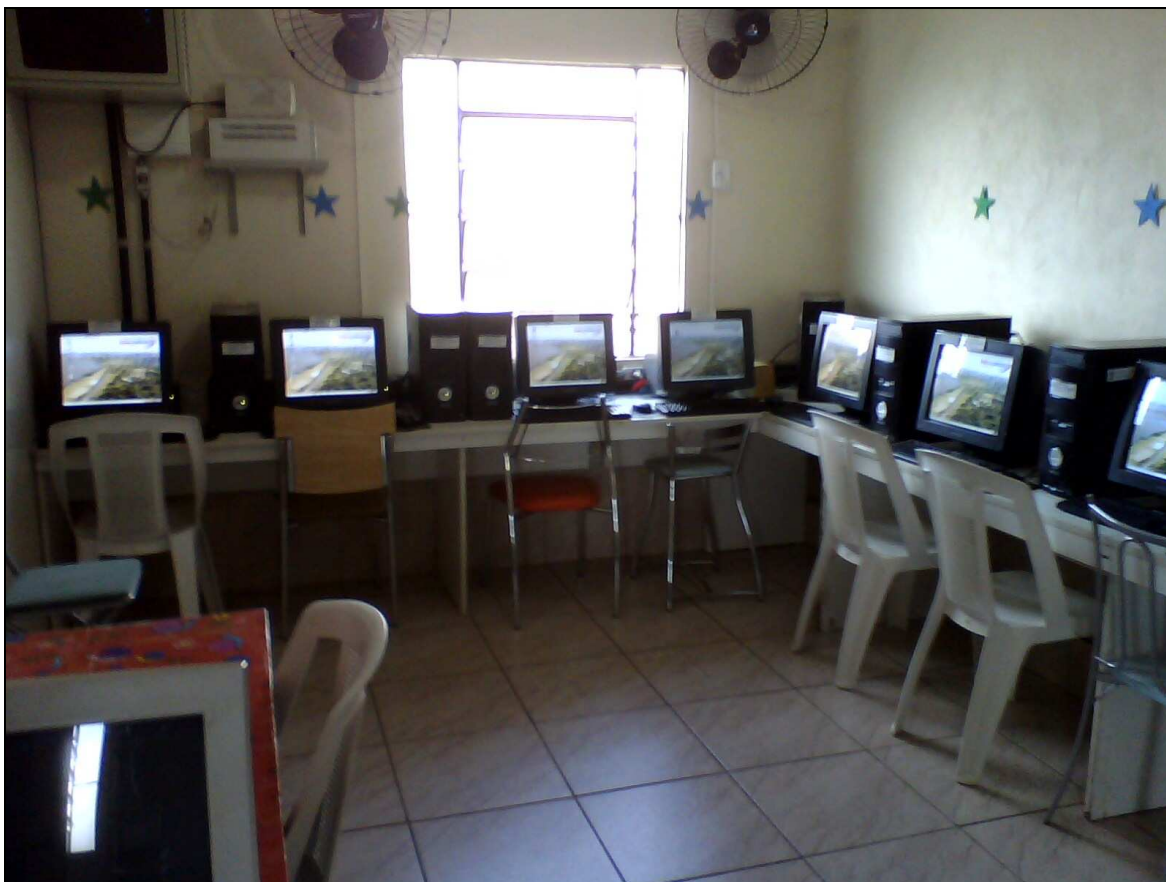
#### ***4.2.3. Telecentro Vila Esperança Cordeiro***

A Vila Esperança Cordeiro está localizada no bairro Sarandi (Região Norte), próxima à Avenida Baltazar de Oliveira Garcia. A iniciativa para a criação da unidade ocorreu a partir da mobilização da própria comunidade, através da associação de moradores local, instituição ao qual o telecentro está vinculado, tendo sido inaugurado no ano de 2009.

A associação de moradores possui uma creche que atende aos moradores da comunidade. Nas instalações da creche, em uma pequena sala, foi instalado o telecentro, que possui 10 computadores doados pela prefeitura municipal. A estrutura do telecentro também é bastante modesta. Além dos computadores, não há qualquer outro equipamento de informática. Em termos de estrutura auxiliar, a unidade conta com um quadro branco para apoio pedagógico, além de dois ventiladores que garantem um maior conforto aos usuários.

O telecentro também está integrado às atividades da creche. Em alguns períodos da semana, a sala é reservada para os alunos matriculados na instituição de ensino. Além disso, assim como a grande maioria dos telecentros, a unidade da Vila Esperança Cordeiro oferece o curso de informática básico, destinado a pessoas com pouca experiência no uso das novas tecnologias. Curiosamente, embora o oferecimento das aulas seja gratuito, a procura ainda é bastante baixa. Em média, as turmas têm sido formadas por dois ou três alunos, sendo que esse número poderia ser triplicado, dado o número de máquinas.

O telecentro recebe, em média, cerca de 40 pessoas por dia, oriundas principalmente da própria comunidade e de localidades do entorno. Enquanto os frequentadores dos cursos normalmente pertencem a faixas etária mais elevadas (a partir dos 45 anos), os jovens (entre 14 e 18 anos) representam a maioria dos usuários que utilizaram apenas para acessar Internet e para realização de tarefas. Em relação ao uso da Internet, conforme informações prestadas por um monitor, o acesso a redes sociais e a *sites* para jogos *online* são os mais frequentes.



**Figura 20 - Dependências internas do telecentro Vila Esperança Cordeiro.**  
Fonte: o autor (14/12/2011).

#### **4.2.4. Outras iniciativas de inclusão digital**

Além dos telecentros, deve-se destacar, em Porto Alegre, a existência do projeto Cibernarium, que também faz parte da estrutura de promoção de inclusão digital vinculada à prefeitura municipal, através da PROCEMPA . Trata-se de uma iniciativa idealizada pela Comunidade Européia, sendo desenvolvida através de convênio com a empresa Barcelona Activia (ligada à Prefeitura de Barcelona), buscando promover o desenvolvimento socioeconômico na América Latina. Foi criada em 1999, sendo inaugurada efetivamente em 2001. Ao todo, nove cidades foram contempladas com unidades financiadas pelo projeto, sendo duas delas no Brasil: São Paulo e Porto Alegre. O objetivo do projeto, em suma, é semelhante à proposta desenvolvida pelos telecentros; ou seja, a “promoção da inclusão digital” através da redução das desigualdades inerentes ao acesso às novas tecnologias.

O principal objetivo do Cibernarium é promover a inclusão digital, diminuindo ao máximo a brecha digital entre aqueles que possuem acesso e os que não possuem, existente na sociedade porto-alegrense. Desta forma foi desenvolvido com destino ao público que está fora do contexto de acesso à tecnologia da computação, informação e comunicação. Os maiores beneficiados são os cidadãos de baixo poder aquisitivo, os idosos e os portadores de deficiência visual, a partir de programas específicos realizados pelo Cibernarium de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2012).

A sede do projeto está localizada na Usina do Gasômetro, possuindo computadores para a realização de cursos e para o uso livre dos frequentadores, sem qualquer tipo de custo, algo semelhante a qualquer telecentro. Embora não esteja vinculada ao programa de telecentros, a unidade do Cibernarium na Usina do Gasômetro compõe o panorama geral das iniciativas de inclusão digital promovidas pela prefeitura.

Também se deve destacar a inserção das escolas da rede municipal dentro das ações da Prefeitura de Porto Alegre neste âmbito. Atualmente, os estabelecimentos de ensino possuem laboratórios de informática voltados para a realização de atividades pedagógicas. Os trabalhos realizados nesses laboratórios são complementares aos feitos em sala de aula. Outro aspecto importante dessa situação é que grande parte das escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre está localizada em áreas periféricas da cidade, na qual uma parte significativa dos alunos é oriunda de famílias de baixa renda e com

menor possibilidade de computador na residência. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço qualificado para a inclusão digital desses jovens.

Os primeiros laboratórios de informática da rede municipal foram implantados em 1993, inicialmente em cinco escolas. No final da década de 1990, o projeto foi ampliado para outras escolas, conjuntamente com ações de formação para professores, a fim do aperfeiçoamento da integração entre as atividades de sala de aula com as potencialidades oferecidas pelas TICs. Ao longo da década de 90, a quantidade de escolas com laboratório de informática cresceu progressivamente, até que, em 2001, a instalação de Internet nas escolas foi ampliada, juntamente com investimentos na área de *software* livre. Nos últimos anos da década de 2000, foi implementada uma rede *wireless* para o uso de Internet em banda larga, assim como ocorreu a criação de um programa de estímulo ao ensino da robótica nas escolas municipais. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, em 2008, 93 escolas possuíam laboratórios, sendo que, entre as 54 escolas de nível fundamental, apenas uma não possuía laboratório (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2008).

## **5. CIBERATIVISMO EM PORTO ALEGRE: A EXPERIÊNCIA DOS “AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO” E DO “FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA DO RIO GRANDE DO SUL”**

Neste capítulo, analisamos práticas (ciber) ativistas, constituindo, dessa maneira, o outro grupo de atores analisados neste trabalho. Para isso, nosso enfoque é voltado para a ação de duas organizações cuja atuação ocorre sobre o espaço urbano de Porto Alegre: primeiramente, o grupo “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, que trata da luta pela preservação de uma rua, cujo papel da Internet foi (e tem sido) extremamente importante para a obtenção de resultados positivos. Em um segundo momento, analisa-se o Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU-RS), instituição que, embora tenha uma abrangência estadual, possui o enfoque de suas ações principalmente em Porto Alegre.

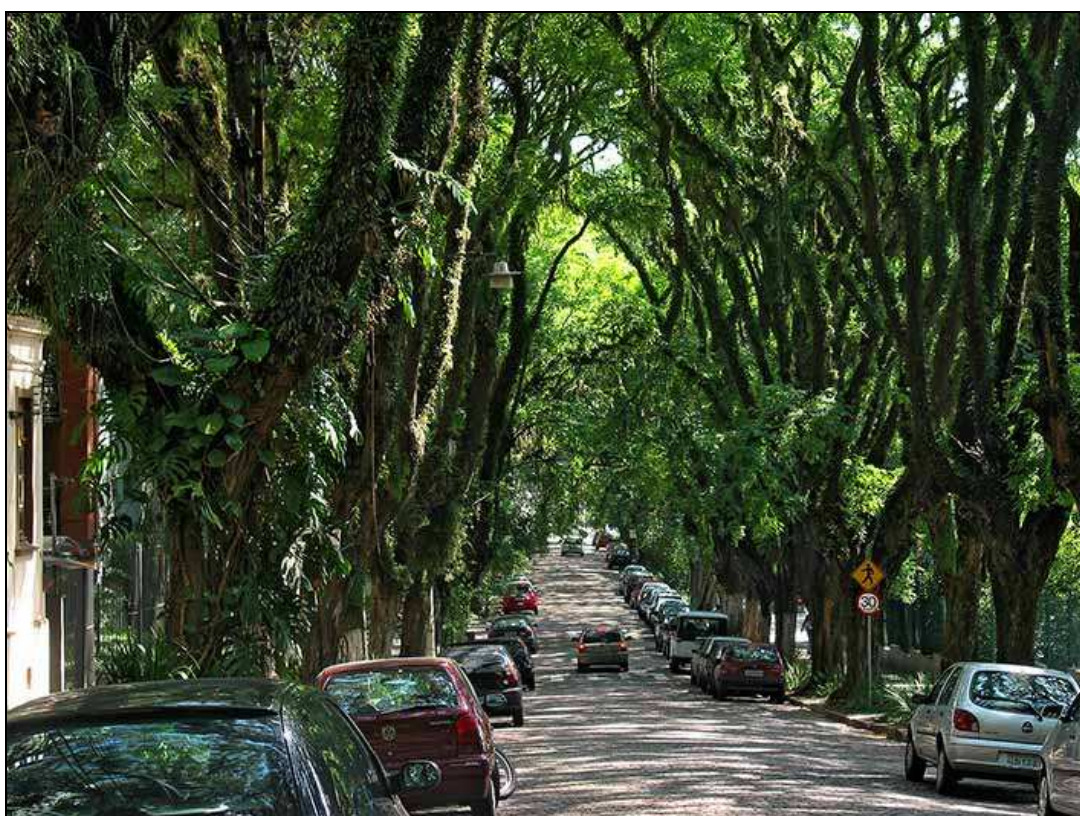
### **5.1. Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho**

O caso dos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” tem seu início no segundo semestre de 2005, quando moradores tomaram conhecimento de um projeto de construção de um edifício-garagem na rua Gonçalo de Carvalho, na área pertencente a um *shopping center*. Inicialmente, o grupo passou a buscar informações referentes ao empreendimento, buscando inicialmente prever os possíveis impactos do processo de edificação e conhecer de maneira mais detalhada a obra.

O referido empreendimento seria construído na área pertencente ao Shopping Total, e abrigaria também a construção da sede da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), sendo o edifício-garagem uma parte do complexo para sua utilização em eventos da OSPA, mas que também poderia ser aproveitado pelo *shopping center* para o estacionamento de clientes quando a OSPA não o estivesse utilizando. A edificação teria sete andares, sendo dois no subsolo, fato que já geraria um maior desconforto aos moradores do entorno em função da necessidade de escavações, além dos tradicionais transtornos comuns a qualquer construção.

Deve-se destacar, no entanto, que a Rua Gonçalo de Carvalho apresenta um diferencial em relação a outros logradouros. Além da existência de diversas

residências antigas, que mantêm fachadas com arquitetura típica da primeira metade do Século XX em Porto Alegre, a Gonçalo de Carvalho possui uma grande quantidade de tipuanas plantadas em toda sua extensão, em ambos os lados da via, formando um extenso “corredor” ou “túnel verde”, o que oferece à rua um diferencial estético em Porto Alegre. Essas árvores foram plantadas na década de 1930 pelos próprios moradores, havendo, desde então, uma grande preocupação pela sua preservação.



**Figura 21 - Rua Gonçalo de Carvalho.**  
**Fonte: Blog "Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho"**

Os moradores sentiam-se pouco esclarecidos sobre o projeto da construção do teatro e do edifício-garagem quanto a suas implicações, havendo a reclamação de que as audiências públicas teriam sido pouco divulgadas e, por conseguinte, não contam com uma maior participação da comunidade do entorno, grupo que seria bastante atingido pela construção de um empreendimento dessa magnitude. Então se descobriu que a abertura do estacionamento ocorreria na Rua Gonçalo de Carvalho e, por consequência disso, seriam necessárias obras de alargamento e asfaltamento da via. Os impactos ambientais dessas ações poderiam ser extremamente prejudiciais sob o ponto de vista, principalmente, do



aumento do escoamento superficial (dificultando a absorção da água pelo solo) e da modificação do *habitat* da fauna dependente das árvores, além do aumento da poluição em decorrência do aumento do fluxo de veículos. Foi aí que a mobilização do grupo de moradores começou a se intensificar, ao mesmo tempo em que se iniciavam estratégias de luta pela preservação da rua e de suas características naturais. Nessa época, surge o grupo “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”.

A Rua Gonçalo de Carvalho é o elemento que divide os bairros Floresta e Independência. Em 2005, o primeiro bairro já possuía uma associação de moradores, enquanto o bairro Independência não tinha qualquer entidade formal. A criação de uma associação formalizada era fundamental para dar maior legitimidade jurídica às ações do grupo, como no caso de ingresso de ações no Ministério Público. Assim, foi criada a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência (AMABI), que teve como presidente um morador da Rua Gonçalo de Carvalho. Faz-se importante destacar que a inclusão do termo “amigos” na nomenclatura da entidade ocorreu justamente para oferecer um caráter mais amplo para a luta pela preservação do local, não se restringindo apenas aos moradores do referido bairro.

Com a formalização da entidade, a mobilização começava a ganhar força, mas a imprensa fornecia pouca atenção ao movimento. Somando-se a isso, o terreno do *shopping* pertencia a uma família ligada a um importante grupo de comunicação sediado em Porto Alegre, proprietário de um dos principais jornais do Rio Grande do Sul, o que dificultava ainda mais o acesso aos meios tradicionais de comunicação. Antes mesmo da formação da entidade, surge a ideia da criação de um *blog* que permitisse o acesso a informações sobre o caso, convocação para atos e manifestações e divulgação de documentos. Cria-se então o *blog* “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”<sup>63</sup>, cuja primeira postagem ocorreu em 26 de outubro de 2005, na qual foi publicada uma carta aberta assinada por “amigos e moradores da Gonçalo de Carvalho”. Neste documento, relatam-se uma série de reivindicações destinadas principalmente ao poder público, como a apreciação transparente e pública dos projetos, a participação de órgãos técnicos de controle e fiscalização para emissão de licenciamento, o

---

<sup>63</sup> Disponível no endereço <goncalodecarvalho.blogspot.com> . Acesso em 15 de março de 2012.

cumprimento da Lei Orgânica do Município e da condição de “Área Especial de Interesse Cultural” (em função dos prédios históricos tombados) e, por fim, a oficialização da Rua Gonçalo de Carvalho como patrimônio ambiental do município, algo inédito no tocante à promoção de uma rua com esse título.

A partir de então, a atuação do grupo passa a ser registrada também na Internet, pois, até aquele momento, a divulgação se dava basicamente por recortes de jornais, panfletos e telefone. Além disso, o *e-mail* passou a ser utilizado entre os moradores e demais interessados como uma modalidade de comunicação interna. A principal vantagem do *blog* era seu caráter centralizador, deixando as informações sobre o grupo e sobre a Rua Gonçalo de Carvalho mais centralizadas (por ser o veículo de comunicação “oficial”), diminuindo o risco de imprecisões. Além disso, poderia ser uma maneira para reunir mais apoiadores à causa, pois, naquela época, os integrantes do grupo sentiam falta de um maior envolvimento não apenas dos moradores da região, como também dos demais habitantes da Capital. Isso talvez ocorresse devido à imagem um tanto distorcida do grupo de que o posicionamento dos moradores era retrógrado, sendo os mesmos rotulados de “inimigos da cultura”. Era difícil argumentar, na época, que a disputa não era contra a OSPA (cujo respeito à instituição é evidenciado desde as primeiras postagens no *blog*), mas sim contra a construção do edifício-garagem. Nessa época, o número de apoiadores locais ainda era muito pequeno, ao ponto até de tornar inviável a realização de “abraços simbólicos”. Ao mesmo tempo, o apoio externo aumentava na medida em que o caso ganhava maior repercussão, sobretudo, a partir do próprio *blog*.

As principais contestações contra o empreendimento, além dos impactos ao ambiente natural, também se embasavam no fato de que uma parte do projeto seria financiada com recursos públicos através da Lei Rouanet<sup>64</sup>, algo que seria plausível em virtude da construção da sede da OSPA. Entretanto, segundo Galante (2011), o empreendimento, após 25 anos, passaria a pertencer ao proprietário do terreno; no caso, uma entidade privada.

A obra, que 25 anos depois voltaria ao referido grupo [proprietário do terreno], estava com um processo já bem adiantado no

---

<sup>64</sup> A Lei Rouanet também é conhecida como “Lei de Incentivo à Cultura” e tem sua redação conforme a Lei Nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991. Seu objetivo é incentivar a produção artística. Através desse mecanismo, é possível que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

Ministério da Cultura para arrecadação de dinheiro através da Lei Rouanet. Dessa forma, o grupo usaria dinheiro dos impostos para tirar vantagens descabidas. O dinheiro público seria usado para a construção de uma propriedade privada e, após o período do contrato, a OSPA estaria sem teatro novamente (GALANTE, 2011, p. 189)

Em função disso, os “Amigos da Gonçalo de Carvalho” estimulavam seus apoiadores a encaminhar mensagens eletrônicas ao Ministério da Cultura (MinC) informando essa situação – no mínimo questionável – do empreendimento perante o financiamento com recursos públicos. Tratava-se de uma alternativa para alertar o MinC sobre o projeto. Essa é uma estratégia bastante comum nesses casos, tendo grande popularidade sob o ponto de vista do ciberativismo, assim como as assinaturas em petições *on line* (como é o caso do Avaaz ou outros *sites* do tipo).

Além disso, a construção do edifício-garagem poderia ser interpretada como um artifício para a possibilidade de ampliação do próprio estacionamento do *shopping*, embora seja necessário considerar que uma parte da área existente anteriormente seria utilizada para a edificação do teatro. Essa contestação era ainda mais evidenciada pelo fato de que o uso do edifício-garagem pela OSPA seria bastante esporádico (apenas em eventos e apresentações da orquestra), podendo haver, nos restantes dos dias, a sua utilização pelo *shopping*.

Timidamente, a imprensa começou a oferecer maior atenção ao caso. Em um primeiro momento, são alguns jornais de circulação mais restrita (como o Jornal Já e o Jornal Floresta) que passam a oferecer uma maior cobertura sobre o caso, assim como o apoio de entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a AGAPAN. Já com o conhecimento dos moradores acerca do projeto do edifício-garagem. Uma nova audiência é solicitada junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), sendo realizada em 20 de dezembro de 2005, no salão de uma igreja e contando com a participação de cerca de 300 pessoas. Nessa audiência, estiveram presentes representantes da OSPA, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da SMAM, além dos moradores do entorno do *shopping* e demais interessados, inclusive grandes veículos de imprensa, como o jornal Zero Hora.

A questão passava a ganhar cada vez mais destaque. O *blog* dos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” começou a se tornar uma plataforma de embate entre defensores e opositores à construção do complexo da OSPA, cujas manifestações, em alguns momentos, ganhavam contornos bastante agressivos. Assim, os administradores do *blog* optaram por proibir comentários nas postagens, permanecendo assim até hoje.

No entanto, em janeiro de 2006, o falecimento do presidente da AMABI, que era uma liderança dos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, faleceu, fato que causou enorme impacto no grupo. Outro grave revés ocorreu ainda no mesmo mês, quando a Prefeitura Municipal e a SMAM autorizaram o início das obras do empreendimento. A proposta da prefeitura atendia, parcialmente, a uma das reivindicações do grupo, pois proibia a saída de veículos pela Rua Gonçalo de Carvalho, indicando outras duas vias das adjacências do terreno do *shopping center*. Além disso, também foi prevista a vedação do edifício-garagem a fim de que a poluição sonora e atmosférica fosse reduzida (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2006).

A construção do empreendimento parecia certa até que, em março de 2006, o Ministério da Cultura (que talvez tenha ficado ciente da situação através da campanha de envio de *e-mails* promovida pelos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”) anuncia que não aprovou o uso de recursos públicos para o projeto, pois “(...) se trataria de um projeto público em área privada, o que a legislação veda” (ALBRECHT, 2006). Poucos dias depois, o *blog* divulga uma nota assinada pelo arquiteto Nestror Nadruz (também veiculada no Jornal do Comércio), na qual o mesmo questiona a falta de manifestações dos grupos favoráveis ao empreendimento.

Alguns meses depois, em junho, ocorre mais um grande marco dentro da história da luta pela preservação local. Através do Decreto Municipal 15.196, de 2 de junho de 2006 a Rua Gonçalo de Carvalho é declarada “Patrimônio Cultural, Histórico e Ecológico de Porto Alegre”. De acordo com o texto, a vegetação situada na rua torna-se de preservação permanente, cabendo à SMAM o seu manejo. Além disso, o processo de asfaltamento fica proibido na referida via. Galante sintetiza a importância do novo *status* para a rua:

O reconhecimento garante à rua uma espécie de escudo contra qualquer intervenção imobiliária, estética, hidráulica ou estrutural que ameace as características originais do local. Além do túnel verde, as lajotas das calçadas e os paralelepípedos da via também são protegidos. É proibido asfalto, em qualquer ponto. Assim, o crescimento imobiliário, que desde 2001, com a construção do Shopping Total, avança sobre a Rua Gonçalo de Carvalho, tem de ser minuciosamente avaliado sempre que se chegar à rua (GALANTE, 2011, p. 199).

Esse mecanismo legal, de fato, acabou criando um enorme empecilho para a construção de grandes empreendimentos no local, pois garante a preservação das árvores e a manutenção do tipo de revestimento na via pública. Para a demanda do edifício-garagem, por exemplo, no qual o aporte de veículos aumenta sensivelmente nas vias de acesso, a restrição ao asfaltamento constituía um problema, visto que o calçamento em paralelepípedo não é adequado para locais com grande volume de veículos.

Ainda no mês de junho, a Fundação Pablo Komlós, que seria responsável pela construção do teatro da OSPA, desiste oficialmente do projeto em carta endereçada à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. O empreendimento não seria mais construído no local estipulado<sup>65</sup>. O grupo “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” conquistara a vitória, declarada inclusive em sucessivas postagens no *blog*, veículo de comunicação e registro histórico de todos os eventos sucedidos desde outubro de 2005. A mobilização dos moradores, aliada a uma estratégia de bastante êxito na divulgação do caso, foram fundamentais para o resultado.

Muitas entidades porto-alegrenses apoiaram os “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, como diversas fundações, ONGs, associações de bairro, entre outros. Mas o apoio não ficou restrito apenas a essas organizações de atuação mais local. Foram diversas as manifestações oriundas de outras regiões do Brasil e, inclusive, de outros países. O grupo já começava a se tornar referência no Brasil em termos de organização pela preservação do meio ambiente nas

---

<sup>65</sup> Conforme informações coletadas no *site* da OSPA, as futuras instalações da Sala Sinfônica da OSPA (como atualmente o projeto está sendo tratado), segundo Lei sancionada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, serão estabelecidas em um terreno próximo ao Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, ao lado da Câmara Municipal de Vereadores, na bifurcação das Avenidas Primeira Perimetral e Edvaldo Pereira Paiva. O projeto prevê ocupação de 3.600 m<sup>2</sup>, cujo aproveitamento de área edificada será de 12.827,00 m<sup>2</sup> e aproximadamente 25 metros de altura. A implantação proposta visa voltar a edificação para o parque e para o lago Guaíba. Disponível em <[http://www.ospa.org.br/?page\\_id=834](http://www.ospa.org.br/?page_id=834)> . Acesso em 14 de dezembro de 2011.

idades. Nessa época, intensificavam-se os pedidos de apoio de organizações de diversos locais para o grupo, quase sempre através de comunicação eletrônica. Esse foi o caso do Movimento Morumbi Melhor, em São Paulo / SP, no momento em que havia uma mobilização de um grupo de moradores do bairro paulistano contra a construção de um complexo com torres de 22 andares (com apartamentos e comércio) que não previa ampliação da malha viária (AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO, 2006).

Em 12 de agosto de 2006, em uma postagem denominada “Vencemos! Obrigado a todos”, os administradores do *blog* realizam uma série de manifestações de agradecimento aos diversos envolvidos e apoiadores na preservação da Rua Gonçalo de Carvalho. Neste momento, era anunciado o fim das atualizações:

Este blog não terá mais motivos para ser atualizado, pois já conseguimos o que queríamos. Hoje a Gonçalo está protegida pelo decreto que a transformou em **Patrimônio da cidade de Porto Alegre**. Este decreto veta toda e qualquer tentativa de modificação na rua. Mas estaremos vigilantes, por via das dúvidas... (AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO, 2006, grifo do autor).

Contudo, os administradores foram estimulados a continuar com as publicações, visto que o *blog* tornara-se uma espécie de “símbolo” da atuação não apenas do grupo, mas também da luta e da resistência da comunidade local pela preservação de uma região. Desde então, as postagens permanecem regulares, mesmo que de maneira menos intensa em comparação com o período do embate contra a construção do edifício-garagem do Teatro da OSPA.

Dentro desse contexto, o *blog* “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” tem se caracterizado como um forte apoiador e difusor de temas relativos à preservação do meio ambiente, à mobilização popular (como muitos grupos, movimentos e entidades de bairro) e ao desenvolvimento ambiental da cidade. A ligação entre esses grupos se dá através do apoio, que pode ser demonstrado pelas postagens no *blog*. Esse ato não deixa de ser uma forma de reconhecimento e de divulgação, dada a importância que a página havia adquirido.

O apoio formaliza-se através da publicação da postagem, como foi o caso do “Viva Gasômetro”, anunciado como “mais um movimento popular na capital

gaúcha” em agosto de 2007 (AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO, 2007). O objetivo deste grupo, criado em 2006, é a luta pela revitalização de uma praça localizada na região (Praça Júlio Mesquita) e de seus arredores, além de “tornar a região central da capital gaúcha uma referência em ecologia, cultura e saúde”. O caso desse grupo difere da Rua Gonçalo de Carvalho, pois não há um elemento claro como a construção de um grande empreendimento que poderia alterar as características locais. De todo modo, trata-se de mais um exemplo de organização local que atua no espaço urbano a fim de reivindicar melhorias. Na Internet, o grupo também possui um *blog*, utilizado principalmente para divulgação de eventos e encontros.

Ao longo de toda a trajetória do grupo “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, a Internet teve papel fundamental para o funcionamento e, inclusive, para o êxito das suas reivindicações. Os mecanismos disponíveis através das TICs proporcionaram uma repercussão muito maior ao caso, chamando a atenção de diversas entidades e pessoas, mesmo em locais distantes. O mesmo *blog* chegou inclusive a ganhar uma matéria em um caderno local do jornal Zero Hora, o ZH Moinhos, no qual se destaca o caráter centralizador das informações dos moradores. Do mesmo modo, o reconhecimento da atuação do grupo vinha de diversos lugares, fato que sempre era publicado e valorizado no *blog*. Destacam-se duas publicações a esse respeito, ambas em março de 2008: a primeira, de “Amics Arbres - Arbres Amics” (página especializada em árvores), da Espanha, reconhecendo a luta e estimulando o prosseguimento das atividades<sup>66</sup>. A segunda, do *blog* português “A Sombra Verde”, no qual o autor do texto elogia a Rua Gonçalo de Carvalho como “a rua mais bonita do mundo”<sup>67</sup>, não apenas por uma questão estética, mas também por toda a luta e mobilização dos moradores pela preservação da via em suas características peculiares. Essa menção, por sinal, seria motivo de enorme repercussão alguns anos mais tarde.

Em 2011, grandes veículos de comunicação demonstraram interesse na realização de reportagens sobre a Rua Gonçalo de Carvalho. Em tese, esse interesse pode ter sido derivado a partir da constatação de que, ao utilizar como

---

<sup>66</sup> Disponível em <<http://amicsarbres.blogspot.com/2008/03/el-carrer-del-tunel-verd.html>> . Acesso em 9 de dezembro de 2011.

<sup>67</sup> Disponível em <<http://sombra-verde.blogspot.com/2008/03/rua-mais-bonita-do-mundo.html>> . Acesso em 9 de dezembro de 2011.

elemento de pesquisa o termo “rua mais bonita do mundo” no Google, principal portal de buscas no mundo (com utilização superior a 91% dos usuários, segundo dados do *site* StatCounter em novembro de 2011), a consulta trazia principalmente referências sobre a Rua Gonçalo de Carvalho. Em 3 de agosto de 2011, uma pequena matéria no *blog* ZH Moinhos (de autoria da mesma editoria do caderno citado no parágrafo anterior) destacava a enorme quantidade de acessos ao *blog* Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho, sobretudo da região da Europa oriental (ZH MOINHOS, 2011). Ainda na mesma semana, a RBS TV (rede de televisão pertencente ao mesmo grupo de comunicação da Zero Hora), realizou uma reportagem sobre a referida rua. No final daquele mês, o SBT realizou matéria no local, sendo transmitida dentro do noticiário nacional da emissora. A administração do *blog*, de maneira bastante sagaz, aproveitou a oportunidade para realizar a divulgação desses fatos, realizando novas postagens sobre a realização dessas reportagens.

Em 11 de setembro de 2011, a Rua Gonçalo de Carvalho recebe bastante notoriedade em nível nacional através de uma matéria divulgada no *site* do jornal Folha de São Paulo, um dos principais veículos de comunicação do Brasil, cujo título era “Rua de Porto Alegre ganha fama de ‘mais bonita do mundo’” (BÄCHTOLD, 2011). O texto, de apenas seis parágrafos, retrata brevemente a rua, a origem do apelido (pelo *blog* português “A Sombra Verde”) e a consequências disso.

No mesmo dia, a matéria ganhou grande repercussão, fato potencializado pela sua grande circulação em redes sociais na Internet, como Facebook e Twitter. O impacto foi tão grande que, segundo o próprio mecanismo de divulgação das matérias mais importantes do dia, disponível no próprio portal “Folha.com”, a notícia foi a terceira colocada no quesito “mais lidas” e a primeira nos quesitos “mais comentadas” (com 177 comentários) e “mais enviadas”. Nessa esteira, o jornal Zero Hora também destacou a fama internacional da rua conseguida através de vários *blogs* de outros países, onde também houve ênfase na mobilização dos moradores pela preservação da via (MELO, 2011).

Essa divulgação da “fama” da Gonçalo de Carvalho teve um impacto extremamente positivo para a rua e para o próprio grupo, pois tornou notável, em nível nacional, as suas peculiaridades e a mobilização de moradores pela



preservação do local, o que demonstra a importância da utilização da Internet e, principalmente, o êxito das ações do grupo, desde a desistência da Fundação Pablo Komlós pela construção do complexo da OSPA e do edifício-garagem e a declaração da rua como “Patrimônio Cultural, Histórico e Ecológico de Porto Alegre” até o recente reconhecimento nacional e internacional da rua. Uma das principais dificuldades do grupo no início de suas atividades, a falta de apoio local, certamente foi mitigada com o amplo destaque que a rua teve em 2011, maior inclusive que no período entre 2005 e 2006. Atualmente, pode-se dizer que a Gonçalo de Carvalho é uma via conhecida por boa parte dos porto-alegrenses. Talvez nem tanto por toda a história do grupo que se uniu pela sua preservação (fato que é muito destacado no *blog* e na entrevista que coletamos com um representante), mas pelo menos pela sua estética e a particularidade do “túnel verde”, fato que tem atraído maior atenção de moradores e turistas (BÄCHTOLD, 2011).

## **5.2. Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU-RS)**

O segundo caso analisado referente à utilização das TICs para o ativismo em Porto Alegre será o do Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU-RS). Embora tenha abrangência estadual, grande parte das ações deste grupo está focalizada em Porto Alegre e na sua região metropolitana. A articulação através da Internet tem chamado a atenção sob o ponto de vista da divulgação das ações, de denúncias e do trabalho em conjunto com outras instituições.

Antes de iniciar uma análise sobre o FERU-RS em si, deve-se realizar antes uma explanação sobre o contexto nacional acerca dos fóruns de reforma urbana. Mais especificamente, remete-se à construção do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). O FNRU foi criado em 1987, atuando na luta por políticas que garantam o acesso à cidade, através de direitos básicos como moradia de qualidade, água e saneamento e transporte acessível e eficiente (FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA, 2012). Ao longo da sua atuação, o FNRU tem se caracterizado por congrega diversos tipos de organizações, como movimentos populares, ONGs, instituições de pesquisa e associações de

classe, objetivando construir uma mobilização para transformar as desigualdades existentes na cidade.

A organização é pautada por três princípios. O primeiro deles, e mais elementar, é o “**direito à cidade**”. Isso se traduz através do acesso a diversos serviços e equipamentos urbanos, como moradia, saneamento, alimentação, saúde, educação, trabalho, entre outros. O segundo princípio consiste na “**gestão democrática das cidades**”, que significa o anseio de uma efetiva participação popular na definição dos rumos das cidades. O terceiro princípio acaba sendo resultado da união dos dois primeiros: “**função social da cidade e da propriedade**”, ou seja, uma priorização dos interesses coletivos dentro do espaço urbano. Na página do FNRU, são destacadas algumas ações:

Em todos esses anos, estimulamos a participação social em conselhos, organizamos cursos de capacitação de lideranças sociais, discutimos a elaboração de planos diretores democráticos para as cidades. Uma de nossas maiores conquistas é o Estatuto da Cidade, uma lei que ficou parada 12 anos no Congresso e foi aprovada devido à pressão popular (FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA, 2012).

O surgimento do Fórum Estadual está intimamente ligado à criação da instituição em âmbito nacional. Também em 1987, foi criado o FERU-RS, surgido, segundo Araújo (2011, p. 24), a partir da “(...) aglutinação de diversos setores populares e políticos interessados na constituição de um campo comum para a conjuntura constituinte”. O contexto da criação de um Fórum Estadual de Reforma Urbana coincide com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a partir de 1989. Nesse período, algumas ações da prefeitura municipal passam a ganhar destaque sob o ponto de vista da participação dos cidadãos (sobretudo através do Orçamento Participativo) e de uma maior interligação entre poder público e movimentos populares, período em que muitos representantes ligados ao FERU-RS passaram a ter uma vinculação institucional com o poder público municipal (ARAÚJO, 2011).

Após um longo período inativo, a ONG Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos<sup>68</sup> propõe, durante um seminário realizado no Fórum Social

---

<sup>68</sup> A ONG Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos foi criada em 1988, em Porto Alegre / RS. Os princípios da organização são o direito à cidadania e a autonomia dos movimentos populares. Os eixos estruturais de trabalho giram em torno dos seguintes temas: Formação para a cidadania, conhecimentos de gestão pública, análise de políticas sociais, pesquisa e socialização

Mundial em janeiro de 2010, a recriação do Fórum Estadual da Reforma Urbana. Na ocasião, priorizou-se inicialmente a articulação de movimentos sociais localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre, processo que ainda está em andamento. A proposta contou com o apoio de 47 pessoas, e a ONG Cidade tomou a responsabilidade de promover uma reunião preparatória com algumas organizações a fim de efetivar o retorno do FERU-RS (DE OLHO NO ORÇAMENTO, 2010).

O contexto de reativação do FERU-RS coincide com um período de profusão de projetos de intervenção urbana que podem ocasionar substanciais transformações em Porto Alegre, sobretudo devido à vinculação com a Copa do Mundo FIFA 2014. Este megaevento esportivo deve promover uma enorme quantidade de ações em âmbito federal, estadual e municipal principalmente nas cidades-sede dessa competição esportiva, sendo que Porto Alegre é uma delas<sup>69</sup>. Diversas grandes obras e empreendimentos já estão em andamento na cidade, ao passo que nem sempre os direitos das populações diretamente afetadas por essas obras são levados em conta no momento da execução destes projetos. A discussão desse tema e de muitos outros pertinentes ao espaço urbano fazem parte do escopo de ações do FERU-RS.

Outra situação importante para a reativação do FERU-RS é o fato de que alguns movimentos populares que compõem o FNRU têm atuação no Rio Grande do Sul. No que tange a esses grupos, o Fórum Nacional é composto pela Central dos Movimentos Populares (CMP), pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Entre eles, apenas o último não está organizado no Rio Grande do Sul. Somando-se a isso, a ideia de recriação do fórum encontrou amparo a partir de um questionamento, por parte dos grupos que propuseram essa reativação, acerca dos rumos do Orçamento Participativo nas últimas gestões municipais, interpretando que houve mudanças na repercussão que o OP tinha para a cidade.

---

de informações para participantes em espaços públicos e de organização comunitária, bem como para as comunidades em geral (CIDADE - CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS, 2012)

<sup>69</sup> As 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, que será realizada no Brasil, são: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Formalmente, o Orçamento Participativo garante que a população possa decidir, de forma direta, a aplicação de recursos municipais em serviços e obras que serão executados pelo poder público. Na prática, porém, pode-se questionar o quanto essa iniciativa repercute positivamente perante as populações mais carentes e que potencialmente são mais vulneráveis sob o ponto de vista do acesso a serviços urbanos básicos. Essa situação também vem ao encontro do questionamento referente ao direito à cidade e à efetiva gestão democrática da cidade, objetivos centrais do Fórum Nacional da Reforma Urbana, conforme foi destacado anteriormente.

Os objetivos do FERU-RS são os seguintes:

- Avaliar as políticas governamentais de grande impacto urbano, tais como o PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida.
- Acompanhar os projetos relacionados à COPA 2014 e os impactos em relação ao direito à cidade das comunidades atingidas.
- Fortalecer as comunidades atingidas por projetos que implicam em remoções, desapropriações, reassentamentos para locais distantes de sua história e cultura, especialmente os relacionados aos impactos da COPA 2014.
- Incentivar a implementação de Planos Diretores baseados na participação popular e na democratização do espaço urbano.
- Reivindicar a aprovação do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.
- Articular as lutas pelo direito à cidade das comunidades e movimentos do RS.
- Proporcionar espaços de debates e definições de estratégias comuns de luta.
- Atuar para que o direito à cidade, a função social da propriedade saiam do papel, sendo efetivados nas práticas governamentais e de iniciativa privada.
- Ser um espaço aberto e voltado para o debate e para a construção de ações com as comunidades (FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA DO RIO GRANDE DO SUL, 2012a).

Atualmente, as ações do FERU-RS concentram-se principalmente em Porto Alegre e Região Metropolitana (neste trabalho, nosso enfoque se dá nos impactos das ações em nível municipal), mas existe a intenção de ampliar as discussões em âmbito estadual, inclusive através da descentralização de reuniões. Além disso, a criação de um fórum regional também está sendo levada em conta para um futuro próximo, pois existem organizações regionais no norte, nordeste e sudeste.

Dentro do FERU-RS, a ONG Cidade tem atuado no sentido da realização de reuniões (a instituição possui uma sede com a estrutura necessária para isso) e na administração do *blog* na Internet. Não realiza, portanto, uma função de coordenação, já que são diversas as instituições que atuam no FERU-RS. As demais instituições que compõem o fórum estão expostas no quadro a seguir (Quadro 7). Note-se a grande pluralidade de instituições de diferentes campos de atuação.

Organização	Tipo
ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos	Organização não-governamental
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre	Associação profissional
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Nacional	Associação profissional
AMOVITA - Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu	Associação de moradores
CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional	Organização não-governamental
CDES - Centro de Direitos Econômicos e Sociais	Organização não-governamental
CIDADE-Centro de Assessoria e Estudos Urbanos	Organização não-governamental
CMP - Central dos Movimentos Populares	Confederação/federação
Comitê Popular Copa 2014	Organização popular
CONAM - Confederação Nacional de Associação de Moradores	Confederação/federação
FEGAM-RS - Federação Gaúcha de Associações de Moradores	Confederação/federação
Fórum de Justiça e Segurança Região Noroeste	Fórum de discussão
Fórum Nacional de Reforma Urbana	Fórum de discussão
IdhEs - Instituto de Direitos Humanos	Organização não-governamental
IPES - Instituto de Planejamento e Estudos Socioambientais	Organização não-governamental
MNLM-RS Movimento Nacional de Luta pela Moradia	Organização popular
Observatório das Metrôpoles - Núcleo Porto Alegre	Grupo de pesquisa
O Morro é Nosso - Movimento em defesa do Morro Santa Teresa	Organização popular
Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo	Ponto de cultura
Rede Planos Diretores Participativos	Grupo de pesquisa
SAJU/UFRGS - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária	Entidade acadêmica
SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS.	Associação profissional

**Quadro 6 - Instituições atuantes no FERU-RS.**

**Fonte: FERU-RS. Organização: o autor.**

Além dos grupos atuantes, há também os apoiadores do FERU-RS, denominados *blog* como participantes “nas lutas” (FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA DO RIO GRANDE DO SUL, 2012b). Ou seja, eles não participam ativamente do Fórum, mas endossam seus objetivos e lutas. Entre elas, há alguns mais conhecidos, inclusive em nível nacional, como o Movimento

dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), passando por comitês populares da Copa do Mundo (de Belo Horizonte, Fortaleza e Rio de Janeiro), associações de moradores, institutos e grupos de pesquisa, grupos ambientalistas, *blogs*, entre outros<sup>70</sup>.

Em relação aos *blogs* apoiadores, há a famosa página<sup>71</sup> de Raquel Rolnik (urbanista, professora da Universidade de São Paulo e relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada); o “Porto Alegre Resiste”<sup>72</sup> (trata de assuntos referentes a Porto Alegre, sobretudo sob o ponto de vista da preservação do meio ambiente e dos impactos de grandes empreendimentos) e o “Hidroviás Interiores”<sup>73</sup> (trata de hidroviás no Rio Grande do Sul). Essa associação entre *blogs* é uma prática muito comum na Internet, e isso não seria diferente entre aqueles que tratam sobre a temática urbana. Normalmente, essa relação é basicamente estabelecida por um sistema de parceria (quando os *blogs* se associam mutuamente visando principalmente uma maior divulgação) ou através de uma proximidade ideológica ou de concordância do ponto de vista. No caso do blog do FERU-RS, essa relação parece ser ocorrida a partir da segunda situação, além de representar um apoio formal à luta do grupo.

Dentro dessas funções exercidas pela ONG Cidade, encontra-se justamente a administração do *blog* do Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul. As primeiras postagens ocorreram em 5 de agosto de 2010, o que significa que a história do *blog* é relativamente recente quando comparado, por exemplo, com o caso dos Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho

Embora a administração do *blog* esteja sob responsabilidade da ONG Cidade, essa não é uma tarefa a ser executada exclusivamente pela organização no futuro, pois o trabalho pode ser passado para qualquer outro integrante que participe do FERU-RS, desde que a alteração seja definida em reunião. Isso demonstra um caráter descentralizado de organização das ferramentas de comunicação do FERU-RS, ao mesmo tempo em que garante outras instituições também possam participar dessa construção. Dentro da nossa pesquisa,

---

<sup>70</sup> A lista de todos os apoiadores “nas lutas” pode ser acessada no seguinte endereço: <<http://reformaurbanars.blogspot.com/p/nas-lutas.html>> . Acesso em 21 de janeiro de 2012.

<sup>71</sup> Disponível em <[raquelrolnik.wordpress.com](http://raquelrolnik.wordpress.com)> . Acesso em 21 de janeiro de 2012.

<sup>72</sup> Disponível em <[poavive.wordpress.com](http://poavive.wordpress.com)> . Acesso em 21 de janeiro de 2012

<sup>73</sup> Disponível em <[hidroviasinteriores.blogspot.com](http://hidroviasinteriores.blogspot.com)> . Acesso em 21 de janeiro de 2012

conversamos com o membro integrante do FERU-RS que é responsável pela manutenção do *blog* da organização. A partir disso, foi possível compreender o funcionamento e a importância dessa ferramenta para o Fórum (Figura 22).



**Figura 22 - Reprodução da página inicial do Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul**  
Disponível em <<http://reformaurbanars.blogspot.com.br/>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2012.

A escolha dos temas publicados no *blog* respeita uma metodologia para evitar que apenas o ponto de vista do responsável pela administração da página seja explicitado. Assim, procede-se à consulta às diversas organizações que participam ou apoiam o FERU-RS. A “navegação” por essas fontes serve de subsídio para as informações divulgadas. Ou seja, a dinâmica do *blog* também depende da dinâmica (em termos de Internet) dessas organizações. Fato que comprova isso é a menor frequência de postagens durante o período de fim-de-ano ou de férias de verão. Eventualmente, porém, algumas postagens não seguem essa metodologia, como no caso de documentos oficiais de possível interesse para os movimentos populares, comunidades atingidas e demais envolvidos.

Sobre a importância do *blog* para a divulgação de ações, o representante do FERU-RS relata uma lembrança que destaca três pontos importantes:

Ela é importante porque ela chama... o blog do FERU tem um vínculo... se você olhar, por exemplo, o RS Urgente<sup>74</sup>, outros blogs que aparecem nas sugestões de blogs, de leituras. Então ele tem essa **divulgação mais geral, mesmo que o público final não esteja ligado a movimentos sociais, movimentos populares**. E ele também tem essa leitura por quem está ligado diretamente a movimentos populares. Por exemplo, sobre os “grandes eventos” [esportivos]. Aconteceu em 3 e 4 de outubro de 2011, uma grande mobilização nacional promovida pelo FNRB. No dia 3, aconteceu nos estados e, no dia 4, aconteceu em Brasília. Então no dia 3, vieram pessoas de movimentos de várias cidades do interior do Rio Grande do Sul, foi uma mobilização grande, e que essa **divulgação pelo blog foi importante porque pessoas de outros estados tiveram acesso pra saber como tinha acontecido**. Tinha um banco de fotos também. Isso o blog pode divulgar outros espaços, principalmente Facebook e Twitter. Então tem essas outras ferramentas. Ou seja, as pessoas que não estavam ligadas diretamente ao movimento e que sabiam dessa organização, **também puderam se agregar a essa mobilização por conta dessa divulgação** (Representante do FERU-RS em entrevista ao autor, janeiro de 2012, grifo nosso).

Nessa breve explanação, pode-se perceber a importância que esse tipo de ferramenta possui para as ações do FERU-RS. E, de maneira geral, essa situação é comum a diversos movimentos sociais e grupos ativistas que têm utilizado a Internet para ampliar a sua esfera de ação. Os três pontos destacados na fala do representante resumem algumas das vantagens proporcionadas pela Internet para o ativismo. A primeira delas é a já mencionada associação, que permite não apenas a divulgação, mas também representa um alinhamento com aquelas páginas relacionadas. Em segundo lugar, a potencial amplitude das ações a partir do *blog*, o que permitiu, neste caso, que pessoas, inclusive de outros estados, pudessem acompanhar as ações da mobilização citada. Por fim, intimamente ligada às outras duas, a maior facilidade de divulgação, que permite que mais interessados possam apoiar uma determinada causa.

Outra vantagem é a potencial aproximação entre diferentes comunidades na cidade. Através dos *blogs* das associações de moradores<sup>75</sup> ou de grupos

---

<sup>74</sup> Nota do autor: RS Urgente é um *blog* de autoria do jornalista Marco Weissheimer. Conhecido por ter um ponto de vista bastante crítico e contestador, as postagens normalmente tratam de temas relativos à política, economia e cultura. Está disponível no endereço <<http://rsurgente.opsblog.org/>> Acesso em 23 de janeiro de 2012.

<sup>75</sup> Entre as associações de moradores localizadas em Porto Alegre, destacamos algumas que possuem *blogs* ou páginas na Internet: ACMCB (Associação Comunitária dos Moradores da Cidade Baixa - <http://ong.portoweb.com.br/cidadebaixa/>) AMA (Associação de Moradores da



populares locais, pode-se tomar conhecimento das diferentes realidades, bem como reivindicações, denúncias, informações e projetos. Ao mesmo tempo, esses *blogs* representam um registro da história dessas comunidades, demarcando situações que foram relevantes ao longo do tempo. É isso o que destaca o representante do FERU-RS:

E os blogs ajudam a aproximar. Por exemplo, quem está lá na Restinga sabe o que está acontecendo na Mário Quintana, na Lomba do Pinheiro, enfim, em outras regiões da cidade. Então isso é um fator importante. Quando a gente coloca uma determinada informação, a gente vai selecionar a informação, vai colocar uma leitura da realidade, vai classificar, enfim. Da mesma forma, quem coloca a informação ali, coloca o que é o ponto de vista que, naquele momento, é importante pra ele, quais reivindicações, quais questionamentos e qual tipo de denúncia ele vai estar fazendo naquele momento. Depois isso pode mudar. Inclusive a postura em relação ao que escreveu antes (Representante do FERU-RS em entrevista ao autor, janeiro de 2012).

O escopo temático do *blog* do FERU-RS possui, como eixo norteador, a reforma urbana e problemas relativos ao espaço urbano, sobretudo de Porto Alegre, embora a organização não seja circunscrita territorialmente apenas à capital gaúcha. Entre agosto de 2010 e janeiro de 2012, diversos temas têm sido abordados. Alguns, contudo, apresentam, maior frequência. Ao longo desses 17 meses, através da análise das postagens e também dos marcadores (*tags*)<sup>76</sup> colocados em cada nova publicação (ou postagem), é possível reconhecer quais assuntos estiveram em pauta, a temporalidade dos mesmos e como a Internet foi utilizada. Algumas dessas marcações receberam maior destaque no *blog* ao

---

Auxiliadora - <http://amainforma.blogspot.com/> ); AMABI (Associação de Moradores e Amigos do Bairro Independência - <http://amabindependencia.blogspot.com/>); AMOVITA (Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu - <http://amovitapoa.blogspot.com/>): Associação de Moradores Vila Tronco Postão (<http://www.troncopostao.blogspot.com/>). Além destas, há diversos movimentos e organizações de bairro, como Blog Vila Assunção (<http://www.vilaassuncao.blogspot.com/>); CECAVIC (Centro Esportivo, Cultural e Assistencial da Vila do Campinho - <http://www.cecavic.blogspot.com/>); Conselho Popular da Lomba do Pinheiro (<http://cplombadopinheiro.blogspot.com/>); Menino Deus Vive (<http://meninodeusvive.blogspot.com/>) Moinhos Vive (<http://moinhosvive.blogspot.com/>). Além disso, a União das Associações de Moradores de Porto Alegre/RS também utiliza um *blog* (<http://umauampadetodos.blogspot.com/>) como ferramenta de comunicação. Todos os endereços foram acessados em 24 de janeiro de 2012.

<sup>76</sup> As *tags*, também conhecidas como “marcadores” ou “etiquetas” são palavras associadas a uma informação como uma espécie de palavra-chave, permitindo a classificação de um determinado tema. As *tags* também facilitam a identificação de um determinado tema pelos mecanismos de busca na *web*, como Google, Altavista e Bing.

longo desse período. Entre elas, foram escolhidos alguns casos para um maior aprofundamento de seus respectivos contextos e a sua repercussão no *blog* do FERU-RS.

- **Remoção de moradores na Avenida Tronco**

Entre o conjunto de obras previstas decorrentes da realização da Copa do Mundo em Porto Alegre, uma das principais consiste na duplicação da Avenida Tronco, localizada na Zona Sul da capital. Essa obra faz parte do projeto de alteração da malha viária das proximidades do Estádio Beira-Rio, local que será sede dos jogos durante o evento. Segundo a Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (SECOPA), cerca de 1500 famílias seriam removidas do local para a realização do empreendimento (SECOPA, 2012).

O *blog* do FERU-RS tem garantido destaque ao caso desde fevereiro de 2011, quando foi realizada a primeira publicação com referência ao tema, no qual é anunciada uma assembleia para os moradores dos bairros Cristal e Cruzeiro, com o objetivo de debater as remoções previstas pela obra. Até janeiro de 2012, mais sete publicações foram relacionadas ao tema. Entre elas, há textos de pesquisadores, matérias da prefeitura, divulgação de mobilizações e exposição de recortes de jornais. Nessas publicações, destaca-se a defesa das propostas e as reivindicações desses moradores em função do processo de transferência, de modo que seja garantido o “direito à cidade” dos mesmos.

- **Comitês Populares da Copa 2014**

Os comitês populares da Copa 2014 são organizações formadas por ONGs, movimentos sociais, instituições acadêmicas e pessoas diretamente afetadas por obras ligadas à Copa. No Brasil, existem comitês em diversas cidades (como Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo). Em suma, esses comitês mobilizam-se por uma gestão mais democrática perante os moradores atingidos, bem como a discussão sobre o legado desse grande evento para as respectivas cidades.

Em seu *blog*, o FERU-RS concentra as postagens sobretudo com enfoque em Porto Alegre, embora tenham ocorrido menções a criação de comitês em outras cidades, bem como publicações de caráter mais geral a respeito da

realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. Voltando a Porto Alegre, as postagens se concentram na divulgação de informativos, eventos e reuniões.

- **Morro Santa Tereza**

As postagens relativas a esse tema são derivadas sobretudo da atuação do Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa. Esse grupo, inclusive, faz parte das instituições que atuam no FERU-RS. Entre seus objetivos, a regularização fundiária e urbanística das comunidades residentes no morro, a reestruturação da Fundação de Assistência Sócio Educativa (FASE) e a preservação do patrimônio ambiental e histórico-cultural da área remanescente como um parque público (MOVIMENTO EM DEFESA DO MORRO SANTA TERESA, 2010). Essa reivindicação se justificava em função de uma significativa quantidade de famílias residentes em uma área pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul e que estava ameaçada de remoção devido a um projeto de lei do executivo estadual.

Desde a sua fundação, as ações do grupo têm sido divulgadas no *blog*, inclusive a formalização da sua carta de intenções, em setembro de 2010. Assim como nos outros casos, foram divulgadas reuniões e mobilizações, até que, em maio de 2011, foi assinado um decreto que assegurava a área para integrar programas de regularização fundiária, beneficiando os moradores da área (RIO GRANDE DO SUL, Decreto Nº48.029/2011).

- **Vila Chocolatão**

A Vila Chocolatão era uma favela localizada no centro de Porto Alegre, próxima a um complexo de prédios governamentais. A ocupação ocorreu em meados da década de 1980 e persistiu até maio de 2011, quando cerca de 200 famílias foram removidas do local.

A maior parte das fontes de publicações é oriunda de instituições que acompanharam o processo de transferência dos moradores (e que também são participantes ou apoiadores do FERU-RS). Nessas publicações, ocorreram denúncias e manifestações no sentido de garantir os direitos dos moradores dessa localidade, sobretudo porque o local que deve receber esses moradores, no Bairro Mário Quintana, não teria as condições ideais para abrigar tamanha

quantidade de pessoas em termos de número de residências, equipamentos públicos e inclusão social das famílias.

Outros temas também foram bastante abordados. Através dos marcadores, pôde-se observar uma maior concentração principalmente sobre “direito à moradia”, “habitação” e “mobilização”, temáticas amplamente abordadas pelo FERU-RS. Conjuntamente ao *blog*, outra ferramenta de comunicação utilizada é o *e-mail*. Através dele, mensagens com os destaques e as publicações mais recentes são enviadas regularmente aos mais de 1000 assinantes.

## 6. PARA FINS DE CONCLUSÃO: UMA COMPREENSÃO SOBRE A CIDADE DIGITAL DE PORTO ALEGRE

Com base nos dados e informações levantados, bem como nas análises realizadas, pôde-se verificar de que modo as Tecnologias de Informação e Comunicação têm sido utilizadas por Estado e grupos (ciber) ativistas em Porto Alegre. O último capítulo visa compreender as características de uma “cidade digital” advinda da compreensão de que o espaço urbano vem sendo produzido e transformado com o auxílio dessas tecnologias.

Em primeiro lugar, faz-se importante destacar que, embora realize uma análise de diferentes atores dentro da conformação de uma “cidade digital” em Porto Alegre, este trabalho apresenta uma visão parcial da realidade de estudo; ou seja, a relação entre TICs e espaço urbano. Assim como foi analisada a ação da Prefeitura de Porto Alegre através do portal na Internet e das políticas públicas de inclusão digital, diversos outros temas também poderiam ter sido trabalhados, como o estabelecimento de infraestruturas digitais (com destaque para a PROCEMPA, por exemplo) ou a espacialidade de pontos de Internet livre na cidade<sup>77</sup>. Sob o ponto de vista da sociedade em si, o espectro de estudos poderia ser ainda mais extenso, sendo inclusive difícil enumerar essa grande gama de temáticas. Diversas são as possibilidades de estudo sob o prisma da relação entre sociedade, Internet e espaço urbano, desde a associação entre lugares “reais” e ambientes “virtuais” (através de fóruns e comunidades virtuais) até a construção de plataformas colaborativas para transformação da cidade (como é o caso do PortoAlegre.cc, que foi brevemente apresentado no capítulo 4). Ou seja, este trabalho demonstra uma realidade parcial deste tema na área de estudo. Milton Santos (1985) já lembrava que o espaço deve ser observado sob uma condição de totalidade, sendo possível analisá-lo em partes (de acordo com um

---

<sup>77</sup> Essa rede é mantida pela PROCEMPA, e está instalada permanentemente desde 2006 em diversos pontos da cidade (como em parques, monumentos, centros de cultura, entre outros). Para acessar o sistema, é necessário que o usuário possua um equipamento com dispositivo *wireless*. Além dos locais permanentes, a rede pública também é oferecida em grandes eventos que ocorrem na cidade, como na Bienal do Mercosul e no carnaval.

ou mais critérios estabelecidos pelo pesquisador) para depois reconstituí-lo. O espaço, que é um complexo sistema de estruturas, acaba se transformando na medida em que as suas estruturas também se transformam. Ou seja, a transformação particular em cada estrutura acaba impactando na mudança da totalidade.

Dessa maneira, emerge a seguinte questão: como Porto Alegre tem sido transformada pelas TICs? Dentro da proposta desenvolvida neste trabalho, a análise é realizada sob o prisma dos atores anteriormente mencionados. Portanto, é a partir dessas impressões colhidas e analisadas em que nossas conclusões são baseadas.

A concepção de uma “cidade digital” de Porto Alegre passa pela atuação desses diversos atores com o auxílio das TICs sobre o espaço urbano. Dentro desse entendimento, não existe uma segmentação entre a “cidade digital” do poder municipal (que poderia ser confundida apenas com as iniciativas estatais) e a “cidade digital” dos moradores (facilmente confundida, *grosso modo*, com a constituição de uma comunidade virtual baseada na cidade, por exemplo). A cidade digital é, na verdade, um esforço de interpretação para a relação entre TICs e espaço urbano, sob os mais variados aspectos. Como já foi colocado anteriormente, com base em um trabalho de Rolnik (1995), esse contexto é de sobremaneira derivado das mudanças nas relações entre espaço e tempo na cidade contemporânea, projetando-se no ciberespaço.

### **6.1. Gestão democrática da cidade e Internet**

Porto Alegre se notabilizou, sobretudo a partir da década de 90, como uma cidade em que se desenvolvia a democracia participativa através de uma iniciativa pioneira: o Orçamento Participativo. Este sistema promove a participação da população no trâmite das discussões e definições do orçamento público. O projeto, que se iniciou na própria cidade, tornou-se referência mundial no tocante à participação da população na gestão pública e, como lembra Teixeira (2003) traz uma gestão democrática capaz de garantir a participação social e de assegurar um maior acesso da população a equipamentos, serviços urbanos e melhores condições de vida.

Dentro desse contexto, em diversas outras cidades, as ferramentas digitais têm sido utilizadas por governos com o intuito de aprimorar essa relação, sem substituir as ferramentas tradicionais (como assembleias e reuniões). Ou seja, as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias potencializam ações desse tipo, como no caso já mencionado da Prefeitura de Belo Horizonte.

Porto Alegre, porém, não tem se valido de toda a experiência pioneira do Orçamento Participativo para implementar esse ferramental dentro do programa de participação popular do município. Embora tenhamos destacado ações da prefeitura no capítulo 4, o OP passa à margem desse processo. Talvez por falta de iniciativa da Prefeitura ou por pouca visualização do potencial dessas possibilidades. Na prática, não há uma iniciativa concreta de adoção desses mecanismos.

Sob uma perspectiva mais simples, os meios digitais podem ser utilizados para expandir a população atingida, como ocorrem nas votações de obras e projetos para o orçamento. Ao mesmo tempo, essa inserção pode ser aprofundada, atuando sinergicamente com assembleias regionais (realizadas nas comunidades de acordo com a regionalização do OP), sob o ponto de vista de divulgação de informações, constituição de fóruns virtuais para a participação da população, prestação de contas, etc. O que se observa atualmente é que o portal do OP de Porto Alegre, embora tenha uma quantidade extensa de informações, não explora as possibilidades que a Internet proporciona em termos participativos, tal como alguns bons exemplos dessa prática observados ao longo deste trabalho, como o projeto “Ágora Virtual”, no município de Canoas (RS), ou o Gabinete Digital do Governador do Rio Grande do Sul (vistos no 3º capítulo).

Os benefícios de um aprofundamento da adoção das novas tecnologias por parte do Orçamento Participativo da cidade são extremamente variados: além da maior capacidade de propagação das discussões e deliberações, permite que pessoas impossibilitadas da participação presencial possam ficar a par dos acontecimentos (como no caso de assembleias transmitidas pela Internet), ao mesmo tempo em que potencializa a inter-relação entre as diversas regiões do OP. O fortalecimento desses canais de participação significa um importante incremento em busca de uma efetiva gestão democrática da cidade, que “dê voz”

aos desejos da população e que permita o acompanhamento de intervenções que causem grandes impactos na cidade.

Analisando os instrumentos mencionados pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (2010) como fundamentais para “(...) o respeito da gestão democrática”, vê-se que a Internet pode ser um elemento facilitador para a grande maioria deles.

A gestão democrática das cidades é respeitada quando se garante a participação ativa e propositiva dos vários segmentos da comunidade na execução dos seguintes instrumentos:

- I- órgãos colegiados, no mínimo paritários e deliberativos de política urbana;
- II - promoção de audiências públicas, debates e consultas públicas com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos, capazes de informar a população e receber propostas justificando a não inclusão das que não são cabíveis tecnicamente;
- III- conferências sobre assuntos de interesse urbano;
- IV- iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- V - publicidade quanto aos documentos e informações produzidos nos projetos, planos e programas urbanísticos;
- VI -o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações referentes ao plano, programa ou projeto de interesse urbanístico.
- VII – Estudo de impacto de vizinhança (FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2010).

Entre eles, pelo menos quatro podem ser seguramente contemplados com o advento das TICs. O item II, referente às audiências públicas pode ser remetido à já mencionada transmissão de assembleias e para participação *online*, assim como o próprio item III. O item IV, que trata da iniciativa popular para projetos e programas de desenvolvimento urbano, pode ser contemplado por sistemas de fóruns formais que permita sugestões de cidadãos e comunidades através da Internet. Os itens V e VI são aqueles que melhor têm sido adotados pelas administrações no que tange à transparência e à publicidade da gestão pública; reforça-se, através dessa ideia, o caráter de divulgação e pleno acesso a informações e documentos de ações de interesse urbanístico.

Obviamente, essas proposições e inquietações expostas ao longo do presente tópico apresentam um caráter ainda pouco concreto em relação ao atual cenário da utilização das TICs pela sociedade e da adoção delas pelo poder



público. Primeiramente, porque a quantidade de pessoas que não possuem acesso a essas tecnologias ainda é muito relevante, o que significa dizer que, ao promover uma maior promoção dessas ferramentas para a participação popular, deixa-se ao mesmo tempo uma grande quantidade de pessoas que estão à margem do processo de inclusão digital. Em segundo lugar, porque entre aqueles que possuem acesso regular à Internet (seja em sua própria residência, no trabalho ou em centros públicos), de maneira geral, não existe uma “cultura” enraizada para o uso da Internet para serviços de governo e de participação popular.

Diante desses fatos, portanto, percebe-se que existe um grande hiato entre o plano ideal e a realidade encontrada. Acreditamos que a consolidação de políticas públicas que promovam a redução da exclusão digital, bem como a educação para o uso das tecnologias, sejam fundamentais para que se efetive um cenário de maior integração entre TICs, sociedade e governo, provocando a transformação do espaço urbano. A existência de um programa consolidado de inclusão digital através de telecentros pode ser um bom caminho para essa situação, que, afinal, constitui o que chamamos de “cidade digital”.

## **6.2. Educação e inclusão digital**

Os avanços relativos ao crescimento da população com acesso à Internet foram significativos nos últimos anos e demonstram uma alteração expressiva no cenário da inserção da população no ciberespaço. As TICs, atualmente, estão incorporadas ao cotidiano de uma quantidade cada vez maior de pessoas. Mesmo assim, no Brasil, uma grande parte da população jamais teve contato com um computador. No caso de Porto Alegre, embora com índices possivelmente um pouco melhores (já que não há dados específicos, no momento, quanto à penetração do uso de computadores e da Internet em escala municipal), a exclusão digital existe. O Estado, na figura do poder público municipal e dentro das suas atribuições de provimento de serviços, educação e políticas assistenciais, continua tendo uma tarefa importante sob o ponto de vista do fomento às iniciativas que permitam uma maior universalização desses equipamentos. Em termos de política pública, o município apresenta o programa de telecentros que, sem sombra de dúvida, se trata de um importante mecanismo

para a disponibilização de Internet para a população de baixa renda, melhorando os índices de acesso.

Ao mesmo tempo, o estímulo à aquisição de equipamentos também é importante dentro desse cenário. Nesse sentido, a redução de impostos incidentes em computadores e alguns outros equipamentos de informática possibilita a redução de preços e, por consequência, uma maior possibilidade de compra, fato que é comprovado através da evolução positiva do percentual da população com posse de computador ao longo dos últimos anos. Contudo, apenas a redução do preço não cessa o problema, já que os custos para a manutenção da Internet ainda são altamente onerosos para muitas famílias e, em certos locais, a infraestrutura básica para a instalação de Internet ainda inexistente, inclusive em algumas regiões de importantes centros urbanos brasileiros. A diminuição das tarifas (principalmente em termos de banda larga), portanto, representa um importante passo para uma melhoria qualitativa no acesso a novas tecnologias. Sobre isso, o cenário atual demonstra que o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), criado em maio de 2010, propõe-se a oferecer sinal de banda larga a preços mais reduzidos. Contudo, até o momento, o plano ainda não está consolidado, e ainda existem diversas restrições dentro do serviço, como limitação de uso e de *downloads*, velocidade de conexão relativamente baixa, entre outros. Alternativa bastante interessante, dentro dessa perspectiva, é o fornecimento de Internet *wireless* de maneira gratuita aos cidadãos, prática que tem se tornado comum em diversos municípios, o que facilita a distribuição do sinal em função de sua extensão territorial. Em Porto Alegre, existem os já mencionados pontos de sinal gratuito, que se restringem apenas à sua área de abrangência. A ampliação dessa infraestrutura, aumentando a cobertura do sinal gratuito, pode ser um importante passo em direção da universalização do acesso à rede.

Mesmo diante desses fatos, a universalização das TICs através de um cenário de grande inserção dessas tecnologias na sociedade ainda é algo distante, pois existe uma série de fatores que impedem o pleno acesso da população às novas tecnologias, principalmente no tocante à inacessibilidade decorrente da falta de condições financeiras para compra de um computador, ou mesmo por uma questão da formação necessária para o desenvolvimento de

habilidades e competências necessárias para o emprego das TICs. Neste sentido, os telecentros de Porto Alegre apresentam um importante papel sob o ponto de vista da educação digital, em face da realização de cursos e oficinas, inclusive aqueles segmentados para algumas faixas etárias, como os de informática básica para jovens ou para idosos. Apesar disso, deve-se destacar que, em uma boa parte das unidades, os cursos restringem-se apenas à informática básica. Sem sombra de dúvida, estes são importantes principalmente para a formação de pessoas que têm pouco ou nenhum contato com computadores. Ao mesmo tempo, o oferecimento de cursos aprofundados de diversos tipos de *softwares*, como para elaboração de textos, construção de planilhas e gráficos, elaboração de apresentações e organização de banco de dados (o pacote de programas Microsoft Office ou suas versões “livres”, como o OpenOffice ou o BrOffice) consiste em uma nova perspectiva para os usuários interessados. E esses conhecimentos são fundamentais para o uso da informática atualmente. O alcance dos objetivos dos telecentros, assim, deve ocorrer sobretudo com a ampliação de investimentos no programa de inclusão digital do município, principalmente no treinamento de monitores, na melhoria da infra-estrutura física e de equipamentos (*hardware* e *software*) e na expansão de novas unidades de telecentros, principalmente em áreas do município ainda não contempladas.

### **6.3. Ativismo**

Analisando a experiência dos Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho e do Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul, percebemos a importância do emprego das TICs para a ação de ativistas e movimentos sociais. Sem sombra de dúvida, trata-se de uma ferramenta importante para a atuação desses grupos, principalmente sob o ponto de vista da divulgação das ações e do aumento do poder de mobilização.

Principalmente no primeiro caso, a utilização da Internet não foi apenas importante durante toda a etapa de mobilização e luta contra um empreendimento que provocaria possíveis impactos negativos a essa via tão peculiar, mas também permitiu que a rua se tornasse mundialmente conhecida através do termo “a rua mais bonita do mundo”, condição devida não apenas às características naturais da rua, mas, sobretudo, à sagacidade dos administradores do *blog*, que

aproveitaram uma postagem do *blog* português “A Sombra Verde” para divulgar e valorizar a rua através desse adjetivo. O fato é que essa fama ganhou grande projeção nacional e até internacional, sendo alvo de notas e reportagens em jornais e páginas eletrônicas de grande circulação e acesso, como Folha de São Paulo (folha.com) e Globo (globo.com). Em ambos os casos, as respectivas reportagens estiveram entre as mais lidas ou comentadas dos referidos portais. Muito disso se deve às discussões travadas entre os próprios leitores sobre a rua ser ou não a mais bonita do mundo. Polêmicas à parte, até porque não é nossa intenção entrar nesse mérito, a Gonçalo de Carvalho atualmente é uma rua conhecida de grande parte dos porto-alegrenses (mesmo que seja apenas pelo fato de ser muito arborizada), e cada vez mais visitantes (da própria cidade e de outros locais) têm interesse em conhecê-la.

Porto Alegre, nos últimos anos, vem passando por um processo bastante significativo de transformação urbana, marcada por novos empreendimentos imobiliários, construção e reforma de estádios de futebol, ampliação e alteração de ruas, constituição de novos bairros, remoção de famílias, entre muitos outros. Diante disso, é natural que a população (principalmente as minorias atingidas) acabe lutando por seus objetivos (resistência, garantia de direitos básicos, preservação do ambiente natural, etc.), e é nesse contexto que entra a importância da Internet. O estudo empreendido sobre o Fórum Estadual da Reforma Urbana permitiu conhecer uma extensa rede de movimentos sociais, associações de moradores, ONGs, institutos de pesquisa e organizações populares interessadas na construção de um espaço urbano menos desigual, com amplo acesso aos direitos básicos de um cidadão. Em suma, o direito à cidade.

Obviamente, o (ciber)ativismo em Porto Alegre não se resume a esses grupos analisados no trabalho. Diversas são as organizações que têm utilizado o ferramental disponível na Internet para práticas ativistas. Alguns casos acabam ganhando maior destaque, desde grandes ações, como o Movimento em Defesa da Orla do Guaíba (caso Pontal do Estaleiro)<sup>78</sup> até situações mais pontuais, como

---

<sup>78</sup> O Movimento em Defesa da Orla do Guaíba foi criado em 2007 por um grupo de entidades contrário à aprovação de uma lei municipal que autorizaria a construção de prédios residenciais na área do antigo Estaleiro Só, localizada na orla do Lago Guaíba. Segundo a entidade, “o projeto, além de promover profundo impacto ambiental e paisagístico, ainda privatizava uma área de orla, antigamente gravada como Parque” (MOVIMENTO EM DEFESA DA ORLA, 2011). A pressão foi intensa, e a prefeitura acabou organizando uma consulta popular referente à permissão de

uma denúncia em um bairro ou até mesmo a organização e divulgação de algum ato ou protesto.

Dentro do contexto do (ciber)ativismo em Porto Alegre, além dos dois casos analisados, ainda há diversas organizações que não necessariamente possuem enfoque de suas ações em temas relativos diretamente à cidade e ao espaço urbano, mas que tem uma atuação importante em suas áreas, como na proteção aos direitos de animais, defesa de minorias étnicas e de orientação sexual, entre outros. Essa atuação não se dá exclusivamente através de *blogs*, mas também se apóia em redes sociais como o Facebook e o Twitter.

Contudo, não podemos pensar que a Internet e as Tecnologias de Informação e Comunicação vão promover o fim do ativismo como conhecemos hoje, trocando a ação nas ruas pela atuação na *web*. Em nossa pesquisa, os entrevistados consideram que a Internet é uma importante ferramenta para o ativismo, mas não substitui as formas tradicionais. Como afirmou o representante do FERU-RS

Hoje em dia é quase impossível imaginar a sociedade sem essas tecnologias (...). A comunicação é muito rápida e instantânea, e o poder de mobilização, no sentido de ter acesso à possibilidade de mobilização. Agora a prática, ou seja, o real, a conversa e o diálogo são fundamentais. Porque em algum momento nesse espaço concreto, ele vai ter uma repercussão de uma decisão, que pode acontecer sem que você tenha discutido isso. Então, você tem um espaço concreto, um espaço de convívio, o espaço das relações sociais, etc. que as ferramentas não devem substituir. Elas são ferramentas, são instrumentalizadores. Igual à cartografia, à estatística, no ponto de vista da Geografia, que são disciplinas instrumentalizadoras que ajudam a dar um entendimento do que está acontecendo na sociedade. Mesma coisa as ferramentas de comunicação. Então, às vezes acontece que eu estou conectado no Facebook, no Twitter, compondo um espaço, e vou pra uma mobilização na praça; no entanto, não conversei com o meu vizinho sobre um problema do bairro, da rua, da coleta de lixo e tal. É importante que se mantenha esse diálogo. Então é difícil imaginar que essas ferramentas venham substituir. (Representante do FERU-RS em entrevista ao autor, janeiro de 2012).

---

edificações destinadas à atividade residencial na área do Estaleiro Só. A votação foi realizada em 23 de agosto de 2009, e o projeto foi rejeitado por 80,7% dos votantes.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de um longo trabalho de pesquisa de mestrado, algumas considerações acerca da experiência da investigação científica e sobre a realidade de estudo se fazem importantes para a realização de um fechamento do trabalho. Tarefa de um significativo grau de dificuldade, visto que se trata de um período de dois anos de pesquisa.

A temática empreendida nesta dissertação tem crescido de maneira considerável no âmbito das pesquisas acadêmicas em ciências humanas, sobretudo na comunicação, na sociologia e na antropologia. Entretanto, na Geografia, ainda há um *déficit* muito grande em termos de produção científica nessa área, tanto é que ainda não existem livros em língua portuguesa que tratem especificamente do olhar da Geografia sobre a Internet e suas implicações no espaço geográfico. Nesse sentido, são de grande valia as (ainda) poucas monografias, dissertações, teses e artigos de autores brasileiros, em grande parte disponível na própria Internet. Por sinal, essa relação com as fontes bibliográficas na Internet merece uma consideração especial: boa parte das referências utilizadas neste trabalho encontra-se também acessível na *web*, o que facilita a consulta por parte de pesquisadores interessados. Este elemento também representou um facilitador principalmente na busca de dados secundários e informações acerca de diferentes realidades em nível nacional e internacional.

Ainda dentro desse contexto, ao longo desta trajetória de pesquisa, a interdisciplinaridade foi uma exigência para a realização da dissertação. Devido à já mencionada escassez de trabalhos com um enfoque geográfico mais específico sobre ciberespaço e Internet, a necessidade de busca de referências em outros campos do conhecimento foi latente. Portanto, o contato com outras áreas da ciência, principalmente a comunicação e a sociologia (mas também informática, ciência política, psicologia, urbanismo, entre outras), foi constante no decorrer do trabalho, fato que consideramos bastante positivo sob o ponto de vista do intercâmbio de conhecimento entre diferentes disciplinas.

Uma ideia que foi bastante difundida aqui é a de que o “ciberespaço” (eventualmente chamado, para fins de clareza, de “espaço virtual”) não deve ser oposto ao espaço geográfico, ao espaço do cotidiano de sociedade e natureza. Essa é uma associação comumente feita dentro do senso comum, mas que deve

ser refutada sob um ponto de vista analítico e científico. As redes de comunicação que basicamente constituem o ciberespaço afetam e são afetadas por fenômenos e condições que ocorrem no espaço “real” (novamente utilizamos as aspas apenas para fins de distinção, assim como ocorreu durante todo o trabalho). Diante dessas transformações impostas pela Internet no espaço geográfico ao longo das últimas décadas, consideramos que seu impacto na sociedade ocorre das mais variadas e distintas formas, sendo que essas alterações se deram na economia, no relacionamento social, na cultura, no governo, na política, na comunicação entre outros campos, como foi visto em alguns tópicos desta dissertação, sobretudo os três últimos.

O foco voltou-se para a análise da atuação de alguns atores que formam o que chamamos de “cidade digital de Porto Alegre”, que nada mais é do que uma compreensão de cidade e espaço urbano sendo transformados ou afetados pelas TICs. A partir desta análise empreendida, verificou-se que o Estado (na figura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e as práticas ativistas, ao ritmo dessas novas possibilidades decorrentes das novas tecnologias, têm a sua atuação transformada. A Prefeitura de Porto Alegre foi analisada pela sua iniciativa através das políticas públicas (cujo enfoque foi dado ao programa de telecentros) e também pelas ações em termos de governo eletrônico e disponibilização de informações e serviços públicos através de seu portal. Em termos de ativismo, que normalmente recebeu o prefixo “ciber” entre parênteses durante o trabalho – para destacar a crescente utilização do ciberespaço por parte destes grupos, analisamos dois grupos com diferentes enfoques, mas que possuem um eixo comum relativo à preocupação com questões urbanas.

O foco do trabalho, em alguns momentos, pode parecer demasiadamente amplo para uma pesquisa ao nível de mestrado, já que, ao final das contas, certamente cada um desses atores poderia possuir uma dissertação à parte (e, de fato, são temáticas muito relevantes). Contudo, optamos por fazer uma análise menos aprofundada sobre cada um deles justamente para destacar essa noção de que a “cidade digital” é constituída pela ação integrada de diversos atores, não se resumindo apenas a um ou outro, fato que comumente ocorre na associação entre o conceito de “cidade digital” apenas à esfera governamental. Nesse sentido, foi de grande importância o contato com a realidade de estudo *in loco*

através dos trabalhos de campo realizados nos telecentros, mas também às entrevistas realizadas com representantes (ciber)ativistas. Cabe destacar que a Internet também possibilita uma “ampliação” do conceito de trabalho de campo, entendendo este como um procedimento de pesquisa para coleta de dados com os envolvidos na pesquisa, já que o contato com a realidade de estudo (mesmo que não seja “presencial”) pode efetivar-se no momento em que o pesquisador adentra-se pelo ciberespaço. Exemplo clássico disso são os estudos sobre comunidades virtuais. Na presente pesquisa, consideramos que essa “ampliação” do trabalho de campo se deu através da imersão em portais municipais (principalmente o de Porto Alegre) e na consulta a *blogs* e páginas de grupos/movimentos ativistas, tarefa que colocamos dentro dos procedimentos metodológicos como “pesquisa eletrônica”.

Tal como ocorre na Internet em geral, a efemeridade também é uma característica dos estudos sobre Internet. Ou seja, em um curto período, os trabalhos já acabam apresentando algum tipo de obsolescência sobre a conjuntura analisada. E o cenário aqui estudado também poderá estar profundamente alterado dentro de cinco ou dez anos. As projeções demonstram que existe uma tendência de contínua ampliação da população com acesso à Internet, evidenciando que o foco das políticas públicas de inclusão digital poderá ser alterado. Ao mesmo tempo, os serviços governamentais disponíveis poderão ser diferentes, assim como haverá novas práticas ativistas com o apoio das redes informacionais. Assim, dentro de um cenário extremamente dinâmico (tal como o espaço geográfico), os trabalhos apresentam sua representatividade também em termos de registro de um recorte histórico e espacial.

A pesquisa sobre fenômenos relativos à Internet sob uma perspectiva espacial consiste em um importante campo para estudos futuros na Geografia, que é uma ciência que pode ter uma efetiva contribuição para a compreensão dessa problemática. Uma agenda de pesquisa sobre Internet em Geografia é uma tarefa que exige bastante atenção dos pesquisadores interessados em analisar os impactos das redes informacionais no espaço geográfico.



## REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Fernando. Pedra no caminho. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 22 mar. 2006, p. 3.

ARAÚJO, Gabrielle Oliveira de. **Dinâmicas da Ação Coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre**. 2011. 103 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO. **Blog**. Disponível em <[goncalodecarvalho.blogspot.com](http://goncalodecarvalho.blogspot.com)> . Acesso em 8 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Apoiamos o MMM**. 18 jul. 2006. Disponível em: <<http://goncalodecarvalho.blogspot.com/2006/07/apoiamos-o-mmm.html>> . Acesso em 8 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Vencemos Obrigado a todos!** . 12 ago. 2006. Disponível em: <<http://goncalodecarvalho.blogspot.com/2006/08/vencemos-obrigado-todos.html>> . Acesso em 8 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Viva Gasômetro**. 08 mar. 2007. Disponível em: <<http://goncalodecarvalho.blogspot.com/2007/03/viva-gasmetro.html>> . Acesso em 9 de dezembro de 2011.

AVEIRO DIGITAL. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.aveiro-digital.pt/default.asp?func=1>> . Acesso em 21 de julho de 2011.

BÄCHTOLD, Felipe. Rua de Porto Alegre ganha fama de 'mais bonita do mundo'. **FOLHA.com**, 11 set. 2011. Cotidiano. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/973536-rua-de-porto-alegre-ganha-fama-de-mais-bonita-do-mundo.shtml>> . Acesso em 14 de dezembro de 2011.

BENAKOUCHE, Tamara. Redes de comunicação eletrônica e desigualdades regionais. In: GONÇALVES, Maria Laura. **O Novo Brasil Urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. pp. 227-237.

BORNIA JUNIOR, Dardo Lorenzo. **Acesso à internet e capital cultural**: um estudo sobre a relação entre os usos da internet e as trajetórias culturais, escolares e sociais de usuários de telecentros. 2006. 67 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. **Telecentros comunitários e ciberespaço: redes** de interações globais na encruzilhada entre o local e o global. 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)> . Acesso em 15 de novembro de 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A segregação como fundamento da crise urbana. In.: BORZACHIELLO, José. **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 47-56.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. 2006. 259 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Sistemas de Computação) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, Olívia Bandeira de Melo. Os “incluídos digitais” são “incluídos sociais”? Estado, mercado e a inserção dos indivíduos na sociedade da informação. **Liinc em Revista**, v.5, n.1, p. 19-31, mar. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/294/184>>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade em Rede**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. **Sobre o Centro de Mídia Independente.** Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>. Acesso em 2 de agosto de 2011.

CHAPARRO, Jeffer. La segregación digital en contacto. **Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 95, 1 de abril de 2007. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-095.htm>> Acesso em 1º de janeiro de 2011.

CIDADE - CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS. **História do Cidade.** Disponível em: <[www.ongcidade.org/site/php/quem\\_somos/quem\\_somos.php?acao=historia](http://www.ongcidade.org/site/php/quem_somos/quem_somos.php?acao=historia)> Acesso em 18 de janeiro de 2012.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2005.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006. Disponível em <<http://www.cetic.br/tic/2005/indicadores-2005.pdf>>. Acesso em 17 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Usuários 2009.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010. Disponível em <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2009-total-brasil/index.htm>>. Acesso em 7 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Usuários 2010.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011. Disponível em <<http://cetic.br/usuarios/tic/2010/index.htm>>. Acesso em 17 de agosto de 2011.

DE OLHO NO ORÇAMENTO. **ONG Cidade e parceiros organizam Fórum metropolitano de Reforma Urbana.** Ano 13 – nº 28. Porto Alegre, mai. 2010.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. Os sentidos da rede: notas para a discussão. In.: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DRESSLER, Karine Georg. **Portal de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre**: um estudo sobre preservação no meio eletrônico. 2011, 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Diversidade metodológica para a pesquisa de redes tecno-sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007. pp. 585-612.

FALABELLA, Maria Teresita; AGUIRRE, Liliana Susana. **La informatica en la gestión urbana**. s/d. Mimeografado.

FINQUELIEVICH, Susana. Ciudades en el espacio de las redes: Nuevas centralidades y periferias urbanas en la sociedad informacional. **Mundo urbano**, Quilmes, Argentina, v. 2, n. 14, 2001. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12591983/Ciudades-en-El-Espacio-de-Las-Redes>>. Acesso em 7 de março de 2011.

FIRMINO, Rodrigo José. A simbiose do espaço: cidades virtuais, arquitetura recombinante e a atualização do espaço urbano. In.: LEMOS, André (Org). **Cibercidade II: Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005. pp. 307-335.

\_\_\_\_\_. **A cidade ampliada e o planejamento local no Brasil**: a construção social do desenvolvimento urbano-tecnológico no interior de São Paulo. Relatório de Pesquisa. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2007.

FÓRUM ESTADUAL DA REFORMA URBANA DO RIO GRANDE DO SUL. **Alguns objetivos do FERU/RS**. Disponível em <<http://reformaurbanars.blogspot.com/p/teste.html>> . Acesso em 20 de janeiro de 2012.

FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA. **A gestão democrática da cidade.** 01 set. 2010. Disponível em <<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/plataforma-fnru/a-gestao-democratica-da-cidade.html>> . Acesso em 9 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Histórico.** Disponível em <<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/quem-somos/historico.html>> . Acesso em 18 de janeiro de 2012.

GABINETE DIGITAL DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **O que é o Gabinete Digital?** Disponível em <[http://www.gabinetedigital.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=57](http://www.gabinetedigital.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=57)> . Acesso em 8 de setembro de 2011.

GERHARDT, Tatiana; RAMOS, Ieda; RIQUINHO, Deise; SANTOS, Daniel. Unidade 4 – Estrutura do projeto de pesquisa. In.: GERHARDT, Tatiana & SILVEIRA, Denise (Org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2009. pp. 65 - 88.

GIMENES, Simone Camargo. **Avaliação de uma política pública de inclusão digital: os telecentros comunitários de Porto Alegre.** 2008, 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; MENDES-SILVA, Ivone Maria; VIGGIANO, Adalci Righi; PAIXÃO, Edmilson Leite; TOMASI, Antônio de Pádua Nunes. Ciberespaço: que território é esse? **Revista Educação & Tecnologia.** Belo Horizonte. v. 12, 2007.

GUIA DAS CIDADES DIGITAIS. **O exemplo que vem do interior.** 2007. Disponível em <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/o-exemplo-que-vem-do-interior>> . Acesso em 24 de agosto de 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> . Acesso em 26 de dezembro de 2011.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de; CAREGNATO, Sônia Elisa. Inclusão Digital: laços entre bibliotecas e telecentros. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v.16, n.1, p.275-283, jan./jun. 2006.

LANGMAN, Lauren; MORRIS, Douglas; ZALEWSKI, Jackie; IGNACIO, Emily; DAVIDSON, Carl. **Globalization, domination, and cyberactivism**. First Conference of the Association of Internet Researchers, Lawrence, University of Kansas, 14-17 de setembro de 2000.

LEMOS, André. BodyNet e Netcyborgs: sociabilidade e novas tecnologias na cultura contemporânea. In.: RUBIM, A., BENTZ, I., PINTO, M.J., **Comunicação e Sociabilidade nas Culturas Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Cibercidades. In.: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Janelas do Ciberespaço: comunicação e cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

\_\_\_\_\_. Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura. In.: LEMOS, André (Org). **Cibercidade II: Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005. pp. 11-34.

\_\_\_\_\_. Cibercidade. In.: Groupe D'Etudes et de Recherches sur Les Mondialisations. **Dicionário Crítico**, 2006. Disponível em : <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=22897&lan=PO>> . Acesso em 12 de julho de 2011.

LEMOS, André (Org.). **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

LEMOS, André; COSTA, Leonardo Figueiredo. Um modelo de inclusão digital: o caso de Salvador. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Vol. 8, n. 6. set.-dez., 2005. Disponible em <[http://www2.eptic.com.br/eptic\\_es/interna.php?c=82&ct=411&o=1](http://www2.eptic.com.br/eptic_es/interna.php?c=82&ct=411&o=1)>. Acesso em 26 de agosto de 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. Pela Democracia. In MORAES, Denis de (Org.). **Por uma Outra Comunicação**; 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MACADAR, Marie Anne; REINHARD, Nicolau. Telecentros Comunitários Possibilitando a Inclusão Digital: um estudo de caso comparativo de iniciativas brasileiras. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 26., 2002., Salvador. **Anais do 26º ENANPAD**. Salvador: ANPAD, 2002.

MARQUES, Jamil. A democracia eletrônica em dois momentos. In.: LEMOS, A. (Org). **Cibercidade II: Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005. pp. 121-143.

MELO, Itamar. Rua da Capital arrebatada fã pelo mundo. **Zero Hora**, Porto Alegre p. 29, 14 set. 2011.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 7, nº2, pp. 122-132. 2007

MORAES, Fernando Dreissig de. **Inclusão digital em telecentros e lan houses**: estudo sobre as novas dinâmicas espaciais decorrentes dos centros públicos de acesso à internet na região norte de Porto Alegre. 2009. 100 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MORAES, Patrícia. Cidades digitais : uma análise das experiências no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26, 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/handle/1904/4744>> . Acesso em 21 de julho de 2011.

MUSSO, Pierre. Le réseau: de la mythologie grecque à l'ideologie d'Internet. In.: MUSSO, P. (Org.). **Réseaux et société**. Paris: PUF, 2003.

MOVIMENTO EM DEFESA DA ORLA DO GUAÍBA. **Quem somos**. mai. 2011. Disponível em <<http://movimentoemdefesadaorladoguaiba.blogspot.com/p/quem-somos.html>> Acesso em 16 de fevereiro de 2012.

MOVIMENTO EM DEFESA DO MORRO SANTA TERESA. **Carta de Intenções**. 2010. Disponível em <[www.omorroenosso.com.br/carta\\_intencoes.html](http://www.omorroenosso.com.br/carta_intencoes.html)> . Acesso em 25 de janeiro de 2012.

OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE. **Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (2004)**. Disponível em <[http://geoobservatorio.palegre.com.br/cgi-bin/mapserv?bairros\\_regionais=0&bairro\\_recem\\_clicado=0&rop\\_recem\\_clicado=1&iniflag=0&xpos=0&ypos=0&map=%2Fprogramas%2Fapache%2Fhtdocs%2Fgeoobservatorio%2Fmapa.map&imgext=15853](http://geoobservatorio.palegre.com.br/cgi-bin/mapserv?bairros_regionais=0&bairro_recem_clicado=0&rop_recem_clicado=1&iniflag=0&xpos=0&ypos=0&map=%2Fprogramas%2Fapache%2Fhtdocs%2Fgeoobservatorio%2Fmapa.map&imgext=15853)> . Acesso em 5 de janeiro de 2012.

ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE. **Sala Sinfônica**. Disponível em <[http://www.ospa.org.br/?page\\_id=834](http://www.ospa.org.br/?page_id=834)> . Acesso em 14 de dezembro de 2011.

PARDO, Maite Martinez. Nuevas Tecnologias, territorio y espacio local. Reflexiones y experiencias. **Estudios Territoriales**, nº 31, 1989. pp. 37-55.

PATEL, Ricken (Avaaz.org). **A democracia caminha por toda parte**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[fernando.moraes@rocketmail.com](mailto:fernando.moraes@rocketmail.com)> em 26 de abril de 2011.

PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto. Impactos Sócio-culturais de Telecentros Comunitários: o caso do Telecentro Chico Mendes. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, pp. 375-388, jul./dez. 2004.

PINAUD, Christian. Trans. Inter. com. pac. Petit Abécédaire de la communication. In: DUPUY, G (Org.). **Réseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988. pp. 69-104.

PIRAÍ DIGITAL. **Conheça Piráí Digital**. Disponível em <<http://www.pirai.am4brasil.com.br/piraidigital/conhecapiraidigital.asp>> . Acesso em 25 de agosto de 2011.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **O Ciberespaço como estrutura virtual de acumulação**: a expansão do comércio eletrônico no Brasil. Rio de Janeiro, 2005. 7p. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/artigos/anpege2005.pdf>>. Acesso em 7 de março de 2011.

\_\_\_\_\_. Ciberespaço, migração digital e acesso livre à Internet: O caso das redes "Wi-Fi" municipais brasileiras. **Scripta Nova. Revista Electrónica de**



**Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (26). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24526.htm>> . Acesso em 24 de agosto de 2011.

PORTAL DE GESTÃO. **Eixos de atuação e programas estratégicos.** Disponível em <<https://www1.prefpoa.com.br/portalgestao/homeConvocado.seam?cid=1145>> . Acesso em 17 de novembro de 2011.

PORTO ALEGRE. Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009. Institui o Portal Transparência Porto Alegre, revoga as Leis nos 8.480, de 27 de abril de 2000, e 8.836, de 18 de dezembro de 2001, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre.** Disponível em <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu\\_doc/lei\\_portal\\_transparencia\\_10728.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu_doc/lei_portal_transparencia_10728.pdf)> . Acesso em 15 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 16.588, de 15 de janeiro de 2010. Regulamenta a Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009, que institui o Portal Transparência Porto Alegre, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre.** Disponível em <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu\\_doc/decreto\\_n\\_doc\\_16588.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu_doc/decreto_n_doc_16588.pdf)> . Acesso em 15 de novembro de 2011.

PRADO, Otávio. **Governo Eletrônico, Reforma do Estado e Transparência: o Programa de Governo Eletrônico do Brasil.** 2009. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Portal Transparência Porto Alegre.** Disponível em <[www.portoalegre.rs.gov.br/transparencia](http://www.portoalegre.rs.gov.br/transparencia)> . Acesso em 17 de novembro de 2011

\_\_\_\_\_. **Prefeitura autoriza início das obras do novo Teatro da Ospa.** 20. jan. 2006. Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=61098&p\\_secao=3&di=2006-01-20](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=61098&p_secao=3&di=2006-01-20)> . Acesso em 7 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Cibernarium.** Disponível em <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cibernarium/default.php>> . Acesso em 6 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Site de inclusão digital da Smed já conta com 3 mil acessos.** 29 dez. 2008. Disponível em

<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade\\_smarty/default.php?projeto\\_sec=144&p\\_secao=3&pg=2627&p\\_reg=101406](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade_smarty/default.php?projeto_sec=144&p_secao=3&pg=2627&p_reg=101406)> . Acesso em 10 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Mercado Público – curiosidades.** Disponível em <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p\\_secao=5](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=5)> . Acesso em 12 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Portal da prefeitura recebeu mais de 5,2 milhões de visitas.** 11 jan. 2012. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=148527&PORTAL+DA+PREFEITURA+RECEBEU+MAIS+DE+5,2+MILHOES+DE+VISITAS](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=148527&PORTAL+DA+PREFEITURA+RECEBEU+MAIS+DE+5,2+MILHOES+DE+VISITAS)> . Acesso em 13 de janeiro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI. **Portal da Transparência.** Disponível em <<http://www.sudmennucci.sp.gov.br/transparencia/>> . Acesso em 24 de agosto de 2011.

REZENDE, Denis Alcides; FREY, Klaus; BETINI, Roberto César. Governança e democracia eletrônica na gestão urbana. In: **Seminário Internacional em Gestão Urbana**, 2003, Curitiba - PR. Seminário Internacional em Gestão Urbana. Curitiba: PPGTU/PUCPR, 2003. v. 1. pp. 1-20.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual". In.: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. pp. 465-502

RIBEIRO, Luiz Carlos Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia; SALATA, André. **Acesso às tecnologias digitais no Brasil Metropolitano:** documento preliminar. Observatório das Metrôpoles, 2011. Disponível em <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/boletim\\_ics.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/boletim_ics.pdf)> . Acesso em 22 de agosto de 2011.

RIGITANO, Maria Eugênia. **Redes e ciberativismo:** notas para uma análise do Centro de Mídia Independente. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>> . Acesso em 2 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. Ciberativismo: definições, origens e possíveis classificações. In.: LEMOS, André (Org). **Cibercidade II: Ciberurbe.** A cidade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005. pp. 249-272.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 48.029, de 17 de maio de 2011. Dispõe sobre o reconhecimento do Direito Fundamental Social à Moradia de famílias ocupantes de próprio estadual, área da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE – , no Município de Porto Alegre, integra estas ocupações ao Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social em execução pela Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento, e dá outras providências. **Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=56139&hTexto=&Hid\\_IDNorma=56139](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=56139&hTexto=&Hid_IDNorma=56139)> . Acesso em 25 de janeiro de 2012.

PORTO ALEGRE. Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009. Institui o Portal Transparência Porto Alegre, revoga as Leis nos 8.480, de 27 de abril de 2000, e 8.836, de 18 de dezembro de 2001, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre.** Disponível em <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu\\_doc/lei\\_portal\\_transparencia\\_10728.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/transparencia/usu_doc/lei_portal_transparencia_10728.pdf)> . Acesso em 15 de novembro de 2011.

RIOS, Aline de Oliveira. **Movimentos Sociais na Internet: Possibilidades e Desafios.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-oliveira-mov-sociais.pdf>> . Acesso em 1º de agosto de 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SADAO, Edson. Piraí: Município Digital. In: TEIXEIRA, Marco Antonio; GODOY, Melissa; COELHO, Carla. **20 experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de premiação 2004.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do Século XXI. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. **A Territorialidade dos centros públicos de acesso à Internet no município de Duque de Caxias.** 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SECRETARIA DE PARTICIPAÇÃO E PARCERIA DE SÃO PAULO. **Coordenadoria de Inclusão Digital.** Disponível em <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao\\_parceria/coordenadorias/inclusao\\_digital/coordenadoria/index.php?p=1104](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/inclusao_digital/coordenadoria/index.php?p=1104)> . Acesso em 3 de setembro de 2011.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA A COPA DO MUNDO 2014 DE PORTO ALEGRE. **Obras Avenida Tronco.** Disponível em <[http://www.secopapoa.com.br/default.php?reg=68&p\\_secao=7](http://www.secopapoa.com.br/default.php?reg=68&p_secao=7)> Acesso em 25 de janeiro de 2012.

SINDILOJAS **É de graça mesmo.** 18 jun. 2009. Disponível em <<http://www.sindilojas-poa.com.br/index.php?menu=104&id=1431&highlight=telecentro#registro-1431>> . Acesso em 12 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Estatuto Social.** Disponível em: <[http://www.sindilojas-poa.com.br/inc/download.php?file=../files/arq\\_ptg\\_6\\_1\\_477.pdf](http://www.sindilojas-poa.com.br/inc/download.php?file=../files/arq_ptg_6_1_477.pdf)> . Acesso em 12 de janeiro de 2012.

SILVA, Carlos Alberto da; TANCMÁN, Michele. A Dimensão Socioespacial do Ciberespaço: uma nota. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 55-66. 1999

SILVA, Sivaldo Pereira da. Cibercidades: propensões idealistas na relação “cidade, ciberespaço e política”. In. LEMOS, André (Org). **Cibercidade II: Ciberurbe.** A cidade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005. pp. 103-117.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / Brasília: Unesco, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STATCOUNTER GLOBAL STATS. **Top 5 Browsers from Oct 2010 to Oct 2011**. Disponível em <<http://gs.statcounter.com/#browser-ww-monthly-201010-201110>> Acesso em 1º de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Top 5 Browsers in Brazil from Oct 2010 to Oct 2011**. Disponível em <<http://gs.statcounter.com/#browser-BR-monthly-201010-201110>> . Acesso em 1º de novembro de 2011

\_\_\_\_\_. **Top 5 Operating Systems from Nov 2010 to Nov 2011**. Disponível em <<http://gs.statcounter.com/#os-ww-monthly-201011-201111>> . Acesso em 14 de dezembro de 2011.

TANCMAN, Michele. **A (Ciber) Geografia das Cidades Digitais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

TECMUNDO. **A velocidade média da internet no Brasil [infográfico]**. 19. abr. 2011. Disponível em <<http://www.tecmundo.com.br/9683-a-velocidade-media-da-internet-no-brasil-infografico-.htm>> . Acesso em 2 de novembro de 2011.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Orçamento Participativo: Democratização da Gestão Pública e Controle Social**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Participação Popular, 2003.

TERRA TECNOLOGIA. **Hackers derrubam site da Assembleia Legislativa do RS**. 03. ago. 2011. Disponível em <<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI5278894-EI12884,00-Hackers+derrubam+site+da+Assembleia+Legislativa+do+RS.html>> . Acesso em 27 de setembro de 2011.

UEDA, Vanda. **Accesar distintos territorios y disminuir la exclusión digital: el ejemplo de los telecentros en la ciudad de Porto Alegre**. In: Congresso On Line do Observatório para a Cibersociedade, 2, 2 a 14 nov., 2004. **Comunicações do II**

**Congresso Online da Observatório para a Cibersociedade.** OCS, 2004. Disponível em <[http://www.cibersociedad.net/congres2004/index\\_pt.html](http://www.cibersociedad.net/congres2004/index_pt.html)>. Acesso em 7 de março de 2011.

\_\_\_\_\_. Dinâmica do território em redes: implantação e difusão do telefone no Rio Grande do Sul. In.: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

VAZ, José Carlos. **Limites e possibilidades do uso de portais municipais para promoção da cidadania:** a construção de um modelo de análise e avaliação. 2003. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2003a.

\_\_\_\_\_. Uso da internet pelos governos e promoção da cidadania. **Revista UNICSUL**, ano 8, vol 10, p. 54-65 dez. 2003b.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VIRILIO, Paul. Fin de l'histoire, ou fin de la géographie ? Un monde superexposé. **Le Monde Diplomatique.** ago. 1997

\_\_\_\_\_. **A Bomba Informática.** São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WESTWOOD, S.; WILLIAMS, J.. **Imagining Cities: Scripts, Signs, Memory.** London: Routledge, 1997.

WIKIPEDIA. **Feed.** Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Feed>>. Acesso em 25 de outubro de 2011

\_\_\_\_\_. **Telemática.** Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Telematica>> . Acesso em 8 de julho de 2011.

ZH MOINHOS. **Invasão dos balcões na Gonçalo de Carvalho.** 03 ago. 2011. Disponível em <<http://wp.clicrbs.com.br/zhmoinhos/2011/08/03/invasao-dos-balcas-na-goncalo-de-carvalho/>> . Acesso em 14 de dezembro de 2011.